

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

Gabriel Landim de Souza

Ameaças para silenciar o mensageiro:

ataques e agressões aos profissionais do Jornalismo como notícia no Jornal Nacional

Juiz de Fora

2023

Gabriel Landim de Souza

Ameaças para silenciar o mensageiro:

ataques e agressões aos profissionais do Jornalismo como notícia no Jornal Nacional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Comunicação e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Iluska Maria da Silva Coutinho

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Landim de Souza, Gabriel.

Ameaças para silenciar o mensageiro : ataques e agressões aos profissionais do Jornalismo como notícia no Jornal Nacional / Gabriel Landim de Souza. -- 2023.

220 p. : il.

Orientadora: Iluska Maria da Silva Coutinho
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2023.

1. Telejornalismo. 2. Violência. 3. Dramaturgia. 4. Análise da Materialidade Audiovisual. 5. Jornal Nacional. I. Coutinho, Iluska Maria da Silva, orient. II. Título.

Gabriel Landim de Souza

Ameaças para silenciar o mensageiro:

ataques e agressões aos profissionais do Jornalismo como notícia no Jornal Nacional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Comunicação e Sociedade

Aprovada em 02 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Iluska Maria da Silva Coutinho – orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Cláudia de Albuquerque Thomé
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Cristiane Finger Costa
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Juiz de Fora, 27/06/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Iluska Maria da Silva Coutinho, Coordenador(a)**, em 02/08/2023, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia de Albuquerque Thome, Professor(a)**, em 02/08/2023, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Finger Costa, Usuário Externo**, em 08/08/2023, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-UFJF (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1341878** e o código CRC **B649D7BB**.

Dedico esta pesquisa aos colegas da imprensa que foram atacados ou cerceados. Dedico também à minha noiva Milena, à minha mãe Helenice e ao meu pai Roberto.

AGRADECIMENTOS

Sou muito grato pela trajetória acadêmica que desenvolvi ao longo do Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Acredito que cada passo dado ao longo desse tempo foi guiado por Deus, por isso toda gratidão à Ele. Ao longo desses seis anos como jornalista profissional, minha carreira sempre foi atravessada pela pesquisa de alguma forma, sobretudo pelos anseios em compreender os processos de produção jornalística de maneira aprofundada. No entanto, foi no PPGCOM que pude ter a certeza do meu anseio pela pesquisa, para além da vocação na reportagem.

Voltando um pouco no tempo, no Intercom de 2018 em Joinville, fui recebido de braços abertos pela Iluska, durante o GP de Telejornalismo. Desde então, Iluska me mostrou que eu poderia colher muitos frutos na pesquisa! Alguns anos depois, voltou a me receber de braços abertos na UFJF. Sou muito grato, “sortudo” e honrado por tê-la como orientadora, colega e amiga. Me deu a mão, me ensinou a caminhar e me “empurrou” pra andar. Que presente! É impossível dimensionar a transformação que ocorreu em minha vida e em minha trajetória, a partir de você, Iluska, e dessa experiência no Programa de Mestrado! Enfrentei desafios, sobretudo por aliar a pesquisa à rotina de trabalho na reportagem, mas essa parceria (muito mais que uma orientação) foi fundamental para que eu conseguisse levar com leveza e otimismo essa trajetória. Obrigado por tanto!

Aliás, impossível não agradecer às referências que tive para esta pesquisa, sobretudo as que estiveram em minha qualificação. Cláudia Thomé, você ressaltou a importância desta pesquisa para a história do Jornalismo, acreditou no meu trabalho e no meu potencial. Obrigado! Aliás, sou grato por poder conviver com você na FACOM e nas atividades do PPGCOM! E por falar em contribuição, minha pesquisa sempre foi atravessada pelos apontamentos da Cristiane Finger. Obrigado, Cris, por esse olhar atencioso e cuidadoso por esta pesquisa. Não me esqueço dos seus apontamentos feitos no primeiro Intercom que participei com você. É uma honra ter vocês nesta banca! Gratidão aos colegas do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (NJA), coordenado pela Iluska – uma grande experiência que tive no Mestrado. Aqui, quero cumprimentar a todos(as) através do Jhonatan Mata, com o qual também aprendi muito nas conversas do PPGCOM. Obrigado por também ser parte desta banca.

Agradeço aqui, de forma especial, a amiga e colega Gilze Bara! Gilze sempre foi uma inspiração e me incentivou durante toda a graduação em Jornalismo. Foi minha orientadora de TCC e, ao final do curso, me mostrou o caminho da pesquisa: publicamos um artigo, juntos, no

Intercom – o meu primeiro. Desde então, não parou de me estimular para seguir na pesquisa. Não esqueço, jamais, a força que Gilze me deu para entrar no Mestrado. Mil vezes, obrigado! É uma honra ter você nesta banca.

Agradeço imensamente à minha companheira de vida, de luta, de conquistas e de desafios, minha noiva, a farmacêutica e mestra Milena Maciel, que sempre me incentivou, me apoiou, me deu base e segurança para que eu pudesse também ser um mestre. Aliás, meu exemplo de determinação! Obrigado! Gratidão à minha mãe Helenice e ao meu pai Roberto, por sempre acreditarem no meu potencial e estarem comigo em todos os momentos, mesmo que de longe. Gratidão imensa a vocês!

Agradeço aos meus amigos, colegas de trabalho e de Mestrado, Luciana Moraes e Fernanda Lília. Ajudamos uns aos outros nessa trajetória e sabemos o quanto isso foi essencial. Agradeço também à TV Integração pelas contribuições a esta pesquisa. Agradeço à TV Globo, aos jornalistas Arcênio Corrêa, Ben-Hur Correia, Paulo Renato Soares, Rogério Nery, e ao repórter cinematográfico Leandro Matozo, pelas contribuições a esta pesquisa. Agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação pelas oportunidades. Por fim, gratidão a todos os que, de alguma forma, contribuíram para esta pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Quanto mais democrática uma sociedade, maior é a tendência para dispor de mais notícias e informações. [...] Na Idade Média, à medida que as sociedades se tornavam mais autoritárias e violentas, a comunicação diminuía e as notícias escritas praticamente desapareceram (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 36-37).

RESUMO

A Federação Nacional dos Jornalistas registrou um crescimento significativo de episódios violentos contra a imprensa em 2020 no Brasil. No ano seguinte, um recorde de casos foi registrado pela entidade. Durante esse período, a TV Globo e seus profissionais foram alvos frequentes de ataques, motivados, principalmente, pela cobertura da pandemia da Covid-19. Furiosos, os agressores tomavam, à força, o microfone dos repórteres e até danificavam os equipamentos; usavam, inclusive, força física como alternativa para barrar a emissão de informações que contrariavam suas próprias convicções. O objetivo desta pesquisa foi compreender como o Jornal Nacional (JN) narra e defende o papel do Jornalismo ao noticiar as agressões sofridas pelos profissionais, além de entender eventuais mudanças nas formas de registrar a atividade da imprensa. Para isto, foram mapeados os episódios de agressão veiculados no JN entre 2020 e 2021, diante dos recordes registrados nesse período. Por meio da Análise da Materialidade Audiovisual (Coutinho, 2018), foram analisadas as abordagens utilizadas pelo Jornal Nacional ao noticiar os episódios agressivos, sob a ótica da Dramaturgia do Telejornalismo (Coutinho, 2012). Por meio de entrevistas, foram investigadas as mudanças na rotina produtiva de modo a resguardar a integridade dos jornalistas e, ao mesmo tempo, garantir o registro de eventuais ataques. Assim, foi possível compreender as estratégias narrativas e de edição utilizadas pelo JN na defesa dos profissionais e do exercício da imprensa. Deste modo, evidenciou-se que o principal telejornal de TV aberta do país leva em conta diferentes valores-notícia presentes nos episódios agressivos contra jornalistas. O JN defende, sobretudo, a liberdade de imprensa e a democracia, mas com pouca ênfase nos profissionais vitimados. Na cobertura dos episódios, o jornalista passa a ser a notícia, invertendo uma máxima do campo profissional. Se historicamente o telejornalismo sempre mostrou conflitos, agora se mostra inserido em uma batalha pela informação. No dia a dia, o jornalista precisou adaptar sua rotina para se proteger e registrar possíveis ataques contra as equipes.

Palavras-chave: Telejornalismo. Violência. Dramaturgia. Análise da Materialidade Audiovisual. Jornal Nacional.

ABSTRACT

The National Federation of Journalists recorded a significant increase in violent episodes against the press in 2020 in Brazil. The following year, a record of cases was registered by the entity. During this period, the TV Globo and its professionals were frequent targets of attacks, mainly motivated by the coverage of the Covid-19 pandemic. Furious, the aggressors forcibly took the reporters' microphones and even damaged the equipment; they even used physical force as an alternative to block the issuance of information that contradicted their convictions. The objective of this research was to understand how Jornal Nacional (JN) narrates and defends the role of Journalism in reporting the aggressions suffered by professionals, in addition to understanding external changes in the ways of recording press activity. For this, the episodes of aggression broadcasted on JN between 2020 and 2021 were mapped, bearing in mind the records registered in that period. Through the Analysis of Audiovisual Materiality (Coutinho, 2018), the approaches used by Jornal Nacional when reporting aggressive episodes were analyzed, from the perspective of the Dramaturgy of Telejournalism (Coutinho, 2012). By means of interviews, changes in the production routine were investigated to protect the integrity of journalists and, at the same time, ensure the recording of possible attacks. Thus, it was possible to understand the narrative and editing strategies used by JN in the defense of professionals and the exercise of the press. Therefore, it was evidenced that the main newscast of the open TV in the country takes into account different news values present in aggressive episodes against journalists. The Jornal Nacional defends, above all, press freedom and democracy, but with little emphasis on victimized professionals. In the coverage of episodes, the journalist becomes the news, reversing a professional practice. If historically, telejournalism always showed conflicts, now it is inserted in a battle for information. On day to day, the journalist had to adapt his routine to protect himself and register possible attacks against the teams.

Keywords: Telejournalism. Violence. Dramaturgy. Analysis of Audiovisual Materiality. Jornal Nacional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Vinheta do quadro Isso a Globo Não Mostra do programa Fantástico.....	34
Figura 2 - Jornalista Vladimir Herzog, o Vlado	38
Figura 3 - Ato religioso em homenagem a Vladimir Herzog	39
Figura 4 - Tim Lopes disfarçado de Papai Noel durante reportagem.....	41
Figura 5 - Notícia do desaparecimento de Tim, no JN.....	65
Figura 6 - Colegas de Tim aplaudindo o jornalista na redação do JN.....	67
Figura 7 - Vinheta do plantão de Jornalismo da Globo	134
Figura 8 - Plantão da Globo com a divulgação dos dados da pandemia da Covid-19	135
Figura 9 - Apresentação dos dados do Consórcio de Veículos de Imprensa no JN	136
Figura 10 - Campanha “Vacina Sim” veiculada pelo Consórcio de Veículos de Imprensa...	136
Figura 11 - Paulo Renato Soares em anúncio do fim do Consórcio de Veículos de Imprensa	137
Figura 12 - Paulo Renato Soares apontando os autores das interrupções de reportagens	138
Figura 13 - Guardiões do Crivella comprovando trabalho contra a imprensa por meio de fotos	139
Figura 14 - Repórter Ben-Hur Correia durante entrada ao vivo em que foi interrompido	140
Figura 15 - Arte exibida na reportagem contendo nome, cargo e salário de agressores	141
Figura 16 - Paulo Renato Soares abordando agressor com câmera e microfone	142
Figura 17 - Campanha “Fatos e Pessoas” veiculada pelo Grupo Globo	144
Figura 18 - Jornalistas de pé na redação do JN em lançamento da campanha "Fatos e Pessoas"	146
Figura 19 - Campanha “Onde nascem as notícias”	146
Figura 20 - Documentário “Cercados” mostra jornalistas atacados no “Cercadinho” do Palácio da Alvorada.....	148
Figura 21 - Documentário “Cercados” mostra repórter cinematográfico da TV Integração, afiliada à Globo, sendo agredido em Barbacena (MG)	148
Figura 22 - Instagram do JN com artes de notícias, trechos de reportagens e foto de bastidores	149
Figura 23 - Repórter no alto do prédio da TV Integração, afiliada à Globo, durante protestos com motivações políticas em Juiz de Fora (MG)	154
Figura 24 - Registro da agressão ao repórter da TV Integração feito com a câmera da equipe	159

Gráfico 1 - Série histórica de casos de violência contra jornalistas no Brasil.....	42
Gráfico 2 - Série histórica de assassinatos de jornalistas no Brasil.....	43
Gráfico 3 - Número de matérias sobre jornalistas exibidas no JN em 2020	74
Gráfico 4 - Ataques a jornalistas noticiados no JN em 2020 por semelhança temática	76
Gráfico 5 - Formatos das matérias sobre ataques a jornalistas exibidas no JN em 2020	77
Gráfico 6 - Número de matérias sobre ataques a jornalistas exibidas no JN em 2021	78
Gráfico 7 - Ataques noticiados no JN em 2021 por semelhança temática	80
Gráfico 8 - Formatos das matérias sobre ataques a jornalistas exibidas no JN em 2021	81
Gráfico 9 - O episódio foi apresentado como um ataque ao profissional ou à democracia e à liberdade de imprensa?.....	126
Gráfico 10 - Qual a imagem do Jornalismo apresentada pelo JN na exibição dos episódios?	127
Gráfico 11 - Uso de imagens nas narrativas do JN sobre episódios de violência à imprensa	128
Gráfico 12 - Origem dos registros audiovisuais dos episódios agressivos a jornalistas.....	130
Gráfico 13 - Papéis desempenhados pelos personagens nas tramas e seus espaços de fala...	131
Gráfico 14 - Episódios que noticiaram posicionamentos de entidades ligadas à imprensa ...	131
Gráfico 15 - Quantidade de citações de entidades ligadas ao Jornalismo em matérias sobre ataques à imprensa.....	132
Quadro 1 - Eixos de avaliação e perguntas de pesquisa a serem aplicados nas matérias sobre ataques a jornalistas exibidas no JN entre 2020 e 2021.....	82
Quadro 2 - Orientações do Manual da TV Integração para a segurança dos jornalistas nas eleições de 2022.....	158

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de matérias sobre jornalistas, exibidas no JN em 2020, por semelhança temática.....	73
Tabela 2 - Número de matérias sobre jornalistas, exibidas no JN em 2021, por semelhança temática.....	77

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A CREDIBILIDADE E O CONSUMO DA INFORMAÇÃO	19
2.1	A CREDIBILIDADE DA INFORMAÇÃO	20
2.2	A CREDIBILIDADE DA TELEVISÃO	26
2.3	TELEVISÃO E INTERNET: CONSUMIDORES EM CONVERGÊNCIA.....	30
3	DO CONFLITO À VIOLÊNCIA: OS ATAQUES A JORNALISTAS E À LIBERDADE DE IMPRENSA	36
3.1	HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS NO BRASIL	36
3.2	CONFLITOS E TENTATIVAS DE DESCREDIBILIZAÇÃO DO JORNALISMO ...	44
4	A DRAMATURGIA DO TELEJORNALISMO: LENTES PARA OBSERVAR O CONFLITO NARRADO NAS TELAS DA TV	53
4.1	O CONFLITO COMO VALOR-NOTÍCIA.....	53
4.2	A DRAMATURGIA DAS NARRATIVAS TELEJORNALÍSTICAS	59
4.3	O JORNALISTA COMO PERSONAGEM NOS TELEJORNAIS	63
5	A EXIBIÇÃO DOS ATAQUES NOS TELEJORNAIS: AS ESTRATÉGIAS AUDIOVISUAIS DO JN NA COBERTURA DOS EPISÓDIOS DE AGRESSÃO	71
5.1	O JORNALISTA VIROU NOTÍCIA.....	73
5.2	ANÁLISE DA MATERIALIDADE AUDIOVISUAL: MÉTODO PARA SE ENTENDER A CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS SOBRE OS ATAQUES NO JN	81
5.3	OS ATAQUES NA TELA: A ANÁLISE DOS EPISÓDIOS DE AGRESSÃO E CERCEAMENTO QUE TIVERAM ESPAÇO NO JN.....	83
5.3.1	Os casos de 2020	84
5.3.2	Os casos de 2021	114
5.4	APURAÇÃO: O QUE A ANÁLISE REVELA SOBRE A ABORDAGEM DO JN AOS ATAQUES À IMPRENSA	124
5.4.1	Conflito e lição de moral: a produção de sentido das matérias telejornalísticas ..	124
5.4.2	Imagem: o registro audiovisual e os elementos utilizados nas narrativas	128
5.4.3	Vozes: vilões, vítimas, mocinhos... os papéis da trama e os espaços de fala	130
6	ESTRATÉGIAS DE DEFESA DOS JORNALISTAS E DA LIBERDADE DE IMPRENSA	133

6.1	O PLANTÃO DA GLOBO E O CONSÓRCIO DE VEÍCULOS DE IMPRENSA: A RESPOSTA DO JORNALISMO DIANTE DAS RESTRIÇÕES DOS DADOS DA PANDEMIA.....	134
6.2	“GUARDIÕES DO CRIVELLA”: UM MODELO DE RESPOSTA DA IMPRENSA AOS ATAQUES	137
6.3	ASPECTOS NARRATIVOS, BASTIDORES E HUMANIZAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA E A APROXIMAÇÃO COM O PÚBLICO	143
7	AS MUDANÇAS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DA NOTÍCIA EM MEIO AOS CONFLITOS: A PREOCUPAÇÃO COM A SEGURANÇA E AS ORIENTAÇÕES DAS EMISSORAS COMO NOVO CONSTRANGIMENTO AO (TELE)JORNALISMO	151
7.1	AÇÕES PARA GARANTIR A SEGURANÇA DAS EQUIPES DE REPORTAGEM	151
7.2	OS REGISTROS AUDIOVISUAIS DAS AGRESSÕES COMO MATERIALIDADE FUNDAMENTAL	159
7.3	IMPACTOS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DA NOTÍCIA	162
7.4	“JORNALISTA-FALA”: VOZES DAS VÍTIMAS DOS ATAQUES À IMPRENSA	164
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
	REFERÊNCIAS	183
	APÊNDICE A – entrevista com Arcênio Corrêa	188
	APÊNDICE B – entrevista com Ben-Hur Correia.....	195
	APÊNDICE C – entrevista com Leandro Matozo	204
	APÊNDICE D – entrevista com Paulo Renato Soares.....	211
	APÊNDICE E – entrevista com Rogério Nery	219

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2020, marcado pela crise global causada pela pandemia da Covid-19 e pelas eleições municipais, o Jornalismo mostrou-se ainda mais necessário, diante de informações imprecisas em circulação e de inúmeras tentativas de descrédibilização da imprensa. No mesmo ano em que os profissionais da imprensa arriscaram suas vidas no cumprimento do papel social de informar, também foram atacados. Em 2020, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) registrou um recorde de episódios violentos contra a imprensa, desde o início da série histórica dos relatórios anuais da entidade: foram 428 casos, 105,77% a mais que em 2019, quando 208 ataques haviam sido notificados. Naquele ano, de acordo com a Fenaj, a descrédibilização da imprensa foi a violência mais frequente: 152 casos, o que representa 35,51% do total. O então Presidente da República Jair Bolsonaro (PL) foi o principal agressor: sozinho, foi responsável por 175 casos (40,89% do total).

Um novo recorde, no entanto, foi registrado no ano seguinte. Enquanto a crise sanitária da Covid-19 continuou afetando as relações sociais e a economia em 2021, o número de agressões a jornalistas e de ataques a veículos de comunicação se manteve em um patamar elevado, chegando a 430 registros, dois a mais que em 2020. De acordo com o Relatório Anual de Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, jornalistas passaram a ser atacados com mais frequência, cotidianamente. O presidente Jair Bolsonaro, assim como nos dois anos anteriores, foi o principal agressor. Em 2021, sozinho, ele foi responsável por 147 casos (34,19% do total), sendo 129 episódios de descrédibilização da imprensa (98,47% da categoria) e 18 de agressões verbais a jornalistas. Apesar da continuidade da política da presidência da República para desacreditar o Jornalismo, os casos de censuras (140) ultrapassaram os de descrédibilização da imprensa em 2021.

Em ambos os anos, a TV Globo e seus profissionais foram alvos frequentes dos ataques à imprensa no Brasil. Durante a pandemia da Covid-19, a emissora e, principalmente, o Jornal Nacional, foram acusados de produzir um alarmismo intencional na população ao mostrar hospitais lotados, número crescente de contaminados e vítimas fatais. Os protestos contra o canal não aconteciam apenas na internet, apesar de terem sido potencializados neste meio. Houve quem se manifestasse até mesmo diante das câmeras da emissora. Furiosos, os agressores tomavam, à força, o microfone dos repórteres e até danificavam os equipamentos; usavam, inclusive, força física como alternativa para barrar a emissão de informações que contrariavam suas próprias convicções. Na maioria das vezes, havia agressões verbais e, em alguns casos, violência física.

Cabe destacar, também, os atos agressivos contra a imprensa “encomendados” por políticos e custeados pelo poder público, como o caso “Guardiões do Crivella”. Segundo reportagem veiculada em 31 de agosto de 2020 no telejornal RJ1 e no Jornal Nacional, funcionários da prefeitura do Rio de Janeiro, pagos com dinheiro público, faziam plantões na porta de hospitais para atrapalhar reportagens, com agressões verbais e hostilidades às equipes, e impedir denúncias de problemas na saúde da capital carioca. O esquema era combinado em grupos de aplicativo de mensagens e um deles era denominado “Guardiões do Crivella”. As ações foram denunciadas pela TV Globo em seus telejornais, incluindo o JN, a partir dos registros audiovisuais dos episódios de cerceamento ao trabalho dos jornalistas.

Este, aliás, foi um exemplo de resposta do Jornalismo às agressões sofridas pelos profissionais da imprensa. Na cobertura dos episódios de agressão às equipes de TV, o jornalista passa a ser a notícia, invertendo uma máxima do campo profissional. Repórteres, cinegrafistas e, em alguns casos, até técnicos de equipes de reportagens tornam-se a fonte de informação e de imagens. Um marco histórico na violência contra a imprensa foi a morte do jornalista Tim Lopes, em 2002, noticiada intensamente pela TV Globo e por outros veículos midiáticos. No entanto, de acordo com a série histórica de relatórios de Fenaj, 2020 e 2021 foram os anos de mais ocorrências de ataques a jornalistas no Brasil, promovendo, conseqüentemente, um grande número de veiculações de notícias sobre os episódios agressivos à imprensa no principal telejornalístico do país, o Jornal Nacional. Se historicamente o telejornalismo sempre mostrou conflitos, agora se mostra inserido em uma batalha pela informação, pela verdade. No dia a dia, o jornalista precisou adaptar sua rotina e os métodos de gravação, de modo a resguardar sua integridade física e a dos equipamentos e, ao mesmo tempo, garantir o registro de um possível episódio agressivo contra a equipe de reportagem.

Diante deste cenário, como a agressão aos jornalistas se torna notícia no principal telejornal da TV aberta no país, o Jornal Nacional (JN)? Como as edições do JN, da TV Globo, alvo frequente de ataques nos últimos anos, têm abordado episódios de violência contra suas equipes e ao próprio Jornalismo? O telejornal assume a defesa dos profissionais e do exercício da imprensa? Houve mudança no processo de produção da notícia, de maneira a resguardar a integridade das equipes e o registro dos episódios de agressão? Esse conjunto de perguntas constitui o problema investigado. Para isto, o objetivo traçado nesta pesquisa foi compreender o modo como o Jornal Nacional narra e defende o papel do Jornalismo, ao noticiar as agressões sofridas por profissionais da imprensa, além de identificar eventuais mudanças no processo produtivo das equipes de reportagem.

Nesta perspectiva, foram mapeados os episódios de agressão a jornalistas e ataques a veículos de comunicação noticiados no Jornal Nacional nos anos de 2020 e 2021, diante dos registros de casos nesse período. Posteriormente, os produtos noticiosos foram observados por meio da Análise da Materialidade Audiovisual (AMA), método proposto por Iluska Coutinho (2016; 2018) para a identificação de conflitos narrativos, que contam com personagens e papéis assumidos por eles, construídos por meio da união de texto, som, imagens e outros componentes audiovisuais. A análise tomou como base a abordagem utilizada pelo JN ao noticiar esses episódios e as eventuais marcas de mudanças provocadas por tais acontecimentos na rotina de produção da notícia.

Além disso, entrevistas semiabertas - aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - foram realizadas com repórteres e repórteres cinematográficos da TV Globo e de afiliadas, que foram cerceados ou agredidos, ou que, de alguma maneira, narraram esses episódios em tela, de modo a investigar a existência de mudanças nas rotinas produtivas para resguardar a integridade dos jornalistas, para garantir o registro de eventuais ataques, mas também para compreender os impactos no trabalho cotidiano desses profissionais. Ao mesmo tempo, por meio da análise dos produtos jornalísticos e das entrevistas com profissionais, buscou-se compreender as estratégias narrativas e de edição utilizadas pelo JN para a defesa dos jornalistas e do exercício da profissão.

Como evidenciado em abordagem teórica, a representação da realidade construída por jornalistas profissionais tem como base a credibilidade alcançada pela imprensa e pela televisão ao longo dos anos. Desde que a imprensa se tornou independente de outras instituições sociais e também se institucionalizou (Hjarvard, 2012; 2015), passou a promover impactos na vida das pessoas a partir do processo de midiaticização (Mintz, 2019). Com uma credibilidade construída em meio à sociedade, sobretudo por atender às demandas da população, os veículos midiáticos passaram a guiar as ações e as tomadas de decisão dos cidadãos (Kovach e Rosenstiel, 2003). No entanto, com a ampliação das ferramentas e possibilidades permitidas pela internet, chamadas por Gibson (1977) de *affordances*, o compartilhamento e a disseminação de conteúdos ficaram mais livres e dinâmicos, permitindo que qualquer pensamento individual possa se espalhar pelas redes digitais. Assim, os telespectadores, que também são internautas, ganharam força (Dutton e Dubois, 2015), e parte deles passou a contrariar e duvidar do Jornalismo. Tal descompasso de entendimentos gerou conflitos reais, com agressões verbais e físicas a jornalistas. Se em um período, jornalistas corriam risco apenas em locais específicos, considerados perigosos, como pontos de tráfico de drogas, ao longo dos anos os profissionais

passaram a ser atacados nas mais diversas regiões das cidades. Esse tipo de conflito passou a ser noticiado com mais frequência na tela da TV.

Para Traquina (2005), um conflito real, intrínseco a um acontecimento, é um valor-notícia por excelência. A partir dos estudos de Iluska Coutinho (2012), considera-se neste trabalho que os ataques a jornalistas são conflitos reais, que devem ter espaço nos telejornais. Para isto, o Jornalismo de TV lança mão de conflitos narrativos, por meio das diferentes características do meio - texto, áudio, imagem, entre outros elementos - e com o uso de personagens, que assumem papéis nas tramas telejornalísticas, sob a ótica da Dramaturgia do Telejornalismo (Coutinho, 2012).

Na perspectiva desse arcabouço teórico e com o detalhamento das entrevistas e da análise das matérias exibidas pelo Jornal Nacional, foi possível entender os métodos e as preferências utilizadas pelo JN para construir as narrativas dramáticas que noticiaram esse tipo de episódio e os impactos no processo produtivo da notícia.

2 A CREDIBILIDADE E O CONSUMO DA INFORMAÇÃO

O avanço dos meios de comunicação permitiu ao Jornalismo ganhar espaço na rotina das pessoas e conquistar ainda mais a confiança do público. Com a institucionalização das mídias de massa – discussão proposta por Stig Hjarvard (2012; 2015) – suas produções passaram a impactar a vida das pessoas e de outras instituições sociais já existentes, como família, religião e política. Foi neste contexto que o Jornalismo ganhou força e função pública, ao defender os interesses da população. Para além da objetividade, da apuração e da precisão, sua qualidade também foi sendo associada ao seu poder fiscalizador. Com essa credibilidade construída, segundo Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003), a imprensa passou a munir a sociedade de informação, ajudar a nortear as ações das comunidades e contribuir na formação de opinião.

Essa credibilidade associada ao Jornalismo, no entanto, depende não só do modo como a notícia é construída, mas dos repertórios culturais de cada receptor. Para Cárilda Emerim, Cristiane Finger e Beatriz Cavenaghi (2017), há o estabelecimento de um contrato comunicativo com o público. Se uma relação de confiança se estabelece por meio de valores e princípios constituídos historicamente, entre imprensa e público não é diferente. A produção jornalística, para Alfredo Vizeu (2006; 2008), depende diretamente dos anseios do público. Parte desses receptores julgam e contestam o que é veiculado por jornalistas. Portanto, a imprensa é mencionada como “quarto poder” por se estabelecer no papel de fiscalizadora dos três poderes da república. Esse não é, porém, um poder constitucional; a relevância do Jornalismo, seu poder, se relaciona ao papel que a sociedade atribui a ele, sendo a mídia na contemporaneidade monitorada com mais frequência pelo público. Para William Dutton e Elizabeth Dubois (2015), esse receptor ganhou força, principalmente, com o advento da internet, que permitiu posicionamentos livres e dinâmicos.

A televisão foi - e ainda é - um dos principais meios de propagação da informação, o que elevou o poder da imprensa, diante do alcance e do espetáculo audiovisual proporcionado pelo meio. Ela ganhou espaço na casa dos brasileiros e foi se tornando fonte fidedigna de informação, como defende Flávio Porcello (2006). Mas nos primórdios da televisão, a interação do telespectador ainda era limitada. Mesmo com a chegada da TV paga, eram poucos os tipos de canais. Foi com a internet que o público teve acesso a um conteúdo mais amplo e diverso. O meio permitiu que os usuários também pudessem produzir conteúdo e manifestar suas opiniões, causando um efeito de migração do público da TV para a internet, dos chamados consumidores barulhentos (Jenkins, 2009).

Com amplas possibilidades proporcionadas pela internet, o poder da informação não é mais centralizado nos meios tradicionais. Conseqüentemente, o valor-notícia, antes decidido pelas redações de Jornalismo, agora é colocado em discussão, já que qualquer internauta pode avaliar o que vale ser compartilhado, de acordo com suas convicções, ainda que esse critério não seja coincidente com o noticioso. Um dos reflexos desse processo social na relação com a mídia é o questionamento do trabalho do jornalista, de suas escolhas e condutas profissionais, que são questionadas. Em muitos casos, a seleção dos fatos de interesse público realizada conforme critérios de noticiabilidade próprios ao campo profissional é recusada pelo consumidor da notícia, com interesse do público diverso. Tal descompasso entre avaliações do que deveria ou não ser noticiado têm resultado em conflitos, muitas vezes físicos, como pode ser observado nos crescentes ataques à imprensa.

Sob esta ótica, se faz cada vez mais necessário refletir sobre a credibilidade histórica alcançada pela imprensa, pela televisão, e sobre os desafios enfrentados diante do compartilhamento de inúmeras informações não verificadas e o impacto desse novo modelo de consumo na produção das notícias.

2.1 A CREDIBILIDADE DA INFORMAÇÃO

A imprensa adquiriu grande responsabilidade perante a sociedade, à medida que ganhou sua confiança. Cabe aos jornalistas ajudar a nortear a vida dos cidadãos, com um trabalho ético e rigoroso de apuração. Em “Os Elementos do Jornalismo”, Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003) destacam que o principal objetivo do Jornalismo é munir os cidadãos de informação para que eles possam formar opiniões e se autogovernarem: “a imprensa funciona como um guardião, tira as pessoas da letargia e oferece uma voz aos esquecidos” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p.31). O Jornalismo, neste sentido, serve como um guia para tomadas de decisões e faz emergir temas que necessitam de discussão.

A imprensa nos ajuda a definir nossas comunidades, nos ajuda a criar uma linguagem e conhecimentos comuns com base na realidade. O jornalismo também ajuda a identificar os objetivos da comunidade, seus heróis e vilões. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 31).

De acordo com os autores, pelo “Instituto de Percepção”, o ser humano tem necessidade de informação, para estar a par de fatos que vão além de sua experiência pessoal, pois “o

conhecimento do desconhecido lhes dá segurança, permite-lhes planejar e administrar suas próprias vidas” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 36).

No entanto, para que o Jornalismo cumpra este papel, precisa seguir à risca critérios fundamentais que garantam o respeito e a fidelidade do público, entre eles a informação independente, precisa e compreensível. Assim, há uma relação saudável e duradoura no consumo da informação. São nestes elementos que se constitui um Jornalismo profissional de qualidade, diferenciando este de outros tipos de propagação de informação, como, por exemplo, a opinião ou as convicções próprias dos indivíduos: “O jornalismo destinado a fornecer outras coisas diferentes acaba subvertendo a cultura democrática” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 20).

Esse papel fundamental da imprensa foi ganhando força à medida que os meios de comunicação de massa também se estabeleceram na sociedade e conquistaram independência. Antes disso, tamanho poder de influência dos *mass media* na sociedade servia apenas como ferramenta para que instituições sociais já estabelecidas pudessem causar transformações na sociedade. Uma instituição social, para Stig Hjarvard (2015),

[...] é um domínio ou campo da vida social identificável que é governado por um determinado conjunto de regras formais e informais, apresenta uma estrutura particular, desempenha determinadas funções sociais, e aloca recursos para a ação social de maneiras variadas. Família, política e religião podem ser consideradas instituições a partir dessa perspectiva (HJARVARD, 2015, p. 56).

Política, religião e família tinham relações diretas com as mídias de massa, de maneira a promover seus conceitos e suas regras pela sociedade. Mas, de acordo com Hjarvard (2015), ao longo dos anos, grande parte desses veículos de massa passou a não mais apenas servir a outras instituições, mas também a andar com as próprias pernas.

[...] No passado, a mídia de massa era controlada primordialmente por outras instituições sociais. Por exemplo, a imprensa política era significativamente influenciada pelas lógicas da instituição política. De maneira semelhante, muitos jornais e revistas eram parcialmente controlados pelas instituições da religião, da cultura e da ciência. Hoje, várias mídias de massa perderam parte de sua dependência de outras instituições e adquiriram um maior grau de controle sobre importantes recursos da sociedade, incluindo informação pública e atenção. Podemos, portanto, pensar essas mídias enquanto instituições semi-independentes na sociedade, controlando até certo ponto as formas pelas quais outras instituições acessam os recursos comunicativos e as esferas públicas (HJARVARD, 2015, p. 56).

A mídia tornou-se uma instituição independente, com regras próprias e funções sociais. Também passou a dar sentido às interações entre os indivíduos, o que, para José Luiz Braga (2018), é característica marcante de uma instituição social.

[...] um conjunto de regras socialmente compartilhadas (instituídas), com alguma estabilidade no tempo, que organizam as atividades sociais (comportamentos, valores, circulação de ideias e práticas) conforme lógicas constituídas no processo mesmo de institucionalização. As instituições viabilizam e dão sentido às interações sociais ocorrentes em seu âmbito [...] (BRAGA, 2018, p. 294).

Portanto, se antes a mídia era controlada por outras instituições, como a política e a religião, influenciada por lógicas já existentes, e se servia como apenas um meio de propagação partidária e religiosa, posteriormente passou a ganhar independência e também controlar as formas de interação de outras instituições na esfera pública. Esse poder de influência foi possível pelas mudanças promovidas pela mídia de massa, a partir do processo de midiaticização, considerado por André Goes Mintz (2019, p. 99) uma “transformação social de longo prazo decorrente de uma crescente participação da mídia na vida social”. Para Hjarvard (2012), foi através deste processo que a mídia se tornou ainda mais importante dentro da cultura e da sociedade.

Esse processo é caracterizado por uma dualidade em que os meios de comunicação passaram a estar integrados às operações de outras instituições sociais ao mesmo tempo em que também adquiriram o status de instituições sociais em pleno direito (HJARVARD, 2012, p. 64).

Mídia e sociedade são integradas, e formulam um processo de transformação em suas várias esferas. Para Stig Hjarvard (2012), a midiaticização acontece à medida que as comunicações são mediadas, dia após dia.

A mediação descreve o ato concreto da comunicação através de um meio em um contexto social específico. Por outro lado, a midiaticização se refere a um processo mais a longo prazo, segundo o qual as instituições sociais e culturais e os modos de interação são alterados como consequência do crescimento da influência dos meios de comunicação (HJARVARD, 2012, p. 66).

Portanto, há uma inter-relação entre pessoas e meios, capaz de causar mudanças e promover adaptações em ambos, a partir da experiência da interação. Está inserida, neste

contexto, a comunicação mediada, em que a informação é formatada em um determinado contexto e em uma angulação específica. Hjarvard (2012) explica que:

[...] as representações da realidade nos meios de comunicação assumiram uma posição tão dominante na nossa sociedade que tanto nossas percepções e construções da realidade quanto nosso comportamento têm seu ponto de partida em representações mediadas e são guiados pelos meios de comunicação, de modo que fenômenos como a guerra já não são mais como eram antes (HJARVARD, 2012, p. 61-62).

Portanto, esses meios de comunicação se estabeleceram na sociedade como moldes para estilos de vida, mas fazem isso por meio de representações do real. O público, a partir do momento em que escolhe consumir as informações de um veículo de comunicação, precisa ficar ciente de que está diante de um recorte dos fatos, construído por jornalistas daquele meio, com uma linha editorial específica. Para Hjarvard, as distintas representações construídas pelos meios de comunicação não colocam em risco a realidade absoluta dos fatos, desde que seja possível fazer essa distinção.

O conceito pós-moderno é muito exagerado na medida em que proclama o desaparecimento da realidade e a desintegração de distinções, categorizações, que são fundamentais na sociedade e na cognição social. É difícil imaginar como as instituições sociais seriam capazes de continuar a funcionar se fato e ficção, natureza e cultura, arte e ciência não fossem mais entidades distinguíveis (HJARVARD, 2012, p. 62).

Independentemente do recorte escolhido pelo corpo editorial, é essencial que a informação seja segura e confiável, já que a notícia é a matéria-prima para que as pessoas tomem decisões e formem opiniões sobre o mundo. Mas existe uma “verdade” absoluta no Jornalismo? Ou ela está na subjetividade de quem conta a história e de quem a recebe? Para Kovach e Rosenstiel (2003, p.61) “a verdade cria uma sensação de segurança que se origina da percepção dos fatos e está na essência das notícias”. Para os autores, mais vale uma informação bem apurada que uma busca exacerbada pela verdade nua e crua, que pode não existir. Mais vale defender técnicas e recursos para se buscar alguma verdade a ser passada ao público – uma representação do real – que querer noticiar a todo custo uma verdade por excelência.

É isso que o jornalismo procura – uma forma prática e funcional da verdade. Não a verdade no sentido absoluto ou filosófico. Não a verdade de uma equação química. Mas o jornalismo pode – e deve – perseguir a verdade num sentido por meio do qual possamos funcionar no dia-a-dia (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 68).

Portanto, para Kovach e Rosenstiel (2003), ao fazerem uma representação da realidade, os meios pretendem dar um significado aos acontecimentos para que cada um dos indivíduos possa se guiar e tirar suas próprias conclusões. Esse processo se dá, como sugerem os autores, “despojando a informação de qualquer resíduo de dados errados, desinformação ou informação autopromocional, deixando que a comunidade reaja e assim surja o processo seletivo das notícias” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p.73). A verdade surge da conversação e da interação.

É fato que a necessidade de uma verdade – bem apurada e responsável – é ainda maior em um contexto de tanta desinformação. A responsabilidade do jornalista está em selecionar informações confiáveis e não dar espaço àqueles conteúdos sem fundamentos. Kovach e Rosenstiel (2003) lembram que o equilíbrio, no Jornalismo, é subjetivo e que os profissionais da informação podem cair no erro de dar o mesmo espaço para distintas realidades pelo simples fato de serem versões diferentes: “escrever uma matéria tratando de ser justo com os dois lados da história talvez não seja o ideal de verdade, sobretudo se os dois lados não têm o mesmo peso” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p.74). Exemplo disto é a explicação narrada por meio de um editorial do Jornal Nacional, da TV Globo, sobre o negacionismo contra a Covid-19. Durante a pandemia, o noticiário da emissora se posicionou a favor da imunização e dos cuidados contra a disseminação da doença, e criticou a defesa de medicamentos sem comprovação científica, mas os jornalistas foram atacados por não apresentarem versões positivas dos remédios – sem base científica – e de possíveis riscos da vacina contra a Covid-19. Na edição do dia 19 de junho de 2021, o apresentador William Bonner ressaltou que tudo tem vários ângulos no Jornalismo, mas que há exceções: “[...] quando estão em perigo coisas tão importantes, como o direito à saúde ou o direito em viver em uma democracia; em casos assim, não há dois lados” (JORNAL NACIONAL, 2021). Essa prática de “dois lados a todo custo” contribui para criar um Jornalismo de afirmação, deixando para trás o Jornalismo de verificação. Exemplo disso é a discussão sobre o formato do planeta. Sabemos que a Terra é redonda – como verificado a partir da ciência – mas também existem discursos de que o planeta é plano. Cabe ao Jornalismo discernir se essa afirmação sem fundamento vira notícia.

A responsabilidade jornalística demanda lealdade aos cidadãos e exige informações relevantes e compreensíveis. Para fazer isso, Kovach e Rosenstiel (2003) destacam que o jornalista precisa ser independente – de publicidades ou de órgãos públicos e privados e de suas fontes – e necessita de liberdade para trabalhar em busca da informação. Este último elemento, por sinal, vem sendo prejudicado, principalmente nos últimos anos, diante da alta do

cerceamento à liberdade de imprensa no Brasil e no mundo. Todos esses elementos permitiram que a imprensa ganhasse credibilidade ao longo do tempo. As pessoas passaram a confiar na notícia. Principalmente, naquelas provenientes de veículos de comunicação que colocaram em prática esses valores do Jornalismo.

Mas, independentemente da confiança alcançada historicamente, a credibilidade do Jornalismo também está diretamente associada à relação estabelecida com o público e à perspectiva desses receptores. Para Silvia Lisboa e Maria Benetti (2017, p.54), “a credibilidade constituída de um orador precisa preexistir à percepção do interlocutor, mas só ganha sentido dentro de uma relação intersubjetiva”. A forma como a narrativa jornalística é construída impacta no modo de recepção do público, mas o entendimento só é possível diante dos aspectos históricos que dão sentido à vida das pessoas. As autoras destacam que a credibilidade está amparada em fatores éticos, históricos, culturais e sociais.

A credibilidade constituída diz respeito ao perfil do enunciador (jornalista, veículo jornalístico ou o próprio jornalismo) e do quanto ele se aproxima das dimensões ideais e socialmente reconhecidas sobre o que torna um enunciador digno de confiança. [...] Já a credibilidade percebida é resultado da avaliação que o leitor faz do jornalismo a partir de indicadores presentes na credibilidade constituída (LISBOA; BENETTI, 2017, p. 58).

Outro autor que trata do tema, Vizeu (2006) propõe que o alcance da credibilidade é possível a partir do monitoramento do público. Ele defende que “as instituições jornalísticas que ocupam um lugar central no desenvolvimento do capitalismo brasileiro devem estar em constante vigilância pela sociedade, uma vez que cumprem uma função relevante na construção da sociedade” (VIZEU, 2006, p. 27). A partir do conceito de “audiência presumida”, Vizeu afirma que os jornalistas - principalmente os de televisão - pressupõem a todo momento o que o público possivelmente sabe ou não, e estabelecem estratégias de linguagem que fazem funcionar os vínculos entre emissão e recepção, deixando junto à própria notícia os procedimentos necessários para seu entendimento. Em um telejornal, é como se o texto jornalístico guiasse o telespectador em como entender a notícia. Para Vizeu (2006, p. 33), “todo noticiário é um modelo enciclopédico, um manual de instruções, isto é, programa seu telespectador”.

As comunicações mediadas no dia a dia pelos veículos midiáticos acabam moldando as ações dos indivíduos, as decisões familiares, políticas e religiosas, causando um impacto coletivo e entre instituições. A função política, sobretudo de mediação, adquirida historicamente pelo Jornalismo, como aponta Eduardo Meditsch (1992), foi útil à burguesia no

período de expansão dos modos de produção e - apesar de muitas vezes ser considerada uma função inoportuna - continua sendo indispensável e inerente ao trabalho da imprensa.

Para os jornalistas, no entanto, a função política inerente à atividade não pode simplesmente desaparecer por decreto, porque se manifesta no cotidiano de maneira explícita. Seja na relação com suas fontes, no interesse que evidenciam em "plantar", distorcer e sonegar informações, seja na relação com o poder, nas suas seduções e ameaças, seja na repressão a que está submetido na empresa, ou ainda no resultado social que eventualmente o seu trabalho provoca. O jornalista aprende que participa da sociedade numa função mediadora, e que é instrumento de opressão e oprimido nesse papel. Este aprendizado é tanto maior quanto maior a ausência de consenso na sociedade em que está inserido (MEDITSCH, 1992, p. 41).

Na perspectiva da mediação produzida pelos meios, para Hjarvard (2012, p. 77), “o acesso ao meio em si e aos modos de interação que ele disponibiliza para os participantes afetam a capacidade destes para se comunicar”. Tamanha força alcançada pela imprensa foi alavancada, principalmente, por meio da televisão, principal meio de comunicação do brasileiro. A TV permitiu interatividade entre imprensa e público, e mostrou-se uma intercessora para as demandas da sociedade. Para que essa mediação aconteça, a TV conta com recursos capazes de promover essa interação. A influência da mídia na interação social, para Hjarvard (2015), é desenvolvida com base na teoria das *affordances* de Gibson (1977), ou seja, nas possibilidades comunicativas trazidas pelas características tecnológicas, estéticas e sociais do meio, que “influenciam quais padrões de interação social virão a ser mais dominantes que outros e como eles são enunciados” (HJARVARD, 2015, p. 57). O conceito de *affordance* diz respeito à capacidade que cada mídia/ tecnologia tem de estimular ações dos seres humanos e de proporcionar interação entre os indivíduos. Assim como um objeto proporciona um ato por meio de suas características - como um lápis que permite a escrita -, um meio de comunicação promove uma ação de um ou mais indivíduos a partir de suas propriedades intrínsecas.

A TV tornou-se um importante meio para relacionamento entre imprensa e telespectador – principalmente por seu poder de persuasão, sua presença na vida das pessoas e seus aspectos técnicos que possibilitaram um show de imagem e som em tela –, na maioria das vezes, defendendo interesses públicos e auxiliando as pessoas no dia a dia em suas tomadas de decisão.

2.2 A CREDIBILIDADE DA TELEVISÃO

A televisão cumpre um papel significativo como fonte de informação do brasileiro, sendo o principal meio para acesso a esse tipo de conteúdo. Segundo dados de 2021 da Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua 2022), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a TV está presente em 95,5% dos 72,9 milhões de lares do país. O percentual é maior que o de lares que possuíam acesso à internet (90%), o que ressalta a força da televisão ainda constante na vida dos brasileiros. Vale destacar que o aparelho de televisão aparece em segundo lugar na pesquisa como meio de acesso à internet, ficando atrás apenas do celular. Em 2021, o telefone móvel foi utilizado em 99,5% dos domicílios que possuíam acesso à internet. Em segundo lugar, dentre os meios utilizados para o acesso ao espaço virtual, estava a televisão (44,4%), seguida pelo microcomputador (42,2%) e pelo tablet (9,9%).

A última Pesquisa Brasileira de Mídia, em 2016, ressaltou os hábitos de consumo de mídia da população e revelou que 63% dos entrevistados utilizavam a televisão como primeira fonte de informação. Arlindo Machado (2000) destaca que a televisão, independentemente dos seus níveis de audiência, sempre teve o maior poder – entre os meios de comunicação – para alcançar uma grande massa de pessoas.

A verdade é que a televisão opera numa tal escala de audiência, que nela o conceito de “elitismo” fica completamente deslocado. Mesmo o produto mais “difícil”, mais sofisticado e seletivo, encontra sempre na televisão um público de massa. A mais baixa audiência de televisão é, ainda assim, uma audiência de várias centenas de milhares de telespectadores, e, portanto, muito superior à mais massiva audiência de qualquer outro meio, equivalente à performance comercial de um best seller na área da literatura. Essa é, talvez, a contribuição mais importante da televisão para a superação da incômoda equação “melhor repertório/menor audiência”: agora, mesmo a menor audiência é sempre a maior que um trabalho de alta qualidade poderia almejar. Esse simples fato já não justifica toda a televisão? (MACHADO, 2000, p. 30).

É fato que nos últimos anos, o acesso à internet vem crescendo exponencialmente. Segundo a mesma pesquisa do IBGE (Pnad Contínua), de 2019 para 2021 o número de residências com acesso à internet subiu de 82,7% para 90%, ao passo que a presença do aparelho de televisão nos lares teve queda de 96,3% para 95,5%. Diante do crescente acesso à internet, houve uma série de adaptações no universo televisivo, de olho no modo de consumo do público. Mas independente das adequações realizadas, é nítido o papel central que a TV continua ocupando na vida dos brasileiros. Sean Hagen (2008) defende que, com os olhos fixos do público, a TV não só define o que é notícia, mas se torna ela própria uma informação. Segundo Flávio Porcello (2006), o espetáculo audiovisual da televisão, por si só, gera credibilidade.

A televisão dá prioridade ao componente visual, de maneira a causar muita fascinação ao público. Ela aumenta o peso da imagem em relação ao valor da palavra. E o telespectador decodifica, mais facilmente, os códigos visuais do que os verbais. Se alguém diz que “isso apareceu na TV”, o outro aceita, passivamente, a situação como um fato real: “Se apareceu na TV, então aconteceu” (PORCELLO, 2006, p. 146).

Vizeu (2014) afirma que a linguagem telejornalística é informativa, mas, ao mesmo tempo, pedagógica, à medida que cumpre a função social de contribuir para o entendimento da notícia, na construção de narrativas mais simples e didáticas possíveis.

Entendemos o telejornal como o meio mais simples, cômodo, econômico e acessível para conhecer e compreender tudo o que acontece na realidade e como se transforma a sociedade. A definição, aparentemente simples, esconde uma complexidade. O pressuposto é de que a informação televisiva seja um bem público (VIZEU, 2014, p. 95).

É a partir dessa responsabilidade na produção dos conteúdos que a TV se tornou referência e permitiu criar espaços para discussões. Eugênio Bucci (1997) ressalta que é pela televisão que o Brasil é conhecido.

A televisão é muito mais do que um aglomerado de produtos descartáveis destinados ao entretenimento da massa. No Brasil, ela consiste num sistema complexo que fornece o código pelo qual os brasileiros se reconhecem brasileiros. Ela domina o espaço público (ou a esfera pública) de tal forma que, sem ela, ou sem a representação que ela propõe do país, torna-se quase impraticável a comunicação – e quase impossível o entendimento nacional (BUCCI, 1997, p. 9).

É por meio da TV que o telespectador se situa no mundo, compreendendo o que acontece à sua volta. Para Bucci (1997), a televisão delimita o espaço público brasileiro, ao reproduzir a imagem do país e debater temas da sociedade, criando uma integração nacional entre as pessoas.

O espaço público no Brasil começa e termina nos limites postos pela televisão. (...) O que é invisível para as objetivas da TV não faz parte do espaço público brasileiro. (...) Dentro desses limites, o país se informa sobre si mesmo, situa-se dentro do mundo e se reconhece como unidade (BUCCI, 1997, p. 11).

Diante da capacidade da TV de ampliar os debates cotidianos, pesquisadores da Rede Telejor consideraram o telejornal uma “nova praça pública” (Vizeu, Porcello e Mota, 2006), fazendo alusão às *ágoras* da Grécia antiga - pontos de encontro para discutir os problemas da

sociedade. Esse potencial da TV atrelado às características intrínsecas do meio ajudam na construção do imaginário social (Porcello, 2008).

A televisão é a versão moderna da praça pública na qual a sociedade se encontrava na Grécia Antiga. A tela luminosa da TV representa a Ágora. Mas não se trata de uma simples substituição. As cores, formas, imagens, palavras, sons e silêncios, através da televisão, ajudam a construir o imaginário social. A TV é hoje o espaço público onde a vida acontece (PORCELLO, 2008, p.79).

A TV abriu espaço para diferentes falas, discussões e percepções. O meio permitiu que as pessoas se sentissem representadas pelas histórias contadas em tela. Dificuldades e desafios vivenciados em sociedade passaram a ser narrados na TV. Para Iluska Coutinho (2009, p. 73), os telejornais suprem uma função pública, pois se apresentam “como mediação entre a experiência vivida pelo outro, cuja fala aparece na tela e no mundo, e a vida particular de cada telespectador em suas relações com a sociedade”. E, portanto, se a TV mostrou, a impressão que fica é de legitimidade. Se determinada discussão mereceu espaço no telejornal, há um carácter de segurança na informação. Isso se dá a partir da confiança alcançada nesta relação histórica entre a televisão e a sociedade.

Cárlida Emerim, Cristiane Finger e Beatriz Cavenaghi (2017, p. 7) defendem que “cada programa [televisivo] opera diferentes estratégias para construir seus discursos e, como consequência, construir seus contratos comunicativos com os telespectadores”. Esse contrato é importante no estabelecimento e na manutenção da credibilidade, e dá ao telespectador a segurança do compromisso da televisão com seus anseios. Não à toa, de acordo com Nelson Traquina (2000, p. 3), os *media* noticiosos, por monitorarem as ações dos três poderes da República, foram considerados o “quarto poder”, uma metáfora, como anteriormente descrito. O autor destaca que a TV tem um duplo papel relevante na sociedade, na garantia dos direitos dos cidadãos e na orientação da população diante dos acontecimentos do dia a dia:

Primeiro, ser um guardião dos cidadãos, protegendo-os do abuso de poder por governantes que até então apenas tinham mostrado a face da tirania. Segundo, ser simultaneamente um veículo de informação para equipar os cidadãos com ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos, e uma voz dos cidadãos a expressão das suas preocupações, da sua ira, e, se preciso, da sua revolta (TRAQUINA, 2000, p. 3).

Exatamente por essa responsabilidade, os proprietários de veículos de imprensa e jornalistas, segundo Traquina (2000, p. 3), “não devem esquecer a liberdade positiva da imprensa – a liberdade que é também uma fonte fundamental de legitimidade – de servir o

interesse público com informação que seja justa e significativa”. Liberdade, esta, que, para estudiosos e profissionais, tem sido cada vez mais prejudicada diante dos casos de cercamento.

Tal liberdade de trabalho contribuiu para elevar a credibilidade do telejornalismo e sua legitimidade. Porém, a aferição da credibilidade, também no telejornalismo, está associada não só ao trabalho do profissional da imprensa, mas dos anseios de quem recebe a notícia. Mesmo diante das constantes mudanças tecnológicas nos meios de comunicação, para Edna Mello (2017, p. 17), “o telejornalismo ao longo dos anos vem construindo sua identidade em torno de sua legitimidade dos laços criados com o público”.

Mesmo diante de um número cada vez mais amplo de possibilidades informativas, a TV utiliza da relação histórica com o público para se manter enquanto meio. E faz isso, também, de olho nas novas tecnologias a seu alcance. É fato que a televisão nem sempre contou com ferramentas tecnológicas de ponta, capazes de promover uma interação de massa. O veículo foi se adaptando ao longo dos anos para tentar driblar a relação unilateral de comunicação – em que a TV é a emissora e o telespectador, o receptor – ao criar alternativas de participação dos indivíduos por meio de ligações e, mais recentemente, participações via rede social nos telejornais. Uma espécie de via de mão dupla, em que o emissor também recebe e o telespectador, emite uma informação. As práticas telejornalísticas têm se estruturado em torno do compromisso de levar informação com o apoio de novos formatos.

Contudo, tal capacidade de interação ainda se mostrou limitada, frente às possibilidades heterogêneas da internet. O público se viu diante de um vasto conteúdo nas redes, com acesso mais livre e dinâmico. Houve uma mudança de comportamento do público, que agora poderia não só consumir informações mais variadas, mas também fazer suas próprias produções. Daí, o tensionamento entre o que é produzido na TV e o que circula na internet. Indivíduos contam com um grande fluxo de informação, podem ver seus posicionamentos serem compartilhados, sem depender da intermediação de um veículo de imprensa, e se conectam aos conteúdos de interesse pessoal de maneira ágil e fácil. Estaria aí um possível problema para os meios tradicionais - o principal deles, a TV – não fosse a convergência e o aproveitamento das possibilidades permitidas pelas plataformas digitais, as *affordances* da internet (Gibson, 1977).

2.3 TELEVISÃO E INTERNET: CONSUMIDORES EM CONVERGÊNCIA

As características das mídias digitais propiciam uma interação ampliada. As possibilidades permitidas pelas plataformas disponíveis na internet dão ao público um leque de ações possíveis, não só no consumo de informação, mas na convivência virtual. Esse efeito

causado pela junção das propriedades do meio e as formas de uso por parte do ser humano é conceituado por Gibson (1977) como *affordance*. Para o autor, a utilidade do ambiente ou espaço está diretamente ligada ao agente. Portanto, a *affordance* é uma junção das características do ambiente com a ação de um indivíduo, “uma combinação específica das propriedades de sua substância e suas superfícies tomadas com referência a um animal” (GIBSON, 1977, p. 67). Com suas inúmeras possibilidades à disposição do internauta, as plataformas digitais são capazes de gerar fluxos comunicacionais mais amplos, que causam grandes impactos na sociedade. Por isso, o contexto da midiatização incorpora o ambiente digital, como um espaço de interação capaz de gerar mudanças significativas na sociedade. Para Mintz (2019), no âmbito da participação da mídia na vida social, a internet tem efeitos mais difusos e disformes. Isso foi possível, principalmente, com a chegada da Web 2.0, uma internet que não só possibilitaria guardar informações para consulta, mas permitiria compartilhar conteúdos e interagir com as pessoas.

Essa heterogeneidade da internet permitiu um fluxo mais amplo de informações e interações, o que impactou diretamente no modo de produção dos meios tradicionais de mídia. Para Poell, Nieborg e Dijck (2020, p. 6), “o rápido surgimento de um punhado de empresas de plataformas desafia o poder dos operadores históricos dessas indústrias”. É por isso que muitas dessas empresas tradicionais de mídia se viram no dever de realizar grandes adaptações, por meio de uma convergência midiática.

De meios mais marcadamente distintos como a televisão, o rádio ou o impresso, trasladam-se ao “metameio” da internet ou do digital. Encontram-se aí reunidos imagem, texto e som em formas e combinações infinitas e diferentes modalidades de interação e endereçamento que variam do interpessoal ao broadcast, do síncrono ao assíncrono, em múltiplos matizes (MINTZ, 2019, p. 102).

No Jornalismo não foi diferente. Por muito tempo o processo de consumo da informação foi bilateral – de um lado, os jornais, do outro, o leitor. Edna Mello (2017, p.2-3) lembra que, nos veículos tradicionais de comunicação, “as notícias são definidas segundo um conjunto de relevância que foi de certa forma pré-estabelecido pelas convenções profissionais da área e pelo processo produtivo de cada meio”. Na televisão, o telespectador, por muito tempo, precisou assistir a uma programação televisiva fixa e pré-definida. Com a internet, o público tem acesso a diversos conteúdos informativos sem ligar a TV; pode ficar sabendo de tudo o que acontece, na tela do celular, no ônibus, no carro, no trabalho, na rua, sem se preocupar em parar para ver

televisão. Além disso, podem acessar os conteúdos de maior interesse, sem depender do que os canais de TV vão oferecer naquele dia.

Essa característica da internet fez com que o público passasse a consumir com mais frequência os conteúdos virtuais, que se adaptam às suas rotinas com facilidade. Conseqüentemente, nesta relação, as informações on-line – apuradas ou não, corretas ou não – passaram a ganhar crédito de grande parte da população. Se a rotina das pessoas tem ficado cada vez mais acelerada nos últimos anos, dificultando o acesso à televisão e à sua programação agendada, a internet chegou como uma alternativa para que a população continuasse conectada – e até ampliasse suas redes de informação e de contatos. E se as pessoas, como telespectadoras de TV, pouco podiam se posicionar diante dos conteúdos informativos, como internautas, ganharam espaço de fala ampliado, sobretudo por meio das plataformas digitais.

Nesta perspectiva, os cidadãos podem consumir informação em diferentes tipos de tecnologia, a depender de seu envolvimento cultural (Jenkins, Green e Ford, 2014). A disseminação de conhecimento acontece por diferentes meios de comunicação, dos mais tradicionais aos digitais, de modo a contribuir na construção das visões de mundo dos cidadãos. Há uma conexão no uso dos meios de comunicação.

[...] o uso de determinados serviços não deveria ser visto isoladamente, mas, ao contrário, num contexto de conexões, uma vez que as pessoas adotam um leque de tecnologias com base em que se e quando uma plataforma específica melhor sustenta as atividades culturais com as quais se envolve (JENKINS; GREEN; FORD, 2014, p. 35).

Portanto, se em um contexto histórico a imprensa ganhou a fama de defensora dos interesses da população, com a ampliação das possibilidades de posicionamento do público, a própria sociedade passou a cobrar e monitorar os jornalistas. Para Iluska Coutinho, Jhonatan Mata e Gustavo Pereira (2020, p. 23), “se é em nome dos cidadãos que os jornalistas fiscalizam os três poderes e produzem cotidianamente os telejornais, seriam os telespectadores, em última análise, os garantidores da qualidade no telejornalismo”. Neste contexto, a internet passou a ser não só um campo de acesso para inúmeros e diversos tipos de conteúdo, mas também local de questionamentos acerca do trabalho dos telejornalistas.

[...] Na reflexão acerca da qualidade no jornalismo audiovisual ganham especial relevância os debates que ocorrem na Internet sobre o telejornalismo e o que se (re)conhece como notícia na perspectiva dos cidadãos. Nas redes, e por meio de alguns de seus personagens, a qualidade da mídia e do jornalismo, e sua importância para a sociedade são colocadas em questão, em diferentes cenários [...] (COUTINHO; MATA; PEREIRA, 2020, p. 24).

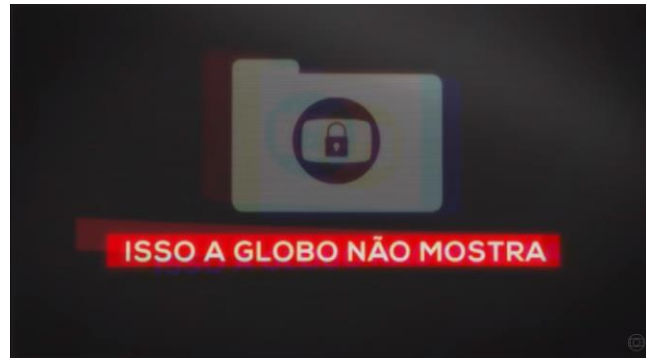
Essas possibilidades permitidas pelas novas tecnologias abriram espaço para o posicionamento do internauta, que passou também a questionar o que é elencado como notícia por meios tradicionais de comunicação. Uma parcela desses novos consumidores não mais aceita o que é narrado como verdade pelo telejornalismo – ou a representação do real produzida pelo meio – já que têm acesso a inúmeras outras versões do fato pela internet e também podem publicar as suas próprias.

A TV Globo, maior veículo de comunicação do Brasil, sempre exerceu enorme influência dentro da sociedade brasileira, mas também foi criticada por temas polêmicos que abordou – ou deixou de abordar. Aproveitando-se desse histórico de influência, a emissora buscou reverter a negatividade da expressão “Isso a Globo não mostra”, compartilhada à exaustão nas redes sociais digitais a partir dos protestos de julho de 2013¹, com a criação de um quadro de humor com o mesmo nome veiculado na revista eletrônica Fantástico entre 20 de janeiro e 29 de dezembro de 2019 e, posteriormente, entre os dias 1º e 22 de março de 2020. O produto abordou uma exposição de notícias, acontecimentos ou situações que, por algum motivo, não foram exibidos pela emissora em seus programas e noticiários e que, por ventura, tenham sido alvo de críticas na internet. Contrariando uma posição tradicional e fora dos padrões comuns de abordagem, a Globo criou o quadro de humor, utilizando a frase “Isso a Globo não mostra”, presente na própria vinheta (figura 1), com o objetivo de rir de si mesma e de determinados assuntos. Dessa forma, ao utilizar imagens da programação da própria emissora, com uma linguagem mais próxima da internet e, principalmente, dos memes², muitas pessoas passaram a utilizar a frase “Isso a Globo não mostra” como uma estratégia de humor e não mais apenas como crítica. A expressão permitiu desconstruir narrativas originais em um processo de apropriação midiática, em que, segundo Coutinho, Falcão e Martins (2019, p. 5), “a demanda seria por reelaboração de novas formas de comunicação capazes de trazer a afetação de quem toma contato com audiovisuais, publicações e todo o tipo de elemento narrativo que faz o uso do ‘Isso a Globo não mostra’”.

¹ Os protestos inicialmente eram contra o aumento das tarifas do transporte público, mas revelaram uma insatisfação geral da população brasileira com a classe política, corrupção e problemas sistemáticos.

² Imagem, vídeo, frase, expressão, parte de um texto, copiada e compartilhada rapidamente através da internet, por um grande número de pessoas, geralmente com um teor satírico e humorístico.

Figura 1 - Vinheta do quadro Isso a Globo Não Mostra do programa Fantástico



Fonte: reprodução / Globoplay (2023). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/isso-a-globo-nao-mostra/t/zTzvGhjk8w/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

A presença de montagens com cenas de novelas, matérias jornalísticas, erros e cenas um tanto vergonhosas da história da Globo deixam à mostra um lado mais humano da empresa. No Twitter, a hashtag #issoaglobonãomostra foi para o topo dos *Trending Topics*³ nacionais na primeira exibição do quadro e conseguiu manter relevância constante nos demais domingos. A estratégia contribuiu para a aproximação da emissora com o público que a monitora, sobretudo no meio digital. Para Coutinho, Falcão e Martins (2019), a montagem de diferentes gêneros que permanecem à mostra permite reflexões e causa aproximação com o telespectador.

[...] essa apropriação, atenta à reação do público, pode potencialmente provocar uma empatia com o telespectador, suspender o peso da crítica inicial trazida pela expressão, e ao mesmo tempo representar uma experiência de (tele)jornalismo opinativo com críticas duras e infrequentes no histórico de telejornais e formatos noticiosos mais consolidados (COUTINHO; FALCÃO; MARTINS, 2019, p. 5).

Este posicionamento da emissora demonstra a preocupação em conquistar a simpatia do público e deixa à mostra a força dos receptores barulhentos (Jenkins, 2009). Parte desses receptores assumem o papel de fiscalizadores da imprensa e, por isso, podem ser associados ao que se entende como “Quinto Poder”, expressão denominada por Willian H. Dutton e Elizabeth Dubois (2015, p. 52-53, tradução própria): “[...] assim como a imprensa criou o potencial para um quarto poder no século XVIII, a Internet está possibilitando um quinto estado no século XXI”. Para Dutton (2009, p. 4, tradução própria), “[...] indivíduos podem interagir com pessoas, informações, serviços e tecnologias de forma que sigam e reforcem seus interesses pessoais”.

³ uma palavra, frase ou tópico mencionado em uma taxa maior do que outros é considerado um "*trending topic*" ou simplesmente uma "tendência". *Trending topics* tornam-se populares por meio de um esforço conjunto dos usuários ou por causa de um evento que leva as pessoas a falar sobre um tópico específico.

Deste modo, para parte do público, acaba prevalecendo a convicção em detrimento a uma informação confiável, já que o internauta pode interferir nos conteúdos, opinar sobre eles e até mesmo compartilhar suas próprias produções. Coutinho, Mata e Pereira (2019, p. 77) afirmam que quarto e quinto poderes “colidirão devido às peculiaridades e potencialidades que a Internet traz de divulgação de conteúdo livremente, com menos controle e principalmente romper a lógica do receptor como alguém que não interage e interfere nas produções [...]”. Para os autores, tal conflito foi evidenciado nas eleições presidenciais de 2018:

Jair Bolsonaro demonstrou a todo momento um conflito entre o quarto e o quinto estado, já que em muitas de suas mensagens faz referência à mídia tradicional, tanto de forma positiva como forma de legitimar as afirmações do candidato, como negativas, nas quais ele argumenta em oposição a este quarto estado que tentaria enfraquece-lo (COUTINHO; MATA; PEREIRA, 2019, p. 87).

Portanto, é importante perceber, neste contexto, possíveis riscos para o exercício da profissão, já que o trabalho do jornalista - de apuração, checagem e representação da realidade - é ameaçado. Diante disso, é válido entender o espaço que a internet ocupa na sociedade. O meio parece “empoderar” o indivíduo, que acredita poder julgar o que é a verdade e contestar aquilo que é apresentado como notícia pela TV, mas não coincide com sua ideologia e seus pensamentos. Se em um período, os telejornais estiveram numa posição de destaque ao defender as necessidades da população, agora também são criticados por exibirem conteúdos indesejados por parte dos telespectadores. Tal discordância é entendida neste trabalho como um dos motivos do aumento do número de ataques contra jornalistas profissionais nos últimos anos.

3 DO CONFLITO À VIOLÊNCIA: OS ATAQUES A JORNALISTAS E À LIBERDADE DE IMPRENSA

As atualizações dos modos de consumo da informação e as alterações na credibilidade do Jornalismo televisivo atreladas às convicções pessoais dos indivíduos estão diretamente ligadas aos ataques contra jornalistas profissionais. Contudo, o problema enfrentado pelos profissionais da informação é mais antigo: vai além dos acontecimentos dos últimos anos – sobretudo de 2018 para cá, tempo em que houve uma crescente nos episódios violentos contra a imprensa. Por diferentes motivos e em distintos cenários, a violência sempre permeou o trabalho do jornalista. É o que aponta o relatório anual da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Tal contexto também fica evidente diante de acontecimentos marcantes na história das coberturas jornalísticas no Brasil, como o episódio do assassinato do repórter investigativo Tim Lopes no Rio de Janeiro. De lá pra cá, houve um aumento expressivo nos episódios violentos contra jornalistas, não só motivadas por coberturas policiais – como no caso de Tim – mas também por questões políticas, como nos ataques ocorridos nos protestos de 2013 a 2015, e nos registros agressivos de Jair Bolsonaro e seus seguidores de 2018 a 2021.

Tal processo pode ser comparado a um tipo de relação com o poder descrita em trabalhos acadêmicos. Para Domenach (1963), o papel do líder político é utilizado para instaurar o medo e a desordem, para propagar suas próprias convicções; além disso as ideologias perpassam a realidade, em uma pós-verdade (Tesich, 1992). E, uma vez que o Jornalismo não apresenta uma verdade absoluta (Meditsch, 1992), quando as representações do real realizadas pela imprensa não vão ao encontro das convicções de parte do público, o jornalista profissional passou a ser alvo de violência em uma frequência cada vez maior. Para compreender essa violência de cunho ideológico, que ganhou força nos últimos anos, abordaremos a seguir um histórico de cerceamentos e ataques a jornalistas no Brasil.

3.1 HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS NO BRASIL

O prejuízo à liberdade de imprensa no Brasil possui historicidade. Ainda no começo do século XX, ataques a profissionais de comunicação motivaram a criação dos primeiros órgãos de proteção a jornalistas. Um deles foi a *Federación Internacional de Periodistas* (Federação Internacional dos Jornalistas - tradução do autor) criada em 1926 para representar, à época, quase meio milhão de jornalistas pelo mundo e monitorar os ataques à liberdade de imprensa.

No âmbito deste breve histórico optou-se por privilegiar o período que corresponde à consolidação da televisão brasileira, na década de 1960.

Um grande marco do cerceamento ao Jornalismo foi a censura, que havia vigorado principalmente como política de controle durante o Regime Militar de 1964 a 1985. Por censura, entende-se o exame a que são submetidos trabalhos artísticos ou informativos, com base em critérios morais ou políticos, para avaliação sobre a conveniência de serem liberados para apresentação ao público em geral. A censura foi uma das armas utilizadas pelo regime militar para calar seus opositores e impedir que qualquer mensagem contrária a seus interesses fosse amplamente divulgada. O controle sobre a imprensa foi regulamentado, inicialmente, pela Lei nº 5.250⁴, de 9 de fevereiro de 1967, a Lei de Imprensa, que restringiu a liberdade de expressão. No entanto, a situação se tornou mais crítica com a edição do AI-5⁵, bem como com a do Decreto-Lei nº 898⁶, denominado Lei de Segurança Nacional (LSN), de 29 de setembro de 1969, complementada no ano seguinte pelo Decreto-Lei nº 1.077⁷. Este decreto, de 21 de janeiro de 1970, instituiu a censura prévia, exercida de dois modos: ou uma equipe de censores instalava-se permanentemente na redação dos jornais e das revistas, para decidir o que poderia ou não ser publicado, ou os veículos eram obrigados a enviar antecipadamente o que pretendiam publicar para a Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal, em Brasília.

Mas a censura também era exercida informalmente, por meio de telefonemas e comunicados por escrito, proibindo a publicação de determinados assuntos. O governo também se utilizava da pressão econômica, retirando a publicidade das empresas estatais dos órgãos de imprensa que o contrariavam. Em 1970, o Jornal do Brasil perdeu 15% de sua receita, sendo obrigado a amenizar sua postura crítica em relação ao governo. Problemas sociais e econômicos também tinham restrita sua divulgação, de modo a evitar supostos estragos à imagem do país. Um exemplo bastante significativo foi a censura ao noticiário referente à epidemia de meningite que ocorreu no Brasil em 1974.

Nessa história de limitações à prática profissional de informar durante a Ditadura Militar, há um marco traumático: a tortura e o assassinato de Vladimir Herzog, o Vlado (figura 2). O jornalista nasceu em 1937 na Croácia e mudou-se para o Brasil em 1942. Estudou Filosofia na Universidade de São Paulo e iniciou a carreira de jornalista em 1959 no jornal O

⁴ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm (acesso em 04/06/2023).

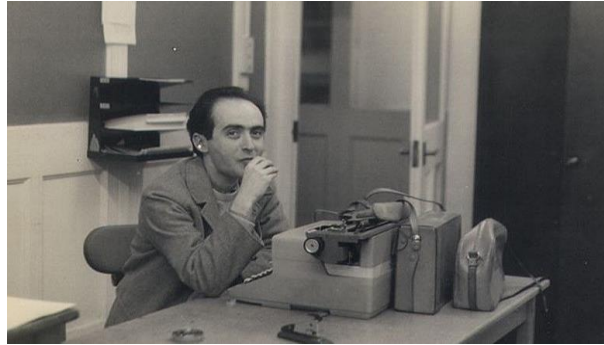
⁵ O AI-5 é uma norma instituída pelo governo militar que estabelecia prerrogativas para que os militares pudessem perseguir os opositores do regime. O ato dava legalidade jurídica para o autoritarismo e a repressão impostos pelos militares desde 1964.

⁶ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0898.htm (acesso em 04/06/2023)

⁷ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm (acesso em 04/06/2023).

Estado de São Paulo. Vladimir passou pela BBC de Londres e, no Brasil, pela revista Visão. Foi, também, professor de telejornalismo na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e na Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA-USP) e, em 1975, foi escolhido pelo secretário de Cultura do estado de São Paulo para dirigir o Jornalismo da TV Cultura.

Figura 2 - Jornalista Vladimir Herzog, o Vlado



Fonte: Sérgio Decourt / Instituto Vladimir Herzog. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/sobre-o-instituto/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

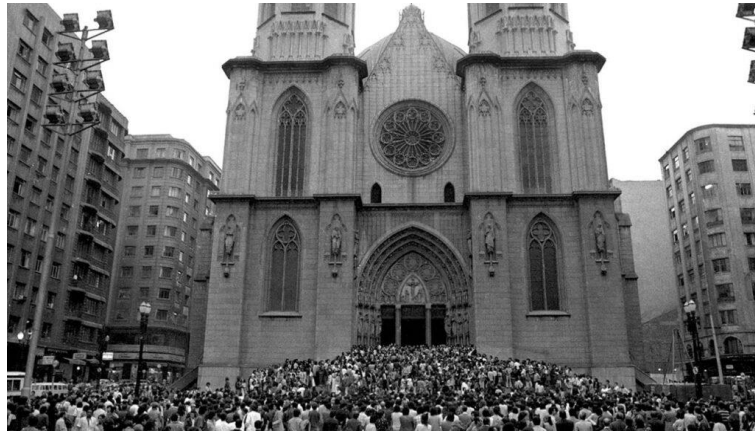
Em 24 de outubro de 1975, agentes do Exército convocaram o jornalista para prestar depoimento sobre as ligações que ele mantinha com o Partido Comunista Brasileiro, que atuava na ilegalidade durante o regime militar. De acordo com o Instituto Vladimir Herzog, no dia seguinte o jornalista compareceu voluntariamente ao prédio do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-CODI, onde foi torturado e morto.

Lá, ficou preso com mais dois jornalistas: George Duque Estrada e Rodolfo Konder. Pela manhã, em depoimento, Vlado negou qualquer ligação com o PCB. A partir daí, os outros dois jornalistas foram levados para um corredor, de onde puderam escutar uma ordem para que se trouxesse a máquina de choques elétricos. Para abafar o som da tortura, um rádio com som alto foi ligado e Vlado nunca mais foi visto com vida. A versão oficial da época, apresentada pelos militares, foi a de que Vladimir Herzog teria se enforcado com um cinto, e até uma foto do jornalista morto na cela do DOI-CODI chegou a ser divulgada. Posteriormente, o autor da foto, Silvaldo Leung Vieira confessou a “farsa do suicídio” e que a imagem foi mais uma mentira contada pelos militares durante a Ditadura (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, 2023).

O movimento criado em torno da morte de Vlado é considerado, segundo o instituto que leva seu nome, o pontapé para o fim da Ditadura Militar, tamanha comoção social. Manifestações populares, principalmente de estudantes, começaram a eclodir, como não ocorria

desde 1968. Uma semana depois do assassinato, mais de 8 mil pessoas participaram de um culto ecumênico (figura 3) na Catedral da Sé, em São Paulo, coordenado por diferentes líderes religiosos. Segundo o Instituto Vladimir Herzog, o fato mobilizou não apenas importantes setores da oposição, mas até o empresariado paulista, movimento que culminou na redemocratização do país.

Figura 3 - Ato religioso em homenagem a Vladimir Herzog



Fonte: portal Instituto Vladimir Herzog. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/ato-interreligioso-na-praca-da-se/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

Ainda conforme o Instituto, no ano seguinte à morte de Vlado, em janeiro de 1976, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo encaminhou à Justiça Militar o manifesto “Em nome da verdade”, assinado por 1.004 jornalistas, contestando publicamente a versão oficial de suicídio, em um período de forte censura e repressão. Em 1978, a justiça brasileira, em sentença proferida pelo juiz Márcio José de Moraes, condenou a União pela prisão ilegal, tortura e morte de Vladimir Herzog. Em 1996, a Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos reconheceu oficialmente que ele foi assassinado e concedeu uma indenização à sua família, que não a aceitou, por julgar que o Estado brasileiro não deveria encerrar o caso dessa forma.

O atestado de óbito, porém, só foi retificado em 2013, substituindo a causa da morte, até então considerada como enforcamento, por lesões e maus-tratos sofridos nas dependências do exército. Em julho de 2018, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) condenou o Estado brasileiro pela falta de investigação, julgamento e punição aos responsáveis pela tortura e assassinato do jornalista. O tribunal internacional também considerou o Estado como responsável pela violação ao direito à verdade e à integridade pessoal, em prejuízo dos familiares de Herzog.

Após este importante fato histórico, a Ditadura Militar, a Constituição Brasileira de 1988⁸ reservou um capítulo para tratar da Comunicação Social. O capítulo V garante a liberdade de imprensa, de expressão e de informação: “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (BRASIL, 2020). José Marques de Melo destaca que “historicamente, o direito de comunicação corresponde ao passaporte da cidadania, ao instrumento que viabiliza a integração de cada indivíduo à sua comunidade. Trata-se inegavelmente de um direito de todos — saber e transmitir, ouvir e falar, conhecer e reproduzir” (MELO, 1986, p. 11).

No entanto, este marco na Constituição de 1988 foi ferido por outros importantes acontecimentos, que afetaram diretamente a liberdade do exercício da imprensa. Meios de comunicação e jornalistas continuaram sofrendo episódios de censura e violência. Ao longo dos anos, os jornalistas passaram a ser atacados ao fazerem coberturas policiais, principalmente com a presença dos profissionais nas favelas acompanhando as abordagens – enfrentando hostilidades, seja da própria população, insatisfeita com a cobertura jornalística, ou dos criminosos presentes nesses ambientes; risco semelhante ao encontrado por jornalistas que fazem coberturas investigativas e são constantemente ameaçados.

O problema da falta de segurança do jornalista ganhou notoriedade e ainda mais importância com o traumático assassinato do jornalista Tim Lopes⁹, da TV Globo. Na madrugada do dia 2 de junho de 2002, o jornalista foi morto enquanto realizava uma reportagem sobre abuso de menores e tráfico de drogas em um baile funk na favela da Vila Cruzeiro, no bairro da Penha, no Rio de Janeiro. De acordo com o “Memória Globo”¹⁰, o repórter foi sequestrado, torturado, “julgado” e executado por traficantes liderados por Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco. O crime chocou a população e foi encarado como um cerceamento à liberdade de imprensa. Tim Lopes decidiu fazer a reportagem depois de receber denúncias de moradores da região de que suas filhas estavam sendo obrigadas por traficantes a participarem dos bailes funks. A confirmação da morte foi feita após uma semana do desaparecimento. O caso do jornalista foi amplamente divulgado pelos telejornais da TV Globo. Tim Lopes tinha mais de 30 anos de carreira, com o objetivo de combater a violência, as injustiças e as

⁸ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm (acesso em 04/06/2023).

⁹ Apesar de ser considerado um herói do Jornalismo, Tim Lopes foi uma vítima. É responsabilidade do veículo de comunicação zelar pela segurança de seus jornalistas. Neste caso, é evidente a falta de proteção a Tim Lopes em suas coberturas, sobretudo as de risco.

¹⁰ <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/assassinato-de-tim-lopes/noticia/assassinato-de-tim-lopes.ghtml> (acesso em 17/06/2023).

desigualdades sociais por meio do Jornalismo. Em suas matérias, o repórter assumiu disfarces para denunciar o que estava errado. Ele se passou por pedreiro para mostrar a rotina nos canteiros de obras, fingiu ser dependente químico para revelar irregularidades em clínicas de tratamento e chegou a se vestir de Papai Noel (figura 4) para falar do Natal de crianças que não tinham a esperança de receber a visita do bom velhinho.

Figura 4 - Tim Lopes disfarçado de Papai Noel durante reportagem



Fonte: reprodução / Globoplay (2023). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10634063/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

Silvia Ramos e Anabela Paiva (2007), no livro *Mídia e Violência*, destacam que o episódio de Tim Lopes não foi um fato isolado e que, após o ocorrido, as ameaças aos profissionais da imprensa se tornaram mais comuns e frequentes, inclusive com alusões ao que aconteceu com o repórter. “Ao menos no Rio de Janeiro, os jornalistas há alguns anos vinham encontrando situações de hostilidade em comunidades populares, em contraste com a receptividade com que eram recebidos nos anos 80 e 90” (RAMOS; PAIVA, 2007, P.99). Fato é que o assassinato de Tim Lopes gerou uma série de mudanças no processo de produção da notícia, como trataremos adiante. O caso também promoveu uma série de políticas dentro das empresas de comunicação e fora delas, no intuito de proteger as equipes no exercício da profissão. Entidades ligadas ao Jornalismo divulgaram métodos de segurança para o trabalho da imprensa, que precisaram ser adaptados anos depois, diante dos novos modelos de ataques enfrentados.

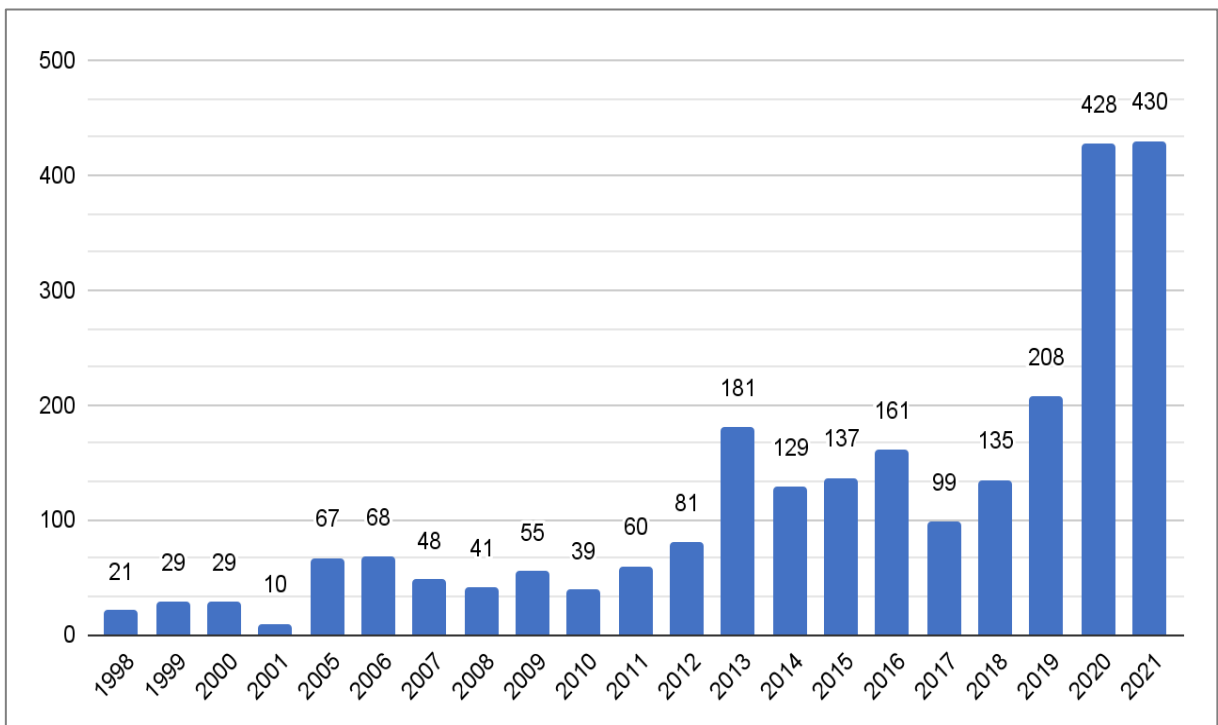
Com o passar dos anos, a violência contra profissionais da imprensa por motivação política ganhou força no Brasil. Sobretudo a partir das manifestações de 2013. Os levantamentos da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) apontam que ataques em massa contra a imprensa foram registrados entre 2013 e 2015. O ano de 2013 foi marcado por manifestações que levaram milhares de pessoas às ruas. Os protestos inicialmente eram contra

o aumento das tarifas do transporte público, mas revelaram uma insatisfação geral da população brasileira com a classe política, corrupção e problemas sistemáticos na saúde e na educação. Naquele ano, dos 181 episódios violentos contra a imprensa, 143 foram nas manifestações de rua, apontando para a gravidade das ações violentas para o exercício do Jornalismo. Segundo a Fenaj, a maior parte das agressões ocorridas durante os protestos partiu de policiais, mas houve também dezenas de casos praticados por manifestantes.

Já em 2015, os protestos foram, sobretudo, motivados pelo impeachment da então presidente da República Dilma Rousseff (PT) - de um lado, manifestantes pediam a saída da petista e, de outro, populares repudiavam o processo de retirada de uma mulher democraticamente eleita. Foi, novamente, um período de um alto número de registros de casos violentos contra jornalistas, muitos deles provocados por manifestantes de posicionamentos políticos contrários ao processo de impeachment.

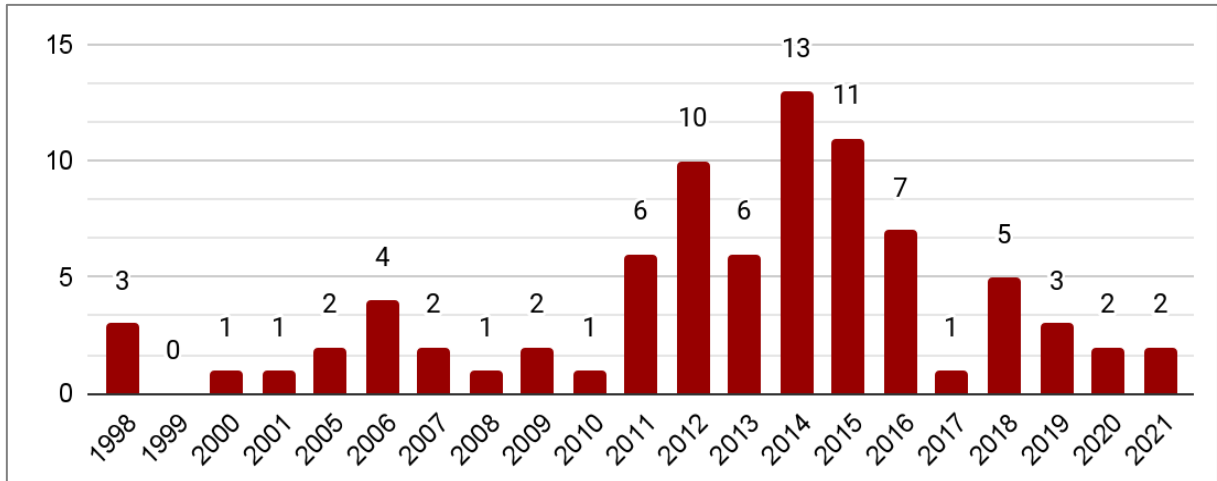
Mesmo diante de um cenário alarmante entre 2013 e 2015, os números de casos ainda foram consideravelmente menores, se comparados aos registrados entre 2018 e 2021, como apontado no gráfico um (1) e como abordado detalhadamente adiante. De acordo com os registros da Fenaj, os anos de 2014 e 2015 também chamaram atenção para o número de mortes de jornalistas (gráfico 2).

Gráfico 1 - Série histórica de casos de violência contra jornalistas no Brasil



Fonte: Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) / adaptado pelo autor (2023).

Gráfico 2 - Série histórica de assassinatos de jornalistas no Brasil



Fonte: Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) / adaptado pelo autor (2023).

Como aponta o gráfico um (1), o número de registros não parou de subir a partir de 2018, ano de eleições gerais. Em 2020, o número de agressões a jornalistas e ataques a veículos de comunicação bateu recorde, sendo, até aquele momento, o maior desde o começo da série histórica feita pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), iniciada na década de 1990. Em 2021, os números se mantiveram nas alturas e um novo recorde foi registrado: foram 430 casos, dois a mais que os 428 registrados em 2020.

Um fenômeno que chama atenção é que o aumento expressivo de casos se deu nos últimos anos, especificamente durante o mandato político de Jair Bolsonaro – responsável por grande parte dos episódios e apontado como um estimulador dos ataques promovidos por seguidores. De 2018 para 2019, o número de ocorrências cresceu de 135 para 208 (54% a mais), o que já havia motivado a emissão de um alerta da Fenaj para a sociedade brasileira e para as autoridades, diante das violações à liberdade de imprensa associadas à ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Vale ressaltar que a crescente nos episódios agressivos contra a imprensa, desde o início da série histórica da Fenaj, como apontada no gráfico um (1), se deve, também, por uma subnotificação dos registros. Muitos casos de ataques verbais, físicos, virtuais e de cerceamento ou censura profissional da imprensa e de veículos de comunicação podem não ter sido registrados nas pesquisas, sobretudo nos anos iniciais, quando as campanhas a favor da liberdade de expressão não eram tão intensas.

Os casos de violência e cerceamento, muitas vezes, têm como autores, personalidades políticas ou do meio jurídico, atores diretamente envolvidos nos três poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário – e nas instâncias municipal, estadual e federal. No meio jurídico, decisões obrigaram veículos de comunicação a retirar do ar conteúdos já produzidos

ou impediram os profissionais de fazer determinadas gravações. Episódios como estes foram elencados na pesquisa anual da Fenaj. As ações foram de encontro ao livre exercício da profissão e à liberdade de imprensa, resguardados pela Constituição. Algumas decisões partiram de solicitações de políticos e personalidades. Outras, dos próprios juízes.

O dia 17 de junho de 2009 ficou marcado por uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), considerada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) uma violência contra os jornalistas, como descrito no Relatório da entidade naquele ano. Contrariando as expectativas dos profissionais, a Suprema Corte, por maioria, acatou o voto do ministro Gilmar Mendes considerando inconstitucional o inciso V do art. 4º do Decreto-Lei 972¹¹ de 1969 que fixava a exigência do diploma de curso superior para o exercício da profissão de jornalista. Outros sete ministros acompanharam o voto do relator.¹²

Muitos dos casos de cerceamento ou agressão registrados ao longo da história, principalmente aqueles ocorridos nos últimos anos, foram praticados por divergências entre seus autores e o trabalho realizado pelas vítimas. As convicções foram colocadas acima das representações da realidade realizadas pelos meios de comunicação.

3.2 CONFLITOS E TENTATIVAS DE DESCREDIBILIZAÇÃO DO JORNALISMO

A atuação dos telejornais como uma arena ou expressão do “quarto poder” com cada vez mais frequência se contrapõe à prática de outros atores sociais, mais ou menos interessados, que colocam em circulação narrativas, audiovisuais sobretudo, com pretensão de verdade e muitas vezes elaboradas de forma a mimetizar os fazeres telejornalísticos. Tais discursos se assemelham ao conceito de pós-verdade, utilizado pela primeira vez pelo cineasta e dramaturgo Steve Tesich em um artigo para a revista *The Nation* em 1992. O autor definia a pós-verdade como uma inclinação à ideia de que a verdade não seria tão importante quanto o que se imaginava como verdadeiro. As convicções perpassam a realidade e circulam em seu lugar, julgadas como verdadeiras pelo simples fato de que podem ser compartilhadas. Os fatos são menos influentes na formação de opinião do que as crenças pessoais, sobretudo ideológicas.

¹¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0972.htm (acesso em 4/06/2023).

¹² É notório que, nos últimos anos, o STF tem se empenhado em uma luta contra as notícias falsas, que ganharam força, sobretudo, após as tentativas de descredibilização do Jornalismo profissional. Essa batalha tornou-se evidente, principalmente, após a abertura do inquérito das *fake news*, conduzido pelo ministro Alexandre de Moraes. Evidenciou-se, de sobremaneira, a necessidade do Jornalismo praticado por profissionais diplomados, graduados em Jornalismo – obrigatoriedade que foi retirada pelo STF.

Todos os ditadores até agora tiveram que trabalhar duro para suprimir a verdade. Nós, por nossas ações, estamos dizendo que isso não é mais necessário, que adquirimos um mecanismo espiritual que pode despier a verdade de qualquer significado. De uma maneira muito fundamental, nós, como pessoas livres, decidimos livremente que queremos viver em algum mundo pós-verdade (TESICH, 1992, p. 12-13, tradução nossa).¹³

A pós-verdade ganhou notoriedade após ser citada em inúmeras publicações, sobretudo, depois de sua escolha como a “palavra do ano”, em 2016, pelo Dicionário Oxford¹⁴, que apresenta o conceito da seguinte forma: “relacionado a ou denotando circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais” (tradução nossa).¹⁵

Nesta perspectiva, o real passa a ser “descredibilizado”, assim como os veículos tradicionais, que perderam o monopólio da verdade. Com o “empoderamento” do público, Rodrigo Seixas (2019, p. 133-134) destaca que há uma relação “erística e combativa, na medida em que haverá sempre, por parte do sujeito, um movimento ‘natural’ de manutenção da ‘chama de sua convicção’ e, logo, de resistência ao ponto de vista do outro [...]”. O mais importante passa a ser a defesa do que o indivíduo acredita ser o real, e não a informação verificada.

O que ocorre, com efeito, é uma superação do desejo de verdade por parte dos sujeitos, ao menos da verdade divergente da sua. Por assim dizer, haveria certo desinteresse dos sujeitos em estabelecer um movimento heurístico de verificação dos fatos e das verdades, porquanto mais vale a manutenção das convicções e das identidades do que um verificacionismo a todo custo. Não há, logo, preocupação em checar os fundamentos e fontes de uma verdade, já que há sempre uma leitura pré-programada dos sujeitos, enviesada, por certo, dos eventos sociais (SEIXAS, 2019, p. 125).

Em um espaço onde nem todas as informações – ou a grande maioria delas – não são verificadas, o falso encontrou espaço. Mascaradas por valores-notícias e por componentes noticiosos utilizados pelos meios tradicionais, para parecerem legítimas, as notícias falsas ganharam propagação na internet. Quando determinada informação vai ao encontro das convicções próprias do indivíduo, insatisfeito com as notícias veiculadas pela TV, é propagada nas redes, mesmo sem qualquer confirmação. Na maioria das vezes, as *fake news* são utilizadas

¹³ No original: *All the dictators up to now have had to work hard at suppressing the truth. We, by our actions, are saying that this is no longer necessary, that we have acquired a spiritual mechanism that can denude truth of any significance. In a very fundamental way we, as a free people, have freely decided that we want to live in some post-truth world.*

¹⁴ O verbete pode ser acessado no endereço: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/us/post-truth>.

¹⁵ No original: *Relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief.*

para disseminar interesses pessoais. Para Wesley Muniz (2018, p. 364), “[...] selecionamos informações de forma tendenciosa, principalmente se algum tema possui carga emocional para nós [...]”. Assim, é possível consumir e produzir informações que sejam parciais às crenças e expectativas do indivíduo. Neste contexto das *fake news*, fica ainda mais evidente o fato de que a verdade depende da interpretação e das convicções próprias de cada indivíduo. A disseminação dos valores e das crenças ganha mais importância, em detrimento aos fatos, como aponta Rodrigo Seixas (2019).

[...] há sempre um movimento de construção retórico-discursiva em cima de paixões, valores e convicções dos diferentes sujeitos por parte dos sujeitos produtores desses discursos, com o intuito de persuadir tão simplesmente, sem uma relação necessária com a “verdade dos fatos”. [...] trata-se de reproduções automáticas, por razão de uma pré-programação própria à natureza das convicções (SEIXAS, 2019, p. 129).

Como já tratamos aqui, há uma indefinição quanto ao que seria a verdade plena, que pode ser processada de acordo com as opiniões de cada um. Principalmente, se há um espaço cada vez mais amplo – a internet – onde os indivíduos podem manifestar seus posicionamentos como sendo credíveis e onde são apoiados por grupos que possuem as mesmas convicções. Portanto, o real, por si só, é objeto de debate.

A imprensa, por muitas vezes, é cobrada por não apresentar uma realidade absoluta dos fatos. Vizeu (2004) destaca que, no Brasil, a atividade jornalística é reduzida a uma operação praticamente mecânica de informar, por meio de regras pré-estabelecidas para se projetar o real ao público. O autor afirma que “(...) a concepção de que o jornalismo é um simples espelho da realidade ainda encontra um grande espaço nas redações, em algumas faculdades de Jornalismo e em pesquisas que veem no jornalismo um simples reprodutor do real” (VIZEU, 2004, p. 112). Mas, ao contrário, a atividade jornalística vai além desta operação mecânica de informar. Na visão de Meditsch (1992), o jornalista não só comunica o conhecimento da realidade nua e crua, mas também com o envolvimento de quem a produz ou a compartilha. Ao considerar o Jornalismo como forma de conhecimento, Meditsch (1992) defende que não há uma verdade absoluta assim como as notícias não são livres de subjetividades e, logo, das representações da realidade.

Todo o conhecimento social, e o Jornalismo é um conhecimento social, envolve determinado ponto-de-vista sobre a história, sobre a sociedade e sobre a humanidade. E como Humanidade e História são processos que estão em construção, naturalmente não existe um Jornalismo puramente objetivo, ou seja, um Jornalismo que seja absolutamente neutro. Isso não acontece por

motivos de ordem psicológica, como dizem os manuais. Não é porque o indivíduo está psicologicamente envolvido com o fato, mas porque toda a forma de conhecimento pressupõe também um posicionamento do sujeito diante do objeto. Essa é a razão mais profunda, porque o próprio Jornalismo implica uma visão ideológica, implica um posicionamento ético e político sobre a realidade (MEDITSCH, 1992, p. 31-32).

Diante de uma realidade cada vez mais subjetivada, o que a imprensa faz é produzir uma informação apurada e verificada – que não necessariamente é uma verdade absoluta – para que as pessoas tenham noções de mundo para se guiarem. Já no caso da liberdade de produção e de compartilhamento na internet, o problema está na disseminação de informações como sendo real, sem que tenham fundamento e verificação. Um conceito básico de um Jornalismo profissional é a apuração correta dos fatos. Mas para Kovach e Rosenstiel (2003), o avanço da Internet permite que qualquer internauta acredite e declare que está fazendo Jornalismo.

[...] as novas tecnologias de comunicações, com base num modem ou em um computador, permitem a qualquer pessoa proclamar que está “fazendo jornalismo”. [...] a tecnologia criou uma nova organização econômica no jornalismo, na qual as regras do ofício são espanadas e redefinidas, e às vezes abandonadas. Talvez, sugerem alguns analistas, a definição de jornalismo tenha sido superpopularizada pela tecnologia, de forma que qualquer coisa hoje é tida como jornalismo (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 30).

Diante desse cenário, há de se destacar que a imprensa passa a ter um novo papel: o da checagem. Para os autores, a ideia da imprensa como um guardião da população não é a definição mais apropriada para o Jornalismo. Os veículos de comunicação não mais definem majoritariamente que tipo de informação o público deve saber ou não, nem podem ignorar o potencial da internet e as informações que circulam na rede. Ao contrário, precisam se aproveitar deste conteúdo e fazer conexões com o público.

O novo jornalista não decide mais o que o público deve saber. Ele ajuda o público a pôr ordem nas coisas. Isso não significa simplesmente acrescentar interpretação ou análise a uma reportagem. A primeira tarefa dessa mistura de jornalista e “explicador” é checar se a informação é confiável e ordená-la de forma que o leitor possa entendê-la (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 41).

O fato é que a desinformação circula com mais facilidade que as notícias verificadas. E quando as informações propagadas a custo das convicções são desmentidas ou questionadas, há um embate. O indivíduo passa a insistir em seu posicionamento, para defender pontos de vistas individuais ou de um grupo a que ele dá credibilidade.

Como escolhemos os objetos de nossa fofoca de acordo com nossas interações sociais, a forma como usaremos a fofoca como artifício de informação, para fortalecer pontos de vista pessoais ou comunitários, também é complexa, mesmo quando estamos lidando com fatores relacionados à violência, dos quais as fofocas ou boatos podem também induzir até mesmo comportamentos violentos ou, como percebemos, a violência em várias esferas (MUNIZ, 2018, p. 369).

É por isso que conteúdos produzidos pelos veículos tradicionais de comunicação, em especial, pelo telejornalismo, são questionados por parte desta “audiência furiosa”, já que não atendem, em muitas das vezes, seus interesses pessoais. Neste sentido, há revolta e violência contra os próprios profissionais da imprensa.

A pós-verdade evocaria, assim, um autoritarismo da interpretação, que impele os sujeitos a já predisporem de determinada leitura cativa dos fatos, rejeitando o que distingue, compartilhando o que assemelha, sem maiores reflexões acerca do que ali é informado como verdade [...] (SEIXAS, 2019, p. 131).

Para Patrícia Gonçalves da Conceição Rossini e Paulo Roberto Figueira Leal (2013), com tamanho envolvimento social alcançado a partir da internet, a opinião de terceiros valida informações obtidas ou até mesmo criadas pelo próprio indivíduo, nos chamados laços sociais.

Na política, laços fortes tendem a reforçar crenças e perspectivas do indivíduo, uma vez que as pessoas mantêm relacionamentos mais próximos com quem compartilham situação social e econômica, interesses ou mesmo proximidade geográfica. Já os laços fracos garantem acesso à diferença política, ou seja, informações que não são reverberadas pelos relacionamentos mais próximos do indivíduo (ROSSINI; LEAL, 2013, p. 12).

Portanto, é fato que os internautas têm acesso a pontos de vista diferentes dos seus, nas mídias digitais, e se engajam em discussões com os chamados laços fracos, onde não há concordância. Porém, mesmo conhecendo outras versões, acabam por escolher, ainda assim, aquela que mais vai ao encontro de suas convicções. Para Rossini e Leal (2013), a tendência de reforçar suas ideologias não tem relação com a falta de exposições a outras realidades distintas: “[...] apesar de a Internet permitir certo controle sobre os conteúdos, não há evidências de que as pessoas que utilizam esses mecanismos evitam ou estão ‘isoladas’ de outros pontos de vista (ROSSINI; LEAL, 2013, p. 14).

Em tempos de pós-verdade, parece não haver diálogo e tudo o que foge de pensamentos individualistas é rebatido. Diante dessa atitude autoritária em reforçar ideologias próprias a qualquer custo, é importante analisar este contexto sob a ótica da violência simbólica, conceito

de Pierre Bourdieu (1989). O sociólogo descreve esse processo como uma imposição de valores culturais. Ao ser colocada em prática, a violência simbólica legitima a cultura dominante, que acaba sendo imposta e neutralizada na sociedade, fazendo com que os indivíduos não tenham forças para se opor. Esse tipo de violência tem como base a criação de crenças dentro do processo de socialização e seus efeitos tendem a ser mais psicológicos, mas podem acabar em violência física. Este retrato de uma ideologia imposta na sociedade – o que choca diretamente com valores democráticos como a liberdade de imprensa – fica evidente diante do número de ataques e cerceamento aos jornalistas.

Para Seixas (2019, p. 131), “o que se acentua na era da pós-verdade, entretanto, é a indisponibilidade ao diálogo entre as distintas opiniões, pela consideração, valorativa, por certo, de já se conhecer a única verdade possível sobre determinada questão [...]”. E essa estruturação de pensamento, a partir de crenças semelhantes, que orientam, de acordo com Seixas (2019, p. 133), “o modo padrão de funcionamento dos discursos e, conseqüentemente, das ações”. Indivíduos são capazes de formatar discursos extremos, inclusive com caráter de violência, para defenderem seus pontos de vista e de seus grupos semelhantes, e fazem isso contra o Jornalismo profissional. Para Coutinho, Mata e Pereira (2020, p. 28), “[...] a ausência de abertura para fluxos outros mais cidadãos e dialógicos pode estimular o tom conflituoso assumido e estimulado por ocupantes de outros poderes, como forma de atacar a credibilidade da qualidade do jornalismo”.

Segundo o Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil de 2021, elaborado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), o ano foi o mais violento desde o começo da década de 1990, quando a entidade iniciou a série histórica. Foram 430 casos de ataques. Depois dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), que ficaram no topo da lista entre os mais agredidos, a maioria dos jornalistas violentados são trabalhadores de emissoras de televisão. Foram 94 jornalistas de TV agredidos, o que representa 25% do total de vítimas. Esses episódios acontecem nas ruas e também na internet. E mesmo quando os episódios de violência acontecem nas ruas, muitos deles são promovidos nas redes.

Neste contexto, o jornalista passa a correr risco nas ruas. Os protestos contra a TV não acontecem apenas na internet, apesar de serem potencializados neste meio. Há quem se manifeste até mesmo diante das câmeras da emissora. Agressores tomam à força o microfone dos repórteres e até danificam os equipamentos, mesmo ao alcance dos registros das câmeras e celulares. Os indivíduos “revoltados” chegam a usar força física como alternativa para barrar a emissão de informações que possam contrariar suas convicções. Esta “fúria” destinada à

instituição tem como alvo os profissionais que estão nas ruas. Em muitas vezes há agressões verbais e, em certos casos, violência física.

O objetivo dos agressores é, sobretudo, tentar deslegitimar o papel da imprensa, por meio de atitudes autoritárias. Para Kovach e Rosenstiel (2003), na Idade Média, quanto mais a sociedade se tornava autoritária e violenta, mais desaparecia a informação: “quanto mais democrática uma sociedade, maior é a tendência para dispor de mais notícias e informações” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 36). Mas, então, se a informação apurada e verificada é produzida a favor de uma sociedade democrática e para ajudar os indivíduos em suas tomadas de decisão, porque uma parcela da população aceita e corrobora os episódios de agressão? Wesley Muniz (2018) utiliza o argumento de Zillmann (1998) de que o indivíduo tende a concordar com a violência, quando esta é feita para defender suas convicções.

Para Zillmann (1998), o interesse e aceitação do consumo da violência na mídia ocorre porque o espectador considera que a violência, quando deflagrada contra alguém ou algo que age contra o que considera moralmente aceito, funciona como violência punitiva. [...] Dessa forma, a violência pode ser aceita pelas pessoas quando acreditam que isso trará segurança, seja física, moral ou ética (MUNIZ, 2018, p. 369).

O problema está em querer validar um ponto de vista, expresso em uma informação não verificada, por meio dos atos de violência. Esses atos são encorajados, principalmente, por meio de grupos – nas redes e fora delas – que corroboram determinados tipos de pensamento e que se fortalecem no intuito de combater informações que possam contrariar suas crenças. Wesley Muniz (2018) cita Sunstein (2009) para afirmar que, principalmente na política, esses grupos se tornam extremistas à medida que fortalecem seus pensamentos em conjunto.

Para Sunstein (2009), a “polarização grupal” torna as pessoas radicalistas e extremistas em relação à sua opinião, especialmente quando se fala em política. Uma polarização grupal ocorre quando um grupo que compartilha das mesmas ideias de forma moderada, quando se reúne para falar sobre um determinado assunto, como legalização da maconha, ao perceber o apoio da maioria das opiniões moderadamente similares às suas tendem, em conjunto, a ficar mais confiantes em relação às suas ideias, passando a ter opiniões mais severas e extremas. Os membros do grupo se fecham a novas ideias ou à possibilidade de estarem errados, negando e se opondo à realidade fora de sua rede (MUNIZ, 2018, p. 370).

São por meios desses grupos que os agressores se sentem encorajados a “punir” os jornalistas, por exemplo, que estariam enfraquecendo as informações sem fundamento espalhadas, em sua maioria, pela internet. Dentro desses laços de pensamento, uma mesma

informação pode ser entendida de forma diferente por cada pessoa, “de acordo com sua bagagem emocional, social e política, acima até mesmo dos fatos reais ou em favor da violência punitiva, que pode transformar as fofocas e boatos em casos mais graves” (MUNIZ, 2018, p. 370). Nos últimos anos houve um tensionamento maior em direção aos profissionais da TV Globo, emissora acusada de contrariar as palavras do presidente Jair Bolsonaro. A Globo também virou alvo de críticas por apoiar as recomendações da Organização Mundial da Saúde durante a pandemia da Covid-19. O discurso dos descontentes com essa orientação é o mesmo de Jair Bolsonaro, que considera a TV Globo sua "inimiga".

Sob a ótica dos ataques aos jornalistas brasileiros, Bolsonaro e seus seguidores fazem a defesa de suas ideologias a todo custo e se sentem ameaçados pelos veículos de imprensa. Esse tipo de estratégia já foi tema de autores como Jean-Marie Domenach (1963); ele afirma que, ao propagar certas ideologias, o objetivo de políticos e aliados é “[...] criar, internamente, a coesão e o entusiasmo e instaurar, no campo inimigo, a desordem e o medo” (DOMENACH, 1963, p. 8), contexto semelhante ao vivenciado pelos brasileiros. Jair Bolsonaro, ao propagar suas convicções, criou uma guerra de informação, alimentando entusiasmo em seus seguidores e tentando desordenar o trabalho da imprensa. Nesta propagação, há a construção de uma mitologia na figura do líder político, como alguém que unicamente poderia salvar a nação dos problemas e defender crenças tradicionais. Com a ideia de que o salvador dos problemas dificilmente poderá errar, se cria, segundo Domenach (1963), uma mitologia de libertação e salvação. A palavra “mito”, para o autor, é ligada diretamente aos sonhos da sociedade, pela idealização de um mundo melhor. Não à toa, os gritos mais comuns em apoio a Bolsonaro eram munidos da palavra “mito”. Como estratégia de convencimento nesse tipo de propagação, o autor destaca a propaganda de Hitler, ao que chama de “artilharia psicológica”:

[...] Essa propaganda não mais designa objetivos concretos; ela se derrama por meio de gritos de guerra, de imprecações, de ameaças, de vagas profecias e, se faz promessas, essas são a tal ponto malucas que só atingem o ser humano em um nível de exaltação em que a resposta é irrefletida. [...] Em virtude de sua força intrínseca, constitui uma verdadeira "artilharia psicológica", onde se emprega tudo quanto tenha valor de choque, onde finalmente a ideia não conta, contanto que a palavra penetre (DOMENACH, 1963, p. 14).

Assim, para Domenach (1963, p. 17), “quando o inimigo parece insubmisso, é afagado; porém, desde que respira, é de novo ameaçado”. A estratégia, apontada por Domenach, de se concentrar em um só alvo nos ataques para a propagação de uma ideologia parece ser utilizada por Bolsonaro, que visa os jornalistas em suas hostilidades. Aliás, este tipo de propaganda pode

fazer com que o mito se sobreponha à racionalidade e, conseqüentemente, que as convicções se sobressaiam. Neste contexto, estão os usos recorrentes da notícia falsa e da censura.

[...] a censura, visando a interditar a difusão de notícias contrárias à causa que se defende e aos fatos que se pretende estabelecidos; a falsa notícia, cujo alvo é a criação dos fatos que virão em apoio da tese sustentada, a partir de um acontecimento real deformado ou até de uma ocorrência forjada em todos os seus aspectos. [...] Ela, contudo, faz estragos regularmente na imprensa dos países democráticos, onde amiúde prefere o modo condicional ao afirmativo [...] (DOMENACH, 1963, p. 38).

Assim, é possível que se crie grupos mitológicos que se rompem com a veracidade das informações. O então candidato Jair Bolsonaro conseguiu se destacar pelas mídias sociais nas eleições de 2018, com um tempo reduzido de propaganda gratuita na TV e no rádio. Unidos às suas postagens, seus apoiadores se mostravam cada vez mais adeptos a essa onda de compartilhamento pela internet. Esses atores sociais, insatisfeitos com a notícia elencada como verdade pela TV, usam de um poder ilusório nas redes para propagar aquilo que acredita ser real. Parte deles, se revolta com o telejornalismo e os profissionais da informação.

Diante de inúmeras ameaças e agressões, os profissionais da imprensa, responsáveis por contar as histórias de outras pessoas, passaram a ser os próprios personagens. São vítimas e constroem as narrativas dos momentos de agressão pelos quais passaram ou aqueles sofridos por colegas de profissão. A agressão aos jornalistas passou a ser notícia e o processo de produção da informação recebeu um elemento a mais: a proteção ao profissional da imprensa.

4 A DRAMATURGIA DO TELEJORNALISMO: LENTES PARA OBSERVAR O CONFLITO NARRADO NAS TELAS DA TV

Invertendo uma máxima profissional de que o jornalista não é notícia, em episódios cada vez mais frequentes os profissionais da imprensa passaram a ser o motivo da informação veiculada nos jornais e nos canais de televisão, sobretudo, diante da escalada da violência contra esses trabalhadores. Sob a ótica das teorias do Jornalismo e da comunicação, de Nelson Traquina (2005) e Mauro Wolf (1994), respectivamente, é possível compreender o que se entende como valor-notícia e o que se estabelece como critério para um assunto ou acontecimento virar notícia. É nesta perspectiva que os conflitos ganham espaço nos telejornais, sobretudo com a participação dos jornalistas como personagens.

No contexto da Dramaturgia do Telejornalismo (Iluska Coutinho, 2012), entendemos que, historicamente, o repórter e o apresentador assumem papéis em um drama construído para o espetáculo audiovisual apresentado na TV. Não significa um sensacionalismo, mas, ao contrário, uma narrativa construída a partir de características intrínsecas à televisão, capaz de atrair os olhos do público para a representação da realidade ali realizada. Se esses papéis assumidos pelos jornalistas eram aqueles destinados a reportar - e muitas vezes, experimentar - os acontecimentos, com mais frequência esses profissionais passaram a ser apresentados nas tramas telejornalísticas como vítimas, diante dos episódios agressivos.

A cobertura telejornalística do emblemático episódio da morte de Tim Lopes, assassinado em uma favela do Rio de Janeiro enquanto fazia uma reportagem investigativa, é uma fonte de informações para esta reflexão. O jornalista virou notícia por dias, semanas e até meses consecutivos. De lá pra cá, os telejornais passaram a lidar com frequência com conflitos reais envolvendo jornalistas, garantindo nas telas um espaço para que essas histórias sejam contadas.

4.1 O CONFLITO COMO VALOR-NOTÍCIA

A definição do que vale ou não virar notícia depende de uma série de critérios estabelecidos pelas redações de Jornalismo e de consensos entre os profissionais de imprensa, criados ao longo da história. Para que um assunto ou acontecimento seja enquadrado entre os critérios de noticiabilidade, é preciso conter um ou mais valores-notícia. Nelson Traquina (2005), em abordagem sobre as Teorias do Jornalismo, afirma que um conjunto de critérios estabelece a aptidão a um assunto para que ele se torne notícia.

Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo "valor-notícia" (TRAQUINA, 2005, p. 63).

Mauro Wolf, ao abordar as Teorias da Comunicação, explica que o trabalho de construção da notícia é coletivo e necessita de negociação, de modo a encontrar um ponto de equilíbrio entre diversos fatores.

O aspecto negocial consiste no fato de a avaliação de noticiabilidade ser sempre o resultado de uma mistura, articulada sempre de modo diferente, em que os fatores em jogo têm sempre um 'peso específico' desigual. O 'faro' jornalístico seria, neste caso, não uma capacidade 'misteriosa' para captar notícias, mas uma capacidade standard (adquirida a partir de parâmetros delimitáveis: os valores/notícia) para agrupar 'instantaneamente', num ponto de equilíbrio, fatores bastante diversos (WOLF, 1994, p. 224).

A definição do que é notícia depende diretamente do entendimento dos jornalistas - ou da redação de Jornalismo, com sua diversidade de pensamentos. Para Pierre Bourdieu (1997), o modo como os jornalistas veem os assuntos e os acontecimentos é primordial nessa definição, já que esses profissionais precisam levar uma série de aspectos em consideração. "Os jornalistas têm 'óculos' especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado" (BOURDIEU, 1997, p. 25). Muitos dos fatores levados em consideração na definição do que é notícia são um consenso histórico entre jornalistas. De modo geral, estudiosos afirmam que, para a seleção e organização das informações, são levados em consideração os assuntos anormais, imprevisíveis, atuais, que possuem proximidade física ou afetiva, e que envolvem muitas pessoas.

Traquina (2005) apresenta um panorama do que foi notícia em três momentos distintos da história: as primeiras décadas do século XVII, os anos 30 e 40 do século XIX, e os anos 70 do século XX. Houve semelhanças nos critérios para que um fato ou assunto virasse notícia nas diferentes épocas. Em geral, tiveram visibilidade o extraordinário, o atual, o ilegal e a morte, além daquilo que atinge diretamente a imagem de pessoas famosas. De acordo com o autor, no

Século XVII, as "folhas volantes"¹⁶ se dividiam entre assassinatos, notícias de celebridades, além de milagres, abominações e acontecimentos bizarros. As notícias que causavam espanto costumavam ganhar destaque. Ao longo do século XVIII, as publicações eram dominadas por interesses políticos, sobretudo até a chegada da "*penny press*"¹⁷ que, no século XIX, ampliou o leque de assuntos veiculados nos jornais. Os fatos surpreendentes e policiaescos ganharam relevância nas publicações e, segundo o autor, fizeram com que as vendas dos jornais aumentassem. No século XX, os mesmos critérios continuaram fazendo sentido na produção da notícia. Passaram a se destacar: as pessoas conhecidas e os envolvimento em escândalos, os protestos e as greves, os desastres naturais ou sociais, as transgressões das leis e da moral. De lá pra cá, alguns fatores permanecem considerados entre os valores-notícia; outros foram adaptados ou acrescentados nas tomadas de decisão dentro das redações, a depender das instituições e suas linhas editoriais.

[...] os valores-notícia não são imutáveis, com mudanças de uma época histórica para outra, com sensibilidades diversas de uma localidade para outra, com destaques diversos de uma empresa jornalística para outra, tendo em conta das políticas editoriais. As definições do que é notícia estão inseridas historicamente e a definição da noticiabilidade de um acontecimento ou de um assunto implica um esboço da compreensão contemporânea do significado dos acontecimentos como regras do comportamento humano e institucional (TRAQUINA, 2005, p. 95).

Um aspecto determinante dentro das redações é o fato de o Jornalismo ter assumido uma função de policiamento, sobretudo fiscalizando as ações do governo e de figuras públicas, e suas atitudes diante da sociedade e na defesa (ou não) da democracia. Para Traquina (2005, p. 75), "a infração das leis, a má gestão, o mau comportamento por parte de um funcionário ou qualquer autoridade responsável, e mesmo uma sugestão de impropriedade, tem noticiabilidade". A consideração deste valor-notícia na prática jornalística impulsionou a definição de quarto poder à imprensa - que teria a função de fiscalizar o Executivo, o Legislativo e o Judiciário -, mesmo o Jornalismo não possuindo qualquer poder constitucional ou atribuído pela sociedade para isto.

¹⁶ Folhas de papel, panfletos ou publicações periódicas, impressas ou manuscritas, distribuídas em lugares públicos, com manifestos, divulgações de eventos e informações.

¹⁷ Existia a ideia de que o jornal estava destinado a um grupo muito restrito, isto é, a uma elite privilegiada, que seria a única a ter acesso às informações transmitidas pelos jornais. Com o Jornalismo chamado de "*Penny Press*", esta ideia seria agora modificada uma vez que a informação começaria a ser partilhada por um conjunto mais alargado de pessoas, que se encontravam fora da elite. As pessoas pertencentes às classes sociais mais baixas, que outrora tinham pouco acesso à informação, começaram a ler os jornais.

É fato que este critério de noticiabilidade se destacou, sobretudo, na cobertura política, principalmente nos apontamentos sobre as atitudes das figuras públicas diante de temas importantes e de problemas enfrentados pela sociedade. No enfrentamento à pandemia da Covid-19 no Brasil, o governo federal foi frequentemente criticado pela imprensa pela maneira - considerada ineficiente - de lidar com a doença, que matou milhares de brasileiros. É também neste contexto que os veículos midiáticos noticiam os episódios de violência contra jornalistas, muitas vezes praticados por políticos ou figuras públicas - já que esse tipo de fato se enquadra como um mau comportamento de um líder da sociedade e, principalmente, como um ferimento à liberdade de imprensa prevista na Constituição Federal.

Noticiar práticas como essa foi - e continua sendo - um consenso entre jornalistas. Traquina (2005) utiliza as “três regiões do mundo jornalístico”, elencadas por Daniel Hallin (1986), para explicar que os profissionais de imprensa, ao mesmo tempo em que buscam a imparcialidade, saem em defesa de argumentos ou critérios que possuem um mesmo entendimento entre os profissionais. Na “esfera do consenso”, valores considerados primordiais pela sociedade, como a pátria e a liberdade, são defendidos pelos jornalistas, que tendem a não apresentar pontos de vista opostos. Essa definição ficou evidente na cobertura da pandemia da Covid-19, quando a maioria dos telejornais se posicionou em defesa da ciência e da vacinação contra a doença - que enfrentava uma resistência por parte da população, sobretudo diante de atos políticos contrários às medidas de proteção. Em uma “segunda região” do Jornalismo, a “esfera da controvérsia”, a objetividade e a busca pela neutralidade são dominantes, tornando essencial a apresentação de dois lados de uma mesma questão. Por fim, na terceira esfera apresentada por Hallin (1986) - a do “desvio”, os jornalistas, novamente, tiram de cena a neutralidade e passam a condenar todo aquele ou tudo aquilo que viola os valores consensuais da sociedade, como a própria democracia - fator que também foi evidenciado na cobertura política dos últimos anos e na crise sanitária da Covid-19. Neste contexto, destaca-se a atitude autoritária e os constantes ataques à imprensa realizados por lideranças políticas e apoiadores - atos violentos que foram abordados por jornalistas e entidades como um ferimento à liberdade de imprensa e à democracia.

Contudo, esse tipo de cobertura ganhou espaço no Jornalismo não só pelos desvios de conduta de lideranças políticas, mas, também, porque houve conflitos reais a serem noticiados. Atos violentos são, por si só, critérios de noticiabilidade para uma narrativa jornalística. O conflito - ou a controvérsia - é um valor-notícia fundamental apontado por Traquina (2005), sobretudo por envolver violência física ou simbólica.

A presença da violência física fornece mais noticiabilidade e ilustra de novo como os critérios de noticiabilidade muitas vezes exemplificam a importância da quebra do normal. Na política, certamente, a violência representa uma quebra do normal: por exemplo, é notícia a cena de deputados em luta física em vez de uma luta verbal. Num país democrático, a violência na política é julgada "invulgar", um desvio da norma. A violência também pode representar a ruptura. Representa assim uma ruptura fundamental na ordem social. O uso de violência marca a distinção entre os que são fundamentalmente da sociedade e os que estão fora dela (TRAQUINA, 2005, p. 84-85).

Em uma reportagem telejornalística, um acontecimento ou assunto é abordado por meio da construção de um conflito narrativo, exibido nas telas. No entanto, essas narrativas produzidas podem partir, muitas vezes, de conflitos reais, intrínsecos nos acontecimentos. Assim, a narrativa se dá a partir de um conflito de verdade - e não somente construído. É o que Iluska Coutinho (2012) chama de conflito social real.

Se a presença de conflito narrativo seria o ponto de partida para a abordagem das matérias e do telejornal como um todo, também poderíamos tratar de um conflito que, para além da construção de dados, imagens, estaria nos próprios fatos e/ou informações tornados notícia, que poderíamos aqui denominar de conflito social real. [...] O conceito de conflito utilizado nesse caso vai além da estruturação da narrativa, mas passa também por um dos critérios de noticiabilidade. Isto é, seria um dos valores-notícia avaliados na seleção de um tema a se tornar pauta jornalística, convertida em videoteipe (COUTINHO, 2012, p. 130).

Portanto, para Coutinho, a presença de um conflito social explícito ou implícito é motivo para incluir um fato no noticiário televisivo, por meio de um conflito narrativo, construído a partir das características próprias do meio.

A presença de um conflito social, explícito ou implícito, poderia ser considerada uma das características de noticiabilidade de um fato, um dos valores-notícia para sua inclusão no noticiário televisivo. Além de orientar a seleção dos assuntos a serem transformados em matéria no telejornal, seria preferencialmente em torno desses conflitos sociais que se organizaria a cobertura, a notícia em televisão, convertida na tela também em conflito narrativo (COUTINHO, 2012, p. 133).

Se as agressões - sobretudo as mais graves - e as mortes são noticiadas nos telejornais, esse valor-notícia não deixa de ser considerado quando as vítimas são jornalistas. Mesmo diante da regra, tradicional nas redações de Jornalismo, de que o jornalista não é notícia, neste caso o conflito real tem seu valor-notícia - sobretudo, diante de agressões graves ou assassinatos. Ademais, uma violência contra um profissional da imprensa também tem valor-notícia sob a ótica de que a liberdade de imprensa, prevista na Constituição Federal de 1988, é ameaçada.

Episódios de censura ou cerceamento a jornalistas, pelo mesmo motivo, têm critério de noticiabilidade. Pode-se considerar uma inversão de valores, portanto outro critério de noticiabilidade, já que em sociedades democráticas, os jornalistas deveriam poder atuar de maneira livre, em defesa de cidadãs e cidadãos.

Além disso, outros diferentes valores-notícia elencados por Traquina (2005) se destacam na noticiabilidade de casos violentos contra jornalistas. Um deles é a notoriedade, ou seja, o envolvimento de uma pessoa muito conhecida - como repórteres e apresentadores - em algum conflito noticioso. Pelo fato dos jornalistas de TV construírem uma relação diária com o telespectador, por meio de uma intimidade ficcional da dramaturgia do telejornalismo, possuem notoriedade e, conseqüentemente, noticiabilidade. A notoriedade, portanto, seria mais um critério para estabelecer o jornalista como personagem de uma narrativa jornalística.

Podemos dizer que todos nós seremos notícia pelo menos uma vez na vida - no dia seguinte à morte, ou nas páginas interiores ou com destaque na primeira página. Dependerá, em grande parte, da nossa notoriedade; a notoriedade do ator principal do acontecimento é outro valor-notícia fundamental para os membros da comunidade jornalística (TRAQUINA, 2005, p. 79).

Sendo o jornalista ou não o personagem, um elemento fundamental na construção de uma narrativa telejornalística é o registro audiovisual do acontecimento ou do assunto a ser exibido. Este, portanto, é um dos fatores levados em conta na decisão do que vai virar notícia. Traquina (2005) chama este valor-notícia de visibilidade, que costuma estar presente nos materiais telejornalísticos, onde o fator audiovisual tem mais peso.

Outro valor-notícia de seleção neste subgrupo de critérios contextuais é a visibilidade, isto é, se há elementos visuais, como fotografias ou filme. Em particular no jornalismo televisivo, este valor-notícia é um fator de noticiabilidade fundamental. Há imagens ou não? Qual é a qualidade dessas imagens? A existência de boas imagens, de "bom" material visual, pode ser determinante na seleção desse acontecimento como notícia (TRAQUINA, 2005, p. 89).

É importante destacar, portanto, que esse não é um valor-notícia primordial para a definição de uma notícia na TV. Como afirma Traquina (2005), há uma negociação entre diversos fatores para que cada assunto ou acontecimento tenha seu peso e receba ou não um espaço no telejornal. Nessa perspectiva da contribuição dos elementos audiovisuais para a construção da notícia, a dramatização é outro valor-notícia fundamental. Este critério é, para Traquina (2005, p. 92), “o reforço dos aspectos mais críticos, o reforço do lado emocional, a

natureza conflitual". Essa valorização da natureza conflitual se dá, sobretudo, na junção de texto, som e imagem, como destaca Iluska Coutinho (2012) na “Dramaturgia do Telejornalismo”.

4.2 A DRAMATURGIA DAS NARRATIVAS TELEJORNALÍSTICAS

Para Iluska Coutinho (2006; 2012), o conflito narrativo é o núcleo fundamental das matérias exibidas nos telejornais. O noticiário televisivo é constituído de situações problemas, provenientes de uma série de dramas cotidianos exibidos na TV. Coutinho (2006) explica que o drama poderia ser considerado uma construção inicialmente literária, em que a ação e o conflito seriam os elementos indispensáveis. Esses dramas são narrados, na TV, por meio de um texto encenado, de modo a provocar os telespectadores.

O texto encenado é analisado então como prática totalizante, destinada a provocar determinado efeito nos espectadores. Assim, o estudo da dramaturgia se voltaria não apenas para o texto de origem, como também para os meios cênicos empregados em sua encenação (COUTINHO, 2006, p. 104).

Nesta perspectiva, Coutinho (2006; 2012) defende a existência de uma estrutura dramática na organização e na edição das notícias nos telejornais, uma representação da realidade por meio de uma narrativa construída a partir de uma junção de texto, imagem e som.

[...] nunca é demais lembrar que o produto oferecido aos telespectadores é uma (re)construção da realidade, operada via coleta de imagens, redação de texto, edição, cujo poder de verdade, de celebração do fato, é reforçado muitas vezes pela flexão dos verbos no presente do indicativo. Assim, o que os telespectadores acompanham nos telejornais é uma soma de pequenas tentativas de repetição de alguns fatos, amarrados pelos textos de repórteres e apresentadores, uma “imitação da ação” ou das ações humanas [...] (COUTINHO, 2006, p. 106).

O potencial da junção entre texto, som e imagem é evidente no cinema. O drama construído a partir destes elementos audiovisuais também se destaca no entretenimento, no uso da TV para o lazer. No entanto, Coutinho (2012) defende que a TV, com todas as suas características dramáticas, se constitui como um importante instrumento de informação. As narrativas construídas no Jornalismo de televisão se diferenciam dos dramas do cinema, sobretudo, diante da possibilidade de exibir uma representação da realidade do cotidiano.

No jornalismo de televisão os códigos de imagens, texto e sons não se somariam, mas constituiriam uma espécie de "amalgama" que teria como diferença em relação ao cinema, meio do qual, para muitos, a TV seria tributária, o fato de se constituir em uma narrativa do cotidiano, com uma imagem do presente (COUTINHO, 2012, p. 51).

Para Coutinho (2012), não há uma oposição entre narrativa e drama. Ao contrário, a construção de uma narrativa televisiva é feita a partir de uma representação que, no telejornalismo, se dá a partir do texto, das falas dos repórteres e entrevistados, das músicas e da junção de todos esses elementos por meio da edição.

Transposto na tela da TV, o relato jornalístico se torna mensagem audiovisual, com utilização de uma sistemática para combinação de texto-som-imagem que obedece a uma espécie de gramática particular. Mais que resultado do uso de recursos técnicos diferenciados, apenas, a forma de apresentação dos conteúdos em televisão envolve princípios de coesão, coerência e estilo, como em qualquer narrativa (COUTINHO, 2012, p. 156).

Porcello (2006) destaca que, no Jornalismo televisivo, toda matéria depende diretamente do olhar do cinegrafista, da ótica do repórter e das escolhas de edição por uma cena ou outra e por um trecho ou outro da fala do entrevistado. Para o autor, mesmo que um veículo televisivo assuma a bandeira da imparcialidade, os conteúdos nunca serão, de fato, objetivos, à medida que são fragmentados e editados por profissionais, que sempre farão escolhas na estruturação da narrativa.

TV é edição, é recorte, é fragmento. O desafio de quem trabalha nela é escolher certo, com responsabilidade, critério, ética, e, principalmente, honestidade. Existe imparcialidade jornalística? É claro que não. A ótica do jornalista, do cinegrafista, do fotógrafo, do diretor da empresa e dos interesses que ela representa, sempre estarão de algum lado. Objetividade? Muito menos (PORCELLO, 2006, p. 146).

Essa representação da realidade, sobretudo por meio do espetáculo audiovisual construído pela TV, influenciou na própria conquista da credibilidade. Vale ressaltar, no entanto, que quando o potencial "espetacular" do telejornalismo é abordado, não se trata de um sensacionalismo na TV, mas de características intrínsecas do meio, que se assemelham à dramatização teatral. Para Coutinho (2012), mesmo com as influências atuando sobre o conteúdo, o público tem a percepção de realidade.

A tendência ao Espetacular, verificada no telejornalismo, teria ligação com a própria origem do jornalismo de televisão, que traria uma forte ligação com a

reunião e o encontro Popular, com o divertimento. [...] O espetáculo jornalístico em cena, no telejornal, seria dimensão essencial da ilusão da realidade, já que as cenas representadas em suas notícias seriam percebidas pelo público como reais e autônomas, independentemente de influências do meio (COUTINHO, 2012, p. 59).

Portanto, na prática telejornalística, há a utilização de um texto organizado de modo a gerar um impacto no telespectador. Iluska Coutinho (2012) destaca que, para além de analisar o texto e os meios cênicos empregados na encenação televisiva, é necessário olhar para a construção da narrativa e para os diferentes papéis assumidos na trama.

A noção de dramaturgia do telejornalismo compreende, para além dos aspectos de encenação e do caráter espetacular da atuação de seus profissionais, a organização das matérias editadas, em texto e imagem, de forma a oferecer ao telespectador o desenrolar das ações, vividas e experimentadas por meio da atuação de diferentes personagens colocados em cena (COUTINHO, 2012, p. 187).

Em uma trama telejornalística, assim como no teatro, há papéis como: mocinho, vilão, herói, vítima, expert, parceiro/aliado, mediador e concorrentes. Esses personagens, elencados por Coutinho (2012), seriam assumidos pelas pessoas ou instituições que integram a reportagem, sejam elas entrevistadas/presentes em sonoras ou não. A distribuição dos papéis e o enredo dependem de quem constrói a narrativa. Por meio da edição, os jornalistas concedem mais ou menos espaço de fala a esses personagens, de modo a representarem uma realidade na trama. Iluska Coutinho (2012) destaca, por exemplo, que os telejornais de rede, expressões da realidade nacional, oferecem um panorama do cenário cotidiano a partir de discursos, que ganham uma ampla visibilidade.

[...] os discursos e falas que são veiculados nesse espaço, além de adquirirem visibilidade nacional, com a transmissão dos conteúdos, som e imagem, por todo o país, também recebem uma espécie de marca de relevância, ou simplesmente, os entrevistados seriam investidos do "poder de fala", com o reconhecimento de um tipo de autoridade midiática ou televisiva, ainda que apenas expressa em poucos segundos (COUTINHO, 2012, p. 147).

Além dos personagens e dos meios cênicos empregados nas tramas telejornalísticas, os dramas teatrais também costumam conter uma lição de moral ou um desfecho com uma mensagem educativa. Função que, segundo Coutinho (2012), também está presente no telejornalismo.

Um dos ingredientes do drama, a conclusão da narrativa de uma ação se daria por meio da apresentação de uma lição de moral, a explicitação de uma mensagem “educativa”, quase sempre acrescida de juízo de valor. Nesse momento se reafirmariam os papéis de mocinhos e heróis, enquanto a presumível punição dos personagens identificados como “maus” ou vilões seria justificada (COUTINHO, 2012, p. 145).

Márcio Castilho (2011), em uma análise sobre a cobertura midiática no caso da morte do jornalista Tim Lopes, corrobora que uma narrativa não pode se limitar aos fatos, mas construir uma unidade dramática, com os personagens e os mais diversos elementos de uma trama destacados por Coutinho (2012), de modo a convencer o público de que o conteúdo publicado ou exibido é uma representação do real.

Por não se limitar apenas em informar ou relatar fatos, mas, sobretudo, construir linhas de estória de acordo com o uso do suspense e do conflito, o jornalista tende a controlar a capacidade de reação do público. Afinal, cabe ao produtor de notícias, através de um poder que lhe é conferido, colocar pessoas e acontecimentos em categorias de herói e vilão, o bem e o mal. É neste sentido que os repórteres reforçam sua autoridade atuando como os antigos contadores de histórias. O público tem tendência a acreditar nesses especialistas em categorizar personagens e enquadrar ocorrências. Por isso, são considerados os profissionais com mais autoridade em produzir informação “verdadeira”. [...] Para isso, apelam às sensações do público, através da particularização dos detalhes, as dualidades, o apelo ao valor emocional e a unidade dramática (CASTILHO, 2011, p. 213).

Diante dessas aproximações entre o teatro e a televisão, é evidente que o Jornalismo de TV não é construído unicamente sobre as apurações e narrações dos fatos - como no caso de jornais impressos - mas envolve uma série de recursos da dramaturgia para a construção de uma narrativa da realidade.

Ao contrário dos relatos jornalísticos de outros veículos de comunicação, notadamente a mídia impressa, que se apresentam como narrativa impessoal e alicerçada na narração dos fatos, na televisão a notícia se estrutura como drama, mostrado aos telespectadores por meio do registro das imagens, *mimese* das ações “observadas” pela câmera, e do diálogo entre o telespectador, os entrevistados e jornalistas, personagens das histórias contadas (COUTINHO, 2012, p. 189).

Esses personagens têm a função de aproximar o conteúdo exibido nas telas com a realidade dos telespectadores. A narração da história de uma vítima, por exemplo, e o seu depoimento na tela da TV podem atrair a atenção de quem está assistindo para o assunto abordado na reportagem. Além disso, para Coutinho (2012), os próprios jornalistas assumem

papéis de personagens nas tramas telejornalísticas, simulando um contato direto com o público e, ao mesmo tempo, vivenciando conflitos reais representados na tela da TV.

4.3 O JORNALISTA COMO PERSONAGEM NOS TELEJORNAIS

O telejornalismo conta com personagens fundamentais para a proximidade das narrativas com o telespectador, “os animadores-apresentadores, que, ao utilizar um tom coloquial em sua fala, garantiriam a interlocução com o público” (COUTINHO, 2012, p. 26). Para Coutinho (2012), os apresentadores assumem um papel de Mestre de Cerimônias e os repórteres, de testemunhas dos fatos, na reconstrução diária da realidade. Além da coloquialidade e da intimidade ficcional construída nas narrativas, o olhar de quem fala pela TV também contribui para o envolvimento com o telespectador.

No caso do jornalismo, é interessante acrescentar, essa "ilusão" ganha força na medida em que apresentadores, repórteres e entrevistados se dirigem diretamente ao telespectador em um simulacro do olho-no-olho que garante a proximidade, e que marca uma distinção à direção do olhar dos atores em cena na narrativa ficcional (COUTINHO, 2012, p. 60).

O jornalista possui, portanto, o papel de testemunhar os fatos e apresentá-los ao público por meio de uma interlocução, na tela da TV. Com o passar dos anos, alguns canais de TV passaram a estimular o envolvimento do repórter, sobretudo em suas aparições, nas passagens¹⁸ das reportagens gravadas ou nas entradas ao vivo¹⁹, de modo a valorizar essa atuação em cena.

Algumas emissoras de televisão, redes inclusive, estimulam o repórter a se envolver na estória contada. Em alguns casos isso se torna ridículo, em outros aparenta ser natural. De todo modo os repórteres agora fazem performances, um elemento inquestionável no telejornalismo hoje produzido (COUTINHO, 2012, p. 95).

No entanto, se o jornalista de TV, historicamente, assumiu a função de narrar os assuntos e os acontecimentos - e muitas vezes, experimentá-los, para ampliar o envolvimento com o público - de um modo mais frequente passou a desempenhar um outro papel nas tramas: o de vítima. Ao longo dos anos, com o crescimento dos registros de agressões a jornalistas, as

¹⁸ “Passagem” é a aparição do repórter, falando diretamente com os telespectadores durante a reportagem gravada. É uma espécie de assinatura do repórter televisivo.

¹⁹ O “vivo” é um formato de reportagem que não dispõe de edição, acontece em tempo real; a equipe de Jornalismo geralmente, está vulnerável a qualquer fenômeno natural ou ação humana que ocorra em seu entorno.

narrativas telejornalísticas envolvendo os profissionais de imprensa se tornaram mais frequentes, invertendo uma máxima do Jornalismo de que o repórter não é a notícia. Por várias vezes, não só o repórter, mas a equipe de reportagem - repórter cinematográfico e auxiliares - foram as vítimas das narrativas exibidas na tela da TV.

Apesar do aumento das notícias envolvendo jornalistas nos últimos anos - acompanhando os registros de atos violentos feitos pelas entidades ligadas à imprensa -, a figura do repórter enquanto vítima da narrativa não é novidade. O assassinato de Tim Lopes, que se tornou uma espécie de mártir do Jornalismo no Brasil, foi amplamente noticiado em 2002. Uma das empresas do grupo de comunicação do qual o jornalista fazia parte, O Globo ocupou posição de destaque na cobertura do caso. Márcio Castilho (2011), em uma análise da cobertura do jornal sobre o caso, afirma que O Globo liderou uma campanha pela elucidação da morte de Tim, cobrando a prisão imediata dos assassinos. Para o autor, a cobertura da morte do jornalista “parou o tempo” e alterou a programação de todos os veículos de imprensa e meios de comunicação.

A pressão exercida sobre a investigação se deu através de uma narrativa com forte apelo emocional, na qual percebe-se uma vontade interdita do jornal de vingar a morte de Tim. Era mais do que um simples caso de polícia. Desde a confirmação da morte do jornalista até a prisão de Elias Maluco, foram 100 dias de repercussão mais intensa do jornal. As matérias reportando o acontecimento ganharam a primeira página de O Globo 31 vezes nesse período. A cobertura provocou o que alguns autores classificam de “suspensão do tempo”. Tais eventos interrompem o fluxo da mídia, alteram a programação das emissoras de rádio e televisão e mobilizam a redação dos jornais para a publicação de edições extras e cadernos especiais (CASTILHO, 2011, p. 207-208).

Para Castilho (2011), o jornalista usa do suspense e do conflito para construir um drama e, assim, controlar as reações do público. No caso de Tim Lopes, Castilho (2011) defende que a cobertura jornalística construiu uma linha de ação dramática, utilizando-se da oposição entre personagens do bem e do mal e destacando uma lição de moral, características fundamentais de uma narrativa telejornalística, com base na Dramaturgia do Telejornalismo (Coutinho, 2012).

No caso Tim Lopes, observamos que os jornalistas construíram a história do assassinato exatamente com base em características textuais que apontam para o dado ficcional e a oposição entre o herói e o vilão, o bem e o mal. Interessamos abordar os pormenores da cobertura do caso Tim Lopes, sobretudo o jogo de palavras que aproxima o mundo narrado da realidade do público. Ao construir linhas de ação dramática, reforçando, por exemplo, a brutalidade de Elias Maluco, os repórteres reafirmam valores dominantes na sociedade, aplicando punição moral aos acusados (CASTILHO, 2011, p. 213).

Assim como no Jornal O Globo, a TV Globo também cobriu de maneira incessante o desaparecimento (figura 5) e a morte de Tim. De acordo com o portal “Memória Globo”²⁰, a emissora cobriu o caso até que os culpados fossem presos, julgados e condenados. Somente no período que antecedeu a prisão dos suspeitos, foram mais de 17 horas de reportagem.

Figura 5 - Notícia do desaparecimento de Tim, no JN



Fonte: reprodução / Globoplay (2023). Disponível em: globoplay.globo.com/v/10634063/. Acesso em: 12 abr. 2023.

A principal cobertura se deu no Jornal Nacional, que enviou repórteres, inclusive, para o morro durante as buscas ao corpo de Tim. De acordo com o Memória Globo, as reportagens exibidas apontavam para a existência de um poder paralelo que dominava as favelas cariocas. A família de Tim e entidades ligadas à imprensa tiveram espaço para se manifestar na cobertura.

Foi dado destaque também às manifestações de diferentes associações de jornalistas do Brasil e do mundo, que exigiam, primeiro, o esclarecimento do caso, a identificação do corpo e, depois, a punição dos assassinos do repórter. Através do Jornal Nacional, a família de Tim Lopes também manifestou sua dor. A viúva do jornalista, Alessandra Wagner, ainda antes da identificação do corpo, implorou pela libertação do marido e pediu o empenho de todos os poderes e amigos na sua localização em um depoimento que foi ao ar durante o Jornal Nacional do dia 6 de junho. Naquele dia, também foi divulgada uma carta escrita pelo filho do repórter, Bruno, de 19 anos, que pedia pela vida do pai (MEMÓRIA GLOBO, 2021).

O portal de memórias da emissora explica que, depois de uma semana de investigações, no dia 9 de junho, a Polícia do Rio atestou que Tim Lopes havia sido executado por traficantes da favela da Vila Cruzeiro. O apresentador Zeca Camargo começou o programa Fantástico

²⁰ <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/assassinato-de-tim-lopes/noticia/assassinato-de-tim-lopes.ghtml> (acesso em: 17 de junho de 2023).

daquele dia com a frase: “A notícia que o Jornalismo da Rede Globo não gostaria de dar foi, afinal, confirmada na tarde deste domingo”. Ainda de acordo com o “Memória Globo”, no dia seguinte, o Jornal Nacional foi dedicado a Tim Lopes.

Um dos indicativos do destaque assumido pelo tema, expresso em lamentos tornados públicos na tela da emissora pela morte do “Colega Tim”, foi a criação de uma vinheta especial, exibida repetidas vezes durante o telejornal. A imagem do jornalista Tim Lopes ocupou a tela da TV Globo durante quase todo o Jornal Nacional, convertida em selo [efeito visual para ilustrar o assunto da reportagem] que acompanhou todo o programa (COUTINHO, 2012, p. 186).

Cerca de 25 minutos do noticiário daquele dia foram dedicados ao assunto. Durante todo o telejornal, foram exibidos pequenos depoimentos de amigos do repórter, incluindo jornalistas de outros veículos de comunicação. Como descreve Iluska Coutinho (2012), os colegas que tiveram seus depoimentos exibidos foram “testemunhas emocionais” do drama exibido naquele dia no Jornal Nacional. Para Coutinho (2012), o Jornalismo teria a necessidade de realizar uma espécie de vingança pela morte de Tim.

[...] Como em um ato de profissão de fé, tradução da forte cultura católica arraigada na população brasileira, se anuncia que a imprensa não pode recuar. “A morte de Tim Lopes não é maior nem menor que as outras, mas simbólica, porque representa a tentativa de calar a imprensa”, denunciava um emocionado William Bonner [...]. O “assassinato covarde” de um “defensor dos direitos humanos”, segundo depoimentos exibidos no programa, exigiria uma resposta. Homenageado no memorial de Washington, junto a Daniel Pearl, jornalista americano assassinado no Afeganistão, Tim Lopes precisava ser vingado, embora essa palavra não tenha sido explicitada na edição do Jornal Nacional. Ao invés disso, em nota lida pelo editor-chefe do programa, somos informados de que 18 mil publicações, em 100 países, pedem justiça e a punição dos culpados: “A família de Tim Lopes e a TV Globo recebem durante o dia todo notas e manifestações de solidariedade, pelas quais agradecemos” (COUTINHO, 2012, p. 186).

Na edição especial sobre a morte de Tim em 10 de junho de 2002, William Bonner leu um texto como se estivesse conversando com o repórter e encerrou o telejornal com aplausos. Ao fundo, na redação, toda a equipe de preto, em pé, também aplaudiu (figura 6).

[...] As luzes mostram o apresentador emocionado. William Bonner se dirige a Tim Lopes, exibido em rede nacional como “pai extremado, apaixonado pela profissão e dono de uma vontade desmedida de ajudar ao próximo”. Bonner compartilha sua dor com os telespectadores, desvela o mecanismo, norma do Jornal Nacional de não ser encerrado com um “boa noite” quando o tema é triste, cabendo nesse caso a opção pelo silêncio; regra descumprida ou alterada

naquela edição: “A você, em vez do silêncio, nosso aplauso”. O som das palmas cresce na tela, assim como a imagem dos jornalistas na redação da emissora vestidos de preto, velando um pôster de Tim Lopes; estava encerrado seu funeral na televisão (COUTINHO, 2012, p. 186-187).

Figura 6 - Colegas de Tim aplaudindo o jornalista na redação do JN



Fonte: reprodução / Globoplay (2023). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2325655/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

Depois da notícia da morte de Tim, a cobertura continuou, com a confirmação do exame de DNA de que os restos mortais encontrados pela polícia eram do jornalista. O JN mostrou, posteriormente, o enterro de Tim e o encerramento do inquérito da Polícia Civil com o indiciamento de nove pessoas. O Memória Globo destacou que o posicionamento editorial e a cobertura da emissora impactaram nos trabalhos das forças de segurança. Em um dos acontecimentos em que essa influência ficou evidente, os policiais responsáveis pela investigação afirmam que Tim morreu porque “se colocou muito perto do perigo”. O JN considerou que os policiais estariam culpando Tim pela sua própria morte. Após o posicionamento da emissora, os investigadores foram punidos.

No inquérito – que teve alguns trechos divulgados no Jornal Nacional daquele dia –, o inspetor Daniel Gomes, da 22ª DP, afirmava que Tim Lopes, “no afã de efetuar melhores imagens dos traficantes, se colocou muito perto do perigo, não vislumbrando a diferença da emoção para a razão, fato que ocasionou a sua detenção e morte”. O apresentador do Jornal Nacional, William Bonner, leu nota oficial da Globo criticando o resultado das investigações. A Globo fez questão de esclarecer que Tim Lopes, como repórter investigativo, evitava aparecer no vídeo, não podendo, portanto, ser reconhecido pelo público. A emissora também ressaltou ser um absurdo colocar em dúvida os reais propósitos do jornalista, afirmando ainda que mais grave era a tentativa de imputar ao repórter a culpa pelo seu próprio assassinato. A reportagem sobre a conclusão do inquérito exibida repercutiu rapidamente nos diferentes setores da sociedade. Logo depois de assistir à matéria, a governadora Benedita da Silva suspendeu o inspetor Daniel Gomes e exonerou seu superior, o delegado Sérgio Costa Falante. No dia seguinte, mais uma vez o apresentador William

Bonner leu um editorial sobre o caso. Dessa vez, elogiou a ação enérgica e imediata da governadora do Rio em relação às conclusões do inquérito. Encerrou dizendo que a ação do governo do estado dava esperanças de que a parte boa da polícia venceria aquela luta (MEMÓRIA GLOBO, 2021).

Nos três meses seguintes, a Globo acompanhou a caça ao traficante Elias Maluco, que teria liderado o assassinato de Tim e estava foragido. Segundo informações do Memória Globo, durante esse período, só o Jornal Nacional produziu e apresentou 470 reportagens sobre o poder paralelo dos traficantes do Rio de Janeiro, atrelado ao caso de Tim. A notícia da prisão de Elias Maluco depois de uma operação policial na favela da Grota foi dada pelo Jornal Nacional no dia 19 de setembro. O repositório de memórias da emissora destaca que, naquele dia, o JN se posicionou mais uma vez sobre o caso, defendendo a liberdade de imprensa.

Bonner leu outro editorial dizendo que exigir a prisão dos assassinos de Tim, com a persistência com que todo o Brasil exigiu, não era reivindicar um privilégio. Todo assassinato tem que ser punido. Mas a persistência foi também o reconhecimento de que quando se mata um jornalista o que se pretende é calar toda a sociedade (MEMÓRIA GLOBO, 2021).

Depois de cobrir o julgamento, de acordo com o Memória Globo, o Jornalismo da emissora passou a monitorar a situação dos bandidos na prisão, com matérias que eram exibidas em diferentes telejornais. A emissora lembra que, na época, o crime foi considerado hediondo e a legislação não admitia progressão de pena em casos como esse. No entanto, em 2006, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a proibição do benefício. De acordo com o depoimento de Carlos Henrique Schroder, então diretor da Central Globo de Jornalismo, ao Memória Globo, a emissora acompanhou o caso até a sua última repercussão.

Nós fizemos 17 horas de reportagens, cobrando das autoridades a prisão dos seus algozes. Com a mobilização de jornalistas, com essa quantidade de reportagens, nós conseguimos que todas as pessoas envolvidas na morte de Tim fossem presas. Do sujeito que foi comprar gasolina para queimá-lo até o que, de fato, o matou, da forma mais bárbara do mundo. E fizemos mais: tomamos a decisão de que, em cada julgamento, de cada uma dessas pessoas, nós estaríamos lá, ao vivo. Quando eles estavam presos e o primeiro saiu, sem que nós soubéssemos - por remissão de pena, [saiu] em regime semiaberto e não voltou -, a partir de então, nós passamos a controlar todas as vezes que um assassino do Tim solicitava a liberdade condicional. Nós começávamos a fazer matérias mostrando que a lei dizia que aquilo era um crime hediondo, então ele não tinha que se beneficiar (SCHRODER, 2021).

Em junho de 2022, depois de 20 anos da morte de Tim, o Jornal Nacional exibiu uma reportagem especial²¹ sobre o jornalista, de mais de oito minutos de duração - tempo incomum para produções telejornalísticas. A matéria retomou a atuação de Tim Lopes, sua responsabilidade social, o histórico do desaparecimento e da morte do jornalista, e levantou a discussão sobre o legado deixado pelo assassinato dele para a imprensa contemporânea. Depois de duas décadas de sua morte, Tim também se tornou personagem de um documentário na plataforma Globoplay²².

De acordo com Silvia Ramos e Anabela Paiva (2007), a ampla cobertura já em 2002 se deu não somente pela indignação com a morte de Tim, mas também como forma de repúdio para que casos assim não voltassem a acontecer: “análise feita no Globo e em outras redações era de que seria perigoso permitir que o atentado caísse no esquecimento” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 100). De acordo com Ramos e Paiva (2007), o professor e comunicador brasileiro Rosental Calmon Alves também defende a tese de que a imprensa deve noticiar esse tipo de acontecimento. No entanto, na época, Alves afirmou que o Brasil ainda era tímido em reagir à morte de outros jornalistas. “A situação chega a ser embaraçosa, porque às vezes parece haver mais reações no exterior (onde há organizações muito ativas dedicadas a denúncias de abusos contra a imprensa) do que no país” (ALVES apud RAMOS; PAIVA, 2007, p. 100). Rosental afirmou que a resposta da imprensa norte-americana à morte do jornalista Don Bolles - assassinado com uma bomba no estado do Arizona em 1976 - foi mais forte que a da imprensa brasileira nos casos violentos contra a imprensa no país.

A reação foi forte e imediata, num orquestrado esforço para que não se permitisse passar à bandidagem o sinal de que um crime contra jornalista era apenas mais um crime. A reação incluiu a mobilização de uma equipe de 40 repórteres, cedidos por vários jornais. Eles foram para Phoenix e durante três meses levaram a cabo o Projeto Arizona, com o objetivo de continuar com as investigações de crime e corrupção que estavam sendo feitas por Don Bolles, e que motivaram os bandidos a assassiná-lo. As 23 matérias que resultaram desse esforço foram publicadas em todo o país e mostraram aos criminosos que, em vez de intimidar ou silenciar a imprensa, como eles devem ter pensado que ocorreria, o assassinio de Bolles teve um efeito oposto (ALVES apud RAMOS; PAIVA, 2007, p. 100-101).

²¹ <https://globoplay.globo.com/v/10634063/> (acesso em 17/06/2023).

²² A plataforma estreou, em junho de 2023, a série documental "Onde está Tim Lopes?", que narra em quatro episódios a trajetória profissional do jornalista, assassinado por traficantes no Complexo da Penha, Zona Norte do Rio, em 2002. Reportagens, denúncias e prêmios em mais de 30 anos de jornalismo são lembrados e comentados por colegas e familiares. A direção é de Bruno Quintella, filho de Tim Lopes.

Depois de Tim, uma série de outros casos de assassinatos e agressões a jornalistas foram noticiados pelos telejornais da TV Globo. Em alguns casos, apresentadores ou repórteres narram situações violentas e de cerceamento vivenciadas por colegas. Em outros, os próprios jornalistas atacados ou censurados mostram a realidade pela qual passaram: um exemplo disso são as entradas ao vivo, em que as interrupções ficam evidentes e os repórteres precisam explicar o que aconteceu.

Se em um período, o jornalista era vítima, principalmente, ao subir morros tomados pelo tráfico ou ao acessar locais considerados de risco, nos últimos anos, o profissional corre risco em qualquer região da cidade. Os casos de ataques e cercamentos aumentaram, sobretudo em 2020 e 2021, o que levou a emissora a também aumentar a quantidade de notícias referente a esses acontecimentos. Assim, o jornalista passou a ser notícia com mais frequência.

5 A EXIBIÇÃO DOS ATAQUES NOS TELEJORNAIS: AS ESTRATÉGIAS AUDIOVISUAIS DO JN NA COBERTURA DOS EPISÓDIOS DE AGRESSÃO

Para entender a abordagem do Jornal Nacional aos episódios de agressão e cerceamento à imprensa entre 2020 e 2021, recorreremos ao repositório Globoplay como *locus* para a realização da investigação documental como etapa de coleta e seleção para a pesquisa empírica a partir de materiais audiovisuais. O escopo do primeiro levantamento foi acessar matérias que fizessem referência explícita a jornalistas ou veículos de comunicação. A partir dessa diretriz, tomou-se como universo de investigação o conjunto de trechos recortados de cada edição do telejornalístico veiculada em um período de dois anos, entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021. O período em questão foi marcado por recordes nos registros de agressão e cerceamento a jornalistas, conforme relatórios das entidades representativas da imprensa - Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)²³ e Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert)²⁴. Em termos de contexto histórico, o recorte em tela correspondeu ao segundo e ao terceiro ano de governo do então presidente Jair Bolsonaro, que incentivava os ataques a jornalistas, e ainda foi marcado por acontecimentos como as eleições municipais de 2020 e a cobertura da pandemia da Covid-19, que podem estar associados ao registro de tais episódios violentos.

Delimitando o recorte temporal do estudo, foram selecionados os materiais com referências a jornalistas e à imprensa identificadas no título e/ou na descrição. Em termos procedimentais, na primeira ação deste levantamento, todas as matérias que abordaram o Jornalismo foram enumeradas e classificadas em dois tipos: aquelas que não tratam de episódios violentos contra a imprensa e aquelas que abordam casos de agressão e cerceamento aos profissionais. Em seguida, as matérias telejornalísticas analisadas foram agrupadas por semelhança temática, percebendo-se similaridades e recorrências, de modo a entender os tipos mais ou menos comuns desses casos de agressões, noticiados pelo Jornal Nacional.

Esse exercício de análise do material em vídeo permitiu, ao considerar encaixes e semelhanças, que fosse proposta de forma preliminar uma categorização em 21 subtipos de matérias: agressão física; ameaça; assassinato; ataque a veículo de imprensa; ataque verbal; ataque virtual; censura por ação judicial; cerceamento do trabalho por ação judicial; cerceamento do trabalho por ação policial; cerceamento e impedimento do exercício profissional; crime praticado por jornalista; defesa do Jornalismo; descredibilização da

²³ <https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contrajornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>

²⁴ <https://www.abert.org.br/web/liberdadeimprensa.html>

imprensa; infecção de jornalista por Covid-19; material institucional; material institucional e de defesa do Jornalismo; morte de jornalista; morte de jornalista por Covid-19; omissão de informação à imprensa; prisão de jornalista; e relatórios de entidades com balanço sobre episódios violentos.

Ao todo, foram analisadas 111 matérias, exibidas no Jornal Nacional, que abordaram o jornalista e a imprensa: 74 no ano de 2020 e 37 em 2021. Do total de materiais analisados, 50 (45%) não tinham relação com episódios violentos, apontando para uma estratégia editorial de aumentar a identificação dos profissionais com o público, como detalharemos adiante. De forma mais específica, em 2020, das 74 vezes em que jornalistas e veículos de imprensa foram notícia no telejornal, 36 foram sobre episódios de ataques ou cerceamento aos profissionais. No ano seguinte, em 2021, das 37 notícias de jornalistas e veículos de comunicação no Jornal Nacional, 12 relataram episódios violentos à imprensa.

Considerando que o Jornal Nacional exibe diariamente uma média de 20 matérias sobre os mais diversos assuntos, estimamos que no período de dois anos e com edições de segunda a sábado, tenham sido veiculados 12.520 reportagens em vídeo. De acordo com essa estimativa, o quantitativo de notícias (111) envolvendo jornalistas e a imprensa no período analisado, correspondeu a 0,88% do total estimado a partir da média anteriormente descrita. Já as matérias que tratam especificamente de episódios agressivos, violentos ou de cerceamento, representam 0,48% do total de notícias do telejornal nos dois anos (2020 e 2021).

Para entender como os episódios de violência ou de cerceamento aos jornalistas foram noticiados, os conflitos apresentados, os personagens e seus espaços de fala, os recursos imagéticos utilizados e os sentidos produzidos, observamos os materiais telejornalísticos selecionados, por meio da Análise da Materialidade Audiovisual (AMA) proposta por Iluska Coutinho (2016; 2018). Em consonância com a Dramaturgia do Telejornalismo, conceito proposto pela mesma autora e discutido no capítulo anterior, a AMA sugere que o telejornal seja compreendido a partir dos conflitos apresentados, com os diferentes personagens, símbolos e signos, que fazem parte do material audiovisual.

Compreender o telejornal a partir de sua dimensão narrativa e, nesta, da forma de avanços dos conflitos e situações problema, permitiria uma leitura analítica mais próxima de sua experiência de consumo, associando instâncias racionais, descritivas, e sensoriais (COUTINHO, 2018, p. 187).

Em plena pandemia da Covid-19, em um período de campanha para as eleições municipais e de ataques ao Jornalismo profissional, foi perceptível a presença do jornalista

como personagem das notícias veiculadas no Jornal Nacional, seja para noticiar episódios violentos contra os trabalhadores ou para evidenciar o trabalho da imprensa. Num momento em que o Jornalismo profissional foi ameaçado, o telejornal exibiu pesquisas de confiança na televisão, premiações recebidas pelos profissionais e até bastidores da rotina de repórteres e apresentadores durante a pandemia da Covid-19, com a mensagem de que eles se arriscaram pela informação. Ao mesmo tempo, o JN escancarou os ataques à liberdade de imprensa e à democracia, ocorridos ao longo dos anos de 2020 e 2021.

Por meio da análise, evidenciamos as estratégias narrativas utilizadas pelo JN para noticiar os episódios violentos contra jornalistas. Foi possível identificar os conflitos apresentados, a lição de moral dos episódios, os elementos audiovisuais utilizados nas narrativas, bem como os personagens presentes nas tramas e os espaços de fala. Uma síntese quantitativa acerca dos casos noticiados pelo Jornal Nacional nos anos de 2020 e 2021 é apresentada a seguir.

5.1 O JORNALISTA VIROU NOTÍCIA

Em 2020, Bolsonaro chegou ao seu segundo ano de governo. A pandemia da Covid-19 atingiu os brasileiros. A política e a pandemia estiveram diretamente ligadas às notícias envolvendo jornalistas naquele ano, no Jornal Nacional. O telejornal exibiu 74 materiais abordando diferentes assuntos envolvendo profissionais e veículos de imprensa, de acordo com a observação realizada no Globoplay. Pelas semelhanças entre os temas, as matérias de 2020 foram divididas pelos subtipos apontados na tabela um (1), para melhor entendimento dos assuntos que foram ao ar. A maioria dos materiais exibidos foi: de defesa do Jornalismo, com nove (9) inserções, e sobre a morte de jornalistas, com outras nove (9) inserções sem relação com ataques ou com a Covid-19. Em seguida, estão as matérias institucionais, com sete (7) episódios, e aquelas envolvendo omissão de informação por parte do governo, também com sete (7) registros. Os temas “ataque verbal”, “cerceamento do trabalho por ação policial” e “crime praticado por jornalista”, também listados na categorização do material de análise, não aparecem na tabela um (1) porque não foram identificados no ano de 2020.

Tabela 1 - Número de matérias sobre jornalistas, exibidas no JN em 2020, por semelhança temática

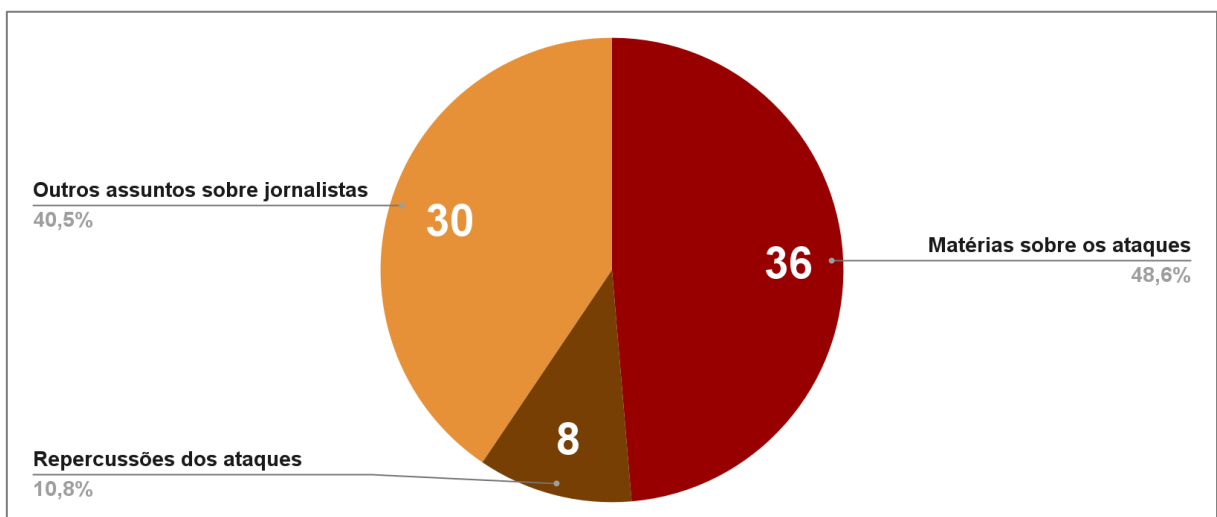
Temática	Quantidade
material em defesa do Jornalismo	9
morte de jornalista	9

Temática	Quantidade
material institucional	7
omissão de informação à imprensa	7
descredibilização da imprensa	6
agressão física	5
cerceamento por ação judicial	5
cerceamento e impedimento da profissão	5
infecção de jornalista por Covid-19	4
mat. institucional e de defesa do Jornalismo	3
morte de jornalista por Covid-19	3
relatórios de entidades sobre casos	3
assassinato	2
censura por ação judicial	2
ameaça	1
ataque a veículo de imprensa	1
ataque virtual	1
prisão de jornalista	1

Fonte: elaborada pelo autor (2023)

De todas as 74 matérias sobre jornalistas e veículos de comunicação noticiadas em 2020 pelo JN, 44 (59,46%) tinham relação com ataques ou cerceamento ao trabalho de profissionais da imprensa, como relatórios e repercussões de episódios. Destas, 36 foram notícias sobre casos específicos de ataques a jornalistas ou a veículos de imprensa (gráfico 3). Esses episódios foram analisados qualitativamente, com resultados apresentados no item 5.3 deste capítulo.

Gráfico 3 - Número de matérias sobre jornalistas exibidas no JN em 2020



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

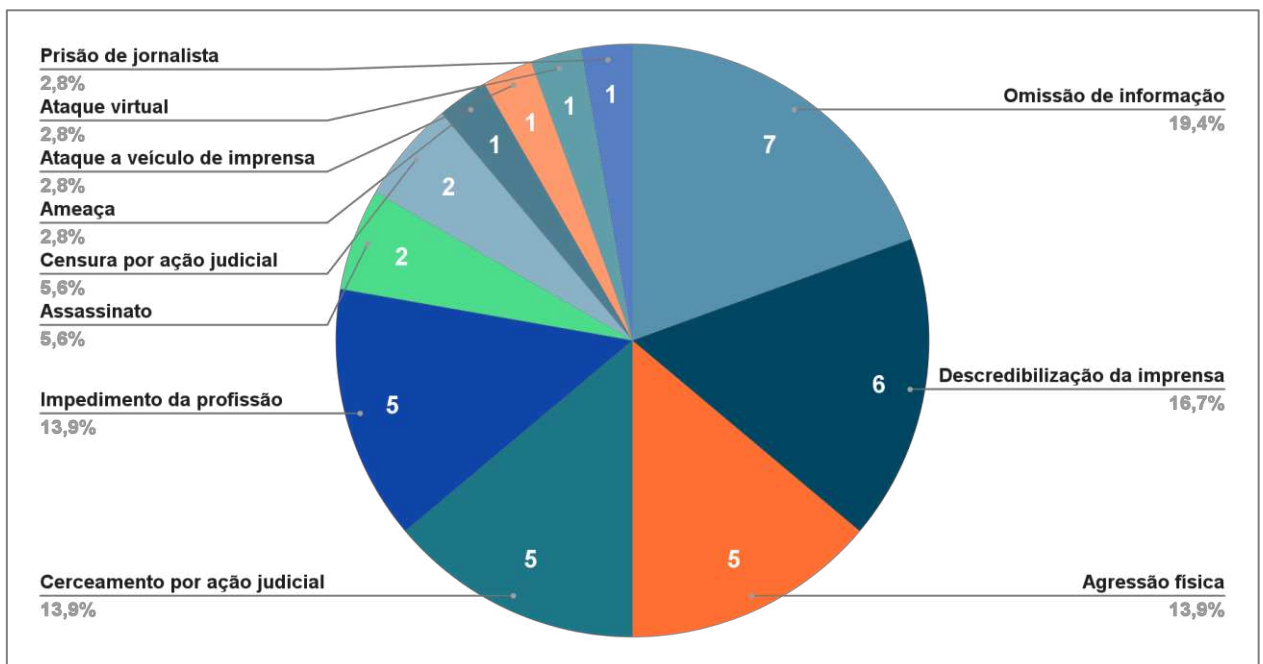
De todas as matérias que tiveram o jornalista e a imprensa como notícia, 30 não tiveram nenhuma relação com episódios agressivos. Foram, principalmente, materiais institucionais e de defesa do Jornalismo: duas matérias sobre o balanço dos episódios do podcast jornalístico O Assunto; ampliação da cobertura jornalística por causa da Covid-19 e a programação especial da GloboNews; uma pesquisa de confiança em TVs e jornais; a obrigatoriedade do uso de máscara por parte dos repórteres da emissora; a campanha mundial contra as *fake news* e a favor do Jornalismo profissional; duas matérias com o balanço da ferramenta de checagens de notícias “fato ou *fake*” do portal G1; o pedido de mudanças no projeto de lei sobre as *fake news* por parte de veículos de imprensa; as indicações do Jornalismo da Globo ao prêmio Emmy Internacional; a homenagem de um congresso internacional ao Jornalismo profissional em tempos de pandemia; a programação ao vivo lançada pelo Globoplay; e o prêmio “Mídia do Ano” recebido pelo JN. Também foram noticiadas as mortes de 12 jornalistas renomados: foram três óbitos motivados pela Covid-19 e outros nove sem nenhuma relação com a doença - essa explicação se faz necessária diante do alto número de óbitos registrados pela doença naquele ano, em que a pandemia estava em um de seus piores momentos. O JN acompanhou, também, por meio de quatro reportagens em dias diferentes, o estado de saúde do jornalista Miguel Magno da Rede Clube, afiliada da TV Globo no Piauí. Miguel, que já havia estado na bancada do JN na rodada de apresentações com jornalistas de diferentes estados do Brasil no aniversário de 50 anos do telejornal, foi infectado pela Covid-19 e internado em estado grave.

Outros oito conteúdos abordaram os ataques à liberdade de imprensa e a jornalistas, mas não noticiaram casos específicos. Três matérias, por exemplo, abordaram relatórios com o balanço de casos divulgados por entidades representativas. O JN mostrou em 16 de janeiro de 2020, que o relatório da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) apontou crescimento nos casos violentos contra jornalistas em 2019, sendo que a maior parte foi praticada pelo então presidente Jair Bolsonaro. A reportagem também explica que uma nova categoria foi criada no relatório, a de descredibilização da imprensa, por causa dos ataques de Bolsonaro. Outro relatório noticiado, desta vez no dia 11 de março, foi o da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), que também apontou um aumento nos casos de ataques a jornalistas em 2019. Os episódios virtuais foram destacados na matéria, sobretudo os praticados por Bolsonaro. O telejornal noticiou também, em 15 de dezembro de 2020, um balanço do número de prisões de jornalistas, que bateu recorde naquele ano. Outros conteúdos abordaram a defesa da liberdade de imprensa e os bastidores do telejornalismo, como detalharemos no capítulo 6.

Por fim, pelo menos 36 matérias denunciaram episódios específicos, de diferentes tipos. Entre os tipos de matérias sobre casos específicos, como detalhado no gráfico quatro (4), estão: omissão de informação por parte do poder público (sete); descredibilização da imprensa (seis); agressões físicas (cinco); cerceamento do trabalho por ação judicial (cinco), cerceamento e impedimento do exercício profissional (cinco); assassinato (dois); censura por ação judicial (dois); ameaça (um); ataque a veículo de imprensa (um); ataque virtual (um); e prisão de jornalista (um).

Como aponta o gráfico cinco (5), a maioria desses casos foi noticiada com a utilização do formato de nota simples, em que é feita no estúdio a leitura do texto pelos apresentadores, sem imagens em externa ou arte. No total, foram: 15 notícias veiculadas por meio de nota simples; 14 por meio de VT²⁵ - reportagem conduzida pelo repórter; quatro com o uso de nota coberta - texto, geralmente curto, com imagens, sem a participação do repórter; duas sonoras - trechos da fala de um entrevistado, gravado previamente, na maioria das vezes sem inserção de perguntas formuladas; além de uma entrada ao vivo. Este último chamou atenção, já que o Jornal Nacional não utiliza rotineiramente as entradas ao vivo e, neste caso, o formato foi escolhido para tratar do assunto, como detalharemos à frente no item 5.3 deste capítulo.

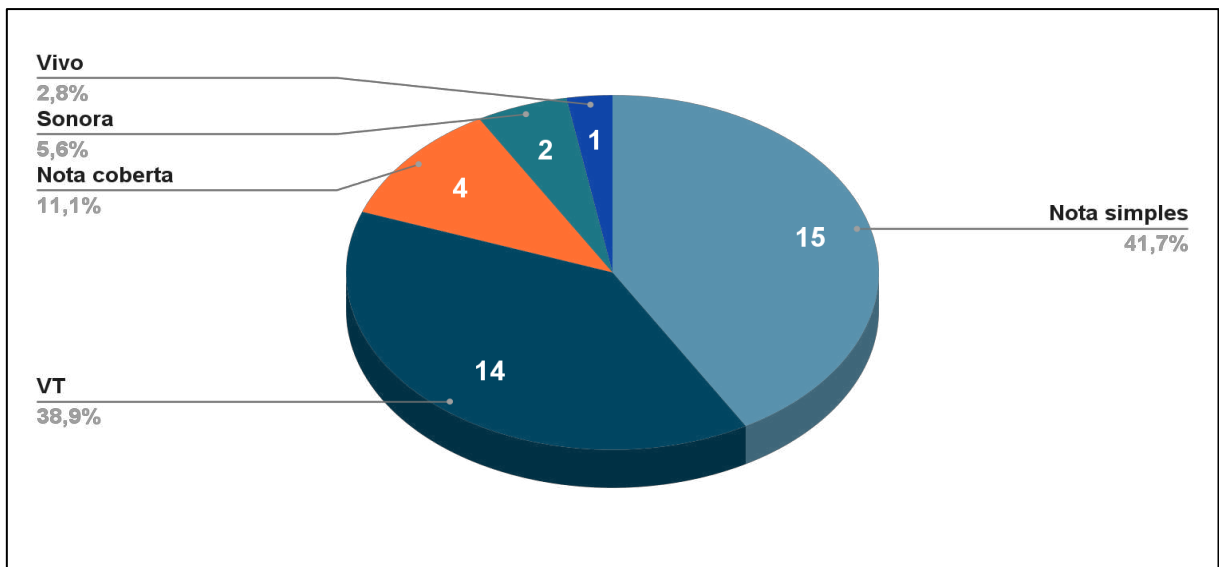
Gráfico 4 - Ataques a jornalistas noticiados no JN em 2020 por semelhança temática



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

²⁵ “Videotape” ou “VT” era o nome dado ao equipamento eletrônico que grava o sinal de áudio e vídeo gerado por uma câmera. Por isso, no telejornalismo, a reportagem editada também é identificada como VT.

Gráfico 5 - Formatos das matérias sobre ataques a jornalistas exibidas no JN em 2020



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Em 2021, o número de matérias envolvendo jornalistas foi menor em comparação com 2020. No entanto, de acordo com os relatórios das entidades ligadas ao Jornalismo, 2021 foi um ano de novos recordes de ataques a profissionais da imprensa. A pandemia chegava ao segundo ano consecutivo no Brasil e com novos picos de contaminação por Covid-19.

Naquele ano, o telejornal exibiu 37 materiais abordando diferentes assuntos envolvendo profissionais e veículos de imprensa. Pelas semelhanças entre os temas, as matérias de 2021 também foram divididas pelos subtipos apontados na tabela dois (2), para melhor entendimento dos assuntos que foram ao ar. A maioria dos materiais foi em defesa do Jornalismo (nove), seguidos de materiais institucionais (cinco) e, posteriormente, aqueles institucionais que também estavam ligados à defesa do Jornalismo (cinco). Seis dos temas enumerados nas observações realizadas no Globoplay entre os dois anos analisados não foram identificados em 2021, por isso, não entram na tabela dois (2): “morte de jornalista”, “omissão de informação à imprensa”, “infecção de jornalista por Covid-19”, “censura por ação judicial”, “ameaça” e “prisão de jornalista”.

Tabela 2 - Número de matérias sobre jornalistas, exibidas no JN em 2021, por semelhança temática

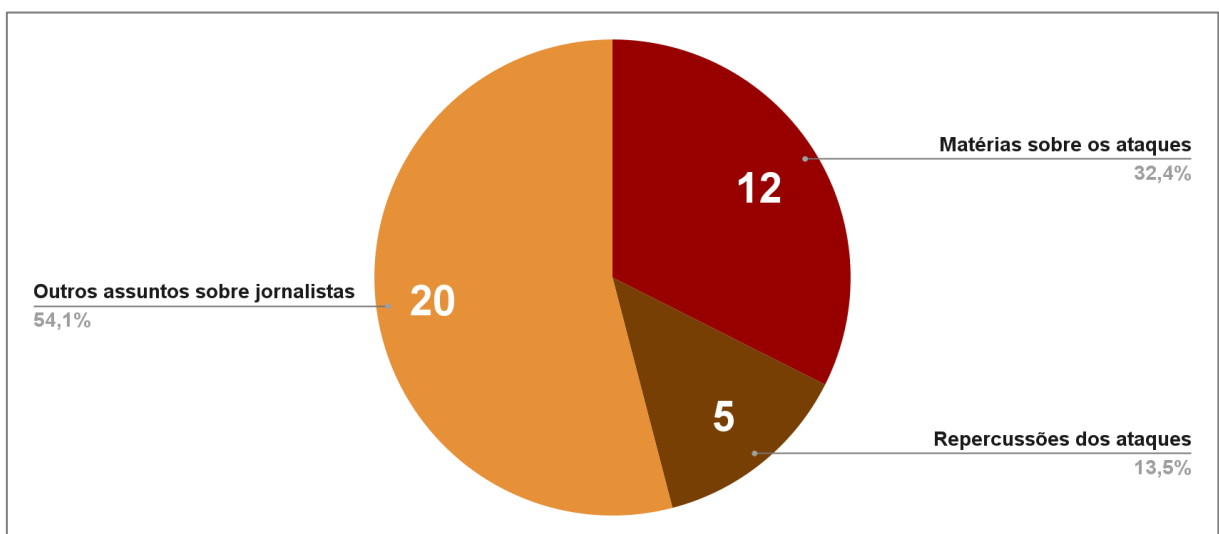
Temática da matéria	Quantidade
material em defesa do Jornalismo	9
material institucional	5

Temática da matéria	Quantidade
mat. institucional e de defesa do Jornalismo	5
relatórios de entidades sobre casos	4
cerceamento por ação judicial	2
ataque a veículo de imprensa	2
ataque verbal	2
descredibilização da imprensa	1
agressão física	1
cerceamento e impedimento da profissão	1
morte de jornalista por Covid-19	1
assassinato	1
ataque virtual	1
cerceamento por ação policial	1
crime praticado por jornalista	1

Fonte: elaborada pelo autor (2023)

De todas as 37 matérias sobre jornalistas e veículos de comunicação noticiadas em 2021 pelo JN, 17 (ou 45,95%) tinham relação com ataques ou cerceamento ao trabalho de profissionais da imprensa. Destas, 12 foram notícias sobre casos específicos de ataques a jornalistas ou a veículos de imprensa, como apontado no gráfico seis (6).

Gráfico 6 - Número de matérias sobre ataques a jornalistas exibidas no JN em 2021



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Percebe-se, pelo gráfico seis (6), que entre as matérias sobre jornalistas exibidas em 2021, as que não abordaram episódios agressivos tiveram mais espaço. Foi, sobretudo, um ano de exibição dos bastidores da emissora e de tentativas de fortalecimento da credibilidade do

Jornalismo profissional, como será detalhado no capítulo seis (6). O telejornal divulgou com maior ênfase o documentário *Cercados* - que mostra a rotina de profissionais da imprensa na pandemia da Covid-19. O JN também lançou uma campanha com o dia a dia dos jornalistas, higienizando as mãos e conversando à distância com parentes enquanto trabalhavam em busca da informação. Também foram exibidas matérias sobre: uma campanha de entidades e veículos jornalísticos contra as *fake news*; o Consórcio de Veículos de Imprensa - criado para dar transparência aos dados da pandemia limitados pelo então governo federal; a primeira dose da vacina aplicada em Renata Vasconcellos; os elogios do Papa Francisco à imprensa, diante do combate à desigualdade social mas também por ter revelado um escândalo sexual dentro da Igreja Católica; o serviço de verificação “Fato ou *Fake*” do G1; os 25 anos da GloboNews; e os 100 anos da Folha de São Paulo.

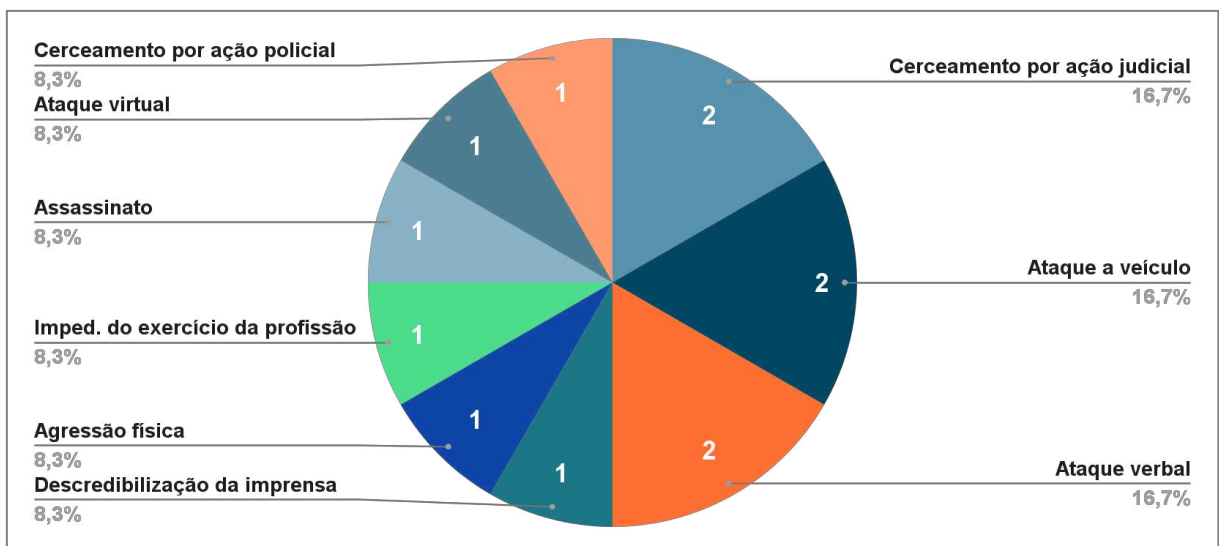
Outras cinco matérias abordaram a participação de jornalistas e emissoras em festivais e premiações: duas delas trataram da indicação do Jornalismo da Globo ao Emmy Internacional; uma abordou a conquista do prêmio Nobel da Paz por dois jornalistas, um russo e uma filipina; outra matéria noticiou que o Consórcio de Veículos de Imprensa criado para dar transparência aos dados da pandemia foi vencedor do prêmio Liberdade de Imprensa da Associação Nacional dos Jornais; e, por fim, uma que abordou a conquista do prêmio Nobel da Paz de Liberdade de Expressão por jornalistas. Uma única matéria, ao longo dos dois anos analisados, tratou de um crime praticado por um jornalista. A notícia abordou o resultado de uma investigação que apurou que, em 1995, um jornalista falsificou documentos que davam a entender que a princesa Diana era espionada e estava sendo grampeada, para assim se aproximar dela e conseguir uma entrevista. Um VT foi exibido, para explicar o caso que veio à tona.

Além dos 20 materiais que não tiveram relação com ataques sofridos por jornalistas, outros quatro abordaram relatórios divulgados por entidades com balanços de episódios agressivos contra a imprensa. O primeiro deles foi o da Fenaj, exibido no dia 26 de janeiro em formato de VT, que apontou um novo recorde de casos no ano anterior (2020). Os apresentadores chamaram atenção para o recorde ataques à liberdade de imprensa. O VT destaca que aquele foi o ano com o maior número de registros em 20 anos de realização do levantamento. O registro mais frequente foi o que buscava desqualificar a credibilidade da imprensa, sobretudo, praticado por Jair Bolsonaro e apoiadores. Outro ponto destacado no VT foi o aumento de casos de censura e ataques verbais a jornalistas, que tiveram alta naquele ano. A presidente da Fenaj deu entrevista. No dia 30 de março, a notícia foi sobre o relatório da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), que concluiu que os ataques à liberdade de imprensa mais que dobraram no Brasil em 2020. O levantamento apontou que, no ranking

mundial de liberdade de imprensa, o Brasil teve o pior desempenho desde 2002. No dia 20 de abril, o JN noticiou o documento divulgado pela organização Repórteres Sem Fronteiras, que chamou atenção para os ataques do presidente Bolsonaro contra jornalistas. O documento afirma que o Brasil perdeu quatro posições no ranking mundial de liberdade de imprensa em 2020. Por fim, outro documento divulgado pela ONG Repórteres Sem Fronteiras apontou que Bolsonaro entrou para a lista de chefes de Estado ou governo considerados predadores da liberdade de imprensa. A nota divulgada em seis de julho pelo JN explicou que, entre os motivos que levaram à classificação pela ONG, está o de que a marca registrada do presidente é insultar, difamar e humilhar jornalistas vistos como muito críticos. Uma quinta matéria que teve relação com a violência a jornalistas foi exibida no dia seis de novembro. Uma ação do Supremo Tribunal Federal tentou impedir que Bolsonaro atacasse a imprensa.

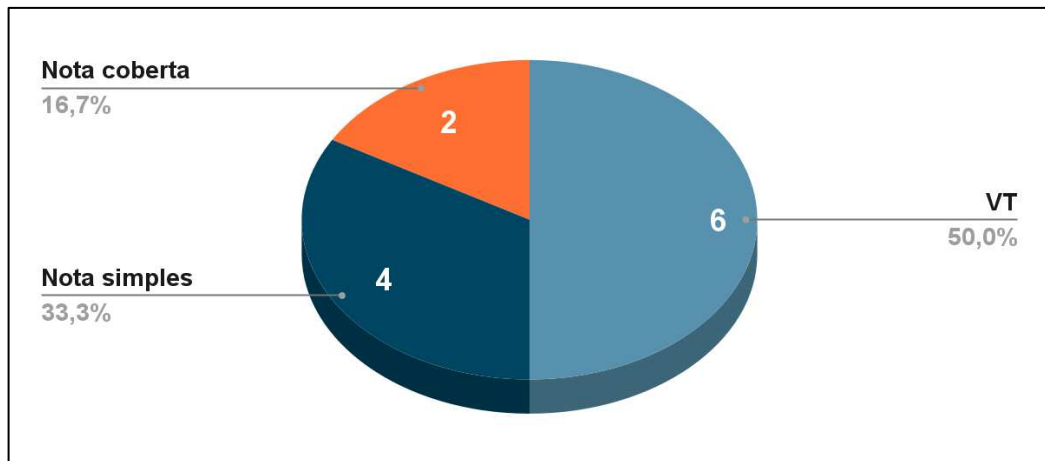
Por fim, outras 12 matérias denunciaram episódios específicos, de diferentes tipos, como aponta o gráfico sete (7). Entre os tipos de matérias sobre casos específicos, estão: cerceamento do trabalho por ação judicial (dois), ataque a veículo de imprensa (dois); ataque verbal (dois); desacreditização da imprensa (um); agressão física (um); cerceamento e impedimento do exercício profissional (um); assassinato (um); ataque virtual (um); e cerceamento do trabalho por ação policial (um). A maioria desses casos foi noticiada com a utilização do formato de VT (seis). No total, foram, ainda: quatro notas secas e duas notas cobertas, como detalhado no gráfico oito (8).

Gráfico 7 - Ataques noticiados no JN em 2021 por semelhança temática



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Gráfico 8 - Formatos das matérias sobre ataques a jornalistas exibidas no JN em 2021



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Diante deste cenário, como a agressão aos jornalistas se torna notícia no principal telejornal da TV aberta no país, o Jornal Nacional? Como as edições do JN, da TV Globo, alvo frequente de ataques nos últimos anos, têm abordado episódios de violência contra suas equipes e ao próprio Jornalismo? O telejornal assume a defesa dos profissionais e do exercício da imprensa? A seguir, abordamos o método e as definições de análise, capazes de responder às questões deste problema de pesquisa.

5.2 ANÁLISE DA MATERIALIDADE AUDIOVISUAL: MÉTODO PARA SE ENTENDER A CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS SOBRE OS ATAQUES NO JN

Para analisar e compreender como estes episódios foram noticiados, o método utilizado foi a “Análise da Materialidade Audiovisual” proposta por Iluska Coutinho (2016; 2018). Sob a perspectiva de um novo olhar sobre os estudos de telejornalismo, a autora propõe uma análise da materialidade da narrativa audiovisual para além do texto ou do áudio, mas ancorada na observação das imagens descritas e seus enquadramentos.

Numa perspectiva mais aprofundada de análise, busca-se identificar, por exemplo, a existência de um conflito narrativo, de personagens e os papéis assumidos por eles na trama, o percurso narrativo dessa dramaturgia e a construção de um roteiro textual unido ao som e à imagem, as vozes que compõem o material bem como o uso de entrevistas e até o papel desempenhado pelos repórteres.

Em diálogo com a dramaturgia do telejornalismo seria necessário olhar e ouvir os conflitos representados, suas matrizes e contextos narrativos; os personagens e suas ações; o cenário mostrado e contado; as provas e desafios

evidenciados, assim como suas tentativas de solução; os roteiros e, neles, os momentos de tensão/informação; a lição moral ou quadro geral de referência de mundo nos quais os narradores/enunciadores se ancoram (COUTINHO, 2018, P. 186-187).

Para identificar com especificidade os elementos necessários para responder às questões do problema de pesquisa, Coutinho (2018) sugere a criação de uma ficha de leitura ou avaliação integrada por categorias. Essas fichas categorizadas partirão do estabelecimento de eixos de avaliação: “é a partir dos eixos de avaliação que se articulam itens ou aspectos a observar, construídos eventualmente por meio de perguntas dirigidas ao objeto e/ou à sua experimentação audiovisual” (COUTINHO, 2018, p. 188).

Os eixos definidos constituem, de acordo com Coutinho (2018), a moldura de avaliação, materializada em uma ou mais fichas de análise, com as perguntas a serem direcionadas ao objeto. Para conseguir responder às demandas apontadas nesta pesquisa, três eixos foram definidos: “conflitos e lição de moral”, “imagem”, e “vozes”, detalhados no quadro um (1).

Quadro 1 - Eixos de avaliação e perguntas de pesquisa a serem aplicados nas matérias sobre ataques a jornalistas exibidas no JN entre 2020 e 2021

Eixos avaliativos	Perguntas
CONFLITOS E LIÇÃO DE MORAL	Qual o conflito apresentado?
	Qual o sentido produzido neste conflito? Qual a principal mensagem da narrativa?
	O telejornal apresenta o caso como sendo um ataque direto ao profissional ou à democracia? O foco está no jornalista ou na liberdade de imprensa?
	O telejornal se posiciona em defesa dos profissionais da imprensa?
	Qual é a imagem do Jornalismo retratada pelo telejornal na exibição deste material? É um Jornalismo a favor do cidadão? Em defesa da democracia?
	Há uma tentativa de mobilizar o telespectador em defesa do Jornalismo e dos profissionais? É um material com pouca mobilização?
IMAGEM	Houve registro audiovisual do caso?
	Houve exibição da imagem do caso no JN?
	Havia imagens do caso circulando em outras mídias?
	Houve opção do JN por não utilizar?
	Qual a procedência da imagem? Foi feita com a câmera da equipe? Foi feita por celular? Foi feita pelo telespectador?
	Quais os elementos utilizados na construção da narrativa?
VOZES	Quais são os personagens apresentados na narrativa? Existem vilões, vítimas, mocinhos?
	O jornalista foi apresentado como vítima?
	O jornalista foi ouvido?
	Quem teve espaço de fala?
	Alguma associação ou sindicato teve o posicionamento divulgado?
	A emissora se posicionou?

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

No eixo “conflitos e lição de moral”, a proposta foi evidenciar o conflito narrado e a mensagem transmitida a partir da informação. As utilizadas neste eixo foram: Qual o conflito apresentado? Qual o sentido produzido neste conflito? Qual a principal mensagem da narrativa? O telejornal apresenta o caso como sendo um ataque direto ao profissional ou à democracia? O foco está no jornalista ou na liberdade de imprensa? O telejornal se posiciona em defesa dos profissionais da imprensa? Qual é a imagem do Jornalismo retratada pelo telejornal na exibição deste material? É um Jornalismo a favor do cidadão? Em defesa da democracia? Há uma tentativa de mobilizar o telespectador em defesa do Jornalismo e dos profissionais? É um material com pouca mobilização?

No eixo temático denominado “imagem”, houve uma tentativa de entender os elementos visuais utilizados na narrativa, sobretudo os flagrantes dos episódios agressivos que contribuíram ou não para a informação televisiva exibida. Neste caso, as perguntas direcionadas ao objeto foram: Houve registro audiovisual do caso? Houve exibição da imagem do caso no JN? Havia imagens do caso circulando em outras mídias? Houve escolha do JN por não utilizar? Qual a procedência da imagem? Foi feita com a câmera da equipe? Foi feita por celular? Foi feita pelo telespectador? Quais os elementos utilizados na construção da narrativa?

Por fim, no terceiro eixo, o objetivo foi identificar as “vozes” presentes nas reportagens que tratavam dos episódios contra os profissionais. As questões foram: Quais são os personagens apresentados na narrativa? Existem vilões, vítimas ou mocinhos? O jornalista foi apresentado como vítima? O jornalista foi ouvido? Quem teve espaço de fala? Alguma associação ou sindicato teve o posicionamento divulgado? A emissora se posicionou?

Por fim, em prosseguimento aos passos dessa investigação, após emoldurar e construir as fichas de análise, a autora propõe um teste do instrumento investigativo, a pesquisa e obtenção da amostra, a definição dos parâmetros de interpretação e a organização dos resultados. A seguir, os 48 casos noticiados ao longo dos dois anos no JN foram detalhados e analisados.

5.3 OS ATAQUES NA TELA: A ANÁLISE DOS EPISÓDIOS DE AGRESSÃO E CERCEAMENTO QUE TIVERAM ESPAÇO NO JN

As perguntas que integram os eixos da ficha de avaliação anteriormente apresentada foram dirigidas às matérias construídas acerca dos 36 episódios em 2020 e dos 12 casos em 2021, o que se denomina na AMA como “entrevista do objeto”. Durante as análises, as respostas

não necessariamente são expostas na mesma ordem das perguntas. Optamos ao realizar a descrição dos resultados por encadear as matérias sobre violência contra jornalistas considerando a data de exibição no Jornal Nacional associada à temática, quando havia conteúdos relacionados entre si.

5.3.1 Os casos de 2020

No dia 21 de janeiro, o Jornal Nacional (JN) noticiou - por meio de um tempo total de seis minutos e nove segundos - que o Ministério Público Federal (MPF) denunciou sete pessoas por invasão a celulares de autoridades. Seis delas haviam sido investigadas e indiciadas pela Polícia Federal, mas o jornalista Glenn Greenwald não. Ele era acusado de produzir matérias com o conteúdo dos celulares das autoridades, adquiridos por meio das fontes que foram indiciadas pela polícia. O conflito apresentado é o de que o jornalista foi incluído na lista de denunciados à justiça, mesmo sem a polícia ter encontrado indícios da participação dele no crime. No VT exibido pelo telejornal, foi utilizada uma arte com as fotos dos seis denunciados, que já eram investigados pela polícia, acompanhadas dos crimes pelos quais eles são acusados. Imagens da prisão de alguns deles também foram utilizadas. Em seguida, fotos e vídeos do jornalista também foram exibidos. A descrição das conversas entre o jornalista Glenn e os outros denunciados, em que ele apurava as informações para as suas reportagens, também foi narrada por meio de uma arte. Também por meio de recursos gráficos, foi exibida a decisão do procurador do MPF, que explicou que o jornalista foi acusado porque sabia da conduta criminosa que ainda estava em andamento e manteve contato com os agentes infratores. Ao mesmo tempo, no VT foi retomada a decisão do ano anterior, do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, que proibiu a responsabilização de jornalistas pela obtenção das informações publicadas, já que os profissionais da imprensa têm o respaldo quanto ao sigilo da fonte. Na reportagem, foi exibido um vídeo postado pelo jornalista nas redes sociais, em que ele considera a ação do MPF um ataque à imprensa livre e ao direito constitucional. O caso, portanto, é apresentado como uma tentativa de cerceamento do trabalho de um jornalista por uma ação judicial, significando um ataque à democracia, mas também ao profissional. A reportagem denuncia a circulação no Brasil de um discurso de criminalização do trabalho jornalístico e de desrespeito a uma prerrogativa constitucional, que é o direito ao sigilo da fonte. O Jornal Nacional não se posicionou sobre o assunto. O JN apresenta o Jornalismo como atividade relevante para a democracia, porém sem mobilizar diretamente o telespectador para o caso. Sob a ótica da Dramaturgia do Telejornalismo, o jornalista Glenn é considerado a vítima

da narrativa e o promotor de justiça do MPF, o vilão. Associações e entidades não tiveram notas divulgadas junto a essa reportagem, mas na matéria seguinte seus posicionamentos foram exibidos.

Na mesma edição, o Jornal Nacional abordou, por meio de uma nota simples, posicionamentos de entidades sobre o assunto. Essa nota com posicionamentos ganhou um recorte próprio no Globoplay, sendo publicada separadamente. O material tem um total de um minuto e 31 segundos e destaca que o portal Intercept - site de notícias de Gleen - e as entidades ligadas à imprensa repudiaram a ação do MPF. O Intercept acusou a ação do promotor de "política" e afirmou que a Polícia Federal (PF) não encontrou indícios contra o jornalista. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) considerou o caso um ataque à Constituição Federal e pediu a rejeição da denúncia. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) considerou o caso uma perseguição ao jornalista. A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) classificou como um ataque à liberdade de imprensa. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) declarou que a denúncia é um risco para a liberdade de imprensa. O então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, também falou sobre liberdade de imprensa e teve sua postagem nas redes sociais exibida no telejornal. Em seguida, o JN noticiou as respostas dos demais acusados pelo MPF no caso. Três se pronunciaram, um não quis se manifestar, outros dois não enviaram resposta. Deste modo, o conflito apresentado é o ataque à liberdade de imprensa, com a mensagem de prejuízo à democracia. O foco, neste segundo material, está na liberdade de imprensa. O telejornal não se manifesta sobre o caso, mas apresenta um Jornalismo favorável à democracia. Os posicionamentos foram dados em formato de nota simples, portanto, sem imagens dos acusados e das sedes da Polícia Federal, do MPF ou das entidades ligadas à imprensa. Entre os personagens da narrativa, o jornalista Gleen continua sendo a vítima e o promotor, o vilão.

No dia 13 de fevereiro, o assassinato do jornalista Leo Veras foi notícia no JN, com um total de três minutos e 20 segundos. O telejornal exibiu um VT, que usou fotos e vídeos públicos de Leo, além de imagens - feitas pela equipe da emissora - do velório do jornalista e da casa onde o crime aconteceu. Foram ouvidos a esposa dele e o promotor que investigava o caso. Também foi exibido um trecho de uma entrevista que Leo havia concedido a um documentário da Associação Nacional de Jornalismo Investigativo (Abraji), em que ele comenta a produção de reportagens que denunciavam o tráfico de drogas na região de fronteira entre Brasil e Paraguai. O conflito narrativo é a morte de um jornalista que denunciava crimes relacionados ao tráfico de drogas. O material produz os sentidos de violência, impunidade e silenciamento da imprensa. O caso é representado como um ataque direto ao profissional, estando o VT focado

inteiramente na vida e no trabalho de Leo. O jornalista assassinado é tratado como a vítima da narrativa, mas não havia vilões identificados, que seriam os suspeitos do crime, até o dia da exibição da reportagem. Não houve registro de imagens do episódio criminoso. A opção foi explorar o local do crime: o repórter fez a passagem na casa onde o jornalista foi baleado. Entidades que representam a categoria tiveram espaço, cobraram punição e trataram o caso como um ataque à democracia. Os posicionamentos lidos em nota pé²⁶ foram da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner), da Associação Nacional de Jornais (ANJ), da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Chamou atenção o trecho da nota da Abraji utilizada pelo telejornal, em que a associação afirma que é dever do Estado prover meios para garantir a segurança dos profissionais da imprensa. Apesar da emissora e do telejornal não se posicionarem sobre o caso e de não haver uma tentativa clara de mobilizar o telespectador em defesa dos profissionais, há uma percepção de que foi evidenciado um Jornalismo em busca da justiça e da liberdade de imprensa.

No dia 24 de março, um caso de omissão de informação por parte do governo federal foi noticiado pelo JN, em um tempo total de quatro minutos e 21 segundos. A apresentação desse conflito produziu um sentido de ataque à liberdade de imprensa e ao princípio da transparência. A notícia foi de que o governo suspendeu o prazo limite para responder aos questionamentos feitos através da Lei de Acesso à Informação (LAI)²⁷, alegando problemas causados pela pandemia da Covid-19. A reportagem também produziu um sentido de que a pandemia foi utilizada como um artifício para que o governo não precisasse responder às demandas da população e da imprensa por meio da LAI, muitas delas sobre a atuação do Executivo com a própria Covid-19. O VT exibido pelo telejornal explicou, por meio de arte, que a decisão foi tomada por meio de uma Medida Provisória (MP)²⁸, publicada pelo Palácio do Planalto, sem dependência imediata de apreciação do Congresso Nacional. A reportagem explicou também que o governo tomou a decisão, com a prerrogativa do decreto de estado de calamidade pública - que permite a publicação da medida, sem autorização dos deputados e

²⁶ “Nota pé” é um texto lido pelo apresentador com informações complementares, depois da exibição de uma reportagem.

²⁷ Desde 2011 a Lei de Acesso à Informação (LAI) permite a fiscalização dos atos dos governos federal, estadual e municipal. Pela lei, os governos têm até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, para responder a pedidos de informação de jornalistas e cidadãos.

²⁸ Medidas Provisórias (MP) são normas com força de lei editadas pelo Presidente da República em situações de relevância e urgência. Apesar de produzir efeitos jurídicos imediatos, a MP precisa da posterior apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (Câmara e Senado) para se converter definitivamente em lei ordinária.

senadores. A reportagem exibiu um trecho de um vídeo postado nas redes sociais pelo ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner de Campos, responsável pela medida. O ministro destacou que a decisão foi tomada diante do fato de que muitos servidores estavam trabalhando de casa, mas que, mesmo com a medida, a maioria das respostas seriam dadas dentro do prazo. Uma representante da organização Transparência Brasil foi ouvida, e afirmou que não ficou claro quais tipos de respostas poderiam demandar essa necessidade de prorrogação e quais não. A Associação Nacional de Jornais (ANJ), que teve seu posicionamento exibido por meio de arte, afirmou que a dificuldade alegada pelo governo, de não conseguir responder em tempo hábil às demandas, poderia ser informada a cada pedido e que não era necessário desobrigar o ato de resposta por meio de uma MP. Um representante da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), entrevistado na reportagem, explicou que com essa decisão, o governo poderia escolher o que responder. A reportagem ainda ouviu um especialista, que considerou a decisão uma brecha para burlar a transparência. O VT também ouviu o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que defendeu uma adaptação no texto por meio do Congresso Nacional, sem prejudicar a transparência das informações. Portanto, o foco da reportagem foi a liberdade de imprensa. O caso foi apresentado como um ataque direto à democracia. O telejornal e a emissora não se manifestaram, mas demonstraram um Jornalismo em defesa da democracia e, ao mesmo tempo, do cidadão. Neste caso, o vilão da narrativa foi o ministro da CGU, mas não houve uma vítima específica. Jornalistas não foram ouvidos, mas representados por entidades. Apesar da medida atingir diretamente um direito da população, a reportagem teve pouca mobilização do telespectador para o tema.

O caso virou notícia no JN, novamente, no dia 30 de abril. Em uma nota simples de 20 segundos, a apresentadora Renata Vasconcellos explicou que, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu as restrições da Lei de Acesso à Informação (LAI) impostas por uma Medida Provisória (MP) do governo do então presidente Jair Bolsonaro. Desta vez, Bolsonaro foi apresentado como o vilão da narrativa. O conflito apresentado foi, novamente, a tentativa de driblar uma lei que contribui para a liberdade de imprensa, mas com novos personagens: os mocinhos da narrativa, protagonizados pelos ministros do STF, que derrubaram a medida de Bolsonaro por unanimidade. O foco da notícia foi o ataque à liberdade de imprensa e o telejornal apresenta um Jornalismo a favor da democracia, no entanto não houve detalhamento sobre o que é a Lei de Acesso à Informação e sua importância. A principal mensagem da narrativa foi a vitória da liberdade de imprensa e do Judiciário, já que a Medida Provisória pretendia derrubar uma lei em vigor desde 2011. A nota não expõe posicionamentos

do telejornal, da emissora, de jornalistas ou de entidades ligadas à imprensa, e mobiliza pouco o telespectador para o tema. Apesar da decisão do STF ter sido tomada em plenário, portanto, havendo imagens da TV Justiça, o JN optou por não utilizar.

No dia 28 de março, o conflito apresentado foi um ataque aos profissionais da imprensa feito pelo então Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta. A nota simples de 41 segundos lida pela apresentadora suplente Ana Paula Araújo destacou que “o ministro da saúde encontrou uma outra maneira de agradar o presidente” [Jair Bolsonaro], ao criticar o trabalho da imprensa. A nota também destacou um trecho da fala do ex-ministro, que alegou que os meios de comunicação são sórdidos porque “só vendem notícia ruim”. Somente 12 segundos foram utilizados para explicar a fala de Mandetta. Todo o restante do tempo foi utilizado para a leitura de um posicionamento editorial da equipe do Jornal Nacional, em nome do Jornalismo da Globo. A apresentadora destacou que “na pandemia de um vírus letal contra o qual não há medicamento ou vacina, é estarrecedor que ele [Mandetta] não reconheça que o trabalho dos jornalistas é um remédio poderoso para levar informação e permitir que as pessoas possam se proteger”. Com esse posicionamento, há uma tentativa de esclarecer que as notícias consideradas ruins veiculadas com frequência naquele momento eram necessárias para garantir a saúde da população, uma tentativa de mobilização do telespectador. Ana Paula completou: “Há muitos trabalhos essenciais: o dos médicos e enfermeiros em primeiro lugar. Mas nós jornalistas estamos nas redações e nas ruas, arriscando a nossa saúde, para cumprir a nossa missão, e fazemos isso com orgulho”. Há, portanto, uma tentativa mais intimista de atingir o público ao humanizar a figura do jornalista. A exibição do caso produziu alguns sentidos: a tentativa de descredibilizar o trabalho da imprensa durante a pandemia da Covid-19; o prejuízo causado à população quando a imprensa é atacada, já que o Jornalismo profissional foi apresentado como um serviço público que ajuda na manutenção da saúde das pessoas e no combate à doença; e a rotina de risco dos profissionais na busca pela informação. Nesta matéria, portanto, apesar do caso ter sido apresentado como um ataque direto à democracia e à liberdade de imprensa, foi direcionado também aos jornalistas, que são apontados como vítimas da narrativa. A matéria retrata a imagem de um Jornalismo a favor do cidadão, em primeiro lugar, mas também à democracia. O discurso do vilão da narrativa - Luiz Henrique Mandetta - que aconteceu em um evento de atualização do cenário da pandemia no Brasil, foi transmitido ao vivo pela TV Brasil, retransmitido por algumas emissoras por assinatura, e também gravado e exibido posteriormente em diversos veículos midiáticos. O Jornal Nacional, no entanto, optou por não utilizar o trecho do pronunciamento de Mandetta. Apesar de apresentar o caso em uma nota simples e sem entrevistas, o JN se posicionou em nome da emissora, em defesa do

Jornalismo profissional e dos trabalhadores da imprensa. Não houve divulgação de posicionamentos de entidades ligadas ao Jornalismo.

Dois dias depois, o ex-ministro se retratou pelo comentário que fez a respeito dos meios de comunicação. Na edição de 30 de março de 2020, o JN dedicou uma nota simples de 14 segundos para noticiar o pedido de desculpas de Mandetta. A apresentadora Renata Vasconcellos leu um trecho da fala de Mandetta: “quando a gente erra, a gente erra”. Em seguida, Renata afirmou que o ex-ministro pediu desculpas. No conflito apresentado - o pedido de desculpas de Mandetta à imprensa - o telejornal relembra, brevemente, o ataque sofrido pela imprensa. Desta vez, o sentido produzido pela notícia é de que, ao veicular o pedido de desculpas de Mandetta, o telejornal amenizou o efeito da tentativa de descredibilização da imprensa, noticiada dois dias antes. O caso mais uma vez é apresentado como um ataque à democracia e à liberdade de imprensa, mas com o foco também direcionado aos jornalistas. Desta vez, não houve leitura de posicionamentos do telejornal, da emissora e de entidades ligadas à imprensa. A imagem retratada é a de um Jornalismo a favor do cidadão, principalmente diante do serviço prestado durante a pandemia. Neste dia, não houve uma tentativa clara de mobilização do telespectador. Mais uma vez houve a opção por não utilizar as falas de Mandetta: nem a anterior, usada para atacar a imprensa, e nem o pronunciamento em que ele pede desculpas. As duas imagens - do ataque e do pedido de desculpas - foram amplamente divulgadas em outros meios de comunicação. Inclusive, durante sua retratação em um novo evento para divulgação de casos de Covid-19, Mandetta disse que a Globo “puxou sua orelha”. Nenhum jornalista, especialista ou entidade representativa teve espaço de fala nesta matéria. A opção foi pela repercussão do caso em um menor tempo.

No dia 27 de abril, o JN noticiou que o jornal O Estado de São Paulo garantiu, na Justiça Federal, o direito de ter acesso aos exames de Covid-19 do então presidente Jair Bolsonaro. A nota simples de 45 segundos informou que a União teria 48 horas para fornecer os laudos ao jornal. A apresentadora Renata Vasconcellos lembrou que Bolsonaro afirmou ter testado negativo para a Covid-19 em todos os exames, mas se recusou a mostrar os laudos. A nota do JN também afirmou que o jornal O Estado de São Paulo apurou que a Advocacia-Geral da União (AGU), antes mesmo de ser notificada, enviou um posicionamento à justiça se opondo à divulgação dos resultados alegando que a intimidade e a privacidade são direitos individuais. O conflito apresentado, neste caso, é a falta de transparência do Presidente da República com a imprensa e a população. Houve, portanto, alguns sentidos produzidos nesta narrativa. Um deles levantou a seguinte questão: Se Bolsonaro afirmou ter testado negativo para a Covid-19 até aquele momento, por que se recusou a mostrar os exames? Outro sentido produzido com essa

matéria é a atitude de Bolsonaro de maneira a atrapalhar, atacar e tentar desacreditar o trabalho da imprensa. Neste caso, Bolsonaro é apresentado como o vilão da narrativa; a juíza, que teve, inclusive, o nome citado, aparece como a mocinha da história, a heroína, por ter dado decisão favorável à exposição das informações à imprensa. O caso é apresentado como um ataque à democracia e o foco está na liberdade de imprensa. Há uma tentativa de mostrar um Jornalismo a favor da democracia, porém, sem mobilizar diretamente o telespectador. O jornalista, neste caso, não é apresentado como vítima direta da ação do vilão. Não há entrevistas nem posicionamentos do JN, da TV Globo, de jornalistas, de entidades ligadas ao Jornalismo e do jornal O Estado de São Paulo. Nesta data, ainda não haviam posicionamentos em vídeo de Bolsonaro sobre a decisão judicial. Porém, havia materiais audiovisuais publicados em rede social em que Bolsonaro afirma ter testado negativo em seus exames, mas a opção do JN foi por não utilizar.

Depois de 14 dias, em 11 de maio, o JN voltou a abordar o conflito apresentado como uma omissão de informação por parte do governo federal. Desta vez, a notícia foi de que o jornal O Estado de São Paulo precisou buscar o Supremo Tribunal Federal (STF) para que Bolsonaro entregasse o resultado dos exames que, segundo ele, tinham apresentado resultado negativo até aquela data. A nota simples de 31 segundos lida por William Bonner explicou que, após a Justiça, em primeira instância, dar parecer favorável à divulgação dos resultados e o Tribunal de Justiça, em segunda instância, ter acompanhado a decisão, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) teria anulado as decisões. Portanto, a matéria produz um sentido de cerceamento à liberdade de imprensa a partir de uma decisão judicial. Ao mesmo tempo, a notícia também continua apontando para a tentativa de atrapalhar e desacreditar o trabalho da imprensa. O caso segue sendo apresentado como um ataque à democracia, com ferimento à liberdade de imprensa. O JN apresenta um Jornalismo a favor da democracia, mas com pouca mobilização do telespectador. Novamente, não há posicionamentos do JN, da TV Globo, de entidades ligadas ao Jornalismo e do jornal citado na matéria, O Estado de São Paulo. Jornalistas também não foram ouvidos. Não havia imagens de Bolsonaro negando a divulgação dos exames. Novamente, o telejornal optou por não divulgar imagens em que Bolsonaro relata ter testado negativo para a doença. O ex-presidente continua sendo vilão nesta narrativa, contudo a figura da juíza como mocinha saiu de cena e a do ministro do STJ como um segundo vilão entrou na história.

O JN noticiou o desfecho dessa história no dia 13 de maio, desta vez por meio de uma reportagem completa. A notícia foi de que a Advocacia-Geral da União (AGU) entregou os exames relacionados a Bolsonaro diante da decisão em última instância do Supremo Tribunal

Federal (STF) pela divulgação. A matéria explicou que os resultados apresentados como sendo de Bolsonaro deram negativos. Dentro do material com um tempo total de três minutos e 17 segundos, o JN exibiu um VT explicando que o caso passou por quatro instâncias da justiça até a divulgação dos resultados. A reportagem usou imagens de arquivo da Globo referentes a Bolsonaro e aos prédios da AGU e do STF para explicar o trâmite do processo. Como o ministro Ricardo Lewandowski, do STF, tornou público o resultado dos exames, o VT destacou os documentos na tela. A reportagem mostrou que os exames não indicaram ser de Bolsonaro, o que foi confirmado pela AGU, que alegou motivos de segurança para a utilização de nomes fictícios por parte do laboratório particular de Brasília. O VT também explicou que Bolsonaro fez os testes depois de uma viagem aos Estados Unidos, onde integrantes da comitiva brasileira foram infectados pela Covid-19. Mesmo com a divulgação dos exames, o JN apontou que foi preciso passar por quatro instâncias da justiça para o caso ser concluído e que, ainda assim, os exames sem o nome do então presidente deixaram lacunas na transparência das informações. Este é o conflito apresentado nesta matéria, que dá a entender que o Jornalismo não conseguiu evidenciar a veracidade dos resultados dos exames e que, na justiça, o processo chegou ao fim da linha. O sentido produzido é o de ferimento à liberdade de imprensa e a falta de transparência por parte do governo federal. Um ataque à democracia, em que o vilão continua sendo Bolsonaro. O telejornal, ao exibir essa matéria, apresenta um Jornalismo a favor da democracia. Mais uma vez, houve a opção por não utilizar falas do ex-presidente. Apesar de, desta vez, o formato utilizado ter sido o VT, nenhuma entrevista foi exibida. Jornalistas, entidades ligadas à imprensa e o jornal O Estado de São Paulo não foram ouvidos. O telejornal e a TV Globo não se posicionaram sobre o assunto.

Enquanto o JN acompanhava o caso dos exames, também noticiou outros episódios que feriram a liberdade de imprensa. Um deles foi no dia quatro de maio. A notícia foi de que o Procurador-Geral da República Augusto Aras pediu ao Ministério Público que apurasse a autoria de agressões a jornalistas que cobriam a manifestação realizada no dia anterior em Brasília - sendo este o conflito da narrativa. O telejornal apresentou o caso como sendo um ataque à democracia, mas, principalmente, aos jornalistas. O foco está nos profissionais agredidos, sobretudo no fotógrafo Dida Sampaio do jornal Estadão, apresentado como a principal vítima da narrativa. Augusto Aras, que pediu a abertura de uma investigação contra os agressores, aparece como um mocinho na narrativa. Como o episódio aconteceu no domingo, dia em que não há edição do JN, o caso foi contado em um tempo de dois minutos e 25 segundos, por meio de um VT na segunda-feira, já com a atualização do pedido de investigação - método que é costume no Jornalismo, quando se retoma um caso ocorrido em outro dia por

meio de uma novidade. O VT apontou trechos do documento que Augusto Aras enviou à procuradora do Ministério Público do Distrito Federal. Nos trechos destacados, Aras destacou a gravidade das agressões diante da dimensão constitucional da liberdade de imprensa, que, segundo ele, é um elemento fundamental na formação da democracia. Em seguida, o VT exibiu imagens gravadas por celular e que circulavam pelas redes sociais, sem autoria, do momento em que manifestantes, apoiadores de Bolsonaro, hostilizaram jornalistas que cobriam o protesto. Um dos jornalistas agredidos, o fotógrafo da Folha de São Paulo Dida Sampaio, prestou depoimento à Polícia Civil e parte dos relatos dele no Boletim de Ocorrência foi narrada no VT. De acordo com a reportagem, Dida relatou à Polícia que foi empurrado da escada onde estava e que levou chutes e socos enquanto saía do espaço da manifestação. Como não havia imagens para mostrar as agressões sofridas por Dida, enquanto o repórter Fabiano Andrade narrava os relatos, imagens da sede da Polícia Civil e o vídeo em que os jornalistas aparecem sendo hostilizados foram exibidos. Não houve entrevista ou fala do fotógrafo na matéria. O profissional utilizou o próprio equipamento para registrar o rosto de três dos manifestantes que o hostilizaram - os vilões da narrativa. Ao abordar essa informação, o VT exibiu a fotografia, mas com os rostos dos três manifestantes tampados. De acordo com o repórter, por causa da Lei de Abuso de Autoridade²⁹. A ação de esconder os rostos foi considerada um erro pela emissora e corrigida no dia seguinte, como detalharemos adiante. Em uma passagem, o repórter deu detalhes da investigação e uma das informações repassadas pelo delegado era de que, como o fotógrafo não tinha marcas de agressão física, o caso não seria tratado como lesão corporal. Um dos sentidos produzidos pela reportagem é a sensação de impunidade, a violência política e, sobretudo, o ataque à liberdade de imprensa e à democracia. Por fim, o VT deu espaço ao posicionamento da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que enviou uma carta diretamente ao governador do Distrito Federal, pedindo que a Polícia Militar intensificasse a proteção aos profissionais da imprensa. A emissora e o telejornal não se posicionaram sobre este caso. Através da narrativa, o JN apresenta um Jornalismo de defesa da democracia.

Na edição do dia seguinte, em cinco de maio, o JN voltou a abordar o caso das agressões a jornalistas ocorridas na manifestação do dia três de maio em Brasília - e incluiu os enfermeiros, vítimas de agressão em um protesto realizado no dia primeiro de maio na praça dos Três Poderes, onde pediam por melhores condições de trabalho na pandemia e pela manutenção do isolamento. O material teve tempo total de cinco minutos e 21 segundos, e

²⁹ A Lei do Abuso de Autoridade (Lei 13.869, de 2019) é válida desde 24 de maio de 2021 e prevê uma série de punições para agentes públicos, no caso de extrapolar o exercício de suas funções. Um exemplo seria a exposição das identidades de pessoas presas.

destacou que o Ministério Público do Distrito Federal (MPDF) pediu à Polícia Civil (PC) a abertura de investigação, atendendo à recomendação do Procurador-Geral da República feita no dia anterior. Um VT mostrou vídeos feitos por celular e que circulavam pelas redes sociais, sem autoria, que mostravam o momento em que os enfermeiros, durante manifestação em Brasília, foram hostilizados. O VT exibiu um “sobe som”³⁰ com as ofensas dirigidas aos profissionais da saúde e deu detalhes de três dos agressores, seus nomes e suas ocupações. Em seguida, o VT mostrou novamente as imagens de celular, sem autoria, do momento em que jornalistas foram hostilizados nas manifestações do dia três de maio em Brasília, contando novamente os relatos do fotógrafo Dida Sampaio. A foto feita por Dida com os próprios equipamentos de trabalho, no momento em que estava sendo atacado, foi novamente exibida, desta vez deixando completamente à mostra o rosto dos três agressores. Chama atenção a mudança de posicionamento do telejornal de um dia para o outro, referente à exibição das identidades dos agressores, embasada na liberdade de expressão. A repórter Cláudia Bomtempo explicou da seguinte forma: “ontem, por equívoco, nós não exibimos os rostos dos três na reportagem sobre o caso, mas a liberdade de expressão garantida na constituição permite que sejam mostrados”. Em seguida, o VT exibiu imagens de redes sociais que mostram Bolsonaro conversando com apoiadores e falando sobre os episódios agressivos. Em um trecho, é possível ouvir Bolsonaro minimizando as agressões e atacando a imprensa: “Para vocês entenderem como é essa imprensa que está aqui: mandei levantar se houve corpo de delito e ele não pediu corpo de delito. Não fez corpo de delito. Se houve agressão, [foi] verbal. O que eles fazem o tempo todo conosco. A gente não tem agressão nenhuma, zero agressão. Mas houve um superdimensionamento por parte da mídia, porque o interesse deles é tirar a gente daqui”. Por meio de uma passagem, a repórter destacou que o Ministério Público pediu a abertura de um inquérito pela Polícia Civil. Diante da citação do agressor Renan Sena, que era trabalhador terceirizado do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a pasta teve posicionamento lido após a exibição do VT. O ministério declarou que Renan estava em trabalho remoto e que deixou de responder aos contatos da pasta por um mês, por isso estava em um processo de demissão, concluído um dia antes da exibição da reportagem. O JN não explicou se ele foi procurado para se pronunciar. Os demais agressores que tiveram os nomes citados na reportagem também não foram ouvidos. Dida Sampaio, principal vítima da narrativa,

³⁰ “Sobe som” é um termo utilizado como uma indicação para destacar um som ambiente, em meio ao texto lido pelo repórter. Também costuma ser utilizado como um termo técnico no script/espelho do jornal, indicando o momento de colocar no ar o som da reportagem, o que acontece geralmente assim que ela é chamada pelo apresentador.

também não teve um posicionamento exibido. O VT, apesar de ter ouvido uma entidade representativa dos enfermeiros, não deu espaço a entidades ligadas ao Jornalismo. Vale ressaltar, no entanto, que no dia anterior, a reportagem se tratava exclusivamente dos jornalistas atacados. Após a exibição do VT, Renata Vasconcellos incluiu outro personagem como vítima na narrativa, que até então não tinha sido citado: o renomado fotógrafo Orlando Brito. Ela explicou em nota pé que Orlando, também agredido nas manifestações, foi convidado para almoçar com Bolsonaro e que o ex-presidente não pediu desculpas, mas alegou que não poderia controlar a multidão. O foco não estava em mostrar uma possível atitude de retratação de Bolsonaro ao fotógrafo - porque ele não fez isso. O objetivo foi dar a informação relatada pelo fotógrafo de que Bolsonaro não assumiu a culpa nem a responsabilidade pelos atos dos apoiadores dele. Portanto, o conflito apresentado nesta matéria foi a investigação de agressões a jornalistas e a principal mensagem foi a violência e os prejuízos à liberdade de imprensa e à democracia. O caso é apresentado como um ataque direto aos profissionais de imprensa, com foco nos jornalistas citados, mas também na liberdade de imprensa. O telejornal não se posiciona, mas demonstra um Jornalismo em defesa da democracia.

No dia cinco de maio, Bolsonaro mandou um repórter calar a boca no cercadinho do Palácio do Planalto. O caso teve seis minutos e 44 segundos de tempo no JN daquele dia. O VT usou imagens da própria equipe de Jornalismo da TV Globo, que mostraram Bolsonaro gritando com jornalistas ao explicar que estava trocando o superintendente da Polícia Federal (PF) para dar uma promoção ao agente e não para livrar a família dele de investigações. Em seguida, o VT explicou que o policial transferido perderia a função de investigador e passaria a chefiar trabalhos administrativos. Uma passagem do repórter Júlio Mosquera explicou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) abriria uma investigação sobre suposta interferência política de Bolsonaro na PF. O VT também destacou um documento de um juiz federal, que pediu explicações sobre a mudança na PF. Foram cerca de três minutos para explicar o caso. Todo o restante, a maior parte do VT, foi para abordar a agressão verbal aos jornalistas, exibida na matéria. De posse de uma cópia do jornal Folha de São Paulo, que trazia como manchete a investigação por possível interferência do então presidente na PF, Bolsonaro disse: “Isso é uma patifaria, é uma patifaria”. Em seguida, ao ser questionado por um repórter, gritou: “cala a boca, não te perguntei nada, cala a boca, cala a boca”. No trecho utilizado no VT, é possível perceber que apoiadores acompanharam Bolsonaro nas agressões e também mandaram os repórteres calarem a boca, a exemplo do então presidente. Apesar de audível, essa atitude dos seguidores não foi ressaltada no texto da matéria. Em seguida, o VT abordou a nota da Folha de São Paulo por meio de uma arte, em que o jornal afirmou que não iria se intimidar com as agressões e que

mais uma vez Bolsonaro desrespeitou a liberdade de expressão e o Jornalismo profissional. A matéria também exibiu, tendo como fonte a TV Senado, trechos de falas de três senadores da república de diferentes partidos - Cidadania, PSD e PT - que, durante uma sessão plenária virtual, condenaram as declarações e a atitude de Bolsonaro. O VT também exibiu, por meio de arte, um trecho do posicionamento publicado em uma rede social pelo então governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel, que repudiou a atitude de Bolsonaro - mesmo tendo sido apoiador dele nas eleições de 2018. O mesmo foi feito com o posicionamento do governador de São Paulo, João Dória, que destacou o ferimento à liberdade de expressão e à democracia. Duas entidades ligadas ao Jornalismo tiveram seus posicionamentos divulgados, por meio de uma arte. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) destacou que Bolsonaro tentou impedir que uma questão de interesse público fosse tratada, ao cassar a palavra dos jornalistas. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) destacou que o fato da agressão verbal de Bolsonaro acontecer apenas dois dias depois dos ataques físicos nas manifestações em Brasília poderia fortalecer os atos de intimidação à imprensa. Ao final do VT, Renata Vasconcellos leu uma nota pé, explicando que Bolsonaro voltou horas depois ao cercadinho para falar com apoiadores e jornalistas, e tentou se desculpar. A fala dele foi lida, com aspas, pela apresentadora: “Desculpa aí, eu fui um pouco grosseiro de manhã com uma senhora e um senhor aqui”. Neste episódio, é possível perceber que o conflito é a agressão verbal de Bolsonaro a jornalistas e o ataque a um veículo de imprensa, o que produz um sentido de tentativa de intimidação à imprensa, de autoritarismo e de ataque à liberdade de expressão e à democracia. A sensação é de que, por ser presidente, ele poderia falar o que e como quisesse, tentando cercear e impor limites no trabalho dos jornalistas, no que eles escrevem ou afirmam. Como destacado por uma das entidades na nota lida na matéria, a impressão é de que, ao mandar um jornalista calar a boca, a liberdade constitucional de imprensa e de expressão é ferida, assim como os interesses e os direitos da população. Outro sentido produzido com a exibição do ataque na matéria é o de que Bolsonaro abriu pressuposto para que seus apoiadores também fizessem o mesmo com jornalistas, não só em Brasília, mas em diversos lugares do Brasil - como acompanhamos nos registros feitos pelas entidades ligadas à imprensa em seus relatórios anuais, sobretudo em 2021 quando houve recorde de casos diante das investidas do então presidente. O estímulo por parte de Bolsonaro, o vilão da narrativa, aos apoiadores, ficou claro no momento em que o então presidente disse “cala a boca” e um apoiador gritou, logo em seguida: “é, cala a boca”. Apesar de ter acontecido um ataque direto aos jornalistas, as vítimas da narrativa, o foco da matéria está na liberdade de imprensa. A matéria demonstrou um Jornalismo voltado à defesa da democracia. Não há posicionamentos da emissora e do

telejornal. Os jornalistas agredidos não foram ouvidos, mas representados pelos posicionamentos das entidades ligadas à imprensa.

No dia 16 de maio, o JN usou o formato de nota simples por seis minutos e 29 segundos para noticiar um ataque do governo feito diretamente ao telejornal. O formato de nota simples costuma ser utilizado para notícias curtas, pequenas, já que não dispõe de imagens. Por isso, a apresentação de uma notícia como esta, de mais de seis minutos, somente com a leitura dos apresentadores, foge do habitual. O conflito apresentado foi de que o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno enviou nota ao Jornalismo da Globo com críticas a uma reportagem do JN, sobre as trocas feitas por Bolsonaro em sua equipe de segurança. Apesar de Bolsonaro ter afirmado em uma reunião ministerial que não teria conseguido fazer as trocas que queria na área de segurança no Rio de Janeiro, a reportagem exibida no dia anterior esclareceu que ele efetivou substituições na equipe do GSI. Essa notícia motivou o posicionamento do Gabinete. Chama atenção o fato de que a nota de crítica enviada pelo governo diretamente à Globo foi considerada um material de noticiabilidade. Os apresentadores retomaram o caso e leram a nota de Augusto Heleno, em que ele explica que as substituições foram feitas diante de um processo de promoção natural que acontece dentro do GSI. Metade do tempo de matéria foi para a leitura de um posicionamento da TV Globo: a emissora confirmou tudo o que o JN havia noticiado no dia anterior e destacou que a própria nota do GSI afirmava que as substituições dependiam do aval de Bolsonaro. O conflito apresentado foi o da tentativa de descredibilizar e intimidar o Jornalismo da Globo. A impressão é de que os jornalistas aproveitaram a própria nota do governo para confirmar as informações noticiadas no dia anterior pelo telejornal, uma estratégia de defesa diante da tentativa de intimidação. O caso é apresentado como um ataque à democracia, com foco na liberdade de imprensa. Neste caso, como houve um ataque direto ao veículo de comunicação, o telejornal e a emissora se posicionaram em defesa do Jornalismo, apontado como favorável à democracia e ao cidadão. No entanto, o telejornal mobiliza pouco o telespectador para o tema, focando na manutenção da credibilidade do seu conteúdo. Não houve opção por utilizar recursos de arte para destacar os trechos da nota enviada pelo GSI. O ministro Augusto Heleno é apresentado como o vilão da narrativa. Nenhuma entidade ligada ao Jornalismo teve posicionamentos exibidos.

No dia 22 de maio, o JN exibiu trechos do vídeo da reunião ministerial que ganhou destaque diante da fala de Bolsonaro, que revelou a tentativa de interferência na Polícia Federal para proteger a família de investigações. Após a notícia da divulgação do vídeo, liberado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello, o JN abordou, por meio de uma

nota simples de 52 segundos, a quantidade de palavrões utilizados por Bolsonaro e por ministros contra autoridades e a imprensa - mas as palavras não foram citadas e os trechos não foram exibidos. O conflito apresentado foi o ataque verbal a jornalistas e autoridades, além da tentativa de descredibilização da imprensa. A mensagem produzida pela matéria foi a de que Bolsonaro é autoritário, intimidador e que, mais uma vez, feriu a liberdade de imprensa e a democracia. A emissora e o telejornal não se posicionaram na defesa dos profissionais da imprensa, mas o JN apresentou um Jornalismo em favor da democracia. Toda a reunião ministerial foi gravada pelo próprio governo, por isso, havia imagens do momento da pronúncia dos palavrões. Os trechos, no entanto, não foram exibidos pelo JN, mas foram divulgados em outras mídias. O principal vilão da narrativa é Bolsonaro, mas este papel também cabe aos ministros que falaram palavrões. As vítimas não possuem nomes, mas são caracterizadas pelas funções: jornalistas, políticos e outras autoridades. Nenhum deles foi ouvido na matéria. Entidades representativas do Jornalismo também não tiveram posicionamentos divulgados.

No mesmo dia, em 22 de maio, o JN noticiou que o então Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles afirmou que era preciso aproveitar o momento em que a imprensa estava preocupada com a pandemia, para que o governo federal mudasse as regras ambientais sem passar pelo Congresso Nacional. A fala do ministro foi exibida pelo telejornal. O vídeo, gravado pelo próprio governo, só foi divulgado depois de uma decisão judicial. Entre os trechos destacados, que ganharam repercussão, está o seguinte:

“[...] Precisa ter um esforço nosso aqui, enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só se fala de Covid, e ir passando a boiada, ir mudando todo o regimento, ir simplificando normas, de Iphan, de Ministério da Agricultura, de Ministério de Meio Ambiente [...] não precisamos de Congresso [...]” (JORNAL NACIONAL, 2020).

O conflito apresentado foi o de omissão de informação à imprensa, além da tentativa de descredibilização dos jornalistas, que trabalhavam diariamente na apuração dos dados da pandemia. A reportagem produziu um sentido de que o então ministro, vilão da narrativa, sugeriu enganar a imprensa e a sociedade, se aproveitando de uma pandemia que afetava diretamente a população para conseguir aprovar pautas que dificilmente seriam apoiadas em um processo habitual, com visibilidade pública e tramitação no Congresso Nacional. O caso foi apresentado como um ataque à democracia, com foco na liberdade de imprensa. A emissora e o telejornal não se posicionaram. O Jornalismo narrado pelo JN foi o de defesa da democracia e dos interesses do cidadão. A ideia transmitida foi de que, nessas situações, não só a imprensa

perde, mas também a população. Nenhuma entidade ligada ao Jornalismo teve o posicionamento divulgado.

No dia seis de junho, a notícia foi a repercussão das mudanças na divulgação dos dados da pandemia da Covid-19 para a imprensa e para a população, por parte do governo federal. A notícia, que teve tempo total de sete minutos e 22 segundos, afirma que médicos e políticos criticaram a mudança. O VT ouviu um infectologista para explicar como o Brasil não contava com um acompanhamento claro dos dados da Covid-19. Outro médico explicou que esse déficit na divulgação poderia prejudicar a confiança das pessoas no Ministério da Saúde. Em uma passagem, o repórter Vladimir Netto explicou que a principal mudança foi a de que o governo passou a valorizar a estimativa de pessoas recuperadas e reduziu os detalhes da progressão da doença. Em uma arte, com prints do painel, o VT explicou que o governo deixou de exibir os números acumulados de casos e mortes e passou a mostrar apenas os registros das últimas 24 horas. O texto também chamou atenção para a mudança de horário na divulgação dos boletins para a imprensa: eles eram enviados às 19h e passaram a ser submetidos aos jornalistas por volta das 22h, após o término do Jornal Nacional. Vale ressaltar que, a partir daí, o JN passou a fazer entradas ao vivo, na programação, por meio dos plantões, para divulgar os dados, como detalharemos no capítulo 6. O VT também ouviu um representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, que falou sobre o prejuízo da falta de dados completos para o enfrentamento à pandemia nos municípios. Uma postagem de Bolsonaro na rede social foi destacada, em que ele afirmou que a divulgação dos dados por volta das 22h permitiria evitar a subnotificação de dados. A matéria também mostrou o posicionamento via rede social do Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas, que defendeu a coleta de dados junto aos estados como uma alternativa. Em um vídeo usado no VT, o deputado e presidente da Câmara considerou que o Legislativo fizesse a reunião dos dados e afirmou que é papel dos estados divulgar. Uma pneumologista e pesquisadora da Fiocruz também teve entrevista exibida, em que afirmou que em uma pandemia daquela magnitude, a divulgação parcial de dados seria um prejuízo ao controle da doença. Em outro trecho, ela destacou que a revisão de dados proposta pelo Ministério da Saúde, que sugeriu recontar o número de mortos por Covid alegando um superdimensionamento da fatalidade da doença, apresentaria um número até maior de óbitos, e que, se acontecesse o contrário, seria necessário desconfiar. Em nota pé, o JN informou que, por causa da interrupção no fornecimento dos dados detalhados, a Universidade Johns Hopkins chegou a excluir o Brasil do balanço global sobre o Coronavírus atualizado ao longo do dia, uma referência no acompanhamento da pandemia. O telejornal, inclusive, usou uma imagem que mostra a lista de países, sem o Brasil. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

(Abraji) teve o posicionamento lido em nota pé: a entidade destacou que a ocultação de dados da pandemia contraria a Constituição Federal, a Lei de Acesso à Informação e as boas práticas de transparência, e considerou uma tentativa de impor obstáculos às atividades jornalísticas através da retenção de informações de interesse público. O conflito apresentado, portanto, foi a falta de divulgação de dados públicos à população e à imprensa. A matéria produz o sentido de que houve intenção, por parte do governo federal, de atrapalhar o trabalho da imprensa na divulgação dos dados e de mascarar a gravidade da pandemia no país, já que não seria mais possível, com facilidade, consultar o montante de casos e mortes registrados em todo o período. O caso foi apresentado como um ataque à democracia e o foco estava na liberdade de imprensa e não especificamente em algum jornalista. Apesar de atingir diretamente o Jornalismo da Globo e o Jornal Nacional, já que era o primeiro telejornal a exibir os dados após a divulgação e foi o mais impactado com a mudança, não houve nenhum posicionamento da emissora diante do caso. A matéria expôs, portanto, um Jornalismo voltado à defesa da democracia, mas, principalmente, a favor do cidadão, diante da transparência na divulgação dos dados públicos. Nesta data, ainda não havia imagens e falas gravadas de Bolsonaro sobre o assunto. Ele, portanto, foi o vilão da narrativa por mais uma vez. O jornalista não foi apresentado diretamente como vítima, mas o Jornalismo e a imprensa foram os alvos da história.

No dia 10 de junho, um homem, armado com uma faca, invadiu a TV Globo e fez a repórter Marina Araújo refém. Este conflito foi apresentado por meio de uma nota simples de um minuto e 46 segundos. Bonner, que aparecia sozinho no enquadramento, explicou que o homem, vilão da narrativa, queria ver Renata Vasconcellos, por ser o aniversário dela. Ele explicou também que a Polícia Militar (PM) foi chamada e que o Coronel Heitor Henrique Pereira negociou com o agressor, até que ele soltasse a faca e libertasse a jornalista. O que chamou atenção na notícia é que, por diversas vezes, Bonner deu opiniões e expressou sentimentos: ele destacou que a ação da polícia foi considerada “impecável” e que o coronel da PM agiu com “muita firmeza”; afirmou, também, que o homem estava “perturbado”; e disse que “felizmente ninguém se feriu”. O Coronel da PM Heitor Henrique Pereira foi apresentado, portanto, como o mocinho da narrativa, o herói. O apresentador também agradeceu às manifestações de solidariedade de autoridades, de colegas e do público. Já com Renata junto a ele no enquadramento, Bonner expressou que “foi um susto enorme” e ironizou: “Não foi um aniversário tranquilo, né Renata?”. Em seguida, destacou que o mais importante era o fato de que as duas jornalistas - Marina e Renata - estavam bem. Renata, que era o alvo principal da ação do agressor e uma das vítimas da narrativa, não falou sobre o caso. Apenas concordou com Bonner, ressaltando que estava bem, desejou uma boa noite aos telespectadores para

encerrar o jornal e pediu paz. A jornalista agredida Marina Araújo, vítima da narrativa, não falou sobre o assunto no telejornal, nem teve sua imagem divulgada. A estratégia narrativa utilizada pelo JN - não se sabe se por opção editorial ou desejo das vítimas - foi de não expor detalhes do caso, nem depoimentos sobre o ocorrido. O telejornal também optou por não utilizar imagens que mostravam o momento em que o agressor mantinha a jornalista refém - o vídeo foi gravado por celular, sem autoria identificada, e circulou pelas redes sociais. Apesar dos alvos terem sido jornalistas do JN e de ter ocorrido uma invasão ao prédio da TV Globo, a emissora não se posicionou. A principal mensagem transmitida nesta nota do JN foi de um caso atípico, que não teve relação com movimentos políticos e outros ataques frequentes aos profissionais. A matéria também produziu a sensação do risco da exposição dos profissionais da imprensa, que aparecem na televisão todos os dias. Não houve exibição de posicionamentos de entidades ligadas ao Jornalismo. O caso foi apresentado, portanto, como um ataque direto ao profissional, com foco nas jornalistas, não sendo relacionado à liberdade democrática de imprensa. Com essa notícia, o telejornal não retrata um Jornalismo a favor do cidadão ou da democracia, mas humanizado e intimista. Há uma tentativa de mobilização social, sobretudo no momento em que os apresentadores pedem paz ao encerrar a notícia e o telejornal.

No dia 15 de junho, o Jornal Nacional (JN) noticiou um caso considerado pelo telejornal como censura. O conflito foi apresentado por meio de uma nota simples de um minuto e sete segundos. Os apresentadores titulares da bancada explicaram que uma reportagem sobre a concessão irregular do abono emergencial - conhecido como auxílio emergencial - produzida pela RBS TV, afiliada da Globo no Rio Grande do Sul, foi colocada sob censura prévia. Renata Vasconcellos explicou que uma das pessoas citadas na reportagem - que estaria recebendo o auxílio irregularmente - teve o pedido aceito pelo juiz Daniel da Silva Luz, da comarca de Espumoso, para impedir a publicação de material que a envolvia. A liminar de primeira instância ainda determinou multa de 50 mil reais em caso de descumprimento. Em seguida, Renata afirmou que a Constituição Brasileira proíbe a censura prévia. Por fim, a apresentadora afirmou que a RBS TV declarou que iria recorrer da decisão. Em praticamente metade do tempo da nota, Bonner se dedicou a noticiar posicionamentos da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) e da Associação Nacional de Jornais (ANJ). As entidades destacaram que a decisão privilegiou o interesse individual em detrimento do direito da coletividade. Esse conflito evidenciou, portanto, o prejuízo da censura para a liberdade de imprensa e de expressão e para a defesa dos interesses da população, já que a matéria denunciava uma irregularidade no uso do dinheiro público. Ficou claro que a atitude do juiz, o vilão da narrativa, não só impediu a continuidade do trabalho dos

jornalistas a favor da população como também levou em conta o interesse privado em detrimento do público. Uma matéria que poderia ser utilizada, inclusive, como objeto de investigação e como base para decisões judiciais contra irregularidades no uso do dinheiro público, acabou censurada pelo próprio Poder Judiciário, representando, assim, uma inversão de valores, para além do ferimento à liberdade de imprensa e à democracia. Com esta notícia, o JN pratica um Jornalismo a favor da democracia e do cidadão. Neste caso, o ato de censura não dispunha de imagens para serem utilizadas na matéria. Também não houve opção por utilizar algum documento enviado pela justiça à RBS TV. Nenhum jornalista foi apresentado como vítima da narrativa, que teve como foco o ataque direto à emissora. Apesar de se tratar de uma afiliada da TV Globo, a emissora e o próprio telejornal não se posicionaram sobre o assunto.

O caso foi repercutido no dia 19 de junho, com informações atualizadas e uma nova personagem. Por meio de uma nota simples de 43 segundos de duração, Bonner informou que a desembargadora Maria Izabel de Azevedo Souza, da 19ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, negou o recurso da RBS TV e manteve a liminar que impôs censura prévia a uma reportagem sobre concessão irregular de abono emergencial. Em seguida, o apresentador voltou a citar o juiz Daniel da Silva Luz, que havia atendido ao pedido de uma mulher citada na reportagem e proibido a publicação de reportagens que citassem o nome dela. Por fim, a nota explicou que a RBS TV afirmou que estava estudando medidas cabíveis. Desta vez, a desembargadora foi incluída na narrativa como uma vilã, assim como o juiz de primeira instância. Desta vez, não houve exibição de posicionamento de entidades ligadas à imprensa.

No dia 15 de junho, o conflito narrado pelo JN foi o pedido de investigação, por parte do então Ministro da Justiça André Mendonça, da reprodução de uma charge que exibia Jair Bolsonaro e fazia alusão à suástica nazista. O pedido de investigação levou em conta a Lei de Segurança Nacional (LSN)³¹ - geralmente utilizada para abordar assuntos relacionados à segurança do país em casos extremos. A nota afirma que a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) demonstrou preocupação com a invocação da LSN promulgada durante a Ditadura Militar, para defender o Presidente da República de uma charge crítica ao seu governo. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) declarou, em nota lida pelos apresentadores, que a aversão à crítica é própria da Ditadura e dos candidatos a ditador. A

³¹A Lei de Segurança Nacional é um aparato legal usado em muitos países para estabelecer regras referentes à segurança do Estado. Essa legislação foi redigida durante o período da Ditadura Militar e, desde a redemocratização, havia sido poucas vezes utilizada. Em 2021, foi revogada para dar espaço a outra lei, que estabeleceu uma série de crimes contra o Estado Democrático.

mensagem transmitida a partir dessa notícia é a tentativa de intimidar a imprensa e cercear a liberdade de expressão, por meio de um pedido de investigação que pode resultar em ação judicial contra jornalistas. Também há evidências de autoritarismo por parte do Executivo, na tentativa de calar a imprensa e impedir o trabalho dos jornalistas. O então Ministro da Justiça André Mendonça aparece, portanto, como o vilão da narrativa, enquanto o chargista Aroeira e o jornalista Ricardo Noblat, citados na nota simples, são as vítimas da história, que não foram ouvidas na matéria. Apesar da intimidação direta aos jornalistas, o foco da matéria está na liberdade de imprensa e de expressão. O JN não se pronuncia sobre o caso, mas apresenta um Jornalismo em defesa da democracia. Não havia vídeos de falas sobre o caso que pudessem ser utilizados na matéria, mas o JN também não divulgou documentos com o pedido de investigação - não se sabe se por opção editorial ou por falta de acesso.

No dia 24 de agosto, o JN noticiou um caso de ameaça a um repórter do jornal O Globo. Em um tempo total de dois minutos e 49 segundos, a matéria explica que o repórter do jornal O Globo havia questionado Bolsonaro sobre cheques depositados na conta da então primeira-dama. A repórter Delis Ortiz citou, na reportagem, um trecho da fala de Bolsonaro ao jornalista: “vontade de encher a tua boca de porrada”. Em seguida, o VT explicou que Bolsonaro compartilhou um vídeo nas redes sociais alegando que fez a ameaça porque teria ouvido a frase “vamos visitar sua filha na cadeia”. No dia seguinte à ameaça feita por Bolsonaro ao jornalista, apoiadores do ex-presidente usaram as redes sociais para contar essa versão do ocorrido, considerada falsa pelo JN. Em um VT, a repórter Delis Ortiz mostrou uma matéria, na tela de um computador, do serviço de checagem Fato ou *Fake* do G1, que apurou que essa frase não foi falada na ocasião. A repórter também apresenta uma análise aprofundada do vídeo e aponta que, em determinado momento, é possível ouvir que um ambulante diz: “vamos visitar nossa feirinha da Catedral, Presidente”. Neste momento do VT, um “sobe som” deixou evidente as duas falas, uma seguida da outra. O vídeo foi gravado de celular, sem autoria, e circulou pela internet. O sentido produzido por esta matéria é de que Bolsonaro, o vilão da narrativa, deturpou a fala do ambulante, usando-a como artefato para ameaçar o fotojornalista. Ainda no VT, Délis explicou que o site bolsonarista, que havia publicado o vídeo com o suposto ataque do fotojornalista a Bolsonaro, pediu desculpas pelo erro após a checagem do portal G1 e reconheceu que não havia nenhuma fala a respeito da filha do presidente. Por fim, o VT abordou, por meio de arte, posicionamentos de repúdio de entidades e veículos de comunicação: Jornal O Globo, Associação Nacional de Jornais (ANJ), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), e representantes da sociedade civil. Também houve a exibição de repercussões internacionais do fato, com a

reprodução de capas de jornais de outros países por meio de arte. O fotógrafo, vítima da narrativa, não foi ouvido. O caso foi apresentado como um ataque ao jornalista, com foco no profissional da imprensa. Contudo, principalmente ao exibir os posicionamentos das entidades, o telejornal dá destaque à atitude do presidente como antidemocrática e autoritária. Não há um posicionamento do telejornal ou da emissora sobre o caso. Mais uma vez o telejornal apresentou um Jornalismo a favor da democracia.

No mesmo dia, em 24 de agosto, o telejornal noticiou outro ataque de Bolsonaro à imprensa. Por meio de uma matéria com tempo total de um minuto e 15 segundos, o JN explicou que o fato aconteceu durante um evento sobre a Covid-19, em que os convidados eram defensores da hidroxicloroquina no tratamento da doença. A apresentadora Renata Vasconcellos ressaltou que a comunidade científica não havia comprovado a eficácia do medicamento para este fim. O texto lido pela apresentadora destacou também que Bolsonaro teria feito uma afirmação de que atletas têm mais chance de ficarem curados da Covid-19. Em seguida, o telejornal exibiu a fala do presidente, gravada com equipamentos das equipes da própria emissora, em que ele disse: “Sempre fui atleta das forças armadas. Aquela história de atleta, que o pessoal da imprensa vai para o deboche. Mas quando pega em um bundão de vocês, a chance de sobreviver é bem menor”. O conflito apresentado é o desrespeito e a tentativa de descredibilização da imprensa por parte de Bolsonaro. A narrativa criada pelo JN demonstrou um governo irresponsável ao defender tratamentos sem comprovação científica e apontou para o ataque à imprensa, defensora da ciência. A ideia apresentada foi a de que a imprensa buscou apontar as atitudes irresponsáveis de Bolsonaro perante a pandemia da Covid-19. A sensação é de que Bolsonaro dava total descrédito aos jornalistas e tentava menosprezá-los a todo momento. O caso, portanto, é apresentado como um ataque direto aos profissionais da imprensa. Como o ataque não foi direcionado apenas aos jornalistas que estavam presentes e não houve citação de nomes, não há vítimas específicas na narrativa. Os profissionais, de maneira geral, podem ser considerados as vítimas da história. Nenhum deles foi ouvido, assim como as entidades ligadas ao Jornalismo. O telejornal e a emissora não se posicionaram em defesa dos profissionais e da imprensa. O JN apresentou um Jornalismo voltado à defesa da democracia.

O caso que teve maior tempo dedicado em 2020 no Jornal Nacional - oito minutos e 37 segundos - ficou conhecido como “Guardiões do Crivella” - em referência ao então prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella, o grande vilão da narrativa. Pelo conflito apresentado no dia 31 de agosto, funcionários da prefeitura da capital carioca estavam impedindo jornalistas de mostrar as queixas da população sobre os problemas na prestação do serviço de saúde na cidade. Para contar essa história, a equipe de reportagem utilizou diversos elementos audiovisuais.

Sobretudo, flagrantes dos inúmeros episódios de cerceamento aos repórteres. O VT exibiu duas entradas ao vivo que foram interrompidas em frente ao Hospital Rocha Faria: em um deles, a repórter entrevistava uma mulher, que reclamava da demora na transferência de um parente, quando precisou parar a conversa diante de inúmeros gritos com a expressão “globolixo”, sendo surpreendida por um dos agressores que invadiu a reportagem; em outra entrada ao vivo, o repórter também foi surpreendido por gritos. O jornalista Paulo Renato Soares, que realizou a reportagem, aparece, em seguida, fazendo abordagens aos agressores, utilizando o microfone e a câmera da emissora para desmascarar os funcionários públicos. Paulo Renato os questionava sobre qual era o trabalho deles, a função e o que faziam ali. Houve uma tentativa de ouvi-los, mas a maioria dos agressores não se pronunciou. Alguns, na tentativa de cumprir o papel ali representado, defendiam que o poder público estava fazendo um bom trabalho. Seus rostos foram frisados na tela e uma arte apresentava cargo e salário na prefeitura. Em seguida, a reportagem mostrou prints dos grupos de WhatsApp, por onde o esquema era organizado e onde os agressores “batiam ponto”, postando fotos para comprovar que estavam posicionados nos hospitais. O VT também utilizou o recurso de entrevista sem identificação, apenas com a silhueta do entrevistado e com voz modificada, para exibir os relatos de um ex-participante dos grupos, que abordou como funcionava o esquema. Essa narrativa representou, portanto, uma atuação do poder público no intuito de calar a imprensa e os cidadãos, para que os problemas do atendimento à saúde municipal não fossem abordados. O caso foi apresentado como um ataque direto à democracia, à liberdade de imprensa e à liberdade de expressão, já que jornalistas e a população tiveram a fala cerceada por várias vezes. Apesar dos alvos terem sido os repórteres que tentavam fazer as entradas ao vivo nas ruas, o foco da reportagem não está na figura dos jornalistas, mas na liberdade de imprensa. Os profissionais não foram ouvidos sobre os casos, mas o JN deu nota de entidades ligadas ao Jornalismo - Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Associação Nacional de Jornais (ANJ) - que repudiaram os atos. Com a narrativa, o telejornal apresentou um Jornalismo, sobretudo, a favor do cidadão. Há uma tentativa clara de mobilização do telespectador, principalmente ao mostrar que não só a imprensa estava sendo calada, mas a própria população, que tinha o seu direito cerceado. O JN e a TV Globo, no entanto, não se pronunciaram oficialmente, por meio de nota ou editorial. Como os flagrantes foram realizados pela própria emissora, a maioria das imagens utilizadas na matéria não haviam circulado em outras mídias. Como detalharemos no capítulo 6, o caso foi tratado em sigilo na redação de Jornalismo da TV Globo Rio até sua exibição. Foi possível notar, também, a presença de uma terceira câmera, captando a ação dos agressores ao mesmo tempo em que a equipe de reportagem trabalhava - assim, o telejornal garantia material

audiovisual dos episódios. Apesar dos jornalistas serem representados como vítimas da narrativa, houve também o entendimento dos profissionais como os mocinhos da trama - heróis que desmascaram os cerceadores da imprensa e dos direitos da população. A prefeitura do Rio também foi ouvida pelo JN e, em nota, explicou que as ações tinham o objetivo de esclarecer a população e desmentir notícias falsas, para que, assim, ninguém deixasse de buscar por atendimento de saúde naquelas unidades.

O caso foi novamente relatado em outras três matérias, por mais dois dias seguidos. As reportagens trouxeram novos detalhes da ação dos agressores, por isso entraram na lista de análise para esta pesquisa. Logo no dia seguinte, 1º de setembro de 2020, em um tempo total de seis minutos e 21 segundos, o telejornal mostrou que policiais civis cumpriram mandados de busca e apreensão contra os membros de grupos que intimidavam jornalistas e cidadãos na porta dos hospitais municipais do Rio de Janeiro. Também foi noticiada a abertura de uma investigação por parte do Ministério Público, para analisar se houve prática de crimes pelo prefeito Marcelo Crivella. No VT, uma repórter abordou um dos agressores expostos na matéria do dia anterior, enquanto chegava na delegacia da Polícia Civil para prestar depoimento. Em seguida, outro agressor aparece chegando à delegacia. No total, foram exibidas imagens de pelo menos quatro pessoas entrando em veículos da Polícia Civil e na delegacia. A matéria também retomou a função e o salário dos funcionários públicos envolvidos no esquema, por meio da exibição do rosto e de uma arte com as informações. O VT também mostrou o flagrante da operação da polícia, que apreendeu celulares, dinheiro e computadores nas casas dos envolvidos no esquema. A reportagem também detalhou a abertura de investigação do prefeito por parte do Ministério Público. Chama atenção o fato de que o JN mostrou o impacto de sua reportagem no desmonte do esquema: a matéria explicou, por meio de prints dos grupos de WhatsApp, que muitos integrantes saíram do aplicativo de mensagens assim que a primeira reportagem foi exibida. A reportagem também mostrou que, no dia seguinte à exibição da primeira reportagem, não houve nenhuma interrupção no trabalho dos repórteres em suas entradas ao vivo em frente aos hospitais da cidade. As imagens feitas pelas equipes da Globo mostraram o trabalho dos repórteres, sem interrupções. O desfecho da reportagem chamou atenção: houve uma tentativa de mostrar o heroísmo do Jornalismo da Globo ao denunciar a ação. É como se as vítimas fizessem, também, o papel de mocinhos, apresentando um Jornalismo em defesa do cidadão. Os policiais civis, neste caso, também aparecem como mocinhos da narrativa. Também como produção de sentido da matéria, é possível citar que o JN deu ênfase no fato de que os agressores tiveram que responder pelos seus atos. O foco da narrativa foi o cerceamento à liberdade de imprensa e de expressão. Além das imagens dos agressores indo até a delegacia e os novos

prints dos grupos de WhatsApp, o VT também retomou alguns flagrantes dos ataques exibidos na reportagem do dia anterior, de autoria das equipes da TV Globo. Desta vez, por se tratar de uma angulação policial, percebe-se que o telejornal optou por não exibir posicionamentos de entidades ou de jornalistas, mas voltou a ouvir a prefeitura do Rio que, por nota, afirmou novamente que as ações foram feitas com o intuito de esclarecer os cidadãos. O JN e a TV Globo não se posicionaram.

Neste mesmo dia, 1º de setembro de 2020, logo após a repercussão policial do caso, o JN dedicou mais quatro minutos e 26 segundos para abordar as opiniões de juristas sobre a gravidade das atitudes e as possíveis punições aos funcionários públicos envolvidos - sendo este o conflito apresentado nesta nova narrativa. Um diferencial é que, pela primeira vez neste caso, um jornalista foi ouvido - uma das únicas matérias do JN em que o profissional teve espaço de fala. Logo no começo do VT, o repórter - que conduzia a matéria - Helder Duarte, explicou que a manhã de cobertura jornalística em frente aos hospitais foi mais tranquila no dia seguinte à denúncia do JN e, em seguida, o jornalista Ben-Hur - um dos que eram atacados na porta das unidades de saúde - contou que ninguém apareceu nos locais para atrapalhar o trabalho dele. Um depoimento breve, com microfone em punho, como se estivesse em seu espaço de fala. O intuito, no entanto, não foi detalhar como ele se sentiu perante os episódios, mas apenas para relatar a possibilidade da realização do trabalho de informar. Uma mulher, que aguardava em frente a um dos hospitais, foi ouvida: “quando a gente se cala, o ser humano sofre”. Além das novas imagens captadas pelas equipes de reportagem, da normalidade da cobertura em frente aos hospitais, o VT usou pequenos trechos dos arquivos dos ataques. Em seguida, a narrativa explicou as possibilidades criminais para os envolvidos, por meio de entrevistas com dois professores de direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A passagem do repórter Helder Duarte, em frente à Câmara Municipal do Rio, explicou que o Legislativo abriu o processo de impeachment contra Crivella. O VT exibiu um vídeo em que o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, criticou a limitação da imprensa e afirmou que a transparência é obrigação do agente público. A reportagem também abordou, por meio de arte, o posicionamento de entidades ligadas ao Jornalismo: a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a Organização Internacional Repórteres sem Fronteiras, a organização *Human Rights Watch* (que atua na defesa dos direitos humanos) e a Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert). Por fim, o presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ) teve uma entrevista exibida, em que condenou o uso do dinheiro público para cassar a palavra do cidadão e da imprensa. Como o VT abordou a punição, o foco estava, sobretudo, nos vilões da narrativa, os funcionários públicos agressores. Fica

evidente um Jornalismo a favor do cidadão, sobretudo por exibir depoimentos de uma mulher e de um jornalista. Entidades ligadas à imprensa também se manifestaram a favor da liberdade de imprensa e de expressão. O telejornal e a TV Globo, no entanto, não emitiram posicionamento oficial.

Após as repercussões, o JN trouxe novas apurações sobre o caso no dia seguinte, em 2 de setembro de 2020, em um tempo total de três minutos e 37 segundos. O conflito apresentado na narrativa era de que os funcionários públicos pagos para tentar calar cidadãos e profissionais de imprensa não se limitavam aos hospitais, mas atuavam em outros locais. O VT continuou acompanhando o trabalho da polícia, com imagens, feitas pela equipe de reportagem, da abordagem dos agentes que, desta vez, foram atrás dos envolvidos que estavam dentro do prédio da prefeitura. A matéria explicou que a chefe de gabinete do prefeito - apresentada como uma das vilãs da história - foi chamada para depor. Após essa atualização policial do dia, o VT prosseguiu com as novidades da apuração do caso: novas fotos - sem autoria identificada - e um novo depoimento - exibido com a silhueta, sem identificação, e com o uso de modificação de voz - revelaram que os “guardiões do Crivella” acompanhavam a entrega de cestas básicas para se certificar de que mães de família falariam bem da prefeitura. O VT mostrou, por meio de fotos, que esses “guardiões” atuavam, também, em manifestações encomendadas pelo prefeito, em eventos, entregas de equipamentos públicos e até acompanhando Crivella em cultos religiosos. A matéria também explica que o prefeito e o principal responsável pelo esquema já tinham sido investigados, em outro momento, por favorecerem o atendimento de saúde a pessoas ligadas a uma igreja evangélica. O VT utiliza uma arte com a transcrição de um áudio em que Crivella havia afirmado a prioridade. Mais uma vez, a Prefeitura se manifestou por meio de nota: informou que o grupo “Guardiões do Crivella” não tinha o objetivo de articular ações de cerceamento à imprensa e aos cidadãos e que, no caso das cestas básicas, os funcionários foram aos locais para organizar as filas. A mensagem principal deste VT foi, portanto, a de que havia um esquema organizado e financiado pelo poder público para calar a imprensa e os cidadãos, não só nos hospitais, mas em outros locais. Outro sentido produzido por esta matéria foi a possibilidade de punição dos agressores. Mais uma vez, o caso é apresentado como um ataque à democracia, e às liberdades de imprensa e de expressão. O Jornalismo apresentado pelo JN é voltado, sobretudo, à defesa do cidadão. O telejornal e a TV Globo não se posicionaram.

Em 2020, o JN noticiou também um caso de cerceamento por ação judicial contra a própria emissora. O conflito, narrado no dia cinco de setembro por uma nota simples de dois minutos e 44 segundos, foi o de que a justiça proibiu a TV Globo de divulgar documentos

sigilosos extraídos da investigação criminal do caso das “rachadinhas”³² contra Flávio Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro. Após a notícia da decisão judicial, foi lida uma nota da emissora, que considerou a ação um cerceamento à liberdade de expressão, já que o caso seria de interesse público. A nota também retomou, de maneira resumida, o caso das rachadinhas: explicou que o Grupo de Atuação contra o Crime Organizado encerrou as investigações contra Flávio Bolsonaro e encaminhou o caso à Procuradoria-Geral de Justiça. De acordo com a notícia, Flávio chefiava um esquema de lavagem de dinheiro que envolvia repasse de salários do gabinete dele. Entidades repudiaram a decisão da juíza e tiveram seus posicionamentos lidos, também por meio de nota simples: a Associação Brasileira de Imprensa afirmou que a censura está se tornando praxe no país e cobrou o restabelecimento do império da lei; a Associação Nacional de Jornais declarou que qualquer tipo de censura é vedado pela constituição, além de cercear o direito da sociedade de ser informada com um caso de interesse público; a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo também chamou o caso de censura prévia, sobretudo porque o alvo da investigação é uma pessoa pública. Por fim, a nota simples foi encerrada com o posicionamento de Flávio Bolsonaro feito por uma rede social, em que ele comemorou a decisão e afirmou não ter nada a esconder. A principal mensagem transmitida por esta matéria foi o uso do Poder Judiciário para atacar a própria democracia, já que a juíza - apresentada nominalmente na matéria - se posicionou contra o direito constitucional da liberdade de expressão e do interesse público. Neste contexto, apesar de Flávio Bolsonaro ser o protagonista da história - como o autor da petição judicial e o beneficiado pela decisão - a juíza aparece como a principal vilã da narrativa. É interessante observar que, apesar do alvo principal ter sido o Jornalismo da TV Globo, a matéria trata o caso como um prejuízo à população, reforçando a todo momento que o assunto é de interesse público e que as pessoas foram cerceadas pela decisão. Portanto, há uma mobilização do telespectador e a tentativa de apresentar um Jornalismo em defesa do cidadão. Ao mesmo tempo, o JN também saiu em defesa da democracia e da liberdade de imprensa. Por se tratar de uma decisão judicial, não houve registros audiovisuais do caso em nenhuma mídia. O próprio JN informou que não teve acesso à decisão até aquele momento, portanto, a exibição de um documento também não seria uma possibilidade para o telejornal. Um recurso não utilizado pelo telejornal foi a exibição de imagens do próprio Flávio Bolsonaro. Neste caso, nenhum jornalista foi apresentado como vítima ou foi ouvido. A TV Globo se posicionou por meio de nota, considerou a ação um

³² Nome popular dado para desvios de salário de assessor. Na prática, trata-se de uma transferência de parte ou de todo salário do servidor para o parlamentar ou secretários a partir de um acordo anteriormente estabelecido.

cerceamento à liberdade de imprensa, afirmou que respeita ordens judiciais e que iria recorrer da decisão.

No dia 16 de setembro, uma nova decisão judicial que cerceou o Jornalismo da Globo foi noticiada pelo JN, por uma nota simples de 42 segundos. Bonner explicou que um desembargador do Tribunal de Justiça do Rio - que teve o nome identificado na matéria - manteve a decisão da juíza de primeira instância que proibiu a emissora de divulgar informações, sob sigilo de justiça, do caso das rachadinhas de Flávio Bolsonaro. O desembargador, portanto, foi um novo vilão inserido na trama. A Globo afirmou, em nota, que a decisão foi um cerceamento à liberdade de informar, uma vez que a investigação é de interesse de toda a sociedade. Mais uma vez não houve exibição de imagens, documentos e entrevistas. Desta vez, não houve posicionamentos de associações ou entidades ligadas ao Jornalismo. Nenhum jornalista aparece como vítima da narrativa, mas a própria TV Globo, que se manifestou. Também não houve exibição de posicionamento de Flávio Bolsonaro e o telejornal não deixou claro se ele foi procurado. A ideia transmitida pela matéria foi a preocupação com o impedimento do livre Jornalismo, um ataque às liberdades democrática e de imprensa. Deste modo, o JN apresenta um Jornalismo, ao mesmo tempo, em favor do cidadão e da democracia.

No dia 18 de setembro, o JN noticiou um caso de cerceamento e impedimento do exercício da profissão, por meio de uma nota simples de um minuto e 20 segundos. A equipe de segurança de Jair Bolsonaro impediu a entrada de jornalistas da TV Centro América, afiliada da TV Globo no Mato Grosso, em uma fazenda onde o então presidente fazia uma visita. A nota explicou que um dos seguranças reconheceu os jornalistas da emissora, chamou um general do exército, que colocou os profissionais para fora. O JN, em seguida, noticiou posicionamentos de entidades ligadas ao Jornalismo. A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) e a Associação Nacional de Jornais (ANJ) - que representam veículos de comunicação - divulgaram uma nota de repúdio e ressaltaram que, de forma arbitrária, os agentes permitiram a entrada de profissionais de outros veículos e impediram o trabalho da equipe da TV Centro América sob ameaça de prisão. Nenhuma entidade ou associação ligada aos profissionais de imprensa foi ouvida na matéria. A notícia afirmou ainda que o Palácio do Planalto não respondeu ao pedido de resposta do Jornalismo da Globo. A matéria veiculada pelo JN produziu o sentido de que houve uma especificidade no tratamento aos jornalistas da emissora afiliada da TV Globo, que costumava se posicionar contra as convicções e ações do então Presidente da República. Outra mensagem importante ressaltada nesta matéria foi a ameaça de prisão proveniente de um general do exército - como informado pela nota das entidades de Jornalismo - para impedir o trabalho dos

jornalistas, um nítido ataque à liberdade de expressão e à democracia. No entanto, mesmo se tratando de jornalistas do grupo Globo, o telejornal, a emissora e a TV Centro América não tiveram posicionamentos exibidos. O telejornal, neste caso, apresentou um Jornalismo voltado à defesa da democracia. Os jornalistas não foram apresentados como vítimas, mas o entendimento foi de que o alvo principal era a emissora. Neste caso, apesar da motivação do cerceamento ser proveniente de Bolsonaro e de suas convicções, os vilões da narrativa são os seguranças do então presidente e o general do exército. Um trecho da ação foi gravado pela equipe de jornalistas e exibido em uma reportagem do telejornal local MT2: a repórter explicou que a equipe foi impedida de visitar a fazenda, mas não deu detalhes do episódio. A imagem utilizada no telejornal local - e que circulou por outras mídias, posteriormente - mostra um homem perguntando o modo como a equipe conseguiu entrar no local. Não se sabe, no entanto, se outros trechos desta ação foram gravados. O JN optou por não utilizar essas imagens.

No dia 26 de setembro, o JN noticiou uma tentativa de ataque à sede do jornal Charlie Hebdo em Paris, na França. De acordo com a nota simples de 27 segundos do telejornal, o suspeito de ataques a faca - o vilão da narrativa - confessou que tinha como alvo o jornal satírico. O atentado que deixou dois feridos aconteceu em frente ao prédio do jornal, onde 12 pessoas foram mortas no ataque de 2015. A principal mensagem transmitida pela matéria foi a de que o alvo do ataque ocorrido em uma rua de Paris era, mais uma vez, o jornal satírico. O caso foi apresentado como um ataque direto ao veículo de comunicação e, conseqüentemente, aos profissionais que nele trabalham, mas não houve foco na democracia ou na liberdade de imprensa. Nenhum jornalista foi apresentado como vítima da narrativa. O jornal satírico, alvo dos ataques, não teve um posicionamento divulgado, assim como as entidades ligadas ao Jornalismo. O JN e a TV Globo também não se posicionaram oficialmente. No dia anterior (25 de setembro), o JN chegou a noticiar o atentado, utilizando imagens da internet - que mostravam o momento do socorro às vítimas logo após o ataque - e das equipes da TV Globo em Paris - abordando o local onde tudo aconteceu. Contudo, ainda não se sabia que o alvo era o jornal. Um dia depois, com a confirmação do suspeito de que o alvo era o jornal satírico, o JN preferiu repercutir por meio de nota simples, sem utilização das imagens que tinha sobre o caso.

No dia 22 de outubro, o JN noticiou o caso de um ataque feito pelo então presidente dos Estados Unidos Donald Trump - vilão da história - a uma jornalista. Um fator que chamou atenção neste dia foi o formato da notícia. Pela primeira vez, um caso de agressão ou ataque a jornalista foi noticiado ao vivo - aliás, o vivo é um formato pouco utilizado pelo JN se comparado a outros telejornais da emissora. Foram dois minutos e 14 segundos de matéria, no

total. Outro fator que chamou atenção foi a maneira como William Bonner leu a cabeça³³ da matéria, chamando a repórter ao vivo, não muito usual no telejornal. Ele disse: “Começa daqui a pouco em Nashville, nos Estados Unidos, o segundo e último debate entre os candidatos à presidência, e o presidente Donald Trump, que é candidato à reeleição, resolveu atacar a jornalista que vai ser a mediadora”. O apresentador utilizou um tom irônico, com forte expressividade facial e gestual, chegando a bater uma das mãos na perna quando tratou do ataque à jornalista, como se quisesse dizer algo como: “a que ponto chegamos?”. Pelo tom da matéria, foi como se Donald Trump tivesse cometido mais um episódio condenável, dentre vários que ele vinha fazendo durante seu mandato, mas que, ao mesmo tempo, foi capaz de impressionar. Outro entendimento para a grande expressividade do jornalista foi o fato de que o candidato atacou a jornalista que iria mediar o debate, com quem ele precisaria de um bom relacionamento. Durante a entrada ao vivo, a repórter Carolina Cimenti explicou que a jornalista seria a primeira mulher negra a mediar um debate desde 1992 e que, em uma rede social, Trump insinuou que ela não seria imparcial. Na mesma postagem, ele teria feito outra série de ataques à imprensa, como explicou a repórter durante a entrada ao vivo. Trump teria desrespeitado um acordo que fez com um canal de TV americano e postado um trecho de uma entrevista que ainda iria ao ar, em que se sentiu desconfortável com as perguntas. Juntamente com a postagem, afirmou: “a jornalista do debate de hoje é muito pior”. Ao final do vivo, a repórter explicou a dinâmica do debate e detalhou que o microfone de um candidato seria desligado enquanto o outro estivesse falando. De volta ao estúdio, Bonner comentou - o que também não é muito usual no telejornal - que no último debate Trump havia interrompido o então candidato Biden por várias vezes. O que ficou claro, diante da matéria, foi que Trump tentou desqualificar a jornalista que iria mediar o debate e desacreditar o programa, mesmo antes de acontecer - uma maneira de se proteger de perguntas que poderiam o afetar politicamente e de manter suas convicções. O foco, portanto, estava na jornalista, mediadora do debate, e não na liberdade de imprensa. O caso foi apresentado como um ataque à profissional. Ao mesmo tempo, JN apresenta um Jornalismo em defesa da democracia, ao apontar as atitudes de Trump contra a imprensa. A entrada ao vivo contou com imagens de Trump feitas pela equipe da TV Globo, do cenário do debate, mas não abordou as postagens do ex-presidente americano nas redes sociais. A jornalista atacada - apresentada como vítima da narrativa - não teve nenhum

³³ texto lido pelo(a) apresentador(a) para “chamar” a reportagem. É a introdução do assunto, antes da entrada do VT ou do(a) repórter, ao vivo.

posicionamento divulgado na matéria. Não houve nenhuma exibição de entrevista, nem de posicionamentos de associações ou sindicatos ligados ao Jornalismo.

No dia 27 de outubro, o caso de uma agressão física a um repórter da TV Imperial, afiliada da Record em Roraima, foi noticiado no JN. Foram 32 segundos de informação, por meio de uma nota coberta. O telejornal explicou que a polícia abriu um inquérito para investigar o caso. De acordo com a nota, bandidos invadiram a casa do jornalista e o retiraram à força. Ele foi encontrado no dia seguinte, com várias lesões pelo corpo e um braço quebrado. O telejornal informou o posicionamento de entidades ligadas ao Jornalismo, por meio de nota simples: a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e as Associações Nacionais de Editores de Revistas e de Jornais repudiaram a violência e cobraram a apuração dos fatos. O JN utilizou fotos do jornalista atacado e imagens do momento em que ele era socorrido por uma ambulância após ser encontrado - o registro parecia ser da própria equipe de Jornalismo da TV Globo, contudo não houve informação de autoria das imagens. A principal mensagem transmitida na narrativa foi a violência. O caso foi apresentado como um ataque direto ao profissional e não à democracia, e o foco estava no jornalista agredido. Apesar disso, ao relatar posicionamentos de entidades ligadas aos veículos de imprensa, o JN apresenta um Jornalismo voltado à defesa da democracia. Vale ressaltar que as entidades ligadas aos profissionais da imprensa não tiveram posicionamentos divulgados. O jornalista agredido - vítima da narrativa - não foi ouvido na matéria. O agressor, vilão da narrativa, ainda não havia sido identificado.

Dois dias depois, em 29 de outubro de 2020, outra agressão física a um jornalista foi notícia no principal telejornal de TV aberta do Brasil, por meio de uma nota coberta de um minuto e 15 segundos. Uma equipe da TV Integração, afiliada da Globo em Minas Gerais, estava em frente a um pronto atendimento de saúde da cidade de Prata, quando um médico avançou sobre o repórter Arcênio Corrêa. Um outro homem, funcionário da prefeitura, agarrou Arcênio pelo pescoço. O repórter cinematográfico Stanley Matias deixou a câmera ligada, registrando toda a ação, e tentou ajudar o colega, mas também foi atingido por um dos agressores. Toda a agressão foi narrada com o auxílio das imagens, gravadas pela própria equipe. Em seguida, o JN informou que o médico que atacou o jornalista foi procurado, mas não atendeu às ligações da Globo e que o outro agressor, funcionário da prefeitura, foi exonerado do cargo de supervisor da divisão de cultura do município. Os dois apareceram como os vilões da narrativa. Em seguida, o telejornal informou o estado de saúde do repórter e afirmou que a TV Integração registrou um boletim de ocorrência. O JN também procurou a prefeitura de Prata, que repudiou as agressões. Por fim, o telejornal afirmou que o episódio motivou protestos da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, da Associação Brasileira de

Emissoras de Rádio e Televisão, do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais e da Federação Nacional dos Jornalistas; nenhum dos posicionamentos das entidades foi detalhado. A mensagem transmitida por esta narrativa foi a violência cometida por agentes públicos - inclusive, por um médico, que tem a responsabilidade de cuidar da saúde da população - no intuito de calar um jornalista e impedir o exercício da profissão. O caso foi apresentado como um ataque direto ao profissional e o foco estava no jornalista agredido, que não foi ouvido na matéria. Neste caso, não houve nenhuma abordagem diretamente ligada à defesa da democracia ou da liberdade de imprensa. No entanto, com a denúncia do episódio agressivo, o JN apresenta um Jornalismo voltado para a defesa da democracia. O telejornal e a TV Globo não se posicionaram sobre o assunto por nota ou editorial. O que chama muita atenção, neste caso, foi o registro audiovisual, em alta qualidade, do episódio agressivo, feito com a câmera da própria equipe de reportagem - imagens que, posteriormente, circularam por outras mídias pelo mundo. Depoimentos sobre o caso estão detalhados no capítulo 7.

No dia 12 de dezembro, o Jornal Nacional noticiou - por meio de uma nota coberta de 32 segundos - que o Irã executou um jornalista opositor ao governo. A nota dada pelo JN explica que Ruhollah Zam, vítima da narrativa, era diretor de um canal de notícias na internet com mais de um milhão de seguidores e inspirou os protestos contra o governo em 2017. Ele vivia em um exílio, mas foi preso e considerado um traidor do governo. Não houve a indicação de um vilão específico nesta narrativa, mas subentende-se que esse papel ficou com o chefe do governo iraniano, responsável pela execução do jornalista. O JN destacou, também em nota simples, que a Anistia Internacional e a ONG Repórteres sem Fronteiras criticaram a execução do jornalista. O JN utilizou imagens do jornalista enquanto era julgado e preso, além dos registros dos protestos de 2017 no Irã, mas sem autoria informada. Não houve divulgação de imagens da execução. Com essa notícia, o sentido produzido foi de uma atitude opressora e violenta de um regime autoritário para calar um jornalista. A impressão que se tem, com a matéria, é de uma vitória da opressão, após a morte do profissional. Portanto, o JN, mesmo tratando o caso como um ataque direto ao profissional, com foco no jornalista, também apresentou um Jornalismo voltado à defesa da democracia.

O último episódio noticiado pelo JN em 2020, no dia 28 de dezembro, foi sobre a prisão de uma jornalista que fazia a cobertura da pandemia da Covid-19 na China - por um material com tempo total de três minutos e 34 segundos. Chamou atenção a maneira como William Bonner chamou um VT sobre o assunto: o apresentador utilizou muita expressividade e uma fala repleta de opiniões, uma espécie de desabafo por ter que noticiar um episódio como este em meio ao trabalho de destaque realizado pela imprensa durante a pandemia. Bonner

desenvolveu uma explicação em torno do trabalho da imprensa, para, posteriormente, noticiar o episódio:

“Nesse ano difícil, penoso, de 2020, na cobertura jornalística da pandemia do Coronavírus, a imprensa do mundo todo precisou trabalhar com duas linhas de atuação ao mesmo tempo: além daquele dever profissional básico de buscar informações de fontes confiáveis, os jornalistas precisaram também desmentir os boatos irresponsáveis, aquilo que já se tornou conhecido pelo nome inglês *fake news* em todos os países. E esse desafio foi o ano todo, e em todos os países. Mas em alguns, esse trabalho difícil foi atacado, boicotado e até criminalizado por governos autoritários. Na China, uma jornalista foi condenada a quatro anos de prisão” (JORNAL NACIONAL, 2020).

O VT abordou o trabalho desenvolvido pela jornalista Zhang Zhan, mostrou as imagens de celular gravadas por ela durante a pandemia, nos hospitais e nas ruas, e um episódio em que ela sofreu uma ameaça de prisão de um policial caso postasse um dos conteúdos. A matéria explicou que os jornalistas independentes na China frequentemente são censurados e presos, e que Zhang, a vítima da narrativa, foi uma entre quatro jornalistas que desapareceram depois de contradizer informações oficiais na China. Além das imagens de arquivo da jornalista, divulgadas pelos canais de informação de Zhang, houve também a exibição de registros das ruas da China durante a pandemia. Por fim, o VT apresentou um levantamento que apontou que em 2020, 274 jornalistas foram presos no mundo por causa do trabalho, alvos de governos autoritários que se fortalecem tentando calar a voz do povo. O telejornal, portanto, apresentou forte posicionamento diante da apresentação de Bonner. Apesar do foco da notícia estar na prisão da jornalista, o JN aponta um Jornalismo voltado para a defesa da democracia e da liberdade de imprensa, sem exibir posicionamentos de entidades ligadas à imprensa.

5.3.2 Os casos de 2021

Em 2021, foram 12 matérias envolvendo episódios agressivos ou de cerceamento à imprensa. Apesar dos levantamentos de 2021 apontarem crescimento no número de casos, a quantidade de notícias envolvendo episódios violentos contra jornalistas foi menor no Jornal Nacional em relação a 2020.

No dia 11 de fevereiro de 2021, o JN noticiou um caso de tentativa de desacreditização da imprensa. A nota simples de 58 segundos explicou que o então presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira, vilão da narrativa, decidiu pela instalação da sala da presidência no espaço onde funcionava o comitê de imprensa da casa legislativa. No local, ele teria acesso

direto ao plenário, sem passar pelo salão verde, onde geralmente é interrogado pelos jornalistas. Além disso, a nota explicou ainda que os jornalistas foram instalados em uma sala menor, em um andar abaixo de onde ficavam, o que havia gerado críticas - ação que foi revista pelo deputado, que posteriormente instalou os jornalistas em uma outra sala mais ampla e próxima ao plenário. A partir dessa narrativa, foi possível identificar pelo menos duas tentativas de descredibilização e desqualificação da imprensa: uma delas foi a não obrigatoriedade do presidente da Câmara passar pelos jornalistas no salão verde, evitando ocasiões para questionamentos; a outra situação foi a retirada dos jornalistas do espaço utilizado por eles por muito tempo, sem uma substituição adequada, como uma sala com o mesmo tamanho e com a mesma proximidade ao plenário da Câmara. O caso atinge diretamente o exercício da profissão dos jornalistas, portanto, está ligado aos profissionais, mas também à defesa da democracia e da liberdade de imprensa. Percebe-se que, com esta narrativa, o JN apresenta um Jornalismo em defesa da democracia e voltado ao exercício da profissão, mas, ao mesmo tempo, não se manifesta por meio de nota ou editorial. Nenhum jornalista e entidades ligadas ao Jornalismo foram ouvidos. O caso não teve registro audiovisual e o JN optou por não utilizar imagens de arquivo ao tratar de Arthur Lira e das dependências da Câmara.

No dia 26 de fevereiro, o Jornal Nacional noticiou - em um tempo total de um minuto e 51 segundos - que o governo americano divulgou um relatório em que responsabilizou o príncipe saudita, vilão da narrativa, pela morte do jornalista Jamal Khashoggi, um crítico do regime. Em um VT, foi possível ver as imagens de uma câmera de segurança que mostravam o jornalista, vítima da narrativa, entrando na embaixada da Arábia Saudita na Turquia onde foi buscar documentos para se casar, local em que teria sido morto. Também foram utilizadas imagens de circuito interno que mostraram os suspeitos da morte do jornalista. No entanto, não houve um destaque para o documento divulgado pelo governo americano sobre o assassinato. Não houve registro de imagens do crime em outras mídias. Por fim, o VT destacou, por meio de recursos de arte, publicações na internet em que o governo americano afirmou ter criado sanções econômicas aos envolvidos no crime e uma nova política que restringia emissões de vistos para perseguidores de jornalistas no exterior. O caso, portanto, foi apresentado como um ataque direto ao profissional de imprensa e o foco da reportagem estava no jornalista. Nesta narrativa, a mensagem principal foi, mais uma vez, a vitória de um governo autoritário sobre a liberdade de imprensa e de expressão, por meio de um crime violento. Ao mesmo tempo, a reportagem produziu um sentido de que a ação não foi tolerada, diante da investigação e das sanções do governo americano. Nesta perspectiva, o JN apresentou um Jornalismo em defesa da democracia. O governo saudita teve seu posicionamento divulgado na matéria, recusou o

relatório norte americano e afirmou que o príncipe não teve relação com o crime. Nenhuma entidade ligada ao Jornalismo teve posicionamentos divulgados.

No dia 27 de fevereiro de 2021, o JN noticiou que um jornalista foi demitido depois de questionar Bolsonaro sobre o inquérito das rachadinhas envolvendo o filho do então presidente. A nota de um minuto e seis segundos explicou que a prefeitura da cidade de Rio Branco, no Acre, demitiu o assessor de comunicação da Secretaria de Meio Ambiente, que trabalhava como *freelancer*³⁴ para o jornal O Estado de São Paulo quando entrevistou Bolsonaro em uma coletiva de imprensa. Para narrar esse episódio, o JN exibiu a pergunta do jornalista a Bolsonaro, utilizando uma gravação da TV Brasil. Por fim, o JN noticiou o posicionamento da prefeitura de Rio Branco, que informou que o jornalista não havia informado que prestava serviço para outra empresa e que o servidor precisa ter dedicação exclusiva à Prefeitura, sendo este o motivo da demissão. A mensagem transmitida por esta narrativa foi a de que o jornalista foi demitido porque questionou Jair Bolsonaro; houve uma ideia de perseguição política atrelada à demissão do profissional. O caso foi apresentado como um ataque direto ao jornalista. No entanto, o telejornal apresenta um Jornalismo em defesa da liberdade democrática de imprensa, sobretudo por se tratar de uma perseguição política contra um jornalista. O jornalista é apresentado como a vítima da narrativa, mas não foi ouvido. Associações e sindicatos também não tiveram posicionamentos divulgados.

No dia 17 de março de 2021, a notícia - de dois minutos e 17 segundos - foi sobre um ataque à sede de um veículo de comunicação em Olímpia, no interior de São Paulo. O caso foi narrado por meio de um VT. Imagens de câmeras de segurança, de empresas que ficam próximas ao local, mostraram o momento em que uma pessoa chega de moto ao local e coloca fogo. No dia seguinte ao ataque, uma equipe de reportagem foi até o local, fez imagens das marcas do incêndio e gravou uma entrevista com o jornalista, dono do jornal. Considerado a vítima da narrativa, o jornalista afirmou que sofria perseguição por defender as medidas de isolamento na pandemia. O VT também ouviu o delegado de Polícia Civil, que afirmou ser um crime doloso, quando o autor tem a intenção de praticar. Por fim, a matéria exibiu trechos das notas de posicionamento de entidades e associações ligadas ao Jornalismo, por meio de arte: o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e a Federação Nacional dos Jornalistas cobraram investigação e consideraram o caso um atentado à vida e à liberdade de imprensa; e a

³⁴ *Freelancer* é uma palavra do inglês que, traduzida, quer dizer “trabalhador autônomo”. É o profissional independente, que atua sem vínculo empregatício com empresas ou pessoas. Geralmente, a atuação como *freelancer* se dá por necessidade de um trabalho, por falta de emprego fixo ou para adquirir renda extra. Portanto, pode ser considerada uma forma de precarização do trabalho, o que também pode ser visto como uma violência contra o jornalista.

Associação Nacional de Jornais afirmou que esse extremismo autoritário merece reação da sociedade. Esse, aliás, foi o único tom de apelo ao telespectador, uma mobilização em torno da defesa da liberdade de imprensa e do trabalho dos jornalistas. Até o momento da exibição da reportagem, o suspeito, vilão da narrativa, que ateou fogo na sede do jornal, não havia sido identificado. A exibição deste caso apresentou um retrato da perseguição sofrida por grande parte dos jornalistas, sobretudo durante a pandemia, por defenderem a ciência e as medidas de isolamento. O episódio foi considerado um ataque direto ao profissional. Apesar do foco da reportagem ser o jornalista, houve apelo em defesa da liberdade de imprensa. O JN apresentou um Jornalismo voltado à defesa da democracia.

O fato voltou a ser notícia no JN no dia primeiro de abril. O homem que incendiou o jornal se apresentou à polícia. Ironicamente, era um bombeiro do município, que tem a função de conter incêndios. O vilão da narrativa afirmou à polícia que não concordava com a linha editorial do veículo. O jornal criticava os negacionistas e defendia o isolamento social no combate à pandemia. A nota coberta de 45 segundos veiculada pelo JN retomou imagens de câmeras de segurança que flagraram o incêndio, além de registros da sede do jornal e da delegacia feitos pela equipe de reportagem. O telejornal destacou que o bombeiro municipal foi indiciado pelo crime de incêndio, mas a imagem dele não foi divulgada. O delegado foi ouvido e afirmou que o homem não foi preso porque o inquérito ainda não havia sido concluído. O suspeito não teve um posicionamento divulgado no JN e o telejornal não deixou claro se ele foi procurado. A prefeitura de Olímpia teve nota divulgada, em que afirmou que iria exonerar o servidor. Nesta nova narrativa sobre o incêndio ao jornal, um novo personagem entrou em cena: o vilão, autor do crime, que se entregou à polícia. Ao descrever um trecho do depoimento do criminoso à polícia, a narrativa deixou evidente o quanto o autor agiu em consonância com suas convicções políticas até a prática do crime. O bombeiro, inclusive, deixou claro que praticou o crime para calar um posicionamento que não convergia com suas próprias convicções. Portanto, se a narrativa estava focada no ataque ao jornalista e à sede do jornal, também se estendeu, neste novo capítulo, à defesa da democracia e da liberdade de imprensa. Apesar do ataque ter sido em direção ao prédio do jornal, o jornalista proprietário do imóvel, foi considerado vítima durante os desdobramentos do caso, mas nesta última narrativa não foi ouvido. Desta vez, sindicatos e entidades ligadas ao Jornalismo também não tiveram posicionamentos divulgados. Ficou evidente que o objetivo da matéria era trazer uma repercussão do caso, com foco na apresentação do suspeito. Mais uma vez, o telejornal apresenta um Jornalismo em defesa da democracia.

No dia 27 de março de 2021, o JN noticiou que o então presidente Jair Bolsonaro foi condenado a indenizar a jornalista Patrícia Campos Mello do jornal Folha de São Paulo em 20 mil reais por danos morais. A nota simples de 51 segundos do JN explicou que a juíza Inah de Lemos e Silva Machado entendeu que Bolsonaro, no exercício individual do direito à liberdade de expressão, violou a honra da autora, causando dano moral. A jornalista processou Bolsonaro, o vilão da narrativa, após uma declaração com insinuações sexuais de duplo sentido. O caso não foi retomado com detalhes na nota e a jornalista, considerada a vítima da narrativa, não foi ouvida. O Palácio do Planalto foi procurado pela equipe do JN, mas não deu retorno ao contato. Não houve uso de imagens da jornalista atacada, de Bolsonaro e da juíza - considerada a mocinha da narrativa. Esse papel atrelado à juíza ficou ainda mais evidente diante do fato dela ter estabelecido uma punição para um Presidente da República, que possui o mais alto cargo de Poder Executivo no país. Uma importante mensagem transmitida por meio do conflito apresentado foi a punição para uma agressão, que teve como vítima uma jornalista e, sobretudo, direcionada de um homem a uma mulher. Com a descrição da mensagem da juíza, a narrativa deixou claro como Bolsonaro deturpou o significado da liberdade de expressão, quando a utilizou para ferir a honra da jornalista. O caso foi apresentado como um ataque direto à profissional, estando o foco da reportagem inteiramente na jornalista. O telejornal apresentou um Jornalismo a favor da democracia. É importante ressaltar que a agressão feita por Bolsonaro à jornalista foi gravada e noticiada em outras ocasiões no JN, mas, desta vez, não foi exibida.

No dia 8 de junho de 2021, o JN noticiou - em um tempo total de um minuto e 58 segundos - um caso de tentativa de cerceamento do trabalho de um jornalista por uma ação policial. A Polícia Civil do Rio de Janeiro abriu um inquérito para investigar um jornalista do Intercept Brasil porque ele fez uma matéria sobre a atuação policial em uma operação na favela do Jacarezinho. Leandro Demori escreveu que haveria evidências sobre a possível existência de grupo de matadores na elite da Polícia Civil no Rio. Ainda de acordo com o JN, a polícia afirmou que abriu a investigação contra o jornalista porque os policiais se sentiram ofendidos. O que chama mais atenção nesta narrativa apresentada pelo JN é que ao invés de investigar a denúncia apresentada pelo jornalista contra os agentes, a polícia optou por ignorar o caso e estabelecer como alvo o próprio profissional da imprensa. Por meio de um VT, o JN abordou, em artes, trechos da reportagem produzida pelo jornalista, que denunciou ações ilegais de policiais. Um trecho da entrevista do jornalista, vítima da narrativa, foi exibido, em que ele afirmou estar espantado com o fato de “o Estado estar virando suas baterias contra o denunciante”. Por fim, o VT exibiu, por meio de artes, trechos de uma carta aberta da Associação Brasileira de Imprensa enviada ao então governador do estado do Rio de Janeiro,

Cláudio Castro, em que a instituição protestou contra a decisão da polícia que chamou de “arbitrária” e pediu respeito às normas do Estado Democrático de Direito. Nesta narrativa do JN, portanto, o caso foi apresentado como um ataque direto ao profissional, diante da clara tentativa de intimidação e de cerceamento, mas também como uma medida que feriu a liberdade de imprensa e a democracia, sobretudo pela ação suspeita da polícia contra o jornalista. O JN apresentou um Jornalismo a favor da democracia.

No dia 11 de junho, a notícia foi de um cerceamento da imprensa por ação judicial. O telejornal explicou que a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) manifestou preocupação com a possibilidade de emissoras de TV serem investigadas por transmitirem a Copa América - campeonato de futebol brasileiro. De acordo com a nota simples - de 47 segundos - do JN, o Ministério Público Federal (MPF) sugeriu aos procuradores da República, nos estados que vão sediar jogos, que apurassem possíveis violações no combate à pandemia por organizadores, transmissoras e patrocinadoras do evento. Por fim, o JN detalhou um trecho da nota enviada pela Abert, que afirmou que “qualquer ação de investigação direcionada aos veículos de comunicação que, sabidamente, não são organizadores e não possuem qualquer ingerência na realização do evento configura flagrante violação à liberdade de programação das emissoras”. A mensagem principal desta narrativa foi a de que o Ministério Público sugeriu o envolvimento de emissoras de TV em violações no combate à pandemia durante a organização de jogos. O caso foi apresentado como um ataque à democracia e o foco estava na liberdade de imprensa. Com essa narrativa, o JN apresentou um Jornalismo em defesa da democracia. Não há divulgação dos nomes dos procuradores do Ministério Público e das emissoras acusadas, portanto, a narrativa não tem identificação nominal de possíveis vilões ou vítimas na narrativa. Mesmo se tratando de uma medida de acusação contra emissoras de televisão e do caso estar voltado estritamente aos veículos e não aos profissionais, a TV Globo não se pronunciou.

Em 17 de junho de 2021, o JN noticiou dois ataques verbais e homofóbicos a jornalistas da TV Globo. A matéria - que teve tempo total de três minutos e 52 segundos - explicou que uma declaração do repórter Erick Rianelli ao marido dele, o também repórter Pedro Figueiredo, por conta do Dia dos Namorados, viralizou. Os dois foram apresentados como vítimas na narrativa. Originalmente, essa declaração havia ido ao ar no ano anterior, mas voltou a circular em 2021 e foi motivo de uma série de ataques. Uma nota coberta abordou trechos da declaração, feita durante o telejornal Bom Dia Rio. O material explicou que, após essas declarações amorosas voltarem a circular, houve ataques por parte do dono de uma lanchonete em Brasília e por um padre do Mato Grosso, os vilões da narrativa, que tiveram nomes e fotos divulgados.

A nota coberta não abordou detalhes do ataque feito pelo dono do bar, mesmo tendo circulado por outras mídias, mas exibiu um trecho do vídeo que mostra o momento em que o padre atacou os jornalistas durante uma missa transmitida pela internet; um trecho da transmissão foi utilizado na narrativa. A matéria também exibiu, por meio de arte, o trecho de uma nota do Ministério Público Federal (MPF), postada na internet, em que a instituição afirmou ter instaurado um inquérito investigativo. Por fim, a nota coberta exibiu publicações de apoio aos jornalistas, feitas por figuras públicas como o padre Júlio Lancellotti e a campeã olímpica de vôlei Fabi. O material também explicou que a Comissão de Combate a Discriminações e Preconceitos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou uma moção de solidariedade aos repórteres e de repúdio contra as declarações. A imagem do deputado Carlos Minc (PSD), presidente da comissão, foi utilizada na narrativa para ilustrar a informação, porém não houve exibição de fala do político. A única fala exibida na nota coberta foi a do deputado Márcio Pacheco (PSC), cantor e compositor católico: ele defendeu que é direito de todos se relacionarem e repudiou as palavras utilizadas nos ataques. Ao final, o telejornal informou que o padre foi procurado, mas não deu retorno ao contato da equipe do JN e que o grupo Geleia Burger, do proprietário da lanchonete em Brasília, declarou que estava apurando o ocorrido e que comportamentos antiéticos não correspondiam aos valores da empresa. A última nota lida foi a da TV Globo: a emissora afirmou que se solidariza com os repórteres, reafirmou o compromisso com a diversidade e repudiou veementemente toda forma de preconceito. Nesta narrativa, ficou evidente o ataque pessoal aos repórteres, pelas declarações feitas durante o período de trabalho, sobretudo, quando estavam ao vivo no telejornal, expondo suas intimidades em um momento descontraído da programação. O caso foi apresentado como um ataque direto aos profissionais, com foco nos repórteres. O JN apresentou, assim, um Jornalismo voltado para a defesa da diversidade e não teve como foco a liberdade de imprensa ou a democracia. A linguagem utilizada e o modo como a notícia foi apresentada deixaram claro o esforço do telejornal em defender os profissionais. Os jornalistas atacados e as entidades representativas da imprensa não foram ouvidos.

No dia 19 de julho, o JN noticiou - por meio de um material de três minutos e seis segundos de duração - que uma investigação internacional revelou que jornalistas, juntamente com políticos e ativistas, foram espionados com a ajuda de um programa desenvolvido por uma empresa israelense. O número de alvos da espionagem passou de 50 mil, espalhados em mais de 45 países, segundo a investigação internacional. Como não se tratava de um episódio com registro de imagens, o JN utilizou outros recursos audiovisuais. O VT sobre o caso contou com

imagens subjetivas³⁵ de telas, códigos computacionais e digitação, enquanto os números da investigação foram apresentados em tarjas. O VT também utilizou imagens reunidas por organizações jornalísticas mundiais, que se juntaram para fazer o levantamento da espionagem. Uma jornalista do Azerbaijão foi citada; a noiva de um jornalista morto na embaixada da Arábia Saudita em 2018 também estava entre as pessoas espionadas. As duas foram identificadas como vítimas da narrativa. Os rostos das duas foram exibidos na reportagem, mas não houve entrevista. A empresa criadora do programa teve posicionamento divulgado e negou qualquer ação ilegal. O VT também utilizou um mapa do mundo para indicar alguns países onde o programa foi utilizado. Uma especialista em segurança cibernética foi ouvida: em entrevista, ela considerou a ação uma violação séria dos direitos humanos - a entrevista é em inglês, portanto, foi narrada pelo próprio repórter que realizou a matéria. O posicionamento da presidente da Comissão Europeia, repudiando a espionagem, foi divulgado no texto da reportagem. O presidente do Comitê de Proteção a Jornalistas também foi ouvido em entrevista, com falas em inglês narradas pelo repórter, e defendeu a restrição da exportação desse tipo de programa para países que não respeitam a liberdade de imprensa. A principal mensagem transmitida por meio dessa narrativa foi o uso de um programa de espionagem para o ataque à liberdade de imprensa e o cerceamento do trabalho de jornalistas. Apesar da reportagem citar o nome de duas pessoas, vítimas desse episódio, o caso foi apresentado como um ato antidemocrático e criminoso. O foco não estava nos profissionais, mas na ação, que teve amplitude global. O JN apresentou um Jornalismo em defesa da democracia.

No dia 13 de outubro, o JN noticiou mais um caso de agressão física a um profissional da imprensa. Por meio de uma nota simples de um minuto e dez segundos, o JN explicou que, no dia 12 de outubro, durante a cobertura do dia de Nossa Senhora Aparecida, o repórter cinematográfico Leandro Matozo, da TV Globo, foi agredido. A matéria explicou que, nas imediações da Basílica de Aparecida, Matozo e o repórter Victor Ferreira foram ameaçados por um apoiador de Jair Bolsonaro. Enquanto Victor foi buscar ajuda policial, o homem atacou o repórter cinematográfico fisicamente. A nota explicou que Matozo foi medicado, que o agressor foi levado para uma delegacia e que, em seguida, os próprios policiais o deixaram novamente na Basílica, onde ele foi liberado. Houve leitura de nota da TV Globo que, pela primeira vez ao

³⁵ Geralmente utilizadas no telejornalismo, quando não há recursos de imagens ou artes para cobrir a informação narrada em tela. São imagens do cotidiano, que fazem alusão ao tema narrado e, ao mesmo tempo, resgatam significações psíquicas, sociais e culturais presentes na visão de mundo de cada indivíduo. São imagens subordinadas (FELZ, 2013), já que possuem um grande número de elementos que, geralmente, não representam objetivamente o texto falado, mas proporcionam um modo poético de enxergar a realidade.

longo deste levantamento, falou sobre a segurança dos seus jornalistas: “a Globo repudia a agressão sofrida por Leandro Matozo, um profissional exemplar, e se solidariza com ele; está tomando as providências legais para apoiá-lo e informa que nesses casos segue sempre protocolo para garantir a segurança de seus jornalistas; a Globo continuará a fazer o Jornalismo de qualidade que a caracteriza, com independência e correção”. Percebe-se que, por meio dessa narrativa, a TV Globo saiu em defesa do repórter cinematográfico. Na nota, a emissora utilizou um adjetivo para se dirigir ao profissional, e um tom de defesa e proteção. O caso foi apresentado como um ataque direcionado ao profissional e à emissora. Pelo sentido produzido na narrativa, chama atenção a maneira como o agressor foi tratado pela Polícia Militar: após a ação, o suspeito foi liberado e pegou carona na viatura de volta à Basílica. A nota ressaltou que, após o ocorrido, a TV Globo registrou um boletim de ocorrência diretamente na Polícia Civil, para que o caso fosse levado adiante. O modo como os policiais militares agiram, em defesa do agressor, foi destaque em portais de notícia, mas o JN não detalhou a situação nem confrontou a PM. Ao noticiar esse ataque, o JN apresentou um Jornalismo em defesa da democracia. O ato da agressão não foi registrado por imagens. Alguns vídeos gravados por celulares, que circularam em outras mídias, mostraram o momento posterior à agressão, mas o JN optou pela não utilização. O repórter cinematográfico Leandro Matozo foi apresentado como a vítima da narrativa, mas não foi ouvido. O agressor, que teve o nome divulgado e foi tratado como o vilão da narrativa, não teve posicionamentos exibidos e o JN não deixa claro se ele foi procurado. Diante do tom adotado na narrativa, os policiais militares também foram elencados como vilões, pelo tratamento dado à vítima e ao agressor. Nenhuma associação ou entidade ligada ao Jornalismo foi ouvida.

No dia 13 de dezembro, o JN noticiou o último caso do ano envolvendo a imprensa, em um tempo total de quatro minutos e 51 segundos. O partido Rede Sustentabilidade (Rede) havia pedido ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a Presidência da República fosse obrigada a adotar um plano para assegurar o livre exercício da imprensa, bem como a integridade física de jornalistas durante a cobertura dos atos de Jair Bolsonaro, diante dos inúmeros ataques sofridos pelos profissionais. No entanto, o procurador-geral da República Augusto Aras defendeu que o STF rejeitasse a ação, alegando problemas processuais. Em uma primeira abordagem, o VT apontou que a motivação do pedido do partido Rede foi a hostilização sofrida pela imprensa brasileira na visita de Bolsonaro à Roma; a reportagem exibiu imagens, gravadas por celular e sem autoria, sobre esse episódio. Em seguida, a reportagem explicou que o partido acrescentou informações ao pedido, sobre as agressões sofridas pelos jornalistas na visita do então presidente Bolsonaro à Bahia. A matéria mostrou que os profissionais da TV Bahia, afiliada da

Globo, e da TV Aratu, afiliada do SBT, foram agredidos por seguranças e apoiadores de Bolsonaro. De acordo com a narrativa, a repórter Camila Marinho da TV Bahia foi agarrada pelo pescoço por um dos seguranças; o telejornal explicou que, por causa da confusão, este episódio não foi filmado. Pelas imagens gravadas pela equipe da TV Bahia e utilizadas para ilustrar o episódio, é possível perceber a confusão e o momento em que os repórteres são empurrados. Outro registro audiovisual que chamou atenção foi o de um segurança, que afastou os microfones dos repórteres que estavam apontados para Bolsonaro; em um segundo momento, o mesmo segurança alegou que foi atingido pelo microfone de um dos repórteres e ameaçou o jornalista: “se bater de novo, vou enfiar a mão na tua cara”. Mas as agressões não cessaram: o secretário de obras da cidade de Itamaraju, que estava junto aos apoiadores de Bolsonaro, furou o bloqueio da segurança, avançou contra os jornalistas e tentou arrancar os microfones das mãos dos profissionais; tudo foi registrado pela câmera da equipe. A nota da TV Globo foi narrada na reportagem: a emissora afirmou que a imprensa cumpre um direito constitucional e deve ter a segurança garantida, e cobrou um pronunciamento do Judiciário. A emissora repudiou os ataques não só aos seus profissionais, mas também aos repórteres do SBT. Os profissionais da imprensa, vítimas da narrativa, tiveram os nomes citados na reportagem, mas não foram ouvidos. O VT também detalhou, por meio de arte, o pedido feito pelo partido Rede ao STF: o trecho destacado pede que Bolsonaro seja impedido de realizar ataques à imprensa e seja obrigado a adotar os meios necessários para assegurar o livre exercício do Jornalismo e a integridade dos jornalistas nas coberturas das agendas presidenciais. Por fim, a reportagem explicou os motivos alegados pelo Procurador-Geral da República para se posicionar contra o pedido da Rede: Aras alegou que o partido não detalhou quais os atos de Bolsonaro estariam incompatíveis com os preceitos fundamentais e que a legislação brasileira já proíbe ataques a jornalistas, não sendo necessária uma nova ação constitucional. Em nota pé, o telejornal explicou que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) se declarou contra a violência aos jornalistas e afirmou que a postura adotada por Bolsonaro põe em risco o direito constitucional de informação; a Associação Brasileira de Imprensa exigiu o afastamento do segurança presidencial. A principal mensagem desta reportagem foi a sucessiva agressão aos jornalistas por parte de Bolsonaro, apoiadores e seguranças. Os registros audiovisuais, que circularam, posteriormente, por outras mídias, também se destacaram: foram vários episódios em um único evento, registrados pela câmera da equipe de reportagem. Vale ressaltar a tensão pela qual os jornalistas precisaram passar, com tantos episódios, para conseguirem se manter próximos a Bolsonaro para uma entrevista. O caso, portanto, foi apresentado como um ataque direcionado aos profissionais, que tiveram os nomes citados, mas também à democracia e à liberdade de

imprensa. Esse foi o tom utilizado pelo telejornal, que apresentou um Jornalismo voltado à defesa da democracia. Tamanha a diversidade de ataques em uma única oportunidade, a narrativa indicou o papel de vilão para pelo menos quatro pessoas: Bolsonaro, o segurança do então presidente que atacou os repórteres, o funcionário da prefeitura que tentou arrancar os microfones dos jornalistas e o próprio Procurador-Geral da República, pelo fato de se posicionar contra o pedido de proteção e defesa dos profissionais da imprensa. Não há uma figura nomeada para o papel de mocinho, mas certamente esse personagem é representado na narrativa pelo partido Rede Sustentabilidade, que saiu em defesa dos profissionais. Nem os vilões, nem as vítimas, tiveram espaços de fala nesta reportagem.

5.4 APURAÇÃO: O QUE A ANÁLISE REVELA SOBRE A ABORDAGEM DO JN AOS ATAQUES À IMPRENSA

De um modo geral, o telejornal se posiciona em defesa da liberdade de imprensa e a favor da democracia, mas de maneira objetiva, sem manifestação de opinião ou por meio de editoriais. Mesmo aqueles casos que não foram registrados por imagem ganharam espaço no telejornal. Contudo, em meio a esta objetividade, o JN não deu espaço para depoimentos de jornalistas vitimados. É evidente que, de maneira geral, o telejornal direcionou o foco das reportagens para o prejuízo à liberdade de imprensa e à democracia, e não para o profissional vitimado. Os resultados dos três eixos de avaliação são apresentados de maneira detalhada a seguir.

5.4.1 Conflito e lição de moral: a produção de sentido das matérias telejornalísticas

As tentativas de desacreditar a imprensa e cercear o trabalho dos jornalistas estiveram presentes em quase todos os episódios. A atuação contrária à liberdade de imprensa por parte da Polícia, da Justiça e do Ministério Público, órgãos que têm o objetivo de proteger os cidadãos e garantir a aplicação da lei e da Constituição, foi comum em muitos dos casos de privação do trabalho dos jornalistas. Houve registros de denúncias contra profissionais da imprensa, mesmo sem evidências de crime, além do desrespeito aos direitos constitucionais do sigilo da fonte e da liberdade de expressão. Foram vários os episódios em que a Justiça impediu o acesso de jornalistas a conteúdos de interesse público ou proibiu a publicação de reportagens que abordaram esse tipo de tema. Em alguns casos, houve inversão de valores na apuração de fatos denunciados, em que a Justiça e a Polícia se viraram contra os profissionais da imprensa. Chama

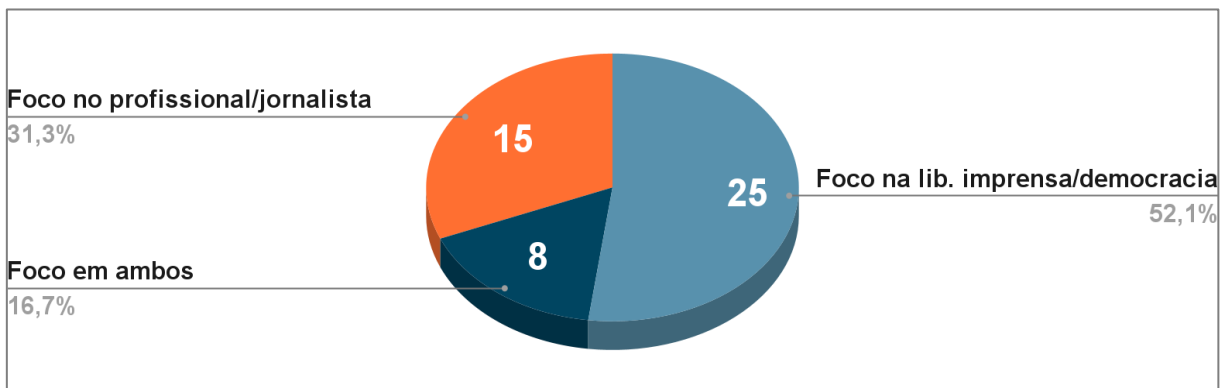
atenção o caso em que a Justiça, ao invés de considerar a gravidade da denúncia feita pelos jornalistas, proibiu a divulgação de uma reportagem que denunciava irregularidades no uso do dinheiro público para o pagamento de auxílios. Uma matéria como essa poderia ser utilizada, inclusive, como objeto para decisões judiciais em defesa do bom uso do dinheiro público. O caso é semelhante ao vivenciado pelo jornalista que denunciou um esquema de matadores dentro da Polícia Civil do Rio de Janeiro, mas passou a ser investigado por suspeita de atingir a imagem dos policiais. Ao invés do inquérito policial investigar a denúncia exposta pela imprensa, estabeleceu como alvo o próprio jornalista. Outro fato que ganhou destaque na imprensa internacional foi a carona dada pelos policiais ao agressor do repórter cinematográfico em Aparecida, no interior de São Paulo: após agredir o jornalista da TV Globo, ele foi levado para um posto policial, foi liberado e voltou de viatura para o local onde estava anteriormente. Vale ressaltar aqui que a própria notícia veiculada pela emissora esclareceu que a TV Globo precisou registrar outro boletim de ocorrência na Polícia Civil, para que o caso fosse levado adiante. Em muitos casos, o Jornalismo não conseguiu comprovar atos ilegais ou imorais por parte de autoridades políticas diante da falta de transparência de órgãos governamentais e de ações judiciais.

A maioria dos casos está ligada a agentes públicos e políticos. O princípio da transparência foi ferido em vários episódios, em que o governo federal se negou a passar informações de interesse público à imprensa. O Executivo federal chegou ao ponto de tentar suspender os efeitos da Lei de Acesso à Informação, que assegura o direito da sociedade e da imprensa de ter acesso aos dados públicos do governo. Neste caso, a lei prevaleceu. Um episódio que se destacou foi a intenção do governo federal de mascarar a gravidade da pandemia da Covid-19 no Brasil e atrapalhar o trabalho da imprensa, com a interrupção da divulgação dos dados completos da doença. O autoritarismo também ganhou destaque na produção de sentido dos episódios veiculados no JN. O Jornalismo profissional foi constantemente atacado por causa do trabalho realizado durante a pandemia da Covid-19, sobretudo por utilizar como fonte a ciência. Consequentemente, ficou evidente o prejuízo do cerceamento à imprensa com as constantes tentativas de descredibilização da imprensa, sobretudo à saúde da população em um período de profunda necessidade de informação. O então presidente Jair Bolsonaro foi o responsável por vários episódios de truculência, xingamentos e hostilidades contra repórteres. Bolsonaro mandou um jornalista calar a boca e serviu de exemplo para que seus apoiadores fizessem o mesmo. Mas os seguidores do então presidente fizeram pior: agrediram jornalistas e impediram o exercício da profissão, gerando sensações de impunidade, de violência política e, sobretudo, de ferimento às liberdades democrática e de imprensa. A equipe de governo de

Bolsonaro também se inspirou nos atos violentos dele: um ministro sugeriu enganar a imprensa e a sociedade, para aprovar pautas ambientais sem a devida visibilidade pública e a tramitação adequada no Congresso Nacional; os seguranças de Bolsonaro agrediram repórteres, que se submeteram a uma série de ataques em um único evento para conseguir informações do então presidente da República; e o ministro do Gabinete de Segurança Institucional tentou intimidar o Jornalismo da Globo por ter exibido uma reportagem investigativa. O autoritarismo se sobressaiu em relação à liberdade de imprensa e de expressão, quando o jornal satírico, acostumado a lançar críticas por meio de charges, foi atacado, e quando o então ministro da Justiça acionou a Lei de Segurança Nacional para lidar com críticas a Bolsonaro. Foi possível identificar atitudes opressoras de regimes autoritários, também praticadas por políticos brasileiros que diziam defender a democracia. Evidenciou-se a atuação do poder público para calar a imprensa e os cidadãos, para não apontarem problemas na prestação de serviços básicos.

Em mais da metade dos episódios (25 dos 47 casos analisados) o JN estabeleceu como foco o ataque à liberdade de imprensa e à democracia. Em oito deles, a abordagem foi feita com ênfase no ferimento à liberdade de imprensa e à democracia, mas também ao jornalista. Em 15 episódios, o foco esteve apenas no profissional da imprensa, como aponta o gráfico nove (9).

Gráfico 9 - O episódio foi apresentado como um ataque ao profissional ou à democracia e à liberdade de imprensa?



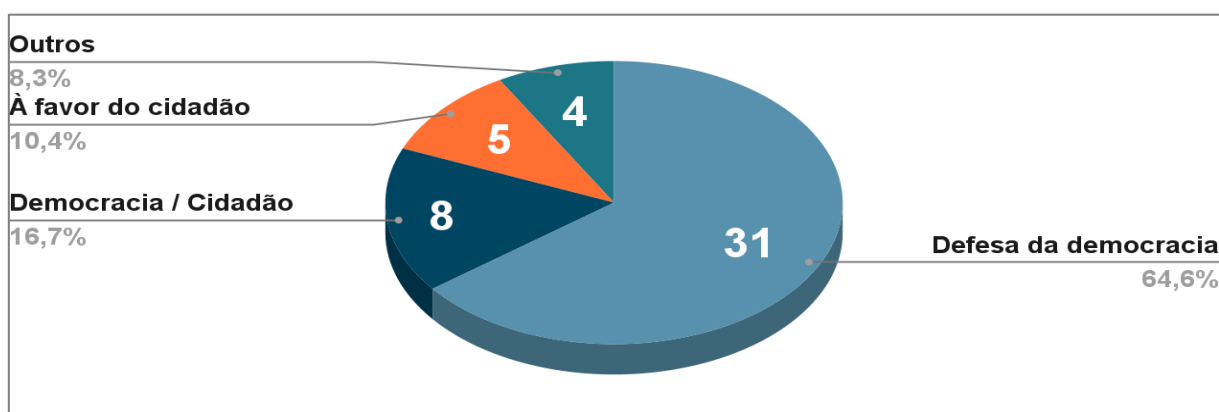
Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Em todos os casos, o Jornal Nacional deu ênfase à liberdade de imprensa, à democracia ou à defesa dos jornalistas, mas em apenas três episódios o telejornal se posicionou, para além da informação. Um deles foi durante a pandemia da Covid-19, quando o então Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta afirmou que os veículos de comunicação “só vendem notícia ruim”. O episódio gerou uma nota de posicionamento da edição do Jornal Nacional, que afirmou que os jornalistas estavam arriscando a saúde em busca da informação, em uma tentativa de

humanizar a figura do profissional. Em outro episódio, houve posicionamentos de Bonner e Renata em relação ao caso de um homem que invadiu a TV Globo no Rio de Janeiro: o apresentador expressou o susto da equipe, pronunciou diversos adjetivos para descrever os sentimentos dos profissionais da emissora e para relatar o trabalho dos policiais militares na prisão do agressor. Em um terceiro episódio, o último de 2020, Bonner fez uma espécie de desabafo: em nome do telejornal, destacou o trabalho exaustivo dos jornalistas para a checagem de informações, sobretudo durante a pandemia da Covid-19, ao abordar a perseguição aos profissionais da imprensa. No entanto, chama atenção a falta de posicionamento do Jornal Nacional diante de casos que afetaram diretamente a equipe: em alguns episódios, os próprios jornalistas da emissora foram alvos de cercamentos, ataques e agressões; o JN também foi diretamente afetado no caso de interrupção na divulgação dos dados completos da pandemia e do adiamento da publicação das informações para um horário posterior ao término do telejornal. Neste último caso, o JN adotou estratégias para continuar divulgando os dados, mas não se posicionou juntamente com as notícias sobre a interrupção da divulgação das informações. Vale ressaltar, no entanto, que ao longo dos dois anos, marcados pela pandemia da Covid-19, o Jornal Nacional adotou um tom, junto às matérias veiculadas, a favor da ciência e contra as atitudes autoritárias e negacionistas, sobretudo as praticadas por Bolsonaro e pelo governo federal.

Ao longo da exibição dos 48 episódios, o Jornal Nacional priorizou a apresentação de um Jornalismo voltado para a defesa da democracia (em 31 deles), como aponta o gráfico 10. O telejornal também retratou um Jornalismo a favor do cidadão em cinco episódios. Em outros oito, apontou um Jornalismo que preza pelos dois conceitos. Em quatro casos, o JN priorizou a apresentação de um Jornalismo: humanizado e intimista; em defesa da diversidade; voltado para a busca de justiça e da liberdade de imprensa; ou simplesmente informativo.

Gráfico 10 - Qual a imagem do Jornalismo apresentada pelo JN na exibição dos episódios?



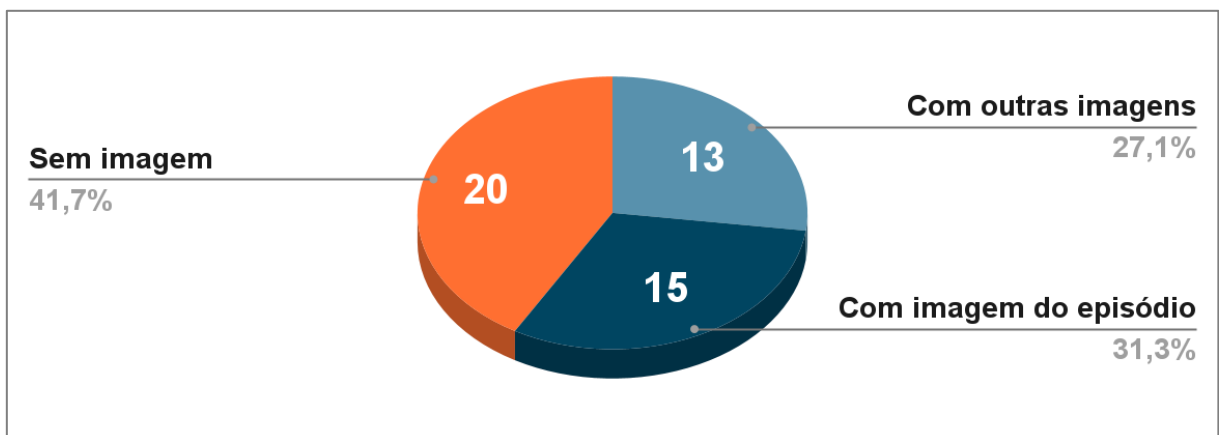
Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Em muitos episódios, houve uma tentativa mínima de mobilizar o telespectador para o fato, sobretudo, a partir do tom utilizado pelo telejornal durante as narrativas. Ficou evidente a intenção do telejornal de apontar os prejuízos da falta de transparência e do cerceamento da imprensa, como forma de tentar sensibilizar o telespectador. No entanto, em cinco episódios, houve significativa mobilização do telespectador por parte dos apresentadores: em um deles, quando a imprensa foi atacada durante a pandemia, os âncoras abordaram o trabalho da imprensa na garantia da saúde da população; em outro, sobre a invasão de um homem à sede da TV Globo, os apresentadores pediram paz e utilizaram um tom mais intimista com o telespectador; em um terceiro episódio, o caso Crivella, o telejornal deixou claro que as interrupções nas reportagens estavam calando o próprio telespectador e suas demandas de saúde; em uma outra matéria sobre o mesmo caso, o foco foi o uso do dinheiro público nos atos violentos, na qual chamou atenção a exibição de um depoimento de uma mulher, repudiando as tentativas de calar a imprensa e a sociedade; por fim, em outro episódio, em que a TV Globo foi impedida de exibir uma reportagem por uma ação judicial, o jornal focou a abordagem no fato de que o caso era de interesse público e poderia atingir a vida das pessoas.

5.4.2 Imagem: o registro audiovisual e os elementos utilizados nas narrativas

Dos 48 episódios, 20 não foram narrados com o auxílio de imagens, conforme aponta o gráfico 11: 13 deles porque não dispunham de possibilidades de registro de imagens, como o caso de decisões judiciais, ou porque não foram flagrados por câmeras; os outros sete tiveram registros de imagens, que foram divulgados em outras mídias, mas não foram exibidos por opção do JN.

Gráfico 11 - Uso de imagens nas narrativas do JN sobre episódios de violência à imprensa



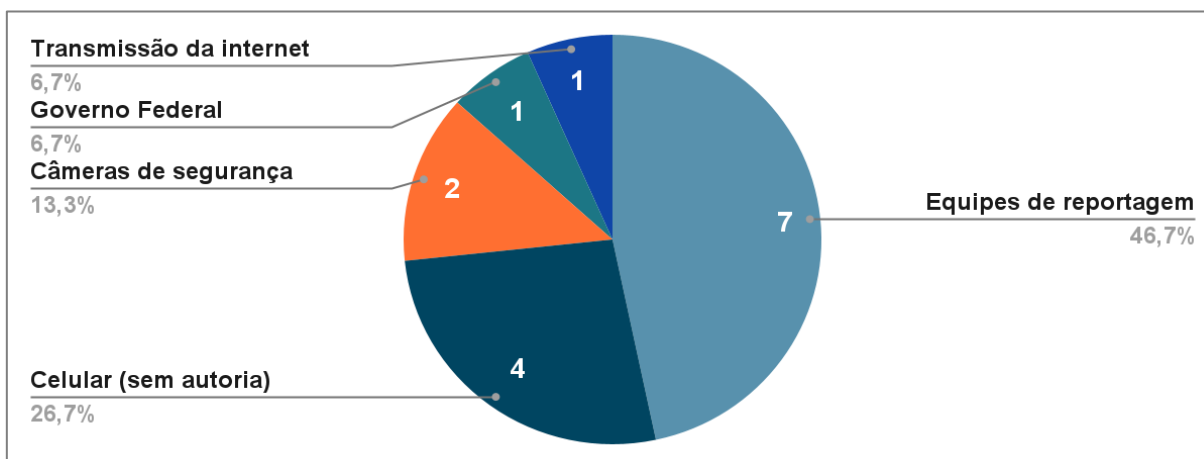
Fonte: elaborado pelo autor (2023)

É perceptível que, em alguns desses casos, as imagens não foram exibidas por risco de atingir de forma negativa o exercício do Jornalismo e os profissionais de comunicação. No caso em que o então ministro da Saúde afirmou que os meios de comunicação “só vendem notícia ruim”, a exibição deste trecho poderia significar um risco para o Jornalismo. As palavras do ex-ministro poderiam corroborar o pensamento de alguns telespectadores, de que a opção editorial do JN seria a de priorizar as notícias consideradas ruins. Ao mesmo tempo, se o JN exibisse essa fala, o trecho com a logomarca da emissora poderia ser recortado e compartilhado em outras mídias, servindo de “palanque” para o discurso do ex-ministro. No episódio que abordou a reunião ministerial, em que integrantes do governo e o então presidente Bolsonaro atacaram a imprensa com palavrões, a opção do jornalístico foi por não exibir o trecho, que foi disponibilizado inclusive por outras mídias, o que poderia causar escândalo e fugiria às regras convencionais do Jornalismo. No caso do homem que invadiu a TV Globo e fez uma repórter refém, ação que foi registrada por uma câmera de celular, o flagrante audiovisual poderia expor a própria equipe do telejornal e, até mesmo, inspirar outros casos semelhantes. Já em outros casos, os registros audiovisuais não representavam fielmente os fatos e não teriam contribuições significativas para a narrativa. No caso do impedimento do trabalho da equipe da TV Centro América, que foi barrada ao tentar entrar em uma fazenda onde estava o então presidente Jair Bolsonaro, apenas parte da ação dos seguranças foi gravada, em que ele pergunta como a equipe conseguiu entrar, mas não há registros do impedimento. Em outro episódio, o ataque à sede do jornal Charlie Hebdo em Paris, na França, as imagens não mostravam o momento exato do ataque, mas somente a movimentação após o ocorrido, e não relacionavam o caso ao jornal. Em outro caso em que o registro audiovisual não foi exibido, o JN apresentou uma decisão judicial em que Bolsonaro teria que pagar uma indenização para uma jornalista por causa de um ataque verbal que foi repercutido e exibido pelo JN na data em que aconteceu, mas desta vez não foi reexibido; como era apenas uma repercussão e já havia se passado muito tempo do dia do fato, houve opção por não utilizar.

Como apontado pelo gráfico 11, dos 28 casos que tiveram cobertura audiovisual, 15 tiveram exibição de imagens do próprio episódio agressivo: sete (7) registros foram feitos pelas próprias equipes de reportagem enquanto eram atacadas e utilizando os equipamentos da emissora; quatro (4) foram filmados ou fotografados por meio de um celular e repercutiram na internet, mas não tiveram a autoria revelada ou identificada; dois (2) registros foram provenientes de circuito interno de filmagem (câmeras de segurança); um (1), de gravações realizadas pelo próprio governo federal e liberadas ao público por meio da Justiça; e um (1)

outro registro, feito por meio de uma transmissão ao vivo que ficou disponibilizada na internet. As diferentes fontes dos registros audiovisuais estão detalhadas no gráfico 12.

Gráfico 12 - Origem dos registros audiovisuais dos episódios agressivos a jornalistas



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Outros 13 episódios foram narrados com o uso de imagens que não mostraram o flagrante dos fatos. Para auxiliar na narrativa, o telejornal utilizou fotos dos envolvidos na trama, imagens de arquivo das pessoas e dos locais citados, entre outros registros feitos pela própria equipe da emissora para complementar as reportagens. Imagens subjetivas também foram utilizadas.

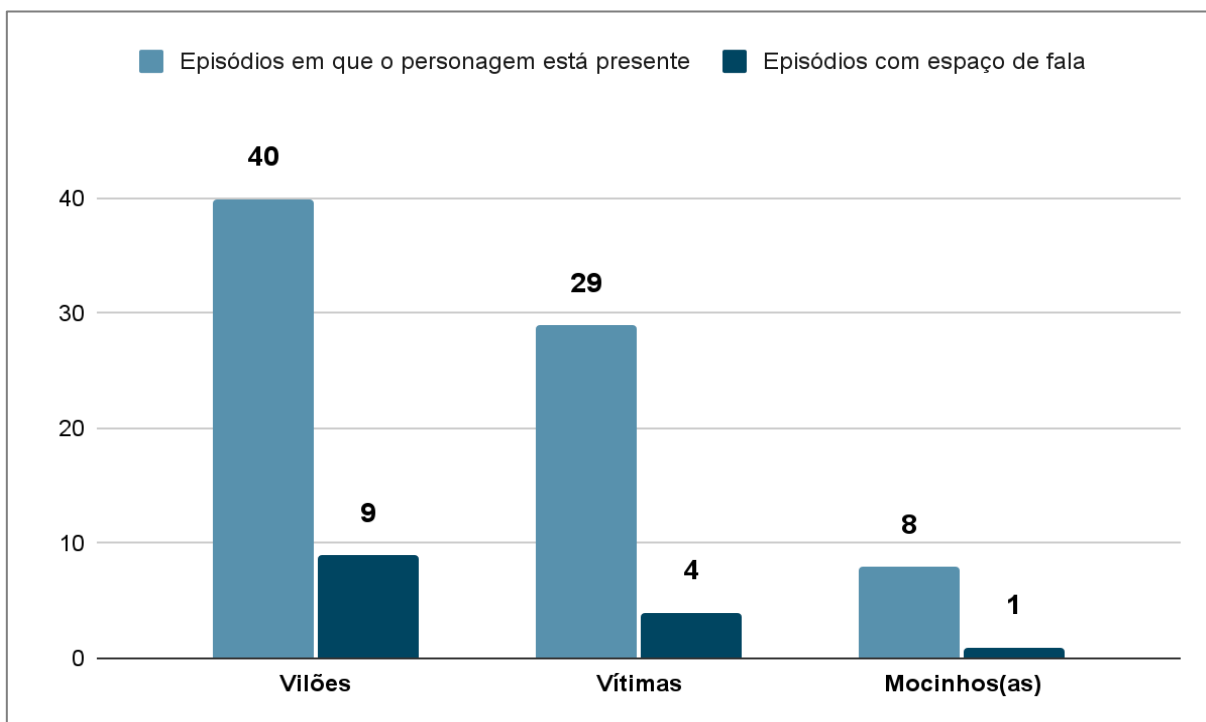
Os recursos gráficos foram utilizados em 16 das 28 matérias com cobertura audiovisual, sobretudo para apontar posicionamentos de entidades ligadas ao Jornalismo, destacar documentos e para mostrar informações importantes na tela, que precisavam de ressaltos.

5.4.3 Vozes: vilões, vítimas, mocinhos... os papéis da trama e os espaços de fala

A Dramaturgia do Telejornalismo, conceito proposto por Iluska Coutinho (2018), também ficou evidente com a presença de papéis, geralmente desempenhados nas tramas teatrais ou novelísticas, nas matérias telejornalísticas. Das 48 narrativas analisadas, 40 identificaram vilões, mas em apenas nove delas, eles foram procurados ou tiveram espaço de fala. Em 29 episódios, vítimas foram identificadas; os demais casos narrados tiveram o Jornalismo e a liberdade de imprensa como alvos, não citando profissionais específicos; em apenas cinco tramas, esses jornalistas atacados foram ouvidos pelo telejornal. Por fim, oito narrativas tinham a presença de um mocinho ou uma mocinha, papel tradicionalmente conhecido como o herói das tramas, mas em apenas um episódio eles foram ouvidos. O gráfico

13 aponta o número de episódios em que os principais papéis foram apresentados nas tramas e a quantidade de narrativas em que eles tiveram espaços de fala.

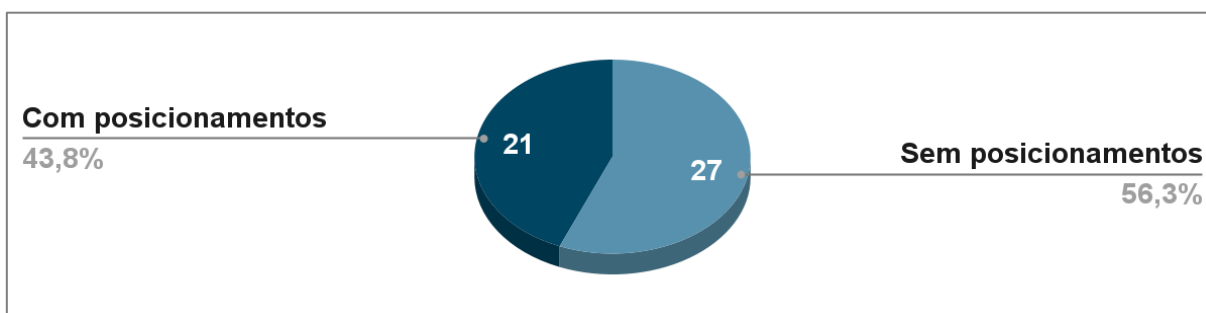
Gráfico 13 - Papéis desempenhados pelos personagens nas tramas e seus espaços de fala



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

O jornalista, portanto, foi apresentado como vítima em todas as tramas que tinham esse papel identificado. Apesar dos profissionais não terem suas falas exibidas na maioria dos episódios, o telejornal aborda posicionamentos de entidades ligadas à imprensa em 21 episódios (gráfico 14).

Gráfico 14 - Episódios que noticiaram posicionamentos de entidades ligadas à imprensa

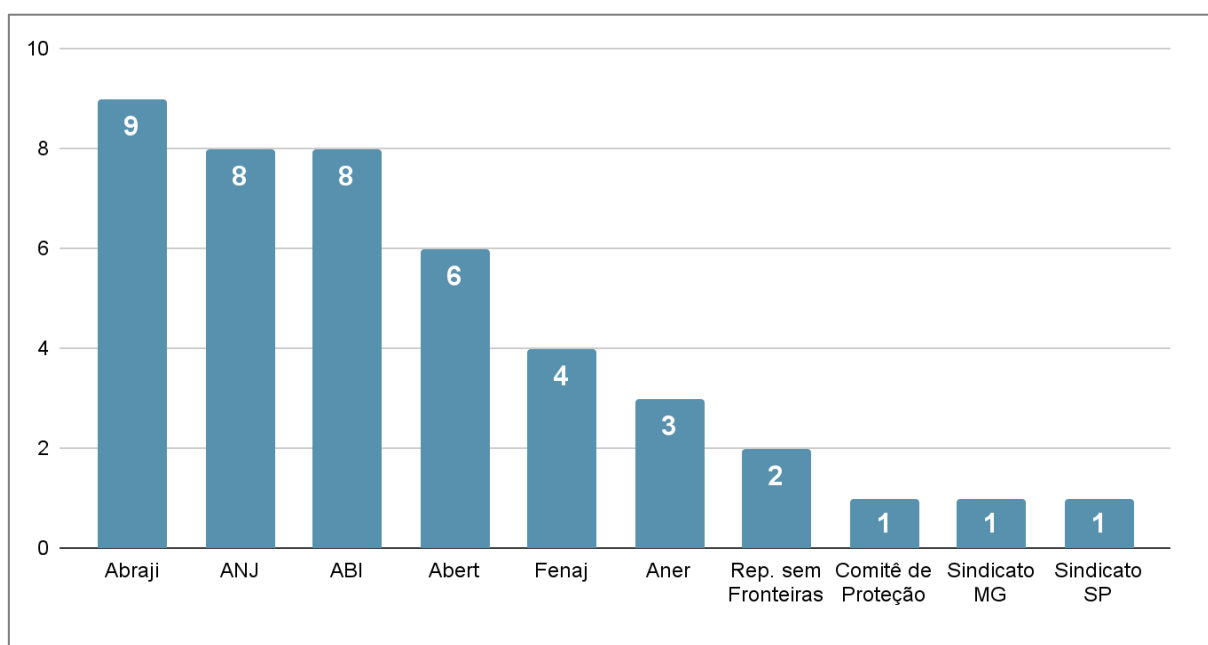


Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Entre as entidades citadas no conjunto de episódios analisados, estão: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Associação Brasileira de Imprensa (ABI),

Associação Nacional de Jornais (ANJ), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner), Organização Internacional Repórteres Sem Fronteiras, Comitê Mundial de Proteção a Jornalistas, e os Sindicatos dos Jornalistas de Minas Gerais e de São Paulo (gráfico 15). Outras fontes ou instituições que não são ligadas à imprensa tiveram falas ou posicionamentos exibidos nas matérias, como especialistas em direito e transparência, autoridades políticas e organizações de direitos humanos.

Gráfico 15 - Quantidade de citações de entidades ligadas ao Jornalismo em matérias sobre ataques à imprensa



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

A TV Globo se manifestou em seis dos 48 casos exibidos, por meio de nota. São episódios em que a emissora foi diretamente atingida por meio de cerceamento, censura ou ataques, e em que os profissionais foram atacados. Vale ressaltar que a TV Globo não se pronunciou em todos os episódios que envolveram seus profissionais ou suas afiliadas, mas apenas em alguns: sobretudo, naqueles que colocaram em dúvida a credibilidade da emissora, o trabalho realizado durante a pandemia da Covid-19 e os promovidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores.

6 ESTRATÉGIAS DE DEFESA DOS JORNALISTAS E DA LIBERDADE DE IMPRENSA

Diante da análise, ficou evidente o valor-notícia dos casos de ataques à imprensa no Jornal Nacional. Com o crescente número de episódios agressivos contra a TV Globo e seus profissionais, a emissora lançou estratégias dentro e fora do Jornalismo - destacadas pelo Jornal Nacional - para travar uma batalha contra a desinformação, a falta de transparência, o negacionismo e, ao mesmo tempo, na tentativa de aproximar os jornalistas do público. Foram inúmeras tentativas por meio do próprio Jornalismo e na programação da emissora, para realçar a responsabilidade com a informação, sobretudo durante a pandemia da Covid-19, em que os profissionais de imprensa estavam sob intenso ataque, inclusive, do chefe do Executivo federal.

Em praticamente todas as edições do JN de 2021, os apresentadores William Bonner e Renata Vasconcellos se posicionaram claramente a favor da ciência, em defesa das medidas de proteção contra a Covid-19 e, por isso, em muitas das vezes, criticaram e condenaram as atitudes consideradas criminosas e negacionistas, do então presidente da República Jair Bolsonaro. Esses posicionamentos se davam em matérias relacionadas à pandemia da Covid-19. A emissora e o telejornal também se posicionaram especificamente a favor do Jornalismo profissional e contra as *fake news*. Não foram posicionamentos dos âncoras, mas do telejornal e da própria emissora, em nome do Jornalismo da TV Globo.

Um exemplo foi o editorial do JN exibido em 19 de junho de 2021, quando o Brasil chegou à marca de 500 mil mortos por Covid-19. O telejornal reforçou o trabalho do Jornalismo profissional e apontou que houve uma série de erros cometidos no enfrentamento à pandemia. Bonner destacou que “não há dois lados” quando se fere o direito à saúde. O telejornal foi duramente criticado por apoiadores de Bolsonaro e pelo ex-presidente, por apresentar apenas um “lado positivo” da vacina e da ciência. Foi em 2021 que o telejornal noticiou a morte de dois colaboradores por Covid-19.

Para compreender as estratégias da TV Globo, foram analisadas as ações da emissora no intuito de proteger seus colaboradores e a missão de informar; ao mesmo tempo, foram coletados depoimentos de profissionais que fazem parte da produção do telejornalístico e de jornalistas que viraram notícia no JN. Tendo em vista que algumas informações não podem ser obtidas por meio do referencial teórico e de observações, a entrevista foi uma técnica importante para fazer a coleta de dados, que detalharemos a seguir. Para entender as estratégias na construção dessas narrativas, entrevistamos o chefe de produção do JN e jornalistas da emissora responsáveis pela realização de reportagens que abordaram episódios agressivos, além de

profissionais que foram atacados. As entrevistas foram semiabertas, via videochamada, com perguntas previamente estipuladas e acordadas com os jornalistas ouvidos. A entrevista com o chefe de produção da Mesa Rede do JN, Rogério Nery, foi realizada via e-mail diante da indisponibilidade de agenda do jornalista para a realização da videochamada. O recurso à pesquisa de campo foi precedido por elaboração de projeto com submissão pela Plataforma Brasil (sistema CEP-CONEP), tramitação e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora (CEP-UFJF). O material foi gravado em vídeo; as perguntas e respostas foram transcritas e estão disponíveis, na íntegra, nos apêndices.

6.1 O PLANTÃO DA GLOBO E O CONSÓRCIO DE VEÍCULOS DE IMPRENSA: A RESPOSTA DO JORNALISMO DIANTE DAS RESTRIÇÕES DOS DADOS DA PANDEMIA

O então presidente Jair Bolsonaro tem um histórico de ataques à TV Globo e seus profissionais, sobretudo, diante do posicionamento da emissora em defesa da ciência e contra o negacionismo praticado durante a pandemia da Covid-19. O telejornal divulgava diariamente, dentro das edições, os números da doença disponibilizados no início da noite pelo Ministério da Saúde. Contudo, a partir do dia três de junho de 2020, o governo federal passou a atrasar a divulgação dos dados para às 22 horas, ou seja, depois do encerramento do Jornal Nacional. No terceiro dia de atraso, o jornalístico afirmou aos telespectadores que, assim que os números fossem divulgados, a informação seria noticiada, independentemente do horário. Naquela mesma noite, do dia 5 de junho de 2020, o Jornalismo da emissora utilizou a vinheta do plantão (figura 7) - bastante conhecida pelos telespectadores em tragédias e casos de grande repercussão - para noticiar os números divulgados às 21h45, interrompendo a novela Fina Estampa.

Figura 7 - Vinheta do plantão de Jornalismo da Globo



Fonte: reprodução / Globoplay (2023). Disponível em: globoplay.globo.com/v/8607221/. Acesso em: 12 abr.2023.

O apresentador do JN, William Bonner, que estava no comando do plantão, apresentou os números divulgados tardiamente pelo governo naquela noite (figura 8) e afirmou aos telespectadores: “Nós dissemos que vocês teriam esses números assim que eles fossem anunciados e estamos aqui cumprindo o que nós dissemos”.

Figura 8 - Plantão da Globo com a divulgação dos dados da pandemia da Covid-19



Fonte: reprodução / Globoplay (2023). Disponível em: globoplay.globo.com/v/8607221/. Acesso em: 12 abr. 2023.

A emissora repetiu o procedimento pelos dias posteriores, em que também ocorreram atrasos na divulgação. Segundo noticiado pela imprensa, a ação do governo federal de atrasar o anúncio do boletim para às 22h teria partido do presidente Jair Bolsonaro, que não queria que o JN, telejornal da TV Globo, apresentasse os números. Bolsonaro disse a jornalistas que o JN dava destaque às mortes pela doença e afirmou: “Acabou a matéria no Jornal Nacional”. A reação da Globo repercutiu na internet. O Jornalismo da Globo quis mostrar que a atitude de Bolsonaro não seria um impedimento para a divulgação dos dados e que o noticiário não estaria limitado ao horário do JN na programação da emissora.

A partir da sequência de atrasos na divulgação dos dados da pandemia, o Ministério da Saúde passou a promover diversas mudanças que prejudicaram a transparência e dificultaram o trabalho dos jornalistas. Uma das principais alterações foi a de que o governo passou a divulgar apenas os dados das últimas 24 horas, omitindo a informação do acumulado de casos e mortes ao longo da pandemia. De acordo com a TV Globo, em resposta à decisão do governo Jair Bolsonaro de restringir o acesso a dados sobre a pandemia, os veículos G1, O Globo, Extra, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e UOL decidiram formar uma parceria e trabalhar de forma colaborativa para buscar as informações necessárias nos 26 estados e no Distrito Federal.

O projeto colaborativo foi criado em junho de 2020, durante um dos períodos mais críticos da pandemia. Em uma iniciativa inédita, equipes dos veículos dividiram tarefas e compartilharam as informações obtidas para que os brasileiros possam saber como está a evolução e o total de óbitos provocados pela Covid-19, além dos números consolidados de casos testados e com resultado positivo para o coronavírus (figura 9). O balanço diário era fechado sempre às 20h.

Figura 9 - Apresentação dos dados do Consórcio de Veículos de Imprensa no JN



Fonte: reprodução / Globoplay (2023). Jornal Nacional do dia 31/01/2022. Disponível em: globoplay.globo.com/v/10258578/. Acesso em: 12 abr. 2023.

Ao longo dos mais de dois anos de atuação, o consórcio também foi responsável por viabilizar a campanha “Vacina Sim”. A ação pretendia ajudar a conscientizar as pessoas sobre a importância da vacinação no enfrentamento da pandemia. Jornalistas e artistas vestiram a camisa com a marca “Vacina Sim” para gravar materiais, que foram exibidos nos intervalos da programação e publicados nos demais veículos participantes do Consórcio (figura 10).

Figura 10 - Campanha “Vacina Sim” veiculada pelo Consórcio de Veículos de Imprensa



Fonte: reprodução / Globoplay (2023). Fantástico de 14/02/2021. Disponível em: globoplay.globo.com/v/9268651/. Acesso em: 14 abr. 2023.

No fim de janeiro de 2023, após mais de 960 dias de trabalho, chegou ao fim o Consórcio de veículos de Imprensa. Em seus canais, os veículos participantes justificaram o fim do consórcio. Eles publicaram que, apesar de exigir atenção, a situação da pandemia é considerada controlada e os dados reportados pelos governos estaduais e federal tem se mostrado confiáveis.

No Jornal Nacional, quem divulgou o fim do Consórcio foi o repórter Paulo Renato Soares, que, no dia 28 de janeiro de 2023 (figura 11), estava como apresentador suplente do telejornal. O jornalista destacou, para esta pesquisa, que, assim como a informação oficial é notícia, a falta dela também é.

Se criou um Consórcio de Veículos de Imprensa porque você não tinha informação sobre os casos de Covid. E quando se criou o Consórcio, foi dito o porquê estava sendo criado: porque não tínhamos informação oficial. [...] Se você não tem acesso à informação de interesse público, isto é notícia. Sempre foi. Acho que não há dúvida quanto a isso (SOARES, 2023).

Figura 11 - Paulo Renato Soares em anúncio do fim do Consórcio de Veículos de Imprensa



Fonte: reprodução / Globoplay (2023). Disponível em: globoplay.globo.com/v/11321005/. Acesso em: 14 abr. 2023.

Além de ter participado das iniciativas da emissora para contornar a restrição dos dados da pandemia, Paulo Renato também protagonizou outra importante resposta do Jornalismo ao cerceamento: o repórter narrou a história dos Guardiões do Crivella, o emblemático esquema custeado com dinheiro público para impedir o trabalho de jornalistas no Rio de Janeiro.

6.2 “GUARDIÕES DO CRIVELLA”: UM MODELO DE RESPOSTA DA IMPRENSA AOS ATAQUES

Seja para noticiar casos de falta de transparência - como aconteceu com a divulgação dos dados da pandemia - ou episódios de ataques e de cerceamento à imprensa, o JN praticou

um Jornalismo de denúncia em muitas narrativas sobre o assunto. Uma delas chamou atenção e ganhou grande repercussão: o caso que ficou conhecido como “Guardiões do Crivella”. Veiculada no JN no dia 31 de agosto de 2020, a reportagem revelou um esquema montado a partir da Prefeitura do Rio de Janeiro em que funcionários pagos com dinheiro público atrapalham repórteres da emissora com gritos de “Globo lixo”, “*fake news*” e “É Bolsonaro”.

Figura 12 - Paulo Renato Soares apontando os autores das interrupções de reportagens



Fonte: reprodução / Globoplay (2023). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8821003/>. Acesso em 12 abr. 2023.

O objetivo dos “Guardiões do Crivella” era coibir jornalistas e entrevistados de denunciarem problemas em unidades municipais de saúde. Para flagrar os servidores públicos na ação ilícita, a Globo forjou uma reportagem em frente a um hospital. Em um trecho da matéria, o repórter Paulo Renato apontou alguns dos envolvidos no esquema (figura 12). A partir daí, a emissora revelou que os intimidadores eram coordenados por três grupos no WhatsApp. Dessa forma, eles obedeciam a uma escala rígida de horário, com direito a “ponto digital” por meio de selfie no local onde deveriam impedir a ação da imprensa (figura 13). Para o repórter Paulo Renato Soares, autor do VT especial sobre o assunto, a utilidade pública de dar voz às reclamações da população na porta dos hospitais sustentou a produção desta reportagem.

Quando alguém ataca a imprensa, está atacando também os próprios eleitores dele, no caso de políticos ou de gestores públicos, no caso de interesse público, e que seja de empresas privadas. Você tem uma violência contra a população da sua cidade, do seu estado, do seu país. Então, cercear a informação, cercear o trabalho da imprensa, na minha opinião, é você cercear informação às pessoas, à população. Então isso é inadmissível. Não há de se tolerar isso na democracia. Mas é muito comum (SOARES, 2023).

Figura 13 - Guardiões do Crivella comprovando trabalho contra a imprensa por meio de fotos



Fonte: reprodução / Globoplay (2023). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8821003/>. Acesso em 12 abr. 2023.

Paulo Renato explica que, para além dos ataques aos repórteres, o foco da reportagem estava no impedimento do exercício da profissão. Para ele, os profissionais ficavam indignados não por serem alvos, mas pela impossibilidade de fazer o trabalho primordial de informar.

[...] você acorda às 3h da manhã, 3h30 da manhã na sua casa, vai lá para a porta do hospital. E era pandemia. Você está querendo dar informação para as pessoas, você tá querendo cumprir o seu ofício. Quando você entra na faculdade, você pensa: “eu quero ser um agente social, eu quero trabalhar com isso”. E aí você é cerceado, às vezes você é agredido. O repórter chega lá na redação e eu entendo isso. Mas mesmo eles, estavam mais bravos em não poder fazer o trabalho deles e não pelo que eles estavam sofrendo (SOARES, 2023).

O repórter Ben-Hur Correia foi um dos atacados nas portas dos hospitais no Rio de Janeiro (figura 14). O jornalista conta que o caso, organizado por lideranças políticas, estimulava outros episódios agressivos por parte da população.

Esse caso eu acho que é muito paradigmático pelo momento que a gente estava vivendo. Quer dizer, você empregar recursos públicos contra uma emissora, não eram para todas as emissoras, era para uma emissora específica. E direcionando o ódio da população para ali. A partir do momento que às vezes eles viam um, dois ou três xingando, pessoas por perto se sentiam à vontade para vir também, para agredir. Isso legitimava a agressão dos outros. Mas também tinha gente que vinha defender, era bem curioso (BEN-HUR, 2023).

Figura 14 - Repórter Ben-Hur Correia durante entrada ao vivo em que foi interrompido



Fonte: reprodução / Globoplay (2023). Disponível em: globoplay.globo.com/v/8821003/. Acesso em 12 abr. 2023.

O jornalista explica que ficou abalado emocionalmente quando passou a sofrer xingamentos e interrupções frequentes, até que desconfiou de um esquema organizado.

Ter que sair com a equipe de segurança é normal só para fazer uma matéria específica. E aí todas as equipes começaram a sair com segurança, a gente ficou pelo menos uns seis meses com todas as equipes saindo com segurança, e aí depois disso diminuiu um pouco. [...] Primeiro eu ficava realmente chateado e mexido com aquilo, sabe? Atrapalha seu trabalho, atrapalha sua concentração, seu foco. Você está prestes a entrar ao vivo e tem alguém te perturbando, aquilo mexe realmente com o emocional. E também porque eu pensava: será que essas pessoas não estão entendendo o que está acontecendo? A gente viveu um momento de pandemia, então era um momento super delicado para todo mundo, onde a Globo estava sendo muito questionada, as instituições estavam sendo muito questionadas, o Ministério da Saúde estava sendo questionado, então era um momento de efervescência. Então aquilo me gerou uma insegurança muito grande, um abalo emocional em vários momentos. A partir do momento que a gente percebeu que era sistemático, a gente pensou: agora eu entendi o que está acontecendo (BEN-HUR, 2023).

Ben-Hur explica que a equipe, após perceber a frequência dos ataques, passou a registrar as interrupções e as ameaças, inclusive com o auxílio de uma segunda câmera. O esforço de documentar diariamente o que estava acontecendo se somou ao trabalho da produção, que levantou informações cargos e salários dos suspeitos, apresentadas na reportagem por meio de arte (figura 15). O repórter explica que a produção conseguiu, a partir de um ex-participante do grupo Guardiões do Crivella, uma tabela com os nomes dos envolvidos. A reportagem demonstra o foco da imprensa em denunciar episódios de cerceamento aos jornalistas.

Antes de tudo era uma resposta que a gente dava ao poder público e a agentes públicos que estavam cerceando as pessoas. [...] a gente tinha esse material gravado e o editor-chefe falou assim: “precisamos fazer isso” e aí eu falei “precisamos, mas precisamos registrar como se fosse ao vivo. Eu, lá, passando

por isso”. Eu fiquei dois dias registrando. [...] Isso já é notícia desde o primeiro momento que aconteceu, principalmente porque era nos ao vivos. O que fomos descobrindo depois é que isso acontecia de maneira sistemática e organizada. [...] E aí começou um trabalho de produção, a produção conseguiu fontes que deram informações de quem eram essas pessoas, como se fosse um trabalho investigativo para descobrir onde essas pessoas trabalhavam. E aí foi um trabalho de muita apuração, muita produção, pra conquistar a fonte. Conquistou até pessoas que trabalharam com isso e deixaram de fazer, então a produção foi muito perspicaz nos contatos, foi muito inteligente, foi muito eficiente, para poder montar essa estrutura toda (SOARES, 2023).

Figura 15 - Arte exibida na reportagem contendo nome, cargo e salário de agressores



Fonte: reprodução / Globoplay (2023). Disponível em: globoplay.globo.com/v/8821003/. Acesso em 12 abr. 2023.

Durante a abordagem, a equipe de reportagem utilizou a câmera e o microfone para confrontar os agressores (figura 16). O repórter Paulo Renato explicou que esse método de abordagem só foi possível porque a equipe tinha certeza do esquema e estava embasada em informações, para confrontar os agentes públicos que estavam no local. Para ele, só assim seria possível direcionar o microfone aos agressores, questionando-os sobre suas ações ilícitas - pelo fato de estarem recebendo salários para estarem cerceando a imprensa e os cidadãos.

[...] depende de quem tá do outro lado, se ele vai encarar o microfone e a câmera como o inimigo ou como algo que possa ajudá-lo a explicar, a dar informação, a explicar malfeitos, a tirar ideias erradas, a desfazer confusões. [...] Então, assim, depende de quem é abordado. Eu vou abordar um cara que ele sabe que ele tá fazendo errado, ele sabe que ele está ganhando dinheiro e não é para estar ali. Então, eu fui para cima dele mesmo, acho que é isso que aconteceu, porque eu sabia quem eram eles né, eu sabia o que eles estavam fazendo ali. [...] Eu queria desmascará-los, e eu precisava ser firme com eles porque eu não sei nem com o tipo de gente que eu estava lidando. Então eu queria desmascarar e eu acho que eu consegui. [...] o cinegrafista também chegava com a câmera para cima deles. Eu disse: “Você vai mostrar seu rosto, agora mostra seu rosto, você não tá aqui o tempo todo? Agora você diz quem você é, o que que você faz, eu quero ver se você vai fazer isso agora”. A palavra pra gente era desmascarar (SOARES, 2023).

Figura 16 - Paulo Renato Soares abordando agressor com câmera e microfone



Fonte: reprodução / Globoplay (2023). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8821003/>. Acesso em 12 abr. 2023.

Os envolvidos não foram só desmascarados, mas também investigados, depois da exibição da reportagem. O caso também gerou um processo de impeachment contra o prefeito do Rio, Marcelo Crivella, que acabou permanecendo no cargo.

Agora o que eu acho mais interessante é que gerou um processo de cassação. Por mais que não tenha chegado a caçar o prefeito, isso gerou um processo de cassação dentro da Câmara de Vereadores, e o Ministério Público investigou. Tanto que no final do ano passado, eu, Paulo Renato e Natalia [repórter da TV Globo], a gente teve que prestar depoimento à justiça, com eles do lado, com os advogados do prefeito do lado de alguns caras, então isso ainda está acontecendo, principalmente por quê? Porque a gente tinha desvio de finalidade, improbidade administrativa, são vários crimes cometidos no mesmo ponto e tudo direcionado para o jornalista, para agressão ao jornalista (BEN-HUR, 2023).

Um fato curioso é que a reportagem já havia sido exibida no telejornal local RJ2 naquele mesmo dia e a apuração foi compartilhada, na mesma redação, com os responsáveis pelo JN, que decidiram exibir o material no principal telejornal da TV aberta do Brasil. Para Bem-Hur, “dar no JN também seria uma resposta institucional”. Tamanho peso desta matéria para o Jornalismo da Globo ficou evidente, também, em outro episódio ocorrido dentro da emissora no dia em que a reportagem foi ao ar. De acordo com Paulo Renato Soares, a exibição da reportagem foi interrompida por um problema técnico durante o RJ2 e a programação precisou ser acionada, liberando um tempo incomum para o Jornalismo para a reexibição do material em sua totalidade.

No dia do RJ2, quando chegou no meio [da reportagem] deu um problema na ilha e ela travou e acho que todo mundo ficou desesperado. Nós ligamos para programação da TV Globo falando: “gente a matéria mais importante, talvez, do ano, travou, nós não conseguimos mostrar a matéria inteira, nós queremos mostrar essa matéria inteira de novo”, aí a programação disse assim “quanto tempo vocês precisam?”. Fizemos a conta que dissemos “precisamos de 20 minutos”, e o rapaz disse assim “vocês precisam de outro RJ né?”. “sim, outro RJ”. E a programação deu o ok: “vou cortar um pedaço da novela e vocês podem reexibir” (SOARES, 2023).

Essa resposta do Jornalismo da Globo enfatizou a posição da emissora em defesa da liberdade de imprensa e dos interesses da população.

6.3 ASPECTOS NARRATIVOS, BASTIDORES E HUMANIZAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA E A APROXIMAÇÃO COM O PÚBLICO

Em um período de constantes ataques à democracia, durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro e com negacionismo na pandemia da Covid-19, foram inúmeros episódios de cerceamento, de censura, de ataques a veículos de imprensa e a jornalistas. A principal estratégia da TV Globo e do Jornal Nacional foi fazer esse tipo de episódio virar notícia. A mensagem era de que atacar um jornalista é prejudicar a democracia. O telejornal considera que os episódios têm valor-notícia, como destacou o Chefe de Produção da Mesa Rede do JN, Rogério Nery:

Todo o ataque à imprensa é notícia. O trabalho da imprensa é pilar da democracia, por isso o interesse jornalístico. Interessa ao cidadão brasileiro, interessa ao jornalista. E é notícia nos mais variados níveis: nos TJs locais, nos sites de jornalismo do Grupo Globo, nos jornais de Rede da TV Globo, e no JN também (NERY, 2023).

O jornalista responsável por fazer a conexão do JN com as afiliadas de todo o Brasil explica que os próprios telejornais - não só o carro-chefe da emissora, mas também os demais, de âmbito nacional ou regional - são responsáveis por denunciar a prática antidemocrática contra a imprensa. Nery explica que o tempo dedicado a cada episódio, bem como o formato, dependem da gravidade do fato.

Dependendo da gravidade do ataque, de suas características, ele é denunciado em uma dessas plataformas [nos telejornais e no site]. Por ataque à imprensa podemos estar falando em: ofensas, xingamentos verbais, desrespeito aos jornalistas, agressões físicas, assassinatos. Dependendo da característica do ataque, sua gravidade, ele pode ganhar mais destaque (NERY, 2023).

Para o responsável pela Mesa Rede do JN, cada episódio é noticiado de acordo com os elementos disponíveis para a construção da narrativa. Para o jornalista, a informação do ataque à imprensa é a principal regra, independente do formato.

Os elementos importantes para dar a notícia são aqueles que melhor trazem informação ao cidadão que recebe a notícia. Um exemplo: se o ataque a um jornalista ocorreu numa passagem ao vivo, em que o jornalismo foi agredido, a imagem da agressão pode ser importante, para identificar o agressor. Mas se o ataque se deu numa conversa telefônica, o áudio pode ser usado, com apoio de arte (NERY, 2023).

O ano de 2021 foi marcado por um recorde de ataques à imprensa, mas o JN deu mais espaço à humanização dos jornalistas e aos bastidores da reportagem, como apontado no capítulo cinco (5). Foi, sobretudo, um ano de tentativas de fortalecimento da credibilidade do Jornalismo profissional. Durante a pandemia da Covid-19, o JN se posicionou inúmeras vezes a favor da ciência e contra o negacionismo. E, em muitas delas, destacou a importância do Jornalismo profissional na luta contra a doença. No enfrentamento ao negacionismo, até mesmo a vacinação da apresentadora Renata Vasconcellos foi notícia: uma maneira de dar exemplo, humanizar e aproximar a jornalista do público. Durante a apresentação em estúdio, a apresentadora disse: "Hoje eu estou feliz da vida, porque hoje eu me vacinei. Primeira dose, é verdade, ainda falta a segunda. Tá anotadinho na minha agenda, segunda dose em setembro". O episódio também foi disponibilizado separadamente no Globoplay.

Figura 17 - Campanha “Fatos e Pessoas” veiculada pelo Grupo Globo



Fonte: reprodução / Globoplay (2023). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9593265/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

No dia 10 junho de 2021, a Globo lançou, por meio do Jornal Nacional, a campanha “Fatos e Pessoas”³⁶, mostrando parte do dia a dia dos jornalistas, que aparecem nas imagens higienizando as mãos - diante da pandemia da Covid-19 - e conversando à distância com familiares enquanto trabalhavam em busca da informação em meio ao risco de contaminação pelo Coronavírus (figura 17). Alguns trechos de áudios trocados por aplicativos de mensagens, entre os jornalistas do Grupo Globo e familiares, foram incluídos. A campanha lançada dentro do Jornal Nacional passou a ser exibida nos intervalos da programação. O comunicado do telejornal destacou que o jornalista também tinha dificuldades para lidar com a pandemia. A ideia era de que não se tratava de uma cobertura simples e rotineira, mas que o jornalista também tinha medo de adoecer, lidava com angústias e sentia saudades em meio ao distanciamento, que era tão defendido pela imprensa e pela ciência. O texto de lançamento da campanha foi dividido entre os titulares da bancada do JN, Bonner e Renata:

O motivo dessa iniciativa é desfazer uma ideia equivocada que esses dias tão difíceis ajudaram a criar na imaginação de muita gente. Porque desde o início da pandemia, nós, jornalistas, nunca deixamos de trabalhar. Assim como outras tantas categorias profissionais, as da saúde em primeiríssimo lugar, a nossa também não poderia fazer isso. Nós tivemos que tomar todo cuidado para manter você informado sobre os fatos e protegido das *fake news*. Mas acontece que, também como outras categorias, o dever profissional não afastou a gente dos medos, das angústias, das aflições que são comuns a todos. Jornalista trabalha firme, mergulha na notícia, cumpre o dever de informar. Jornalista pode até passar uma imagem de que faz isso tudo com facilidade, como se fosse invencível, sem medo de adoecer, sem cansaço, sem saudade. Mas não. A partir desta quinta-feira, filmes da campanha “Fatos e Pessoas” vão mostrar que nós, jornalistas, damos as notícias que nós próprios vivenciamos. Nós somos jornalistas e estamos aqui por você. Pelo nosso país. Cada um de nós. É a nossa missão. É como a gente pode ajudar (JORNAL NACIONAL, 2021).

O texto dos apresentadores foi carregado de emoções. Naquele dia, após o anúncio da campanha, o encerramento do Jornal Nacional foi diferente: todos os jornalistas da redação do JN ficaram de pé, enquanto uma câmera passeava entre eles, com a frase “fatos e pessoas” no telão ao fundo (figura 18) e uma versão diferente da trilha sonora do telejornal.

³⁶<https://redeglobo.globo.com/novidades/noticia/campanha-mostra-que-a-busca-pela-verdade-e-feita-por-gente-de-verdade.ghtml> (acesso em 04/06/2023).

Figura 18 - Jornalistas de pé na redação do JN em lançamento da campanha "Fatos e Pessoas"



Fonte: reprodução / Globoplay (2023). Disponível em: globoplay.globo.com/v/9593265/. Acesso em: 12 abr. 2023.

Outra campanha focada na intimidade do jornalista foi a lançada pela TV Globo em 2022, no início do período eleitoral. A emissora afirmou que o objetivo foi reforçar o compromisso do Jornalismo no combate às *fake news*. Cinco filmes da campanha “Onde nascem as notícias: o caminho da democracia é a informação”³⁷ foram lançados, com depoimentos de apresentadores, repórteres e editores-chefes dos telejornais do canal, contando as etapas que eles percorrem todos os dias atrás de um objetivo comum: a informação correta.

Figura 19 - Campanha “Onde nascem as notícias”



Fonte: reprodução / Canal da Globo no Youtube (2023). Disponível em: youtu.be/IuNRjfb93SQ. Acesso em: 12 abr. 2023.

De acordo com a emissora, a campanha (figura 19) buscou refletir, de forma intimista, a trajetória de um jornalista até a divulgação de uma notícia e reforçar o papel do Jornalismo

³⁷<https://somos.globo.com/novidades/noticia/nova-campanha-reforca-o-papel-do-jornalismo-no-processo-democratico.ghtml> (Acesso em 4 de junho de 2023).

profissional e livre como um dos pilares essenciais para a manutenção da democracia. Os filmes foram divididos por temas. A peça 'Equipe', os jornalistas ressaltam as pessoas que trabalham por trás das telas. O filme 'Dúvida' reforça o exercício básico da apuração: duvidar, checar, recheckar, apurar até ter certeza de noticiar a informação certa. O vídeo 'Jornada' trata das etapas da apuração até a matéria ir ao ar. O filme 'Missão' reafirma o propósito do jornalista, apresentado como um profissional curioso e incansável. Já o vídeo de nome 'Busca' destaca uma trajetória ininterrupta em direção à informação de qualidade. Os filmes são assinados pelos telejornais nacionais da TV Globo 'Hora 1', 'Bom Dia Brasil', 'Jornal Hoje', 'Jornal Nacional' e 'Jornal da Globo'.

Para o Chefe de Produção da Mesa Rede do JN, Rogério Nery, a estratégia intimista de humanização da figura dos jornalistas da emissora foi uma comunicação institucional, ou seja, não partiu do telejornal, mas da TV Globo.

Aqui estamos falando de uma estratégia de comunicação institucional, mas acredito que o objetivo seja mostrar, com os bastidores, que o jornalista é um cidadão como qualquer outro. Com fragilidades, coragem, desafios, dúvidas, limitações, assim como qualquer pessoa. E mesmo assim, esse jornalista, que enfrenta todos os desafios que qualquer outro cidadão, se dedica à tarefa de informar pelo bem público (NERY, 2023).

A estratégia da TV Globo de explorar a intimidade dos jornalistas e tornar a imagem dos profissionais mais humanizada perpassou os telejornais e a programação da emissora. A batalha pela qual os jornalistas passaram na pandemia da Covid-19, enfrentando desinformação, falta de transparência, episódios de cerceamentos e ataques, virou documentário na plataforma Globoplay.

O documentário "Cercados" (figura 20) estreou no dia três de dezembro de 2020. O filme é um registro da história e dos bastidores da cobertura da pandemia da Covid-19 através do olhar da imprensa. Cemitérios, hospitais cheios, a portaria do Palácio da Alvorada e reuniões de pauta dos principais veículos de imprensa do Brasil são mostrados em quase duas horas de filme. O documentário aborda, sobretudo, o desafio enfrentado pelo Jornalismo e pela ciência, ao lidar com o negacionismo e ao ajudar as pessoas e as instituições na proteção contra a doença. O filme relata, inclusive, episódios violentos pelos quais as equipes de reportagem passaram, como a agressão sofrida pelo repórter cinematográfico da TV Integração Robson Panzera no dia 20 de maio de 2020 (figura 21).

Figura 20 - Documentário “Cercados” mostra jornalistas atacados no “Cercadinho” do Palácio da Alvorada



Fonte: reprodução / Globoplay (2023). *Trailer*. Disponível em: globoplay.globo.com/v/9071940/. Acesso em: 14 abr. 2023.

Essa foi a segunda produção documental do Jornalismo da Globo para a plataforma Globoplay - a primeira foi sobre o caso Marielle Franco. O documentário mostra várias situações vividas por dezenas de jornalistas pelo Brasil, incluindo episódios de agressão, hostilidades, xingamentos e tentativas de descredibilização.

Figura 21 - Documentário “Cercados” mostra repórter cinematográfico da TV Integração, afiliada à Globo, sendo agredido em Barbacena (MG)



Fonte: reprodução / Globoplay (2023). *Trailer*. Disponível em: globoplay.globo.com/v/9071940/. Acesso em: 14 abr. 2023.

O próprio Jornal Nacional é destaque no documentário. O filme mostra o processo de construção do principal noticiário da TV aberta brasileira, desde a reunião de pauta até o momento em que o telejornal vai ao ar. O título do documentário também faz referência a um “cercadinho” no qual a imprensa era acomodada na entrada do Palácio da Alvorada. É onde fica a residência oficial da Presidência da República. Ali os profissionais da imprensa aparecem no documentário, sendo desrespeitados não apenas pelo presidente Jair Bolsonaro, mas também

pelos seus apoiadores que costumavam se aglomerar quase no mesmo espaço. A produção da plataforma Globoplay foi outra alternativa da emissora para chamar atenção para o que estava acontecendo com a democracia e, ao mesmo tempo, tentar humanizar a figura do jornalista, que trabalhava rotineiramente atrás de informação.

Essa aproximação da TV Globo com diferentes plataformas vem aumentando cada vez mais, acompanhando os novos modelos de consumo de informação. A TV Globo, por exemplo, principal emissora de televisão aberta do Brasil, ainda tem como carro-chefe seu telejornalismo, mas passou a ampliar seus produtos noticiosos para as redes sociais e plataformas digitais. Mais do que isso: traz também, para dentro dos telejornais, cada vez mais, os conteúdos abordados nas plataformas e as discussões promovidas pelos telespectadores através de seus perfis nas redes sociais.

Os fluxos são mais amplos nas novas mídias e, por consequência, carregam uma grande parcela de telespectadores para o meio digital. Mas a relação entre a TV e a internet não se tornou combativa por isso. Ao contrário, percebe-se uma aproximação cada vez maior da televisão – e sua credibilidade construída ao longo do tempo – com as mídias digitais e suas possibilidades. O objetivo é integrar os conteúdos exibidos como notícia na TV à rotina do internauta, em diferentes telas. Assim, a TV une sua credibilidade histórica às possibilidades permitidas pelas plataformas digitais, adaptando conteúdos e se posicionando enquanto fonte de informação confiável. A proposta é oferecer o consumo de informação confiável, mesmo sem estar dentro do site de um veículo tradicional de comunicação.

Figura 22 - Instagram do JN com artes de notícias, trechos de reportagens e foto de bastidores



Fonte: reprodução / Instagram do JN (2023). Disponível em: www.instagram.com/jornalnacional/. Acesso em: 14 abr. 2023.

Os telejornais da TV Globo, assim como o portal de notícias da emissora, realizam postagens das notícias que vão ao ar nos telejornais, em páginas do Instagram (figura 22) e do Facebook, que levam o nome dos noticiosos. As artes postadas são produzidas em visual interativo, de maneira que chame atenção de quem passa pela *timeline* ou *feed* da rede social. William Bonner, apresentador do Jornal Nacional, líder de audiência da emissora, tem realizado *lives* no Instagram, minutos antes do telejornal entrar no ar. As matérias que vão ser exibidas ganharam chamadas nos *stories* da página do JN, gravadas pelos repórteres que as fizeram.

O engajamento também acontece, ao contrário, levando a internet para a televisão. Em 2021, a emissora e suas afiliadas passaram a exibir as redes sociais de cada um dos telejornais no encerramento, como modo de integração de conteúdos, convidando o telespectador a continuar conectado nas notícias da emissora no meio digital. O mesmo acontece ao mostrar a página do portal de notícias da emissora, o G1, dentro do telejornal. Em telejornais regionais da emissora, a integração entre plataformas e televisão é ainda mais forte, com a exibição de comentários de telespectadores, que participam em tempo real via WhatsApp ou comentários nas redes sociais.

Com toda essa migração para o meio digital, a credibilidade da televisão enquanto mídia tradicional e instituição é agregada às facilidades das plataformas e aos fluxos comunicacionais cada vez mais acelerados e heterogêneos. Se a TV Globo sempre tentou introjetar na sociedade um Jornalismo de credibilidade e confiança, e se sempre prometeu ao telespectador que a realidade ali representada seria confiável, nas plataformas não seria diferente. Consumidores digitais não precisam ficar à mercê das *fake news* e de informações sem qualquer veracidade confirmada, mas podem continuar contando com conteúdos seguros. Deste modo, a emissora também aproxima dos internautas todo o conteúdo que é elencado como valor-notícia na TV e reafirma a veracidade do trabalho dos jornalistas, que são constantemente ameaçados e descredibilizados. Não à toa, os próprios jornalistas de TV estão cada vez mais presentes nessas plataformas.

7 AS MUDANÇAS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DA NOTÍCIA EM MEIO AOS CONFLITOS: A PREOCUPAÇÃO COM A SEGURANÇA E AS ORIENTAÇÕES DAS EMISSORAS COMO NOVO CONSTRANGIMENTO AO (TELE)JORNALISMO

Desde o assassinato de Tim Lopes até os casos mais recentes de violência contra jornalistas sob a ótica das motivações políticas, o processo de produção da notícia vem passando por adaptações para garantir a integridade das equipes de reportagem. Desde equipamentos e veículos sem identificação da emissora, até mudanças no formato e nos modos de captação, foram várias as ações no intuito de resguardar a saúde do Jornalista, a integridade dos equipamentos de trabalho e, ao mesmo tempo, garantir a produção das reportagens. Com os crescentes casos de violência física e ameaça a jornalistas, sobretudo na primeira década do século XXI, entidades ligadas à imprensa passaram a manuais de proteção com orientações em caso de coberturas de risco.

Já nos últimos anos, com os crescentes ataques virtuais, novas cartilhas foram publicadas por entidades, de modo a proteger a identidade e as apurações dos profissionais de imprensa em suas contas on-line e em seus equipamentos. Com o fortalecimento dos ataques com motivações políticas, órgãos ligados à imprensa e veículos de comunicação organizaram manuais específicos para a proteção das equipes de imprensa na cobertura do processo eleitoral de 2022. Ao aumentar o número de episódios de ataques, os registros audiovisuais dos fatos passaram a ser ainda mais importantes, sejam de origem dos equipamentos das próprias equipes agredidas ou dos celulares dos profissionais. Na rotina de captação da notícia, os profissionais passaram a ter mais cautela e tomaram medidas para amenizar riscos à saúde e para garantir a gravação das reportagens e a conclusão das entradas ao vivo. Nas relações interpessoais, os jornalistas passaram a desconfiar das situações vivenciadas e das pessoas, como modo de proteção diante dos ataques frequentes. Por meio de entrevistas com profissionais da TV Globo e afiliadas, buscamos entender o que mudou na rotina produtiva diante do aumento na frequência dos ataques às equipes de reportagem.

7.1 AÇÕES PARA GARANTIR A SEGURANÇA DAS EQUIPES DE REPORTAGEM

A partir do assassinato do jornalista Tim Lopes, considerado um marco da violência contra a imprensa no Brasil, algumas empresas de comunicação criaram normas de segurança e investiram em equipamentos para os profissionais, como coletes, veículos blindados e

treinamentos. Além disso, algumas coberturas em locais considerados violentos foram vetadas. Depois do assassinato de Tim, Ramos e Paiva (2007) explicam que os repórteres passaram a decidir nas ruas o que seria seguro ou não fazer, e as redações deixaram a cargo das equipes nas ruas a decisão do limite a ser seguido em uma reportagem que envolva riscos psicológicos e físicos para os profissionais, mesmo que isso signifique um prejuízo na produção da notícia como detalharemos adiante.

Para as autoras, após o assassinato de Tim e a ocorrência de outros casos de agressão a equipes de Jornalismo, cresceu a necessidade de estabelecer um padrão de comportamento dos profissionais nas ruas.

Equipamentos adequados à situação de cada cidade – coletes, carros blindados, rádios – representam uma importante medida para diminuir a chance de se tornarem vítimas. O emprego de profissionais de apoio, como motoristas experientes, também é outra medida recomendada. Mas o passo fundamental, já identificado pelos próprios jornalistas, é o estabelecimento de padrões claros de comportamento, que sejam conhecidos por todos os profissionais da empresa. Esses padrões devem ser construídos através do diálogo permanente e franco entre repórteres, editores e executivos de mídia. É preciso avançar além do reconhecimento da segurança do profissional de imprensa como um problema a ser resolvido (RAMOS; PAIVA, 2007, P. 107).

Três anos após o assassinato de Tim Lopes, a Federação Internacional dos Jornalistas - criada em 1926 para garantir a liberdade de imprensa - lançou o manual “*Noticias en vivo – Manual de proteção para jornalistas*”, com o objetivo de diminuir as vítimas em coberturas de guerra e em locais de risco. O guia prático apresentou diretrizes para escapar de atos violentos e até mesmo para se proteger em casos de sequestro.

O crescimento da violência contra jornalistas e comunicadores nos últimos anos acendeu um alerta em organizações internacionais e nacionais, que também passaram a criar manuais e relatórios de proteção aos profissionais em coberturas de risco. A Iris - *International Resource for Impact and Storytelling* - publicou o relatório “Fortalecimento dos recursos de segurança e proteção para narradores de histórias visuais e jornalistas”³⁸ - tradução do autor. O documento destaca que, em muitos lugares, a câmera é considerada uma arma e os profissionais da imprensa enfrentam riscos de retaliação por quem se sente ameaçado pelas narrativas construídas pelos jornalistas. O relatório apresenta recomendações sobre como os jornalistas

³⁸ <https://saferstorytellers.org/>

podem se proteger e qual o papel do governo e da sociedade para a promoção de políticas contra a violência, seja ela digital, física, institucional ou jurídica, contra os profissionais da imprensa.

Um Manual de Segurança para Jornalistas³⁹ utilizado no mundo todo é o do Comitê de Proteção a Jornalistas - organização independente e sem fins lucrativos que promove a liberdade de imprensa em todo o mundo. O documento traz uma série de abordagens sobre a proteção aos profissionais, como precauções pessoais, avaliações de risco, respostas a ameaças, proteção de dados, treinamentos e equipamentos de segurança, planejamento de investigações, abordagem de pessoas hostis, cuidados em protestos, entre outros temas. A mesma instituição, diante da realidade contemporânea de ataques virtuais aos profissionais, criou em 2019 o Kit de Proteção Digital⁴⁰, com estratégias de proteção de contas, dados e informações apuradas de jornalistas na internet e nos equipamentos eletrônicos.

No Brasil, uma série de cartilhas e documentos orientativos também foram publicados. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e o Observatório de Liberdade de Imprensa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) lançaram a "Cartilha sobre medidas legais para a proteção de jornalistas contra ameaças e assédio online"⁴¹. Esta publicação é o resultado de um acordo entre as duas entidades e fornece orientações sobre como proceder em caso de ataques virtuais e assédio sofridos por profissionais da imprensa.

Em 2020, o Executivo federal - que tinha como chefe o então presidente Jair Bolsonaro, responsável por grande parte dos ataques aos profissionais de imprensa - lançou uma cartilha sobre proteção de direitos dos jornalistas, por meio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A "Cartilha Aristeu Guida da Silva⁴²: Proteção dos direitos humanos de jornalistas e de outros comunicadores e comunicadoras"⁴³ era uma reedição do texto lançado no governo de Michel Temer, em 2018, e cumpre parte das recomendações feitas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Um dos destaques da Cartilha é o cumprimento de deveres do próprio Estado na proteção dos jornalistas.

³⁹ <https://cpj.org/pt/2014/06/journalist-security-guide/>

⁴⁰ <https://cpj.org/pt/2019/10/kit-de-seguranca-digital/>

⁴¹ abraji.org.br/help-desk/cartilha-sobre-medidas-legais-para-a-protecao-de-jornalistas-contrameacas-e-assedio-on-line

⁴² O nome da publicação homenageia o jornalista Aristeu Guida da Silva, cujo assassinato ocorrido em 1995 foi considerado pela CIDH uma violação de direitos humanos por parte do Estado brasileiro. O caso chegou à Comissão em setembro de 1999 por meio de uma petição da *Sociedad Interamericana de Prensa* (SIP). Em relatório publicado em 2014, a CIDH considerou o Brasil responsável por violar o direito à vida e à liberdade de expressão do comunicador.

⁴³ <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/mmfdh-apresenta-cartilha-governamental-sobre-a-protecao-de-jornalistas-e-outros-comunicadores-e-comunicadoras/cartilha-aristeu-guida-da-silva-mmfdh.pdf>

Diante da violência política contra jornalistas, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) criou um “Guia de Proteção a Jornalistas na Cobertura Eleitoral”⁴⁴, com orientações básicas de segurança para profissionais da mídia na cobertura das eleições de 2022.

Para além das orientações e dos manuais de segurança de entidades representativas e do poder público, as próprias emissoras reforçaram as medidas para garantir a proteção das equipes, sobretudo após o episódio da morte de Tim Lopes. O maior gargalo enfrentado pelos jornalistas estava nas coberturas em zonas das cidades consideradas de risco pelas redações e pelas forças de segurança. No entanto, principalmente a partir de 2013, as manifestações também se tornaram áreas de risco para os jornalistas. Foi quando a TV Globo, por exemplo, retirou as marcas da emissora de circulação, implementando estratégias específicas para atuação dos profissionais nesses eventos. Os repórteres passaram a utilizar microfones sem canoplas⁴⁵, veículos sem adesivos e, em determinadas situações, passaram a gravar ou entrar ao vivo do alto de prédios ou em locais que oferecessem maior segurança. Tais medidas ainda são utilizadas pela emissora e afiliadas durante coberturas políticas e em situações hostis. Durante uma manifestação realizada em Juiz de Fora, em 7 de setembro de 2021, a equipe de reportagem precisou noticiar o fato do alto do prédio da TV Integração, afiliada à Globo na cidade, diante do risco à integridade dos profissionais nas ruas (figura 23).

Figura 23 - Repórter no alto do prédio da TV Integração, afiliada à Globo, durante protestos com motivações políticas em Juiz de Fora (MG)



Fonte: Rodrigo Souza (2021).

⁴⁴https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/09/2022_guia-FENAJ-de-protec%C3%A7%C3%A3o-jornalistas.pdf

⁴⁵ acessórios utilizados nos microfones para identificar a emissora utilizando uma logomarca.

Uma ação significativa de veículos de comunicação em maio de 2020 foi a retirada dos jornalistas que faziam a cobertura presidencial em um cercadinho do Palácio da Alvorada - residência oficial do Presidente da República. Após uma escalada de ataques verbais e hostilidades aos jornalistas que faziam a cobertura do lado de fora do Palácio, empresas de comunicação do Brasil anunciaram a suspensão temporária do plantão de repórteres no local devido à falta de segurança. Os grupos Globo e Bandeirantes, os jornais Folha de S. Paulo e Correio Braziliense, e os portais Congresso em Foco e Metrôpoles tomaram a decisão depois que apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro elevaram o tom da agressividade e se aproximaram exaltados da única grade que separava militantes de quem estava trabalhando. Os xingamentos aos setoristas que esperavam a saída de Bolsonaro na porta do Alvorada, conhecido popularmente como “cercadinho”, já foram proferidos tanto pelo presidente como por militantes favoráveis ao governo. Como a segurança no Palácio da Alvorada é de responsabilidade do Gabinete de Segurança Institucional, o Grupo Globo enviou carta ao ministro do GSI, general Augusto Heleno, declarando que “são muitos os insultos e os apupos que os profissionais vêm sofrendo dia a dia por parte dos militantes que ali se encontram, sem qualquer segurança para o trabalho jornalístico”. A Folha de S. Paulo decidiu que só retomará a cobertura no local “depois das garantias de segurança aos profissionais por parte do Palácio do Planalto”. De acordo com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), essa não foi a primeira vez que a imprensa reage coletivamente à atitude de um presidente. No final da Ditadura Militar, em 1984, repórteres fotográficos baixaram suas câmeras durante a passagem do presidente João Baptista Figueiredo, em protesto às grosserias do governante.

Em algumas pautas, a opção da TV Globo e suas afiliadas ainda é enviar produtores com celular para a gravação de imagens e até mesmo entrevistas, de modo a garantir a discrição e a integridade das equipes, como explica o Chefe de Produção da Mesa Rede do Jornal Nacional, responsável pelo contato com as afiliadas da TV Globo:

Certamente, em alguns tipos de cobertura, as equipes tiveram que ter um cuidado redobrado, evitando a exposição a riscos impostos por grupos extremistas. Em alguns casos, procurando usar veículos sem identificação da emissora. Ou, muitas vezes, optando por usar produtores com celulares para captar imagens que antes seriam feitas por repórteres cinematográficos (NERY, 2023).

Depois das eleições de 2018, com o agravamento da violência contra a imprensa - sobretudo após a vitória e o início do mandato do então presidente Jair Bolsonaro, a TV Globo

e suas afiliadas reforçaram as medidas de segurança: passaram a utilizar carros sem adesivo na maioria das pautas e não somente durante manifestações, e contrataram seguranças para resguardar os prédios das emissoras e as equipes de reportagem nos dias de protesto e nas coberturas eleitorais de 2020 e 2022.

Em determinadas situações, a contratação de seguranças foi além de datas específicas. No caso dos “Guardiões do Crivella” - noticiado no Jornal Nacional em 2020 - as equipes de reportagem eram impedidas de abordar as reclamações dos pacientes sobre os problemas no atendimento de saúde na porta dos hospitais. O repórter da TV Globo Ben-Hur Correia, que foi vítima de agressões verbais e impedido de entrar ao vivo na porta de um hospital, explica que a equipe precisou trabalhar com seguranças contratados por um período.

A partir do momento em que a gente começou a receber essas agressões, a gente começou a sair com seguranças para a rua. Até hoje a gente tem algumas equipes de segurança disponíveis para as equipes da manhã. Então, nessa época, todas as equipes de reportagem estavam saindo com dois seguranças. Todas. Exatamente para evitar que a gente fosse agredido, porque a gente percebeu que estava demais. Eu nunca tinha visto isso em nenhuma televisão do mundo (BEN-HUR, 2023).

De acordo com Ben-Hur, a equipe foi treinada pela emissora para lidar com possíveis conflitos durante as gravações e entradas ao vivo nas ruas.

Depois desse episódio (Guardiões do Crivella), a gente teve dois cursos de defesa e de estratégias de conflitos com especialistas, sobre o que fazer, por exemplo, em momentos de tensão, quando a equipe é atacada. O que fazer no momento de uma manifestação um pouco mais agressiva. Isso aconteceu tanto antes da eleição de 2020 quanto no período pré-eleição de 2022 (BEN-HUR, 2023).

O jornalista Paulo Renato Soares, da TV Globo, responsável pela reportagem que denunciou o caso “Guardiões do Crivella”, também destacou o treinamento das equipes para enfrentar as adversidades nas ruas. Paulo Renato explica que o cuidado das equipes durante as reportagens precisou aumentar, sobretudo, para frear a continuidade das agressões. “De maneira geral todo mundo ficou mais atento, você passa e a pessoa xinga, você não evita que isso aconteça, mas você pode tentar impedir que tome uma escalada, não reagindo” (SOARES, 2023).

Para o repórter da TV Globo Ben-Hur Correia, em determinadas coberturas é preciso pensar em estratégias para conseguir construir a narrativa sem ser atacado.

Na primeira semana de janeiro, eu tive que ir para frente do acampamento golpista do Comando Militar do Leste. Então quais eram as estratégias que a gente iria usar para chegar ali? A gente sabia que ia ser agredido. Verbalmente, pelo menos. Então muda toda a nossa forma de produzir. Eu tive que conversar com a prefeitura local para a gente subir numa escola perto e conseguir fazer uma imagem de cima porque a gente também não podia contar com o exército. Isso para a gente conseguir fazer a imagem aérea um pouco mais afastada. Eu descii com a câmera sem mostrar o microfone, fiquei na frente dos caras. Quando os caras perceberam, vieram para cima, eu tive que sair, deixei só o câmera lá. E aí no momento que a gente percebeu que a coisa ficou um pouco mais tensa, todo mundo se afastou. Eu tinha dois seguranças ali no momento, um dos meus seguranças voltou para entender o que estava acontecendo. Quando ele voltou, percebeu que o fotógrafo que estava pela Folha de São Paulo foi agredido naquele dia. E aí a gente protegeu o cara. E eu consegui entrevistar ele. A gente entrou, depois, na GloboNews, com a informação do fotógrafo, de que eles deram um tapa na cara do fotógrafo da Folha de São Paulo. Então, quando você passa por esses episódios, você começa a ter que adotar exatamente aquelas estratégias [pensando] sobre como eu vou cobrir esse evento. Eu estava lá pra cobrir a retirada deles, a saída, o desmonte do acampamento. Eu não podia chegar muito perto, eu não podia entrevistar ninguém. Você tem que contar a história, mas você também não pode ouvi-los. É muito esquisito (BEN-HUR, 2023).

O repórter cinematográfico da TV Globo São Paulo, Leandro Matozo, vítima de agressão física em 2020 - noticiada pelo Jornal Nacional, explica que a emissora possui um veículo blindado na cidade, que é utilizado somente durante as madrugadas, sobretudo, para coberturas policiais. Segundo Matozo, diante do aumento dos registros violentos, outras ações fizeram a diferença na garantia da segurança das equipes, como a possibilidade de retirada do logotipo da TV Globo - feita de ímã - dos veículos da emissora, a depender da pauta.

Tem um ímã, que é o logo da emissora. Você vai gravar um evento Lollapalooza, não tem porquê ser escondido. Você vai gravar uma sonora com um economista, tudo bem. Agora você vai gravar no centro de São Paulo, algo neutro, factual, ninguém sabe o que você está indo fazer, aí a galera acaba optando por não usar o logotipo da emissora no carro (MATOZO, 2023).

O repórter da TV Integração - afiliada da Globo em Minas Gerais - Arcênio Corrêa, agredido fisicamente na cidade de Prata em 2020 - episódio que foi noticiado no JN, explica que uma das estratégias de segurança adotadas por ele na rua é conseguir proteção de paredes antes de fazer gravações ou entradas ao vivo.

Nesse período de pandemia, onde a própria emissora ficou muito vulnerável com todo os episódios de ofensas feitas pelo governo, em alguns momentos, por exemplo, a gente optava por gravar as matérias em lugares que a gente tivesse seguro. Em momentos de “vivo”, sempre eu optava por um lugar onde

tinha parede, onde tinha algo que eu pudesse me desvencilhar e me dar segurança. Mesmo assim, a gente vivenciou diversos momentos e situações que nos tiraram do eixo (CORRÊA, 2023).

Durante a cobertura eleitoral de 2022, a TV Integração também orientou seus profissionais sobre como agir em episódios violentos. Em uma cartilha - cedida pela emissora para esta pesquisa - os funcionários são orientados a não revidar às agressões. As orientações constam no quadro dois (2).

Quadro 2 - Orientações do Manual da TV Integração para a segurança dos jornalistas nas eleições de 2022

- Evite retrucar: boa parte dos agressores acabam desistindo da violência, seja ela verbal ou física, desde que não seja alimentada;
- Mantenha distância de situações violentas: brigas, gritarias, etc;
- Encerre seu trabalho e avise seu superior hierárquico se sua avaliação for de risco à sua integridade, da equipe e do patrimônio da empresa;
- Em caso de ferimento, procurar atendimento médico. Ressalta-se a necessidade da elaboração de exame de corpo de delito. Na hipótese de não ser possível realizá-lo, o prontuário médico servirá como exame pericial indireto;
- Caso se verifique a necessidade da intervenção da Polícia Militar no local, disque o número 190, a ligação é gratuita;
- Entre em contato com o setor Jurídico da emissora (contatos disponibilizados na cartilha aos funcionários);
- Com o apoio do Jurídico, solicite o Registro de Eventos de Defesa Social (Reds) para demais providências da emissora;
- Procure testemunhas no local (peça que aguardem a chegada da polícia ou pegue contatos);
- Orientado pelo jurídico, o comunicador deverá narrar o fato com riqueza de detalhes e informar no ato as testemunhas que presenciaram o acontecido. De qualquer forma, preste bastante atenção no texto da narração do evento, a fim de evitar que uma versão diferente seja registrada;
- É recomendável que todo e qualquer ato irregular seja gravado pelo aparelho profissional ou próprio sempre que possível.

Fonte: Manual TV Integração Eleições 2022 / adaptado pelo autor (2023)

Entre as recomendações dos veículos de imprensa às equipes de reportagem, está a gravação dos ataques que venham a ocorrer, por meio de celular ou da câmera profissional. Diante do aumento de episódios desse tipo, a imagem do ataque tornou-se materialidade importante; portanto, o registro desse tipo de acontecimento passou a ser função essencial dos profissionais.

7.2 OS REGISTROS AUDIOVISUAIS DAS AGRESSÕES COMO MATERIALIDADE FUNDAMENTAL

Os registros audiovisuais dos episódios agressivos contra equipes de reportagem se tornaram frequentes, seja por meio de celular ou pelos próprios equipamentos da emissora, e passaram a contribuir para respaldos jurídicos, mas também para narrativas noticiosas. É como se um ataque a um jornalista pudesse ser provado por meio de uma imagem. Como destacado no quadro dois (2), entre as orientações do Manual da TV Integração, a recomendação é de que os profissionais ameaçados ou agredidos tentem, dentro das possibilidades cabíveis, filmar a ação violenta, seja com os equipamentos da emissora ou com os próprios.

Um exemplo da importância do registro audiovisual vem do episódio agressivo sofrido pelo repórter Arcênio Corrêa, da TV Integração, em 2020, na cidade mineira de Prata (figura 24). A equipe fazia a gravação de uma reportagem sobre as deficiências no atendimento de saúde em um hospital da cidade. O episódio foi registrado por completo pela câmera profissional da própria equipe.

Figura 24 - Registro da agressão ao repórter da TV Integração feito com a câmera da equipe



Fonte: reprodução / Globoplay (2023). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8981784/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

Naquela data, os profissionais ainda não haviam recebido a orientação da empresa sobre garantir o registro audiovisual em casos como este. Mas, segundo o jornalista Arcênio Corrêa, a gravação foi um processo natural por parte da equipe, sobretudo porque o repórter cinematográfico estava com o equipamento ligado fazendo a captação de imagens para a produção da reportagem em andamento.

Toda vez, quando eu estou trabalhando, eu falo [para o repórter cinematográfico]: enquanto eu vou conversar com os entrevistados, vai fazer suas imagens, vai buscar algo diferente, o que você achar interessante, vai fazendo. E aí depois, numa conversa entre eu e ele, a gente decide o que é legal para a matéria. E ele começou a gravar essas imagens aleatórias da rua, da fachada do hospital, do pronto atendimento. E aí na hora em que ele virou e começou a ver aquela movimentação estranha de várias pessoas ali, ele fixou a imagem para o meu lado. O “espírito” já começava a contar que ali poderia acontecer alguma coisa e ele permaneceu ali com aquela imagem parada, mais aberta. Uma imagem aberta daquela situação (CORRÊA, 2023).

De acordo com o repórter, a imagem da agressão chamou atenção de muitos veículos de imprensa e de maneira rápida, fazendo com que o fato virasse notícia em poucos minutos.

O Stanley (repórter cinematográfico) fez a captura da imagem da câmera e mandou para a TV. Passaram cinco minutos e a minha vida tinha virado de cabeça para baixo. Era umas 11 horas, 11h15 mais ou menos, e o jornal começava meio-dia, mas a imagem já estava na TV; A TV Integração já entrou com as imagens, aí já tinha rádio, TV, várias emissoras do Brasil inteiro, falando sobre o assunto. E começou a aparecer: primeiro no MG1, depois no Jornal Hoje, no G1. Promotor de justiça me ligando, ligação do Estado, procurador federal, juízes, advogados. A imprensa querendo falar comigo, as associações de jornalistas, imprensa de fora do país (CORRÊA, 2023).

Para o repórter, o registro audiovisual evita injustiças contra os profissionais da imprensa, resguardando o trabalho e os direitos do jornalista. De acordo com Arcênio, de posse das imagens, foi possível instaurar processos contra os agressores na justiça.

O [repórter cinematográfico] Stanley já estava gravando a fachada e quando ele viu que estava meio tumultuada toda aquela história, ele virou a câmera para o meu lado. Graças a Deus, né? Porque, senão, seria mais uma injustiça contra jornalistas, E aí ele gravou toda a cena (CORRÊA, 2023).

No caso conhecido como “Guardiões do Crivella”, as imagens produzidas pelas câmeras profissionais da TV Globo nortearam toda uma narrativa de denúncia contra o poder público. Por meio dos registros audiovisuais, materialidade fundamental para a narrativa, foi possível identificar os funcionários públicos da prefeitura do Rio de Janeiro que “batiam ponto” na porta dos hospitais para impedir o trabalho dos jornalistas, na função de exibir as reclamações dos pacientes sobre o atendimento de saúde na cidade.

Nós usamos tudo que a gente tinha à nossa mão. A gente já tinha os registros do “ao vivo”, a gente precisava complementar aquilo com uma câmera, então

a gente pediu para alguns cinegrafistas acompanharem as equipes do “ao vivo” de manhã para pegar, de longe, onde [os agressores] ficavam, o que eles faziam, até a gente pegar mais imagens deles para identificar melhor, para não cometer nenhum erro. A gente acompanhou com câmeras à distância. As câmeras ficavam longe para eles não perceberem. O cinegrafista que estava ao vivo, antes de entrar ao vivo, também ficava gravando sem eles perceberem. A gente começou a se preparar para a reportagem. [...] A edição foi muito boa, o editor de imagem caprichou demais e o roteiro foi eu que fiz. Peguei tudo e fiz isso (SOARES, 2023).

O repórter Ben-Hur Correia, que foi vítima de agressões verbais e interrupções em entradas ao vivo nos episódios dos “Guardiões do Crivella”, destaca que, a partir do momento em que percebeu o esquema articulado, passou a tentar desmascarar os agressores.

Quando a gente começou a entender o mecanismo do negócio, aí eu já “mudei a chavinha”. [...] Tanto que eu virava a câmera. Quem chegava para mim assim, eu dizia: “quer aparecer?” Se eu não estivesse ao vivo, eu dizia: “grava ele ali”. E como eles perceberam que a gente estava começando a gravar o rosto deles, aí eles saíam, eles fugiam. Então você começa a adotar estratégias para não ser tão agredido assim. (BEN-HUR, 2023).

Para o repórter Ben-Hur Correia, a câmera e o microfone, os equipamentos de captação, resguardam a equipe.

Esse uso defensivo de equipamento de imprensa, como “armas”, como objeto de defesa, vem como documentação do jornalista. É só a gente observar jornalistas que cobrem áreas de conflito. Marcos Uchôa sempre fala isso: que a câmera e o microfone são as minhas proteções nesse momento em que eu estou cobrindo um conflito. [...] É engraçado isso, eu ter que comparar a situação da gente aqui com uma situação de zona de conflito, mas é mais ou menos isso: o uso que a gente faz dos nossos objetos de profissão. Eles já têm essa característica de serem defensivos para a gente. Eu não vejo como algo muito novo. A gente já sabe usar isso, a gente já sabe fazer isso. [...] É instintivo. Dificilmente eu vou sacar o celular numa ação dessa para querer gravar, porque eu sei que meu “câmera” vai estar gravando. [...] Nesse momento, pra essa reportagem, a gente preferiu fazer porque era esse elemento de comprovação (BEN-HUR, 2023).

Contudo, mesmo com tamanha importância da imagem, evidenciada pelos profissionais, um episódio pode ganhar visibilidade e valor-notícia sem um registro audiovisual. Para o Chefe de Produção da Mesa Rede do Jornal Nacional, Rogério Nery, nem sempre o flagrante do fato é o principal critério de noticiabilidade. Para Nery, em alguns casos, a imagem não é o principal elemento da narrativa.

Em alguns casos, tudo o que se tem é o relato, uma queixa na polícia, mas nenhum material audiovisual disponível. Então, o registro em nota seca [ou nota simples] é importante, mesmo sem as imagens. Por isso, é difícil ter uma regra. Talvez a única regra seja a regra da melhor informação (NERY, 2023).

O ato de registrar um episódio violento e as estratégias para garantir a segurança das equipes causaram impactos no processo de produção da notícia. A recorrência desses episódios também modificou a rotina de trabalho dos jornalistas.

7.3 IMPACTOS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DA NOTÍCIA

Para evitar que a agressão a um jornalista vire notícia e sequer aconteça, alguns veículos de comunicação orientam que as equipes de reportagem precisam respeitar limites - e têm autonomia para isto - de modo a garantir a segurança dos profissionais. A limitação permanece, mesmo causando prejuízos à cobertura jornalística ou mudanças no processo de produção da notícia, como vem acontecendo nos últimos anos. Para Silvia Ramos e Anabela Paiva (2007, p. 107), “a consciência deste risco torna-se cada vez mais aguda e, atualmente, tem impacto na própria qualidade do jornalismo”.

Com as equipes distantes do fato, captando imagens do alto dos prédios ou com celular, a qualidade dos registros audiovisuais fica prejudicada. Detalhes do que está acontecendo são perdidos, sobretudo, os que poderiam gerar furos de reportagem - materiais diferenciados em relação a outros veículos de comunicação e que poderiam ser noticiados em primeira mão. Com tais limitações, até mesmo veículos de comunicação com grande aporte logístico e de infraestrutura, como carros e equipamentos de última geração que permitem entradas ao vivo de qualquer lugar, acabam enfrentando barreiras para produzir a notícia, diante do prejuízo à liberdade de imprensa.

O repórter cinematográfico da TV Globo em São Paulo, Leandro Matozo, explica que o trabalho diário foi diretamente afetado pela onda de violência contra a imprensa. Na opinião de Matozo, as ações de segurança das equipes, por mais necessárias que sejam, acabam prejudicando não só os materiais noticiosos, mas também a imagem das equipes.

A gente passou a fazer entradas ao vivo em cima de prédios, de dentro da emissora, então você perde até uma certa credibilidade. “Vocês estão se escondendo? Vocês estão fugindo? Vocês são a verdade, mas estão fugindo?” É uma leitura que eu acredito que as pessoas fazem, até de forma subliminar. Essa foi a parte mais gritante (MATOZO, 2023).

Para o repórter cinematográfico, ao mesmo tempo em que a presença da marca da emissora impulsiona episódios agressivos, a retirada do logotipo e a presença de seguranças podem causar uma má impressão nas pessoas e promover distanciamento.

Você chega com uma câmera, você e o repórter no lugar, você tem um tipo de recepção. Chegam você, o repórter e dois seguranças, você tem outro tipo de recepção. Você chegar no local com a canopla do microfone, com o logo da emissora no carro, você tem um tipo de abordagem. Mas se você chegar com o carro sem nada, é outra. É a maior emissora do continente, uma das maiores do mundo, e a marca está sendo escondida. O poder da marca. Claro que os fãs da Rede Globo, do Jornalismo da Globo, passaram a “gritar” e a defender nas redes. Mas passou a ser um lance louco: você chegava no lugar e você tinha um louco xingando (MATOZO, 2023).

Para Matozo, o prejuízo à imagem do Jornalismo profissional nos últimos anos, sobretudo da TV Globo - diante dos ataques sofridos por motivações políticas –, afetou diretamente a rotina das gravações.

Em alguns lugares públicos que você vai gravar, você começa a perceber um tratamento melhor para emissora A ou B. Você vai usar um banheiro e dizem que está quebrado. Estou sendo injusto se eu falar que é em todo lugar, mas em alguns, começaram a fazer isso comigo. Se íamos a um posto de gasolina e era só dar um “joia” para gravar, agora dizem que “tem que ver direitinho” (MATOZO, 2023).

Em um dos episódios promovidos pelos “Guardiões do Crivella”, o repórter Ben-Hur, da TV Globo no Rio de Janeiro, tentava fazer uma das entradas ao vivo quando foi impedido pelos agressores e acabou desistindo da reportagem. “Como eu saí da ação, eles disseram: ‘a gente está expulsando, a gente está expulsando’ e vieram para cima e, quando vi essa imagem circulando pelas redes sociais, eu classifiquei como uma derrota profissional” (BEN-HUR, 2023). O jornalista conta, no entanto, que após descobrir que se tratava de um esquema articulado, passou a mostrar o rosto dos agressores. Ben-Hur explica que, após os episódios, passou a agir de maneira diferente nas ruas, de modo a garantir a produção da notícia na sua integralidade, evitando interrupções.

Eu fico monitorando as laterais, pensando qual é o local que eu posso fazer, onde tudo vai sair perfeito, onde consigo dar a minha mensagem até o final e isso não vai ser prejudicado. Então a gente começa a ter um outro tipo de proatividade na rua para você não ter o seu trabalho manchado. Porque as pessoas pensam que é “só uma entrada ao vivo”, mas na verdade é seu trabalho

no dia a dia ali. O que você está fazendo no dia a dia. Se você não chega no fim de uma entrada ao vivo, você não completou seu trabalho, não concluiu sua missão de estar ali (BEN-HUR, 2023).

O repórter da TV Integração em Minas Gerais, Arcênio Corrêa, afirma que, durante o período de aumento nos episódios agressivos, passou a treinar, em casa, como poderia lidar com as interrupções ou agressões na rua, se estivesse em uma entrada ao vivo ou durante uma gravação. Para Arcênio, assim seria possível garantir que a informação fosse dada até o fim, com o mínimo possível de ruídos e de interrupções.

Eu treinei em casa para esses momentos, então eu sabia que se caso alguém jogasse uma água em mim, eu continuaria ao vivo e falando sobre aquilo de uma forma tranquila. Eu treinei isso em casa. [...] Eu treinava quando uma pessoa fosse me empurrar. [...] Eu estava preocupado com o povo, com quem tá em casa. Eu treinava uma vez, duas vezes. A gente tem o cérebro maravilhoso então ele armazena tudo que você treina, tudo que você faz. Então você tem aquele registro que você só precisa de um gatilho para aquele momento, então eu deixava alguns gatilhos, para facilitar. [...] Era assim que eu tentava me blindar, porque eu acho que o gravado a gente faz alguma coisa, mas o ao vivo não tem o que fazer. Então eu ficava com receio de algo acontecer e eu não conseguir voltar à amplitude do que aconteceu. Qual é o nosso papel? Qual o papel do jornalista? O papel do jornalista é fazer uma ponte. Se essa ponte quebrar, as pessoas vão continuar passando. Como elas vão passar? Nem que eu tenha uma tábua, uma mão, um poder de fala, o que eu puder fazer pra que essa pessoa continue a travessia, eu tô ali pronto (CORRÊA, 2023).

Diante dos episódios agressivos sofridos pelos jornalistas ouvidos nesta pesquisa e do espaço reduzido de manifestação desses profissionais nas narrativas sobre tais episódios veiculadas pelo JN, faz-se necessário abrir espaço para que suas vozes possam ecoar. Nesta perspectiva, são apresentados a seguir, relatos dos jornalistas sobre suas vivências e os episódios agressivos pelos quais passaram.

7.4 “JORNALISTA-FALA”: VOZES DAS VÍTIMAS DOS ATAQUES À IMPRENSA

“Tirou o meu direito de descansar” (CORRÊA, 2023). É assim que o jornalista Arcênio Corrêa retrata o impacto das agressões e ameaças recorrentes aos profissionais de imprensa. Para além das mudanças no processo de produção da notícia, os jornalistas que passaram por episódios violentos relatam que tiveram o direito de trabalho ferido e que suas relações sociais foram impactadas. Como em poucos episódios, os jornalistas agredidos tiveram espaço de fala, este capítulo se dedica a ouvir um pouco mais dos relatos de quem passou por algum episódio

violento ou narrou essas histórias. Para o repórter Arcênio Corrêa, no momento da agressão pela qual passou, a preocupação não foi apenas resguardar a integridade física, mas também garantir o direito de informar.

[Um dos agressores] dizia: “você vai sair daqui sem o seu microfone e sem o seu celular porque não vai ter matéria. A gente vai acabar com isso tudo. Eu vou quebrar os seus materiais de trabalho, eu vou quebrar o seu material de trabalho”. E a minha forma de agir foi segurar o meu material, pensando: “você pode acabar comigo, mas os meus instrumentos de trabalho você não vai conseguir arrancar de mim”. Como eu me fortaleci, juntando ao meu corpo os meus instrumentos de trabalho, o superintendente de cultura que estava do lado, me deu uma mata-leão [...]. Foi muito rápido toda ação e eu só pensava na calma: “fica calmo, não reaja, vai dar certo”. E assim eu fiz (CORRÊA, 2023).

Como explica o repórter Ben-Hur Correia, para interromper o trabalho de informar, os agressores faziam o que fosse necessário, inclusive ferir a integridade física dos jornalistas.

Eles não queriam que a gente passasse informações para o público, eles queriam interromper o nosso trabalho o tempo inteiro, então eles faziam de tudo para que a gente não conseguisse chegar até o final das nossas entradas ao vivo, esse era o grande objetivo. E aí esse “fazer de tudo” implica, sim, ser violento, tanto verbalmente, quanto, às vezes, fisicamente. [...] A violência não era só direcionada à emissora, era para a pessoa física que estava ali, era para o jornalista que estava ali. [...] Eu me sentia violentado, eu me sentia agredido (BEN-HUR, 2023).

O repórter destaca que os agressores utilizam o celular para tentar intimidar os profissionais de imprensa e, ao mesmo tempo, documentar a própria agressão e compartilhar nas redes sociais. O jornalista lembrou que, no episódio “Guardiões do Crivella”, essa estratégia foi muito utilizada: “era engraçado: já chegavam gritando, e outra pessoa, gravando no celular. Eles tinham que ter a prova e pra aquele negócio viralizar, então a gente percebia essa dinâmica, sem saber que era muito arquitetado o negócio” (BEN-HUR, 2023).

O jornalista Paulo Renato Soares explica que esse tipo de intimidação é apenas uma das modalidades de agressão que ele presenciou ao longo dos anos. Para o repórter e apresentador da TV Globo, os casos de violência e cerceamento envolvendo políticos acontecem há anos e perpassam vários governos, de diferentes vertentes partidárias. Para Paulo Renato, até mesmo uma falta de resposta de um questionamento da imprensa é um atentado contra a democracia.

[...] você tem vários tipos de cerceamento. Você tem o cerceamento quando [o político] se nega a dar entrevista, quando ele se nega a responder uma lei

de acesso à informação, que ele simplesmente se nega, e você tem o cúmulo do político colocando sigilo de 100 anos para não dar informação. E aí você tem um caso mais grave que é a violência contra o jornalista. Aí você tem esse cerceamento aliado à violência, ou o cerceamento baseado na violência, ou o cerceamento feito com violência, que a gente já experimentou isso várias vezes. [...] aqui eu posso falar de praticamente todas as nuances partidárias: eu já fui expulso, com menos ou mais violência, de várias manifestações políticas, à esquerda e à direita. Então eu fui expulso. Dependendo do partido é com um pouco de educação “Olha, que a gente quer que você vá embora”. Dependendo do partido é na base do pontapé [...]. Mas isso fez com que a gente tivesse cuidados ao produzir a reportagem na rua, principalmente (SOARES, 2023).

O repórter cinematográfico Leandro Matozo também destacou as agressões sofridas pela imprensa ao longo dos anos, sobretudo a partir das manifestações de 2013, mas afirmou que os ataques dos últimos anos, especialmente entre 2020 e 2021, foram mais violentos.

Desde 2013, foi piorando, foi indo ladeira abaixo. [...] As pessoas não queriam dar sonora, alguém vinha com uma faixa atrás, mas uma faixa de apoio à Dilma, alguém ia xingar a imprensa, e alguém chegava e dizia: “não, eles estão trabalhando”. [...] [Nos últimos anos], foi completamente diferente a abordagem. Completamente. A gente está falando de o cara chegar e gritar na cara de uma repórter mulher, de agredir um repórter cinematográfico idoso, de bater com um tripé, de jogar a câmera no chão (MATOZO, 2023).

Matozo conta que precisou lidar com ameaças de morte, sobretudo no episódio em que foi agredido fisicamente durante uma cobertura em Aparecida no interior paulista.

[O agressor] falou assim: se eu pudesse eu matava vocês. Ele falou com essas palavras. Na hora que ele falou isso, o [repórter] Vitor levantou a mão e já foi na direção da polícia. Já levantou os braços. Nisso que ele foi na direção da polícia, o cara foi vindo para perto de mim (MATOZO, 2023).

Diante deste cenário, o repórter cinematográfico afirmou que as relações interpessoais foram impactadas e que ele passou a fazer as tarefas diárias com mais cautela. Uma das principais queixas do profissional é sobre o desconhecimento a respeito das intenções das pessoas que passam observando a equipe de reportagem nas ruas - se o motivo é cumprimentar os jornalistas, apreciar o trabalho da imprensa ou praticar algum ato violento.

Passei a ficar mais atento. Às vezes você tá na rua ali gravando, chega um sujeito e você não sabe se ele ama a TV, se ele assiste a novela, se assiste o Big Brother, ou se o cara simplesmente quer ver a gente morto, entendeu? Sempre chega alguém, fica meio parado ali, e passei a ficar muito assustado. [...] eu passei a ser um cara muito mais cauteloso, até quando alguém chega para conversar sobre algum assunto. Eu sempre fui um cara aberto, sempre

conversando com todo mundo, sou filho de vendedor, de vendedora, desde criança sempre aberto a conversar. Passei a reduzir essa minha postura, sim. Eu passei a chegar no lugar, dar uma olhadinha pra ver o que tá “pegando”, se tem um fulano que tá olhando muito para o equipamento, se tá olhando muito para o microfone, se fez cara feia, se você dá um bom dia e o cara não sorri, então eu passei a ser muito mais cauteloso (MATOZO, 2023).

O profissional explicou que passou a ser uma pessoa mais desconfiada e que esse perfil vai de encontro com o que exige o Jornalismo, que é embasado em torno das relações entre as pessoas - um dilema que passou a ser enfrentado pelas equipes.

Esse episódio me transformou num sujeito desconfiado. E eu acho ruim isso, porque a gente é jornalista e a gente acompanha pessoas, histórias de pessoas, histórias de vida. O que uma “canetada” interfere na casa da dona Maria do outro lado da cidade. É isso que a gente tá acostumado, só que agora você tem que olhar muito mais desconfiado (MATOZO, 2023).

O medo e o estado de alerta acompanham diariamente as rotinas pessoal e profissional de muitos jornalistas, como destacou o repórter Arcênio Corrêa.

Hoje eu tenho medo, muito medo, muito medo, eu tenho medo. Às vezes eu estou fazendo um vivo e passa alguém, em alguma situação, a gente já fica ligado. Então você não descansa. Tirou o meu direito de descansar, de vivenciar (CORRÊA, 2023).

Para todos os jornalistas entrevistados nesta pesquisa, casos de violência ou cerceamento à imprensa possuem critérios de noticiabilidade e devem ser noticiados. Ao mesmo tempo, os entrevistados acreditam que, por mais que os jornalistas tenham sido as vítimas, a principal mensagem das reportagens sobre o assunto deve ser o prejuízo à democracia. O repórter Ben-Hur explica que, no caso dos Guardiões do Crivella, por exemplo, o intuito da reportagem que mostrou os flagrantes das interrupções do trabalho dos jornalistas não era defender a categoria profissional da imprensa, mas apontar o prejuízo à sociedade.

Eu não estava contando ou mostrando a minha história gratuitamente. [...] Acho que quando a gente mostra episódios assim, de violência contra jornalistas, a gente tá mostrando para a sociedade. Não é uma defesa de classe, a classe se defendendo, a gente tá mostrando, na verdade, um ataque institucional à sociedade. É um ataque a uma instituição da sociedade que é a imprensa, que é a mídia livre (BEN-HUR, 2023).

Nas reportagens sobre o caso dos Guardiões do Crivella, os jornalistas interrompidos ou agredidos durante o trabalho não tiveram espaço para relatar como foram os ataques. Mas,

para Ben-Hur, este não era um local adequado para inserir o depoimento dos jornalistas, já que o foco das reportagens estava no prejuízo à democracia e aos direitos do cidadão.

Eu acho que eu tive esse espaço talvez na entrada do dia seguinte do Encontro com Fátima. Talvez ali sim, que era um espaço onde a gente podia conversar um pouco mais, pra ouvir esse lado do repórter. Mas na matéria, para mim não fez falta. Até porque, o que a gente queria mostrar era a ação e o porquê estava acontecendo. Então, eu, honestamente, acho que não precisava do depoimento da gente. Já mostrava o que estava acontecendo e quando estava acontecendo (BEN-HUR, 2023).

Para o repórter Arcênio Corrêa, agredido fisicamente durante uma reportagem sobre os problemas no atendimento de saúde da cidade de Prata em Minas Gerais, a imagem do ataque, gravada pelas câmeras da equipe, foi suficiente para demonstrar a gravidade do episódio. O jornalista não teve depoimentos divulgados nas reportagens exibidas na TV Integração e na TV Globo. No entanto, Arcênio afirma ter ficado satisfeito com o espaço de fala que teve em outros veículos de comunicação, para falar sobre o assunto.

Nas matérias jornalísticas [sobre o episódio] nas emissoras, nas pequenas e nas grandes emissoras, não houve fala minha. Houve a imagem do episódio que já falava por si só. Então não se cogitou essa possibilidade. Teve uma oportunidade que era no programa Encontro, que teria a oportunidade de entrar em contato comigo e fazer esse ao vivo sobre essa questão, mas não entraram. [...] Mas eu fiquei feliz pelas inúmeras entrevistas que eu dei, para jornalistas, para sites. [...] Eu acho que deve ser falado, deve ser comentado, escrito, até que se torne uma lei para não cercear o trabalho dos outros (CORRÊA, 2023).

O repórter cinematográfico Leandro Matozo explica que, após o episódio que sofreu em Aparecida, ficou receoso com uma repercussão negativa. No entanto, se surpreendeu com o apoio recebido dos colegas de profissão. O profissional explica, também, que a TV Globo não tornou o fato público imediatamente, de modo a evitar visibilidade para o agressor.

A TV quis segurar um pouco. A preocupação era que poderia transformar o cara em Herói. Eu estava com medo de ter uma repercussão negativa. [...] E quando eu vi, foi o contrário: eu saía na rua para gravar e o pessoal das outras emissoras vinha conversar comigo, gente da TV que eu conhecia de vista passou a ter uma aproximação maior, foi um negócio completamente positivo nessa parte (MATOZO, 2023).

No episódio, outro fator chamou atenção do profissional e gerou repercussão por alguns veículos midiáticos. O repórter cinematográfico acredita que houve omissão policial, ao relatar

que os militares chegaram a dar carona para o agressor após o registro da ocorrência. O caso foi manchete de portais de notícias.

O policial tentou me convencer de uma forma sutil que não foi um flagrante. Eles viram que eu fui agredido, porque eles estavam vindo. O cara fez uma ameaça de morte com o Vítor. E aí, para amenizar a situação, eles quiseram argumentar que não. Que eles vieram, mas não viram a hora que aconteceu. [...] E o que aconteceu? A polícia deu carona para o cara que me agrediu, de volta para o Santuário. Eu só pensei: o que tá acontecendo aqui? (MATOZO, 2023).

O repórter Arcênio Corrêa também considerou que houve omissão policial no episódio sofrido na cidade de Prata, em Minas Gerais.

Daria para ter feito a prisão em flagrante. Eu acredito que sim, porque tinha o médico lá. A Polícia Militar não fez a prisão em flagrante. Eu fiquei lá meia hora esperando a Polícia Militar, numa cidade de 28 mil habitantes, sem nenhuma proteção, com o meu agressor dentro do hospital (CORRÊA, 2023).

O profissional reclama da insegurança durante a rotina de trabalho da equipe de reportagem e cobra o cumprimento das leis existentes e a criação de mais regras que amparem o trabalho dos jornalistas.

Ninguém chega no policial e tira os instrumentos de trabalho dele, a arma dele, só porque não gostou da maneira como ele chegou no local. Não chega dentro de um escritório de um médico e tira os aparelhos de trabalho dele. Então com o jornalista, pode? As pessoas podem tirar os materiais de trabalho dele e ficar por isso mesmo? Então são esses os meus questionamentos. E eu fico muito triste com essa impunidade, com essa falta de lei que ampara quem busca a verdade, porque o nosso trabalho é buscar a verdade independente do veículo que a gente está trabalhando. Quando a gente assume o papel de ser jornalista, de estar em prol do povo para trazer conteúdo e informações de qualidade, a gente está ali à mercê de tudo (CORRÊA, 2023).

A alternativa apontada por Ben-Hur Correia é o debate. O jornalista acredita que é preciso continuar noticiando esse tipo de episódio, para denunciar o prejuízo da violência à imprensa para a democracia.

Eu acho que a gente tem que amadurecer enquanto sociedade mesmo. Os próprios jornalistas exporem as situações é uma forma de tentar amadurecer esse debate, de mostrar “olha, não é assim que a gente dialoga numa sociedade democrática, numa sociedade desenvolvida, enfim, bem estabelecida”. Não é através de uma agressão institucional, de uma agressão pessoal aos jornalistas, que a gente vai conseguir marcar posicionamentos políticos. Então esse é um

debate que tem que ser construído mesmo, aos poucos. Eu não vejo outra opção a não ser continuar mostrando, tentando criar essa consciência de que o veículo [de comunicação] não é o grande vilão da história (BEN-HUR, 2023).

Tais relatos corroboram a necessidade da participação dos veículos de imprensa, da sociedade e do poder público na defesa do livre exercício do Jornalismo, sobretudo ao cobrar direitos fundamentais, legais e constitucionais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, o jornalista foi responsável por reportar conflitos. Seu papel nas tramas telejornalísticas é, principalmente, o de mostrar os acontecimentos, abordar os assuntos e, em muitos casos, fazer experiências para contar ao telespectador. Ficou evidente, no entanto, que de modo mais frequente, nos últimos anos, os jornalistas passaram a ser as vítimas das narrativas telejornalísticas. O jornalista virou notícia, invertendo uma máxima das redações de que a equipe de reportagem não poderia ser o foco das matérias. Ao mesmo tempo, ficou evidente que os jornalistas também assumiram, em muitos casos, o papel de mocinhos: em alguns dos episódios, os próprios repórteres foram elencados como os heróis das tramas narradas na tela da TV, ao defenderem seus colegas e a própria liberdade de imprensa. Esses papéis, identificados nas notícias exibidas pelo Jornal Nacional, contribuem para evidenciar as características dramáticas presentes no telejornalismo e, ao mesmo tempo, corroboram a hipótese da pesquisa. Foi por meio dessa Dramaturgia do Telejornalismo (Coutinho, 2012), que os episódios que tiveram os jornalistas como vítimas foram narrados. O Jornalismo profissional e, sobretudo, o telejornalismo, entrou, nos últimos anos, em uma espécie de batalha pela informação. Sua credibilidade foi ameaçada e, conseqüentemente, os profissionais passaram a ser atacados e agredidos.

Os atos violentos contra jornalistas têm historicidade, mas a resposta da sociedade e, sobretudo, do Jornalismo para esses acontecimentos também. Desde a consolidação da televisão, podemos destacar períodos diferentes no histórico de ataques e cerceamentos à imprensa e ao trabalho do jornalista profissional. Na Ditadura Militar, os profissionais e veículos de comunicação foram alvos de diferentes tipos de censura, como o monitoramento da produção de notícias nas redações e a proibição de publicar determinados conteúdos. Neste período, jornalistas foram atacados e torturados. A morte de Vladimir Herzog arrastou uma multidão para a Catedral da Sé e foi um marco importante para o fim da Ditadura Militar. O fato também foi noticiado e repercutido pela mídia.

No entanto, a cobertura de um outro fato histórico trouxe mudanças consideráveis para a produção jornalística no Brasil: a morte de Tim Lopes, em 2002, em uma favela do Rio de Janeiro. Sua morte foi um marco na história da imprensa brasileira, que respondeu a essa violência. Houve uma cobertura massiva da imprensa; era como se o Jornalismo estivesse vingando a morte de Tim. O telejornalismo da Globo utilizava, de sobremaneira, as características intrínsecas da televisão para noticiar e, principalmente, repudiar a morte do funcionário da emissora. O jornalista virou notícia da forma mais trágica possível. Como

afirmado por William Bonner, a morte de Tim não foi maior ou menor que outras, mas foi simbólica, sobretudo por significar um silenciamento da imprensa. O episódio motivou uma série de ações de proteção às equipes de reportagem por parte dos veículos de comunicação, bem como a criação de protocolos de entidades ligadas ao Jornalismo para coberturas em áreas consideradas de risco. Foi a partir da morte de Tim que os veículos de comunicação passaram a se dedicar à proteção de seus profissionais, sobretudo em coberturas realizadas em áreas consideradas de risco.

Contudo, se o risco às equipes estava em pontos considerados perigosos, que necessitavam da companhia de policiais, a partir dos protestos de 2013 os jornalistas passaram a ser agredidos em pontos diversos das cidades, por manifestantes e pelos próprios policiais militares - que deveriam proteger os profissionais. Outro ano de destaque na violência contra jornalistas foi 2015, quando cidadãos foram às ruas para pedir a saída ou a permanência da então presidente da República Dilma Rousseff. Entender esses marcos no histórico de violência contra a imprensa foi essencial para analisar o momento mais recente vivenciado pelos profissionais: de 2017 a 2021 os casos de ataques não pararam de crescer, segundo os relatórios da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Os dois últimos recordes registrados pela instituição foram em 2020 e 2021, quando os episódios elencados tiveram, em geral, motivações políticas. A maioria dos ataques foi feita pelo então presidente Jair Bolsonaro e por seus apoiadores, que o adotaram como ídolo ou “mito” na luta contra o Jornalismo profissional.

Não só os números resultantes das análises do recorte empírico, mas as referências teóricas utilizadas nesta pesquisa também nos ajudaram a compreender esse fenômeno. Os veículos tradicionais de comunicação - a TV, o rádio e os jornais - se consolidaram como mediadores dos cidadãos, influenciando suas decisões e trazendo à tona os problemas enfrentados pela sociedade. A credibilidade alcançada pela imprensa está ancorada, sobretudo, em seu poder fiscalizador. Nesta mesma perspectiva, está a televisão, um dos principais meios de consumo da informação no Brasil e no mundo. Por mais que as pessoas estejam conectadas na internet, é na TV que muitos brasileiros buscam informações apuradas sobre os assuntos e acontecimentos que permeiam a sociedade. A TV continua sendo a nova praça pública - como as *ágoras* da Grécia Antiga, que eram pontos de encontro para debates dos problemas da sociedade.

No entanto, o "quarto poder" - expressão simbolicamente atribuída à imprensa pelo seu poder fiscalizador - passou a ser monitorado por um "quinto poder" (DUTTON; DUBOIS, 2015), que diz respeito a um público conectado, que ganhou força por meio da internet. Esse público está exposto a inúmeros conteúdos, muitos deles não checados, que servem de base

para questionamentos ao trabalho da imprensa. Por meio da internet, convicções são estabelecidas como verdade e podem ser compartilhadas e corroboradas por opiniões semelhantes. Parte do público consome informações que vão de encontro ao que é veiculado por meios tradicionais de comunicação, causando divergência de entendimentos sobre o que é verdadeiro. Não à toa, os jornalistas precisaram ir além da apuração e intensificaram as checagens, diante de um amplo espaço de compartilhamento de conteúdos inverídicos na internet.

Nessa perspectiva, o trabalho do jornalista profissional foi ameaçado; de uns anos para cá, esses profissionais passaram a ser questionados com mais frequência. Se para parte do público, "se apareceu na TV, então aconteceu" (PORCELLO, 2006, p.146), outra parcela da população questiona se o que foi elencado pela televisão é verdade. Diante da divergência de entendimentos sobre o que é veiculado pelo telejornalismo como notícia, parte do público passou a atacar o trabalho do jornalista e o próprio profissional.

A partir desse cenário, iniciou-se uma batalha: de um lado, a informação apurada pelo Jornalismo profissional, noticiada na TV e na internet, por meio de uma narrativa construída a partir de uma representação do real; de outro, a informação publicada por um indivíduo ou grupo na internet e, muitas vezes, corroborada por outras pessoas, que ganha força e é elencada como verdadeira nas redes pelo simples fato de ser compartilhável, em geral em uma perspectiva de confiança pessoal. Não significa, portanto, um embate entre TV e internet, mas uma divergência de entendimentos por parte do público que consome os conteúdos desses dois meios.

A TV Globo, um dos principais alvos de Bolsonaro e de seus apoiadores, foi atacada, sobretudo, por defender a ciência e apontar as falhas do governo na gestão da pandemia da Covid-19. A emissora, no entanto, passou a usar seu carro-chefe para informar e influenciar as pessoas sobre a importância da democracia e da liberdade de imprensa: o Jornal Nacional. Questionado sobre não dar voz a quem era contrário à vacinação contra a Covid-19 e favorável ao uso de medicamentos não comprovados pela ciência, William Bonner respondeu que, quando a saúde da população está em jogo, "não há dois lados". Na perspectiva de uma convenção histórica, o Jornalismo repudiou a transgressão à ética e à democracia, e não deu espaço ao que poderia colocar em risco a saúde da população.

A partir do referencial teórico, evidenciamos que casos violentos contra a imprensa devem virar notícia. São vários os valores-notícia atrelados a um ataque: a agressão ou morte de uma pessoa é um ato noticiável; se tratando de alguém conhecido, a relevância é ainda maior; o critério de noticiabilidade é ainda mais destacado quando o autor de uma agressão é uma

autoridade política ou figura pública, que transgride a ética e as normas do Estado; por fim, a violência contra um jornalista é notícia pelo fato de que a liberdade de imprensa é colocada em xeque, o que inclusive contraria a Constituição Federal de 1988.

No Jornal Nacional, o jornalista virou notícia. Por meio da Análise da Materialidade Audiovisual, foi possível evidenciar como o JN abordou os episódios praticados contra suas próprias equipes e jornalistas de outras emissoras. Enquanto a Fenaj registrava um recorde de casos em 2020, o Jornal Nacional exibiu uma quantidade significativa desses episódios na TV. Das 315 edições do JN exibidas em 2020, 30 noticiaram pelo menos um episódio de agressão aos jornalistas profissionais. Já em 2021, o JN focou nas notícias de bastidores, em uma tentativa de humanizar os jornalistas da emissora.

Ficou evidente que, na televisão, esses episódios foram narrados por meio de uma Dramaturgia (COUTINHO, 2012), sobretudo pela presença de personagens, de elementos audiovisuais presentes em tramas teatrais, de um conflito e uma lição de moral. Entre os conflitos evidenciados nas tramas, ficou evidente uma inversão no papel de policiais, juízes e promotores, que atentaram contra a liberdade de imprensa. O jornalista que denunciou um suposto grupo de matadores de elite dentro da Polícia Civil virou alvo de investigação da própria corporação, quando na verdade os investigados deveriam ser os militares apontados na reportagem. O médico, que tem o papel de garantir a saúde das pessoas, agrediu o repórter na porta do hospital. Os militares deram carona para o agressor, depois de prestar depoimento no posto policial. A reportagem que denunciava o pagamento ilegal de auxílios do governo foi censurada por uma decisão judicial, sendo que a Justiça poderia utilizar o próprio material investigativo para garantir o bom uso do dinheiro público.

O cerceamento da imprensa por decisão judicial, apesar de recorrente em 2020 e 2021, não foi novidade neste período: a história aponta um marco contra o Jornalismo profissional proveniente da suprema corte do país. O mesmo Supremo Tribunal Federal (STF) que, em 2009, retirou a obrigatoriedade de diploma para atuar como jornalista, nos últimos anos – sobretudo a partir de 2019 – tem atuado incessantemente contra as *fake news*, que ganharam força, principalmente, com os ataques ao Jornalismo profissional.

A denúncia ao autoritarismo teve destaque na produção de sentido das tramas veiculadas no JN. O presidente da República mandou o jornalista calar a boca e inspirou seus seguidores a fazer o mesmo. E fizeram pior. Agrediram, também, fisicamente os profissionais. O poder público, em suas várias esferas, atuou contra a liberdade de imprensa, que deveria ser defendida pelas lideranças políticas, já que é garantida pela Constituição Federal. No caso dos Guardiões

do Crivella, até mesmo dinheiro público foi gasto para atrapalhar o trabalho dos jornalistas e retirar o espaço de fala dos cidadãos por meio da imprensa.

Deste modo, na maioria dos casos noticiados, o Jornal Nacional teve como foco a liberdade de imprensa e a defesa da democracia. Mesmo quando o jornalista agredido foi colocado em evidência nas narrativas, na maioria das vezes o telejornal manteve em seu discurso a preocupação com a liberdade democrática de imprensa. Apenas em 31% dos conteúdos, a narrativa não passou pela democracia ou pela liberdade de imprensa, mas focou estritamente na figura do jornalista. Não à toa, na maioria dos casos, o telejornal retratou um Jornalismo voltado à defesa da democracia. Também como reflexo deste perfil editorial, o Jornal Nacional se posicionou, de maneira clara e direta, em apenas três episódios. Em casos que afetaram diretamente a equipe do telejornal, como, por exemplo, nas agressões que tiveram os jornalistas da própria emissora como vítimas, ou quando os dados da pandemia não foram entregues pelo governo à imprensa, o JN não se posicionou. Ao mesmo tempo em que os apresentadores deixaram claro a posição do jornalístico a favor da ciência e contra o negacionismo, em muitos episódios que tiveram os jornalistas como vítimas não houve posicionamento por meio de nota ou editorial por parte da emissora e do telejornal. Também nesta perspectiva, houve pouca mobilização do telespectador para o tema da liberdade de imprensa, para a defesa da democracia e do livre exercício da profissão de jornalista.

Considera-se, portanto, a partir das metodologias praticadas, que o Jornalismo da TV Globo, por meio do Jornal Nacional, priorizou a defesa da democracia e da liberdade de imprensa, mas não focou na figura dos jornalistas agredidos. Esses profissionais não tiveram espaço para falar sobre as agressões sofridas, suas queixas, seus medos, suas demandas e como o próprio trabalho foi prejudicado com o ataque. Historicamente, a vítima enquanto personagem contribui para a narrativa telejornalística, de modo a atrair os olhos do público e sensibilizar o telespectador a partir de seus relatos. No entanto, para os profissionais ouvidos nesta pesquisa, a prioridade em cada um desses episódios seria mostrar a gravidade de um cerceamento ou de uma violência contra a imprensa para a democracia; objetivo que foi alcançado, na opinião dos entrevistados. Tomando como base os métodos utilizados nos telejornais, os relatos desses jornalistas-personagens nas narrativas poderiam influenciar, com mais ênfase, a opinião pública a respeito da necessidade de manutenção da liberdade de imprensa para o bem da democracia.

Em praticamente todos os episódios, havia a presença de vilões e vítimas. Mas em poucas narrativas, esses personagens tiveram espaço de fala. Em muitos casos, o telejornal não deixou claro se os vilões foram procurados e/ou se o espaço de fala foi oferecido a eles. Em alguns casos, a TV Globo noticiou o posicionamento dos vilões em nota, lida pelos

apresentadores, como forma de não dar visibilidade e não agregar força ao discurso do vilão. A vítima, jornalista ou membro da equipe de reportagem, foi ouvida em apenas quatro episódios. Jornalistas viraram personagens, assumiram papel de vítimas, mas ganharam pouco espaço de fala. Isso ganhou destaque, diante do fato de que, historicamente, a vítima é ouvida na estruturação das narrativas telejornalísticas. Assim, reforça-se a tese de que o telejornal tem como foco, não o profissional, mas a liberdade de imprensa. Ainda sob a ótica da Dramaturgia do Telejornalismo, em alguns casos, o papel de mocinho foi incluído nas tramas: geralmente, policiais civis, juízes e defensores dos jornalistas e da liberdade de imprensa. Em alguns casos, os próprios jornalistas assumiram a função de mocinhos da trama, como no episódio dos Guardiões do Crivella, em que os profissionais da imprensa desmascararam os agressores.

Se ouvir os profissionais agredidos não foi prioridade, a imagem dos episódios violentos também não foi uma obrigatoriedade para que os fatos virassem notícia. Apesar de ser um elemento essencial, historicamente, na notícia televisiva, a imagem não foi primordial para algumas narrativas. Episódios considerados de grande relevância foram narrados mesmo sem a presença de registros audiovisuais. Em alguns casos, imagens circularam por outras mídias, mas por opção editorial não foram exibidos no JN. Essa escolha por colocar no ar, vezes sim, vezes não, os registros agressivos, ficou evidente: enquanto o JN exibiu uma agressão verbal de Bolsonaro a um jornalista, não colocou no ar uma tentativa de desacreditização à imprensa feita por um ministro do governo dele, que tentava colocar em xeque o Jornalismo da Globo. Entende-se, assim, que houve uma tentativa de proteger o Jornalismo profissional da emissora, não evidenciando em tela o que poderia colocar em dúvida a credibilidade da emissora. Ao mesmo tempo, destacou-se a imagem do inaceitável. No caso da agressão ao repórter Arcênio Corrêa, da TV Integração, a agressão foi exibida em rede nacional, como demonstração do que não deve ser feito a um profissional, como forma de tentar chocar o telespectador para o absurdo mostrado em tela, como repúdio ao cerceamento à liberdade de imprensa.

Aliás, a maioria dos registros audiovisuais veio das câmeras das equipes de reportagem. No caso destacado acima, o repórter cinematográfico deixou a câmera gravando, imediatamente após perceber a iminência do ato violento. Esse é um dos principais pontos a se destacar: o próprio equipamento, utilizado para contar as histórias de inúmeros personagens, passa a gravar a violência sofrida pela própria equipe. Considerando os relatos colhidos durante as entrevistas realizadas nesta pesquisa, vale ressaltar que não houve direcionamentos por parte da TV Globo para que a câmera permanecesse ligada em casos de agressão: o ato de registrar foi quase instintivo, como maneira de usar o "peso credível" do equipamento da equipe de reportagem para ganhar força na batalha contra o cerceamento. Observa-se, aqui, no entanto, que após

inúmeros episódios agressivos, na cartilha orientativa para as eleições de 2022, a TV Integração, afiliada à Globo, orientou os profissionais para que registrassem possíveis atos violentos contra a equipe; um avanço entre as medidas adotadas pelas emissoras, diante desse cenário. De acordo com os próprios profissionais entrevistados nesta pesquisa, o ato de registrar uma violência contra a equipe é, muitas vezes, instintivo, sobretudo por parte do repórter cinematográfico, já que o papel do jornalista é documentar e reportar fatos como este. Também ficou evidente, por meio da Análise da Materialidade Audiovisual realizada nesta pesquisa, a importância da imagem para a narrativa desses episódios, de modo a sensibilizar o telespectador e facilitar a compreensão dos fatos – mesmo não sendo o registro audiovisual uma obrigatoriedade para que o episódio vire notícia. No entanto, é visível a necessidade de mais orientações por parte das empresas de comunicação para que seus profissionais de imprensa possam utilizar os próprios equipamentos da equipe de reportagem ou os celulares pessoais como ferramentas de registro e documentação dessas agressões. É importante ressaltar aos profissionais a importância desse tipo de registro e, até mesmo, esclarecer as possibilidades de uso dessas imagens, seja para a exibição nos telejornais como um fato noticiável, seja para fins judiciais.

Tamanho peso da imagem para a narrativa audiovisual dos episódios agressivos é evidente no caso dos Guardiões do Crivella, quando a TV Globo dedicou mais de um repórter cinematográfico, em dias consecutivos, para registrar atos agressivos contra as equipes de reportagem; essas foram as imagens que permitiram uma reportagem de denúncia, que foi destaque no Jornal Nacional. Aliás, outro registro utilizado nesta narrativa foi aquele realizado durante a própria entrada dos repórteres, ao vivo, nos telejornais locais do Rio de Janeiro. O ao vivo se tornou, ele próprio, um registro audiovisual do episódio violento, já que os agressores atacavam as equipes enquanto elas estavam no ar. Ao vivo, a agressão já se tornou história, mesmo sem ser gravada em um cartão de memória e sem ser pensada enquanto narrativa.

Pelas orientações da emissora, em casos de ataques verbais ou impedimentos do exercício profissional no ato das gravações, os jornalistas devem evitar reações, de modo a fazer com que o agressor recue. Mas como ignorar um ataque que está acontecendo, ao vivo, em tempo real? Um corte para o estúdio pode resolver uma invasão em uma entrada ao vivo, que já ficou explícita para o telespectador? Esse telespectador sabe porque não conseguiu ter acesso a todas as informações daquela reportagem que foi interrompida? Alguns profissionais relataram que costumam se preparar para, caso sejam interrompidos ao vivo, possam continuar dando as informações ao telespectador até o fim, de modo a garantir o cumprimento do exercício de informar. No entanto, ainda faltam orientações a esses profissionais sobre como reagir, ao vivo – não com o uso da força ou da palavra contra o agressor, mas diante do

telespectador. A grande questão é: mostrar ou não mostrar o ato agressivo? Vimos que o ataque, por si só, tem valor-notícia. Ao mesmo tempo, o formato de reportagem ao vivo tem a característica de contar uma narrativa em tempo real. Diante de uma interrupção, ao voltar para o estúdio, a informação que o repórter dava anteriormente pode ficar incompleta; se o jornalista continua reportando a informação, com ruídos – como xingamentos e interrupções –, isso ficará evidente para o telespectador. Algumas possibilidades são explicar o que aconteceu e continuar dando a notícia, se assim for possível; ou, em caso de interrupção contínua, deixar claro o motivo da pausa e devolver para o estúdio. Talvez uma das piores escolhas seja ignorar que um fato agressivo aconteceu. Atualmente, se em casos que não acontecem em tempo real, a escolha editorial prevalece sobre o modo como a narrativa será contada (e se será noticiada), em casos que ocorrem ao vivo essa responsabilidade fica na mão do próprio repórter. Essa é uma situação que ainda não é consenso nas redações. Deste modo, é possível ver diferentes abordagens realizadas pelos repórteres.

Diante de tantos episódios agressivos, a TV Globo utilizou estratégias, na tela da TV e fora dela, para tentar proteger e defender esses profissionais. A emissora travou uma batalha contra as notícias falsas e as tentativas de descredibilização do Jornalismo. Ao mesmo tempo, tentou aproximar os jornalistas do público. Foram inúmeras tentativas por meio do próprio Jornalismo e na programação da emissora, para realçar a responsabilidade com a informação, sobretudo durante a pandemia da Covid-19, em que os profissionais de imprensa estavam sob intenso ataque. O Plantão da Globo, para exibir os números da Covid-19 cerceados pelo governo, mostrou que o Jornalismo tem um compromisso a zelar com o público. O Consórcio de Veículos de Imprensa entrou na história como um movimento do Jornalismo para cumprir uma responsabilidade social em meio ao negacionismo. E para mostrar que os jornalistas não queriam "vender notícia ruim", a emissora expôs a intimidade desses profissionais: mostrou que eles também tinham medo de se contaminar com a Covid-19, que estavam na rua para trabalhar - em um momento de risco à saúde - no intuito de manter a população informada, e que também possuíam angústias.

A humanização do jornalista perpassou as telas da TV. Se a emissora percebeu a necessidade de fazer conexões com esse público, acompanhando os diferentes modos de consumo da informação, utilizou-se da internet para isto. Longe de haver um embate entre os meios, evidenciou-se uma tentativa de levar a credibilidade da TV, alcançada historicamente, para outras telas. Não apenas uma convergência, mas uma conexão. A TV se expandiu na internet e trouxe, também, as possibilidades das redes para a tela tradicional. O repórter aparece nos stories mostrando os bastidores da notícia, a reportagem exibida no telejornal vai parar na

rede social com a marca da emissora e as reações do telespectador-internauta são exibidas na tela da TV.

No entanto, é evidente que a aproximação do jornalista com o público não se dará somente por campanhas de humanização, mas também – e principalmente – pela narração dos relatos desses profissionais, sobretudo quando vitimados, na tela da TV. Se é pela história do personagem que a reportagem ganha sentido, é também pela narração do jornalista vitimado que o público irá se sensibilizar.

Para além das estratégias utilizadas em diferentes telas, a emissora, ao longo dos anos, promoveu ações com o intuito de garantir a segurança das equipes de reportagem nas ruas. O episódio da morte de Tim Lopes foi significativo para a criação de normas de coberturas em áreas de risco. Os protestos de 2013 e 2015 e as eleições de 2018, 2020 e 2022 serviram de inspiração para novas recomendações, sobretudo atreladas à violência com motivações políticas. Em todo este tempo, adesivos com a logo da emissora foram retirados de alguns carros das equipes de reportagem, em determinadas coberturas a canopla do microfone não foi utilizada e, a depender do acontecimento, repórteres e repórteres cinematográficos se posicionaram do alto de prédios ou em locais distantes. Em mais uma importante movimentação conjunta de veículos de imprensa, jornalistas se retiraram do cercadinho do Palácio da Alvorada - casa do presidente da República - diante dos constantes ataques realizados por Bolsonaro e seus apoiadores. Em muitos casos, o Jornalismo feito com celular foi a escolha da emissora para registrar manifestações ou eventos em que as equipes convencionais poderiam estar em risco.

A partir das entrevistas com profissionais, pudemos evidenciar a tensão vivenciada pelas equipes nas ruas. Muitas precisaram - e ainda precisam - da companhia de seguranças. A TV Globo ofereceu aos seus profissionais um curso para estratégias em conflitos. Durante a rotina de gravação, em vez dos jornalistas pensarem somente nas narrativas a serem construídas a respeito dos assuntos e acontecimentos, passaram a levar em consideração estratégias para que eles mesmos não se tornassem personagens das histórias. E quando são atacados, precisam, de modo cada vez mais frequente, lembrar de registrar o episódio agressivo. Com o dilema de como trabalhar sem ser atacado, os profissionais relataram a tensão como um dos principais impactos no processo produtivo. A onda de violência trouxe medo e até problemas psicológicos aos profissionais. Ao mesmo tempo, em uma profissão que demanda um intenso contato com o público nas ruas, os jornalistas passaram a ficar desconfiados das pessoas.

Enquanto pesquisador e jornalista profissional, eu vivencio cotidianamente os impactos da violência no processo produtivo da reportagem televisiva. Em setembro de 2022, enquanto

um artigo realizado por mim, em coautoria com a professora doutora Iluska Coutinho, sobre a violência contra jornalistas, era apresentado no 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom) em João Pessoa, na Paraíba, eu e meu colega repórter cinematográfico Humberto Campos fomos atacados verbalmente durante a cobertura de um evento cultural em Juiz de Fora, Minas Gerais. Fomos impedidos de entrar ao vivo no telejornal MG2, da TV Integração afiliada Globo, em um primeiro momento e, posteriormente, conseguimos fazer a reportagem do evento com escolta policial. Os gritos do agressor, um homem com adesivos de Bolsonaro na camisa, eram direcionados à emissora TV Globo e, também, a nós, profissionais. O homem ainda avançou sobre nós e foi impedido de nos agredir fisicamente, por pessoas que estavam no evento. A impressão era de que nós éramos de má índole, pelo fato de trabalharmos em uma afiliada da Globo. Pela injúria, ocorrida em meio a centenas de pessoas durante o evento, registramos um boletim de ocorrência, com o respaldo da emissora. O caso motivou notas de repúdio de instituições ligadas ao Jornalismo e foi registrado no Relatório de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil de 2022, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

Em outro caso, ocorrido durante a pandemia da Covid-19, fomos impedidos de fazer uma entrada ao vivo para falar da chegada de vacinas contra a doença; informação de extrema relevância, sobretudo naquele momento, em que a imunização estava prestes a começar, como uma esperança para a população. Posicionados para entrar ao vivo, tivemos nossos rostos expostos e fomos hostilizados em uma gravação feita pelo celular de um homem, que repercutiu na internet: o vídeo mostrava a equipe indo em direção ao veículo da emissora, como se tivesse sendo expulsa do local; uma espécie de vitória para o agressor. No entanto, conseguimos, próximo dali, em um local mais seguro, entrar ao vivo e garantir a entrega das informações para o telespectador.

Os xingamentos e as hostilidades ficaram mais frequentes nos últimos anos. Passamos a trabalhar e a andar nas ruas com medo, olhando para as pessoas e aguardando um sorriso ou um aceno para, só assim, cumprimentarmos. Passamos a ficar com medo de um simples curioso, sem saber se o olhar daquela pessoa é de admiração ou com o intuito de atacar. A sensação de impunidade é grande, sobretudo pelo desrespeito ao nosso trabalho e à liberdade de imprensa. Toda vez que desistíamos de uma entrada ao vivo ou de uma gravação porque fomos cerceados, a sensação era de que a democracia estava sendo colocada em xeque. Para além das angústias pessoais, havia uma frustração quando episódios assim aconteciam, sobretudo porque a mensagem jornalística foi silenciada.

Diante da análise e das entrevistas realizadas nesta pesquisa, ficou evidente que o jornalista virou notícia, não como um corporativismo ou uma estratégia de defesa de classe, mas porque os episódios de agressão vivenciados pelos profissionais tinham critério de noticiabilidade. O JN encontrou um equilíbrio, incluindo a narrativa de violência contra a imprensa entre as diversas histórias contadas nos telejornais, não priorizando os acontecimentos vivenciados pelos profissionais. No entanto, houve pouco espaço para que eles pudessem falar. O telejornal, de forma geral, não saiu em defesa dos profissionais, mas da democracia e da liberdade de imprensa. Se por um lado os valores básicos de noticiabilidade, convencionais no Jornalismo, deram sustentação para que esses episódios virassem notícia, evidenciou-se também que o JN não deixou claro os critérios utilizados para a definição de exibir ou não imagens dos fatos, para a escolha do formato das narrativas, bem como para se posicionar ou para dar voz aos envolvidos. A percepção é de que a definição editorial cotidiana das redações prevaleceu, em cada um dos episódios, a depender dos jornalistas envolvidos na montagem do telejornal em cada dia, do tempo disponibilizado pela programação, dos elementos disponíveis para estruturar as narrativas, entre outros aspectos.

Houve mudanças no processo produtivo, sobretudo para proteger os profissionais. No entanto, ainda são necessárias mais instruções no intuito de preparar as equipes de reportagem para registrar os episódios violentos. Além disso, o Jornalismo ainda precisa estabelecer critérios específicos para noticiar episódios violentos contra a imprensa, no intuito de auxiliar as redações na estruturação das narrativas que abordam o tema. Do mesmo modo, um dilema ainda se faz presente: exibir ou não as imagens do episódio agressivo? O JN optou por exibir inúmeros casos, como a imagem do repórter da TV Integração sendo enforcado em Minas Gerais, mas não colocou no ar a imagem que circulou na internet da jornalista da equipe do telejornal que foi ameaçada por um homem que invadiu a TV Globo. Afinal, isso pode estimular atos semelhantes? Ou, ao contrário, pode chamar atenção para a gravidade do fato e o risco para a democracia? Qual o custo-benefício de colocar no ar uma imagem de um jornalista sendo agredido? São questões a serem refletidas pelo Jornalismo e em pesquisas futuras.

O que sabemos, como evidenciado nesta pesquisa, é que diversos são os elementos que dão sustentação a uma narrativa para que ela vire notícia no Jornal Nacional. Um caso pode, até mesmo, não dispor de imagens, mas devido a sua gravidade é noticiado em nota simples. Ao mesmo tempo, uma imagem forte de um episódio pode dar espaço ao caso no JN e contribuir muito para a narrativa. Mas não são somente esses os fatores determinantes: há ainda o contexto, os personagens envolvidos na trama, a data do ocorrido e, até mesmo, o tempo de produção do telejornal naquele dia. São vários os valores-notícia debatidos diariamente nas

redações, por uma diversidade de jornalistas, de modo que haja um equilíbrio na definição de quais casos vão virar notícia e em que formato. O fato é que o jornalista virou personagem com grande frequência no telejornalismo; em casos como agressão física ou morte, porque ele mesmo deveria ser a notícia, mas em muitos episódios de ataque, porque era o ator principal no exercício de reportar a informação cerceada. Com o poder atribuído à imprensa e a consolidação da televisão, o telejornalismo tem impacto e influência na sociedade e no poder público; é preciso usar de sobremaneira esse potencial, seguindo critérios éticos e de valores-notícia, para informar à população sobre os ataques aos profissionais, não como um corporativismo, mas na defesa do livre exercício do Jornalismo, que pode – e deve – servir à própria sociedade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1997.

BRAGA, José Luiz. Instituições & midiaticização – um olhar comunicacional. In: FERREIRA, Jairo. Et al. (orgs.) **Entre o que se diz e o que se pensa: onde está a midiaticização?** Santa Maria: FACOS-UFSM, 2018. p. 291-311.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2016. Disponível em: <http://antigo.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BUCCI, Eugênio. **Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

CASTILHO, Marcio. Martírio e autoridade na trama noticiosa do caso Tim Lopes. **Contracampo**, n.23, p.207-221, 2011. DOI: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i23.111>

COBERTURAS: assassinato de Tim Lopes. **Memória Globo/Globo.com**, 2021. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/assassinato-de-tim-lobes/noticia/assassinato-de-tim-lobes.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2023.

COUTINHO, Iluska. Compreender a estrutura e experimentar o audiovisual - da dramaturgia do telejornalismo à análise da materialidade. In: EMERIM, Cárlica; COUTINHO, Iluska; FINGER, Cristiane (orgs.). **Epistemologias do telejornalismo brasileiro**. Coleção Jornalismo Audiovisual. V. 7. Florianópolis: Insular, 2018. pp.175-194.

_____. **Dramaturgia do Telejornalismo: a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

_____. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. In: Anais XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016, São Paulo, SP. **Anais [...]**. São Paulo, Brasil: USP, 2016

_____. Telejornal e narrativa dramática: um olhar sobre a estrutura da informação em TV. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; MOTA, Célia (orgs.). **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006. p. 99-124.

COUTINHO, Iluska.; MATA, Jhonatan.; PEREIRA, Gustavo. Democracia e qualidade no jornalismo audiovisual: diálogos TV-internet e o quinto poder. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. 17, nº 1, p.20-31, 2020.

COUTINHO, Iluska. Telejornalismo como serviço público no Brasil: reflexões sobre o exercício do direito à comunicação no Jornal Nacional/TV Globo. In VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (orgs.). **40 anos de telejornalismo em rede nacional**. Florianópolis: Insular, 2009. p. 65-80.

COUTINHO, Iluska; FALCÃO, Luiz Felipe; MARTINS, Simone. Isso a Globo (NÃO) Mostra: Invasão ou Ressignificação do Audiovisual como estratégia de Jornalismo Opinativo. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação / Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Setembro de 2019, Belém. **Anais...** São Paulo: SBPJor, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1993-1.pdf>

COUTINHO, Iluska; MATA, Jhonatan; PEREIRA, Gustavo. The media between the fourth and fifth power/state: analysis of the second round of the 2018 presidential elections in Brazil. **Sphera Publica**, v.1, n.19, p.72-90, 2019.

DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política**. São Paulo: Ebook, 1963

DUTTON, William H. Through the Network (of Networks) – the Fifth Estate. **Journal Prometheus- Critical Studies in Innovation**, V. 27, 2009.

DUTTON, William. H.; DUBOIS, Elizabeth. The Fifth Estate: a rising force of pluralistic accountability. **Handbook of Digital Politics**. Edward Elgar, Cheltenham, United Kingdom; Northampton, United States, 2015.

EMERIM, Cárlica; FINGER, Cristiane; CAVENAGHI, Beatriz. Metodologias de Pesquisa em Telejornalismo. **Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 02-09, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/28073>. Acesso em: 16 mar. 2022.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2020**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contrajornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2021**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/01/FENAJ-Relatório-da-Violência-Contra-Jornalistas-e-Liberdade-de-Imprensa-2021-v2.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

FERREIRA, Jorge Carlos Felz. **Narrar a Guerra: produção de sentido no Fotojornalismo**. 2013. 194 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

GIBSON, James J. The theory of affordance. In: SHAW, Robert; BRANSFORD, John (Eds.) **Perceiving, acting, and knowing: toward an Ecological psychology**. New Jersey, 1977: Lawrence Erlbaum Associates, pp. 67-82.

GLOBOPLAY / Assista online aos programas da Globo. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

HAGEN, Sean. Jornalismo, mito e linguagem: uma abordagem teórica dos apresentadores-estrela. In: VIZEU, Alfredo. (org). **A Sociedade do Telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 29-45.

HJARVARD, Stig. Da mediação à midiaticização: a institucionalização das novas mídias. **Parágrafo**, v. 2, n. 3, p. 51-62, jun./dez. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/index>. Acesso em: 11 jul. 2023.

_____. Midiaticização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 5, n. 3, p.53-91, jan./jun., 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17234/10872>. Acesso em: 11 de jul. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf. Acesso em: 16 mar. 2022.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. Vladimir Herzog, 2022. Portal da organização criada para celebrar a vida e o legado de Herzog. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Cultura da conexão**. São Paulo: Aleph, 2014.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

JORNAL NACIONAL / Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/t/MyCrVrr6gW/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo**. Tradução de Wladir Dupont. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LISBOA, Sílvia; BENETTI, Márcia. Credibilidade no jornalismo: uma nova abordagem. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, V. 14, n. 1, p.51-62, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n1p51/35053>. Acesso em: 16 mar. 2022.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação: Direito à Informação**. 1ª. ed. Campinas: Editora Papirus, 1986.

MEDISTCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.

MELLO, Edna. Bases Epistemológicas do Telejornalismo. In: 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo / SBPJor - Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, Novembro de 2017, São Paulo, ECA/USP. **Anais...** São Paulo: SBPJor, 2017.

Disponível em: sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2017/paper/viewFile/721/302. Acesso em: 16 mar. 2022.

MINTZ, André. Goes. Mídia e plataforma: aproximações. **Novos Olhares**, v. 8, p.98-109, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2019.150347>

MUNIZ, Wesley. Da fofoca à pós-verdade: estudando boatos e comportamentos negacionistas nas mídias sociais. In: SILVA, Tarcízio; BUCKSTEGGE, Jaqueline; ROGEDO, Pedro (orgs.). **Estudando cultura e comunicação com mídias sociais**. Brasília: Editora IBPAD, 2018. p. 359-373. Disponível em: <https://www.ibpad.com.br/o-que-fazemos/publicacoes/estudando-cultura-e-comunicacao-com-midias-sociais>. Acesso em: 17 mar. 2022.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 2-10, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01>

PORCELLO, Flávio. Mídia e poder: o que esconde o brilho luminoso da tela da TV? **Revista Famecos**, v. 13, n. 31, p. 79-84, 14 abr. 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3397/2662>. Acesso em: 16 mar. 2022.

_____. TV e poder: as relações sombrias que ajudam a fazer a história recente do Brasil. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; MOTA, Célia (orgs). **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006. p. 145-165.

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

ROSSINI, Patrícia; LEAL, Paulo. Efeitos da campanha virtual no universo das mídias sociais: o comportamento do eleitor no Twitter nas Eleições 2010. **Revista Compólitica**, v. 1, n.3, jan/jun 2013. Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/36/36>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SCHRODER, Carlos Henrique. Coberturas: assassinato de Tim Lopes. [Entrevista cedida ao] **Memória Globo**. Globo, Rio de Janeiro, out. 2021. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/assassinato-de-tim-lobes/noticia/assassinato-de-tim-lobes.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2023.

SEIXAS, Rodrigo. A retórica da pós-verdade: o problema das convicções. In: **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 18, abr., 2019, p. 122-138. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/2197/1747>. Acesso em: 17 mar. 2022.

TESICH, Steve. A government of lies (political ethics). **The Nation**, Nova Iorque, n. 254, p. 12-13, 1992.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. Quem vigia o "quarto poder"? In: Anais do 9º encontro anual da Compós, 2000, Porto Alegre. **Anais eletrônicos**. Campinas: Galoá, 2000. Disponível em: <https://proceedings.science/compos-2000/papers/-quem-vigia-o--quarto-poder-->. Acesso em: 16 mar. 2022.

VIZEU Jr., Alfredo. A construção social da realidade e os operadores jornalísticos. **Revista Famecos**, v. 11, n. 25, p. 111-118, dez. 2004. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2004.25.3290>

_____. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

_____. Telejornalismo: das rotinas produtivas à audiência presumida. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; MOTA, Célia (orgs). **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006. p. 19-40.

_____. **A Sociedade do Telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; MOTA, Célia (orgs.). **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1994.

ENTREVISTAS:

LEANDRO MATOZO. Entrevista [28/12/2022] Entrevistador: LANDIM, G., 2022.

ARCÊNIO CORRÊA. Entrevista [04/01/2023] Entrevistador: LANDIM, G., 2023.

BEN-HUR CORREIA. Entrevista [26/01/2023] Entrevistador: LANDIM, G., 2023.

PAULO RENATO SOARES. Entrevista [07/02/2023] Entrevistador: LANDIM, G., 2023.

ROGÉRIO NERY. Entrevista [13/02/2023] Entrevistador: LANDIM, G., 2023.

APÊNDICE A – entrevista com Arcênio Corrêa

Transcrição da entrevista realizada virtualmente em 04 de janeiro de 2023 com Arcênio Corrêa, repórter na TV Integração afiliada Globo na região do triângulo mineiro em Minas Gerais.

Gabriel Landim - Você já tinha passado por algum episódio de cerceamento ou violência no trabalho enquanto jornalista, ou aquele [da cidade de Prata] foi o primeiro? Como foi ou como foram?

Arcênio Corrêa - A gente estava vivendo o período mais crítico da pandemia. Nós vivenciamos um problema sério no país e no mundo e também um governo diferente dos habituais, que se passaram pelo Brasil. Como jornalista, nós estávamos recebendo críticas o tempo todo. Nas entradas ao vivo, durante as reportagens. Em diversos momentos, eu treinei em casa para esses momentos, então eu sabia que se caso alguém jogasse uma água em mim, eu continuaria ao vivo e falando sobre aquilo de uma forma tranquila. Eu treinei isso em casa. Eu sou muito virginiano, muito perfeccionista, então eu treinava quando uma pessoa fosse me empurrar. Nós tivemos um episódio, um tempo atrás, com a [Giuliana] Morrone, então eu sabia como eu iria me comportar se caso isso acontecesse. Então, nesse período de pandemia, onde a própria emissora ficou muito vulnerável com todo os episódios de ofensas feitas pelo governo, em alguns momentos, por exemplo, a gente optava por gravar as matérias em lugares que a gente tivesse seguro. Em momentos de “vivo”, sempre eu optava por um lugar onde tinha parede, onde tinha algo que eu pudesse me desvencilhar e me dar segurança. Mesmo assim, a gente vivenciou diversos momentos e situações que nos tiraram do eixo. Principalmente ao vivo né, porque o ao vivo não tem edição, não tem o que mudar, então eu me treinei para essa questão.

Gabriel Landim - Você se treinava para lidar com sua imagem ao vivo ou para sua proteção?

Arcênio Corrêa - Eu estava preocupado com o povo, com quem está em casa. Eu treinava uma vez, duas vezes. A gente tem o cérebro maravilhoso então ele armazena tudo que você treina, tudo que você faz. Então você tem aquele registro que você só precisa de um gatilho para aquele momento. Então eu deixava alguns gatilhos, para facilitar. Então eu estou em um lugar, a pessoa jogou água em mim, como eu vou me reagir: “você viu aí né, uma pessoa acabou jogando uma água na gente, mas eu sigo falando para você, porque você que tá em casa é a pessoa que merece ter esses dados, vamos dar continuidade ao que eu estava dizendo”. Então, eu sempre brincava com isso porque eu sabia que algo ia acontecer ou poderia acontecer. Nós estávamos muito vulneráveis. Principalmente a emissora Globo. Todos da emissora Globo. Era assim que eu

tentava me blindar, porque eu acho que o gravado a gente faz alguma coisa, mas o ao vivo não tem o que fazer. Então eu ficava com receio de algo acontecer e eu não conseguir voltar à amplitude do que aconteceu. Qual é o nosso papel? Qual o papel do jornalista? O papel do jornalista é fazer uma ponte. Se essa ponte quebrar, as pessoas vão continuar passando. Como elas vão passar? Nem que eu tenha uma tábua, uma mão, um poder de fala, o que eu puder fazer pra que essa pessoa continue a travessia, eu tô ali pronto. Eu sou um repórter que eu vivo o momento, em todos os momentos. Eu vivo tudo e é difícil até me desligar disso.

Gabriel Landim - Você acaba sofrendo com isso?

Arcênio Corrêa - É um sofrimento. A sua saúde mental fica completamente abalada. E a gente precisa se blindar de alguma forma.

Gabriel Landim - Como foi no episódio na cidade de Prata?

Arcênio Corrêa - A gente estava fazendo uma série de reportagens. Toda a TV Integração estava fazendo uma reportagem para essa série com os candidatos a prefeito das cidades. De algumas cidades aqui da nossa região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A gente queria saber como esses candidatos, esses novos prefeitos iriam encontrar a cidade que eles iriam governar durante os próximos quatro anos. A nossa missão era falar da situação em Prata. Por que nós escolhemos Prata? Porque em Prata, houve uma chuva muito forte, um alagamento muito grande registrado na cidade. A população reclamou muito para nós com relação a lixo, há problemas relacionadas à saúde e a cidade se destacou, entre tantas outras, para ser discutido esse assunto. Fomos para a cidade fazer a reportagem, começamos a fazer as gravações, principalmente no lugar onde houve o alagamento. Inclusive, no dia da gravação, um carro entrou na contramão, parou rente ao nosso para poder saber o que nós estávamos fazendo ali. Eu disse que nós estávamos fazendo uma matéria sobre como os candidatos iriam encontrar a cidade, eles riram e foram embora. Fomos, então, gravar com os prefeitos próximos, os candidatos a prefeito e eles nos atenderam super bem, com café da manhã, água, biscoito, foi uma delícia aquele momento com os candidatos da democracia, de conversar, de entender quais os planos, quais os propósitos, o que eles sabiam da cidade que eles iam governar, foi uma manhã muito legal com as entrevistas com os candidatos. Depois que eu fiz essas entrevistas, nós fomos acionados pela TV dizendo que houve um surto de Covid dentro de um lar de idosos em Prata, então eu deixei de fazer essa reportagem dos candidatos e fui fazer reportagem a do lar dos idosos, que inclusive foi notícia nacional. E eu falei para as meninas [da produção] que a gente precisaria terminar essa matéria depois e que a gente voltaria à Prata para terminar a

matéria. E assim nós fizemos. Passaram-se dois dias, nós voltamos em Prata, começamos a gravar agora com as pessoas para saber o que elas achavam do lugar. E muitas falavam do Pronto Socorro Municipal. E nós fomos para esse Pronto Socorro. Chegamos nesse local, como de costume, começamos fazer imagens da fachada, do local e percebemos que tinha uma pessoa andando de um lado para o outro, gesticulando muito, abalada, triste. Esperamos ela se acalmar, eu fui lá, eu pedi para o meu cinegrafista, para o Stanley, gravar a cena da fachada, a cena dos lugares, enquanto eu fui lá. Cheguei nela, perguntei o que estava acontecendo. Ela falou que a ambulância estava quebrada, o irmão precisava de ajuda, o hospital não estava atendendo como deveria porque não tinham equipamentos. Havia profissionais adequados para poder trabalhar, mas não tinham equipamentos. E ela precisaria ir para Uberlândia e não tinha possibilidade. Eu perguntei se ela poderia gravar comigo para falar sobre essas questões, porque nós estávamos ali até para auxiliar e tentar ver de que forma a gente poderia ajudar, procurando o prefeito atual ou alguma coisa tipo. Expliquei para ela a matéria e ela me falou que o pronto atendimento inclusive estava com fezes na porta, não tinha álcool em gel. Enfim, ela deu entrevista para nós, mas se resguardou. Disse que falaria apenas o necessário, que não falaria o que pensa totalmente porque poderia ser ameaçada, porque todas as pessoas que falam lá são perseguidas. Eu falei para ela que não tinha esse problema, que seria tranquilo. Quando eu estava gravando, veio uma moça, acredito que da área técnica. Ela ouviu toda a minha entrevista com a paciente, com a pessoa. E chamou uma outra. Eu terminei de gravar a entrevista e essa moça veio, dizendo que era coordenadora do lugar. Eu expliquei todo o segmento da matéria, qual era a intenção, ela entendeu e voltou para dentro do pronto atendimento. Veio um médico, já com aspecto de poucas conversas, com as mãos para trás, com a cara fechada, já perguntando, indagando, o que nós estávamos fazendo ali. Eu disse para ele que eu já tinha conversado com a coordenadora, que estava tudo certo, a gente estava fazendo uma matéria que não era nada sobre aquela situação envolvendo aquele paciente, mas que era para falar da estrutura. E ele já começou a me responder que a gente não deveria estar ali, que nós éramos ligados ao candidato da oposição e, por isso, a Globo estava lá. Que inclusive nós tínhamos participado do comício desse candidato e começou a ofender o local onde eu trabalho e a me ofender, dizendo que eu era um jornalista mesquinho, que eu não dava voz a quem necessitaria falar. Disse que na verdade aquela entrevistada que eu estava colocando na matéria não era a ideal e que ele iria conseguir uma outra entrevistada, que era para esperar ele buscar uma entrevista. E eu falei: “não, ela é de Prata, então se ela é de Prata merece ter voz na reportagem, mas se o senhor quiser falar na entrevista, a gente tá aqui, os pontos que nós estamos questionando são relacionados às vans, às ambulâncias, à estrutura do lugar que está debilitada, sem manutenção, temos informações

que há fezes aqui na porta, que não tem álcool em gel, então o senhor pode nos dar entrevista se o senhor quiser”. Quando eu comecei a falar isso, já tinha, do meu lado, uma outra pessoa, que eu pensava que era uma pessoa acompanhando. E ele disse que eu não precisaria gravar entrevista com o médico porque eu já estava gravando com o meu celular, sendo que o aparelho estava o tempo todo na mão e não estava gravando. E eu fui explicar para ele que o meu celular não estava gravando, que quando ele está gravando aparece um videozinho, uma linha vermelha. Quando eu mostrei que não estava gravando, o médico pulou para cima de mim, foi para cima do meu microfone e do meu telefone. E ele dizia: “você vai sair daqui sem o seu microfone e sem o seu celular porque não vai ter matéria. A gente vai acabar com isso tudo. Eu vou quebrar os seus materiais de trabalho, eu vou quebrar o seu material de trabalho”. E a minha forma de agir foi segurar o meu material, pensando: “você pode acabar comigo, mas os meus instrumentos de trabalho você não vai conseguir arrancar de mim”. Como eu me fortaleci, juntando ao meu corpo os meus instrumentos de trabalho, o superintendente de cultura que estava do lado, me deu uma mata-leão. E foi tudo aquilo que vocês viram no vídeo. Porque o Stanley já estava gravando a fachada e quando ele viu que estava meio tumultuada toda aquela história, ele virou a câmera para o meu lado. Graças a Deus, né? Porque, senão, seria mais uma injustiça contra jornalistas, E aí ele gravou toda a cena. Ele tentou me ajudar, me desvencilhando daquele mata-leão. Foi muito rápido toda ação e eu só pensava na calma: “fica calmo, não reaja, vai dar certo”. E assim eu fiz. Sabe aquela mistura de “isso não tá acontecendo”? “não, eu tô dormindo”. Então. Tudo isso passou na minha cabeça. Ele soube dar o mata-leão, e quando eu comecei a sentir que eu ia me desfalecer, eu pensei assim: “agora se eu cair aqui, acabou, eles vão acabar comigo”. O Stanley conseguiu me desvencilhar, eu tomei fôlego e consegui voltar com os meus instrumentos de trabalho que já estavam indo para ele. Eu já estava perdendo a força. E assim o superintendente de cultura tentou dar um soco no Stanley, não conseguiu na hora e ele saiu dali daquela bagunça promovida por eles. Ele viu um celular no chão, pegou esse celular e jogou no chão, achando que era meu, mas era da coordenadora do lugar, que estava tentando me ajudar ali, tentando apartar a briga. Ele pegou o celular dela e quebrou, então obviamente era o que faria com o meu celular, com o meu microfone e comigo. Ele fugiu, o médico foi para dentro do hospital, eu chamei a polícia. Daria para ter feito a prisão em flagrante. Eu acredito que sim, porque tinha o médico lá. A Polícia Militar não fez a prisão em flagrante. Eu fiquei lá meia hora esperando a Polícia Militar, numa cidade de 28 mil habitantes, sem nenhuma proteção, com o meu agressor dentro do hospital. A Polícia Militar chegou, fomos fazer o boletim de ocorrência, fiz o corpo de delito. O Stanley fez a captura da imagem da câmera e mandou para a TV. Passaram cinco minutos e a minha

vida tinha virado de cabeça para baixo. Era umas 11 horas, 11h15 mais ou menos, e o jornal começava meio-dia, mas a imagem já estava na TV; A TV Integração já entrou com as imagens, aí já tinha rádio, TV, várias emissoras do Brasil inteiro, falando sobre o assunto. E começou a aparecer: primeiro no MG1, depois no Jornal Hoje, no G1. Promotor de justiça me ligando, ligação do Estado, procurador federal, juízes, advogados. A imprensa querendo falar comigo, as associações de jornalistas, imprensa de fora do país. Não estava entendendo nada, precisou de um intérprete para falar comigo. E de toda forma, quando terminou toda aquela situação, como eu tinha treinado, eu fiz uma gravação ainda. Depois da minha agressão, eu pedi para o Stanley gravar, falando o que tinha acontecido, expliquei, mostrando, falando, dizendo que o cara estava lá dentro do pronto atendimento e esse material não foi ao ar porque ficou muito grande. E eu acho que nem precisaria, porque as imagens contavam tudo, então não foi ao ar, mas eu estava ali pronto. Se fosse ao vivo eu estava pronto, graças a esse mini treinamento. Eu comecei a sentir dor no pescoço, muita dor no pescoço, dificuldade para falar. Começa a cair a tenção e vem os estragos causados. Eu tenho duas hérnias de disco no pescoço e eu fazia tratamento normal, era bem tranquilo. E eu tinha uma pequena lesão, muito pequenininha, na medula, devido a um acidente de moto, que é o que provocou as hérnias. Mas na agressão, a lesão aumentou um pouquinho, então de vez em quando eu tenho fortes dores por conta disso, irradia para a cabeça, e é uma dor gigante, é muito forte. Então é uma enxaqueca que dura três, quatro, cinco dias. Mas é vida que segue. Entrei na justiça em dois momentos. Um com a TV e o Stanley, que é a parte penal. E em outro momento, na esfera cível, na qual só eu entrei. Eu ganhei na justiça essa causa da agressão. A gente está agora aguardando pra saber se eles vão recorrer ou não.

Gabriel Landim - Você teve apoio da TV neste momento? Você teve apoio da polícia e da justiça? Você sente que há impunidade nestes casos?

Arcênio Corrêa - A TV me apoiou desde o início, teve o tempo todo comigo, inclusive me auxiliou com advogados. Com relação a essa questão, a impunidade é sem tamanho. Depois do meu episódio, tiveram outros e eu acredito que infelizmente teremos mais. A Constituição nos auxilia com a liberdade de imprensa. Você tem direito à liberdade de imprensa. Você pode falar e não ser coagido. Mas, como jornalista, a Constituição não te favorece em momento algum, ela não te protege. Antes dela ser criada, tinha inclusive uma lei que auxiliava os jornalistas, que garantia aos jornalistas um trabalho digno. Eu acredito que deveria ter ainda, e isso não está na Constituição. Hoje a gente tem várias leis de proteção neste sentido. Por exemplo, no caso de um policial: ninguém chega no policial e tira os instrumentos de trabalho dele, a arma dele,

só porque não gostou da maneira como ele chegou no local. Não chega dentro de um escritório de um médico e tira os aparelhos de trabalho dele. Então com o jornalista, pode? As pessoas podem tirar os materiais de trabalho dele e ficar por isso mesmo? Então são esses os meus questionamentos. E eu fico muito triste com essa impunidade, com essa falta de lei que ampara quem busca a verdade, porque o nosso trabalho é buscar a verdade independente do veículo que a gente está trabalhando. Quando a gente assume o papel de ser jornalista, de estar em prol do povo para trazer conteúdo e informações de qualidade, a gente está ali à mercê de tudo. A TV, sim, deu amparo, esteve comigo em diversas situações para a gente tentar sanar esse problema na justiça, mas a imunidade fica. Hoje eu tenho medo, muito medo, muito medo, eu tenho medo. Às vezes eu estou fazendo um vivo e passa alguém, em alguma situação, a gente já fica ligado. Então você não descansa. Tirou o meu direito de descansar, de vivenciar.

Gabriel Landim - Nesta pesquisa, a gente trabalha com a hipótese de que o jornalista virou personagem. Enquanto personagem dessa história, você teve espaço de fala?

Arcênio Corrêa - Nas matérias jornalísticas nas emissoras, nas pequenas e nas grandes emissoras, não houve fala minha. Houve a imagem do episódio que já falava por si só. Então não se cogitou essa possibilidade. Teve uma oportunidade que era no programa Encontro, que teria a oportunidade de entrar em contato comigo e fazer esse ao vivo sobre essa questão, mas não entraram. Mas, acho que seis meses depois houve uma outra agressão, com uma moça de Florianópolis, e ela entrou no Encontro para poder falar dessa agressão. Eu acho que ali faltou um toque de que teve um rapaz que também foi agredido, entendeu? Mas isso é editorial. Mas eu fiquei feliz pelas inúmeras entrevistas que eu dei, para jornalistas, para sites.

Gabriel Landim - Por que a câmera estava gravando o episódio? Ela já estava ligada? Existe um protocolo para isto?

Arcênio Corrêa - Toda vez, quando eu estou trabalhando, eu falo [para o repórter cinematográfico]: enquanto eu vou conversar com os entrevistados, vai fazer suas imagens, vai buscar algo diferente, o que você achar interessante, vai fazendo. E aí depois, numa conversa entre eu e ele, a gente decide o que é legal para a matéria. E ele começou a gravar essas imagens aleatórias da rua, da fachada do hospital, do pronto atendimento. E aí na hora em que ele virou e começou a ver aquela movimentação estranha de várias pessoas ali, ele fixou a imagem para o meu lado. O “espírito” já começava a contar que ali poderia acontecer alguma coisa e ele permaneceu ali com aquela imagem parada, mais aberta. Uma imagem aberta daquela situação.

Gabriel Landim - A violência foi mais voltada a você ou à emissora?

Arcênio Corrêa - Na verdade são três situações, só que a terceira situação ainda está em segredo de Justiça, então não dá para poder mencionar. Segundo informações que a gente tem, esse médico tem alguns problemas judiciais e talvez imaginou também que tivesse ligação das duas coisas. Então, isso que eu falo é sempre a hipótese. Ele pode ter pensado que a gente estava lá para poder fazer essa pergunta relacionada aos casos que ele estava envolvido, ou, o que eu acho que é mais certo mesmo, foi a questão do cunho político. Ele era da situação, ou seja, do lado que estava no poder. O candidato a reeleição era do partido dele e ele queria, na verdade, defender o partido. Além de tudo isso, ele tinha o aval do governo federal com relação às agressões, então ele partiu desse pressuposto de ter essa liberdade de fazer o que quiser com a imprensa. Porque tem uma pessoa que já fazia isso. Então ele achou que, fazendo isso, também ia acabar ali, mas ele não imaginava que estava sendo gravado. Ele achava que eu estaria gravando, mas o Stanley é que estava. Estava gravando aleatoriamente. E ao perceber a situação, ele parou naquela imagem. E quando começou a agressão, ele foi tentar me ajudar. Mas o maior ponto é com relação ao cunho político, porque a gente vivenciava um período eleitoral, um processo eleitoral para prefeito, e o médico era da situação.

Gabriel Landim - Você acha que esse tipo de episódio deve virar notícia?

Arcênio Corrêa - Eu acho que deve ser falado, deve ser comentado, escrito, até que se torne uma lei para não cercear o trabalho dos outros. Eu acho que o nosso trabalho como comunicador é muito importante, porque tem muita coisa nas entrelinhas que as pessoas não têm tempo de ver e que nós estudamos para fazer isso. Então a gente precisa, sim, que o jornalista esteja ali presente, vendo tudo que tá acontecendo, porque nós somos os olhos das pessoas. Nós estamos vivenciando uma tecnologia que a cada dia muda. As coisas estão mudando muito. É tecnologia diferente para todos os lados. WhatsApp agora tem como você fazer o vídeo, gravar, já mandar imagens. Então, se a gente não está ali, com a cabeça sã, com um trabalho digno, com uma emissora respeitável, tanto rádio, TV, impresso, a gente fica à mercê das *fake news*. Então eu acho que esse é o papel. A gente precisa se blindar e blindar as pessoas dessas *fake news*. Isso era o que ele queria implantar quando ele me agrediu, porque ele falava inclusive que eu estava no comício da oposição, que a emissora tinha sido comprada pelos opositores, que o nosso trabalho era mesquinho, era ruim, que a emissora não dava voz a quem realmente deveria.

APÊNDICE B – entrevista com Ben-Hur Correia

Transcrição da entrevista realizada virtualmente em 26 de janeiro de 2023 com Ben-Hur Correia, repórter na TV Globo na cidade do Rio de Janeiro.

Gabriel Landim - Você foi um dos alvos no seu trabalho diário na porta dos hospitais?

Como foram esses episódios?

Bem-Hur Correia - Eu estava começando no setor de Jornalismo nessa época, tinha acabado de chegar do esporte. Era época de pandemia e a gente começou a sentir uma animosidade diferente, sabe? No começo da pandemia, a gente percebia que algumas pessoas tinham o comportamento um pouco mais acirrado, mas não passava muito disso. E, de repente, quando a gente começou a ser um pouco mais incisivo nos hospitais municipais e começamos a mostrar algumas questões específicas, a gente percebia que a coisa se acirrava mais. A gente percebia carros passando, o mesmo carro passava duas vezes, pessoas gritavam. A gente percebia pessoas, que vinham um pouco mais para cima. Chegou no cúmulo da [repórter da TV Globo] Natália ser quase agredida, mesmo. A Natália Castro quase foi agredida fisicamente. Eu também estava gravando em Duque de Caxias uma vez e uma mulher veio para cima de mim gritando, muito exaltada, gravando. Era engraçado: chegavam gritando, e outra pessoa gravando no celular. Eles tinham que ter a prova para aquele negócio viralizar. Então a gente percebia essa dinâmica sem saber, e era muito arquitetado. Aquilo começou a ficar estranho, ficar esquisito, mas a gente nunca ia imaginar que era algo institucionalizado, que era algo vindo diretamente do prefeito, do Crivella. Chegou um momento que tinha uma produtora nossa, que ela recebeu essa informação. Uma pessoa que estava dentro da prefeitura, que participava desses grupos, resolveu vazar o esquema. Ela disse: “o que está acontecendo é que o prefeito tem três grupos de WhatsApp, um deles é chamado Guardiões do Crivella, e nesse grupo estão estruturadas as pessoas que possuem cargos de comissão”. Ela também fez toda a relação do caso com o prefeito. Ela disse: “a maioria delas está na Secretaria do Governo ou diretamente ligado ao gabinete do prefeito e a função delas é estarem onde vocês estão para atrapalhar a reportagem quando vocês estiverem falando mal especificamente da Saúde”. A gente achou aquilo esquisito, mas aquela fonte mandou uma tabela de horários e de pessoas, que previa: em tal hospital vai estar fulano. A gente pensou: vamos ver se isso é verdade mesmo. A gente passou duas semanas conferindo as informações da tabela com a realidade. Hoje o Bem-Hur vai estar no hospital “x”, vamos ver se esses caras vão estar ali. A gente começou a identificar eles, a levantar a ficha dessas pessoas, há quanto tempo está empregada na prefeitura, quanto ganha. Em algum momento, a gente decidiu gravar, usando duas câmeras, e pensamos:

vamos documentar isso aqui que está chegando no limite. Então quando a gente decidiu colocar no ar, o Paulo Renato Soares foi para frente de um dos hospitais aqui e encarou o homem, fazendo a passagem. A passagem dele foi encarando todos ali. Me avisaram dois dias antes da matéria ir ao ar, que a gente precisava de mais alguns reforços. Quando eu entendi a dimensão, que tinham mais de 70 pessoas no esquema e que o prefeito estava diretamente envolvido, eu pensei: é um escândalo gigantesco. O dia seguinte foi uma loucura porque a gente teve que dar repercussão disso, teve Jornal Nacional, teve Encontro com Fátima. Agora o que eu acho mais interessante é que gerou um processo de cassação. Por mais que não tenha chegado a caçar o prefeito, isso gerou um processo de cassação dentro da Câmara de Vereadores, e o Ministério Público investigou. Tanto que no final do ano passado, eu, Paulo Renato e Natalia, a gente teve que prestar depoimento à justiça, com eles do lado, com os advogados do prefeito do lado de alguns caras, então isso ainda está acontecendo, principalmente por quê? Porque a gente tinha desvio de finalidade, improbidade administrativa, são vários crimes cometidos no mesmo ponto e tudo direcionado para o jornalista, para agressão ao jornalista. Esse caso eu acho que é muito paradigmático pelo momento que a gente estava vivendo. Quer dizer, você empregar recursos públicos contra uma emissora, não eram para todas as emissoras, era para uma emissora específica. E direcionando o ódio da população para ali. A partir do momento que às vezes eles viam um, dois ou três xingando, pessoas por perto se sentiam à vontade para vir também, para agredir. Isso legitimava a agressão dos outros. Mas também tinha gente que vinha defender, era bem curioso.

Gabriel Landim - Na reportagem do Paulo Renato Soares, há um trecho de um dos ataques que fizeram com você. Como era no dia a dia, para você, passar por estes momentos?

Bem-Hur Correia - Tiveram algumas situações e em vários momentos. Uma que eu lembro que foi um pouco mais agressiva foi a que eu estava em um hospital na Ilha do Governador, prestes a entrar ao vivo, e um cara veio e me empurrou, gritou, e saiu correndo, e isso vazou no ar. Essa foi um pouco mais agressiva comigo. Acho que com a Natália foi bem pior, porque os caras percebiam que ela era menina, que ela era mulher, e foram para cima dela. Então, a partir do momento em que a gente começou a receber essas agressões, a gente começou a sair com seguranças para a rua. Até hoje a gente tem algumas equipes de segurança disponíveis para as equipes da manhã. Então, nessa época, todas as equipes de reportagem estavam saindo com dois seguranças. Todas. Exatamente para evitar que a gente fosse agredido, porque a gente percebeu que estava demais. Eu nunca tinha visto isso em nenhuma televisão do mundo. Ter

que sair com a equipe de segurança é normal só para fazer uma matéria específica. E aí todas as equipes começaram a sair com segurança, a gente ficou pelo menos uns seis meses com todas as equipes saindo com segurança, e aí depois disso diminuiu um pouco. Hoje em dia, se a equipe vai para algum lugar mais perigoso, ela ainda sai com segurança. Mas depois que passou tudo isso, passou. Mas eu não senti tanto a ameaça física, era mais verbal, agressão verbal, sabe? Até eu compreender que aquilo era sistemático, demorou. Primeiro eu ficava realmente chateado e mexido com aquilo, sabe? Atrapalha seu trabalho, atrapalha sua concentração, seu foco. Você está prestes a entrar ao vivo e tem alguém te perturbando, aquilo mexe realmente com o emocional. E também porque eu pensava: será que essas pessoas não estão entendendo o que está acontecendo? A gente viveu um momento de pandemia, então era um momento super delicado para todo mundo, onde a Globo estava sendo muito questionada, as instituições estavam sendo muito questionadas, o Ministério da Saúde estava sendo questionado, então era um momento de efervescência. Então aquilo me gerou uma insegurança muito grande, um abalo emocional em vários momentos. A partir do momento que a gente percebeu que era sistemático, a gente pensou: agora eu entendi o que está acontecendo. Não era uma demanda social, era muito mais um jogo estratégico e político do atual prefeito.

Gabriel Landim - Qual era o perfil dessas agressões? Os agressores davam sinais?

Bem-Hur Correia - Eles sempre agiam em grupos de duas ou três pessoas. Era uma dupla ou era um trio, sempre. E eu comecei a achar muito mais esquisito a partir do momento que a gente via aquelas ações de carro. Os caras passavam de carro gritando, daqui a pouco eles vinham a pé. Ou seja, ele estava chegando um pouco depois da gente, sabiam onde estávamos. A gente começou a achar realmente esquisito. Mas a gente nunca vai pensar que é a prefeitura, não tem como.

Gabriel Landim - Quando começou essa articulação?

Bem-Hur Correia - De maio de 2020 até setembro de 2020 era um pouco mais incisivo, que é o tempo em que eles começaram a recrutar e a contratar esses caras. Quem eram esses caras? Eles eram, normalmente, pessoas ligadas à igreja do Crivella. Eram pessoas de confiança, pastores, que ele contratou para isso. O chefe de gabinete era um dos pastores ligados a ele. Então, ainda havia essa relação inteira com a igreja evangélica.

Gabriel Landim - E tinha ligação direta com a eleição?

Bem-Hur Correia - O foco era a eleição. Eleição pra prefeitura. Ele sabia que a pandemia ia ser um calcanhar de aquiles para ele, porque ele estava apoiando Bolsonaro. Então ele percebeu isso. A eleição era o foco.

Gabriel Landim - **Você descreveria esse episódio - ou esse conjunto de episódios - como uma violência? Foi direcionado a você, enquanto profissional da imprensa, ou à emissora que você trabalha?**

Bem-Hur Correia - Eu acho que sim, é violência. E eu acho que é um cerceamento de trabalho e de liberdade de expressão. O objetivo estava muito claro ali. Eles não queriam que a gente passasse informações para o público, eles queriam interromper o nosso trabalho o tempo inteiro, então eles faziam de tudo para que a gente não conseguisse chegar até o final das nossas entradas ao vivo, esse era o grande objetivo. E aí esse “fazer de tudo” implica, sim, ser violento, tanto verbalmente, quanto, às vezes, fisicamente. O episódio da Natália é muito emblemático, porque eles são violento inclusive com a entrevistada dela. Isso é muito cruel, porque a senhora estava precisando de atendimento e eles vão em cima dela, da entrevistada. Então o objetivo deles era realmente parar o que pudesse falar mal da imagem dos hospitais municipais. A violência não era direcionada apenas à emissora, era para a pessoa física que estava ali, era para o jornalista que estava ali. Claro que a emissora está por trás. O grande órgão ali. Era para a Globo, porque a Record não fazia esse tipo de entrada, porque era alinhada com o prefeito, obviamente. Então, não era algo só para parar a emissora ou a instituição Globo. Eu me sentia violentado, eu me sentia agredido.

Gabriel Landim - **De que maneira você lidava com isso? Tanto no momento da ação quanto depois, ao ir pra casa após o trabalho? Emocionalmente, inclusive.**

Bem-Hur Correia - Um desses episódios, logo no começo, foi um pouco mais cruel porque, como eles vinham gravando, foi um caso que viralizou logo depois. Não viralizou no país, mas aqui no Rio de Janeiro. Ficou uma imagem de que eles estavam colocando um repórter da Globo para fora. Eles vieram para cima de mim e, normalmente, eu sou muito tranquilo; eu olhei o que estava acontecendo e, nessa época, nem tínhamos segurança, foi logo no comecinho. Eu olhei e saí da ação, não discuti. E eles disseram: “a gente tá expulsando, a gente tá expulsando” e vieram para cima. E esse episódio viralizou. Quando eu vi isso em casa, eu pensei: é uma derrota profissional. Isso mexeu muito comigo. Mas depois, quando a gente começou a entender o mecanismo do negócio, aí eu já “mudei a chavinha”. Já comecei a ser um pouco mais malicioso com os caras. Tanto que eu virava a câmera. Quem chegava para mim assim, eu dizia:

“quer aparecer?” Se eu não estivesse ao vivo, eu dizia: “grava ele ali”. E como eles perceberam que a gente estava começando a gravar o rosto deles, aí eles saíam, eles fugiam. Então você começa a adotar estratégias para não ser tão agredido assim.

Gabriel Landim - O que mudou na rotina produtiva e nas suas atitudes pessoais?

Bem-Hur Correia - Mudou muito. Hoje em dia, sempre que eu tenho que entrar ao vivo no Bom Dia Rio, eu sempre procuro estar em um local, por exemplo, onde minhas costas não fiquem tão vulneráveis. Se eu tiver sem equipe de segurança - e às vezes eu estou ainda – vejo se as minhas costas estão vulneráveis, se alguém pode invadir. Eu fico monitorando as laterais, pensando qual é o local que eu posso fazer, onde tudo vai sair perfeito, onde consigo dar a minha mensagem até o final e isso não vai ser prejudicado. Então a gente começa a ter um outro tipo de proatividade na rua para você não ter o seu trabalho manchado. Porque as pessoas pensam que é “só uma entrada ao vivo”, mas na verdade é seu trabalho no dia a dia ali. O que você está fazendo no dia a dia. Se você não chega no fim de uma entrada ao vivo, você não completou seu trabalho, não concluiu sua missão de estar ali.

Gabriel Landim - Há um protagonismo da câmera, ou seja, o equipamento foi utilizado para, de certo modo, enfrentar os agressores?

Bem-Hur Correia - Esse uso defensivo de equipamento de imprensa, como “armas”, como objeto de defesa, vem como documentação do jornalista. É só a gente observar jornalistas que cobrem áreas de conflito. Marcos Uchôa sempre fala isso: que a câmera e o microfone são as minhas proteções nesse momento em que eu estou cobrindo um conflito. Ele tá ali, ele sabe disso. É engraçado isso, eu ter que comparar a situação da gente aqui com uma situação de zona de conflito, mas é mais ou menos isso: o uso que a gente faz dos nossos objetos de profissão. Eles já têm essa característica de serem defensivos para a gente. Eu não vejo como algo muito novo. A gente já sabe usar isso, a gente já sabe fazer isso.

Gabriel Landim - Nós, que contamos histórias de personagens, passamos a ser personagens da matéria. Você percebe isso? Como se sentiu enquanto personagem?

Bem-Hur Correia - Eu estava mostrando uma agressão que eu sofri, com o objetivo de denunciar uma ação que a gente tinha descoberto da prefeitura. Então, eu senti a ideia da missão profissional, entendeu? Eu acho que isso é que estava me movendo ali, no momento. Então, o lance de ser um dos personagens da ação, eu já tinha entendido que era aquilo. Eu vou contar o

que a gente está passando no dia a dia, para a gente mostrar, na verdade, o que está por trás dessa ferramenta aqui. Eu não estava contando ou mostrando a minha história gratuitamente.

Gabriel Landim - Você acha que episódios assim devem ser noticiados?

Bem-Hur Correia - Claro. Acho que quando a gente mostra episódios assim, de violência contra jornalistas, a gente tá mostrando para a sociedade. Não é uma defesa de classe, a classe se defendendo, a gente tá mostrando, na verdade, um ataque institucional à sociedade. É um ataque a uma instituição da sociedade que é a imprensa, que é a mídia livre. Pode ser um caso de ataques pessoais direcionados, mas, na verdade, sempre serão institucionais. A gente representa a instituição, quando a gente está ali com o microfone, com câmera, anotando ou com uma máquina fotográfica.

Gabriel Landim - Quais os elementos utilizados para contar essa história?

Bem-Hur Correia - A segunda câmera que a gente posicionou, eu não encaro como um elemento narrativo de construção da história, mas ela é uma ferramenta de reportagem, é uma ferramenta de documentação. Ela não estava ali para servir à narrativa da matéria, ela estava para documentar de um outro ponto de vista, ou seja, fazer realmente um trabalho jornalístico. Não só de construção narrativa, para ter, por exemplo múltiplos ângulos da ação, mas como uma ferramenta de reportagem. A gente conseguiu através de ferramentas de reportagem, trazer o nome dos autores, identificar, trazer a função.

Gabriel Landim – Você tem o costume de registrar os bastidores no dia a dia? Há uma orientação da emissora de gravar uma agressão com a câmera ou de usar um celular?

Bem-Hur Correia - É instintivo. Dificilmente eu vou sacar o celular numa ação dessa para querer gravar, porque eu sei que meu “câmera” vai estar gravando. Eu também não tenho essa reação de gravar no momento. A gente não tem essa orientação de gravar bastidores. Nesse momento, pra essa reportagem, a gente preferiu fazer porque era esse elemento de comprovação. Depois desse episódio, a gente teve dois cursos de defesa e de estratégias de conflitos com especialistas, sobre o que fazer, por exemplo, em momentos de tensão, quando a equipe é atacada. O que fazer no momento de uma manifestação um pouco mais agressiva. Isso aconteceu tanto antes da eleição de 2020 quanto no período pré-eleição de 2022. A gente teve esses reforços para entender como poderíamos entrar nesses momentos e o que a gente poderia fazer para sair disso.

Gabriel Landim - Houve algum tipo de apoio, depois do que vocês passaram, por parte da empresa? Qual foi o posicionamento da empresa?

Bem-Hur Correia - Quando a empresa entendeu que era um ataque institucional, ela se coloca totalmente favorável. Perguntaram se eu e a Natália precisávamos de apoio emocional. Eu não solicitei, mas eu me sentia apoiado. Até porque era de interesse de todo mundo mostrar o que estava acontecendo ali, então eu senti um suporte.

Gabriel Landim - Isso impactou no processo de produção?

Bem-Hur Correia - Na primeira semana de janeiro, eu tive que ir para frente do acampamento golpista do Comando Militar do Leste. Então quais eram as estratégias que a gente iria usar para chegar ali? A gente sabia que ia ser agredido. Verbalmente, pelo menos. Então muda toda a nossa forma de produzir. Eu tive que conversar com a prefeitura local para a gente subir numa escola perto e conseguir fazer uma imagem de cima porque a gente também não podia contar com o exército. Isso para a gente conseguir fazer a imagem aérea um pouco mais afastada. Eu desci com a câmera sem mostrar o microfone, fiquei na frente dos caras. Quando os caras perceberam, vieram para cima, eu tive que sair, deixei só o “câmera” lá. E aí no momento que a gente percebeu que a coisa ficou um pouco mais tensa, todo mundo se afastou. Eu tinha dois seguranças ali no momento, um dos meus seguranças voltou para entender o que estava acontecendo. Quando ele voltou, percebeu que o fotógrafo que estava pela Folha de São Paulo foi agredido naquele dia. E aí a gente protegeu o cara. E eu consegui entrevistar ele. A gente entrou, depois, na GloboNews, com a informação do fotógrafo, de que eles deram um tapa na cara do fotógrafo da Folha de São Paulo. Então, quando você passa por esses episódios, você começa a ter que adotar exatamente aquelas estratégias [pensando] sobre como eu vou cobrir esse evento. Eu estava lá pra cobrir a retirada deles, a saída, o desmonte do acampamento. Eu não podia chegar muito perto, eu não podia entrevistar ninguém. Você tem que contar a história, mas você também não pode ouvi-los. É muito esquisito.

Gabriel Landim - O caso foi considerado como de grande critério de noticiabilidade? Como esse assunto foi visto na redação, a ponto de ser compartilhado entre o RJ2 e o Jornal Nacional?

Bem-Hur Correia - A matéria foi feita em sigilo, tanto que só quem sabia que ela estava sendo produzida era o chefe de redação, o repórter Paulo Renato, a produtora envolvida no assunto, eu e os editores do RJ2. Outras pessoas não sabiam dessa matéria. Assim que ela foi para o ar, o chefe de redação decidiu que precisava dar isso no JN. Dar no JN também seria uma resposta

institucional. Pensou-se que o caso era extremamente sério, o uso de máquina pública para atingir a imprensa e especificamente a TV Globo. Então acho que foi uma resposta institucional.

Gabriel Landim – Vocês enxergaram um valor jornalístico grande neste episódio?

Bem-Hur Correia - Foi um furo. Foi manchete de todos os jornais no dia seguinte. Então acho que sim, as pessoas entenderam o tamanho do fato, principalmente depois que a matéria saiu. Vários colegas de reportagem também não sabiam. Então assim que a matéria saiu, a gente se sentiu muito aliviado, a gente entendeu, enfim, o que estava acontecendo.

Gabriel Landim - Você e seus colegas não foram ouvidos enquanto vítimas, mas aparecem na reportagem sendo interrompidos e cerceados. Nos próprios vivos, vocês tinham a oportunidade de mostrar o que estava acontecendo. Você teve espaço para se manifestar?

Bem-Hur Correia - Eu acho que eu tive esse espaço talvez na entrada do dia seguinte do Encontro com Fátima. Talvez ali sim, que era um espaço onde a gente podia conversar um pouco mais, pra ouvir esse lado do repórter. Mas na matéria, para mim não fez falta. Até porque, o que a gente queria mostrar era a ação e o porquê estava acontecendo. Então, eu, honestamente, acho que não precisava do depoimento da gente. Já mostrava o que estava acontecendo e quando estava acontecendo.

Gabriel Landim - O que ainda precisa mudar? Quais os avanços ainda necessários?

Bem-Hur Correia - A agressão ao trabalho do jornalista teve uma escalada nos últimos anos por causa do acirramento dos posicionamentos políticos extremistas aqui no Brasil, especificamente. Se a gente pensar em outros países, a gente vê a mesma coisa, o reflexo disso. Eu nunca vou esquecer da cena do Capitólio, do momento em que eles invadiram o cercado de jornalistas e quebraram todo o equipamento das principais redes dos Estados Unidos. Aquilo é muito emblemático. Eu acho que a gente tem que amadurecer enquanto sociedade mesmo. Os próprios jornalistas exporem as situações é uma forma de tentar amadurecer esse debate, de mostrar “olha, não é assim que a gente dialoga numa sociedade democrática, numa sociedade desenvolvida, enfim, bem estabelecida”. Não é através de uma agressão institucional, de uma agressão pessoal aos jornalistas, que a gente vai conseguir marcar posicionamentos políticos. Então esse é um debate que tem que ser construído mesmo, aos poucos. Eu não vejo outra opção a não ser continuar mostrando, tentando criar essa consciência de que o veículo não é o grande vilão da história. O que a extrema direita, nos últimos anos, tem colocado é a “vilanização” da imprensa profissional ao redor do mundo e isso é extremamente danoso para sistemas

democráticos no geral. Esse sempre foi o objetivo. Então o que a gente tem que continuar fazendo é propor esse debate, e apontar: quando você agride um jornalista, quando você interrompe o trabalho de um jornalista, você não está direcionando só para ele, mas atacando uma instituição social maior. Sobre penalizações, sobre responsabilizações, os sistemas penais já estão prontos para isso, não vejo necessidade de abrir exceções, por exemplo, pra agressões a jornalistas.

APÊNDICE C – entrevista com Leandro Matozo

Transcrição da entrevista realizada virtualmente em 28 de dezembro de 2022 com Leandro Matozo, repórter cinematográfico da TV Globo em São Paulo.

Gabriel Landim – Como foi aquele episódio em Aparecida em 2021?

Leandro Matozo - Eu estava na GloboNews, e naquele dia eu fiz o SP1 também. Eu fui pela Globo, com o [repórter] Vitor Ferreira. E fui pela GloboNews para cobrir a parte política. Várias lideranças foram naquele dia na celebração. Mas a gente também fez o SP1 voltado para o evento, para a data [do dia de Nossa Senhora Aparecida]. Geralmente quando é algo grande e nacional, eles mandam reforço. Deixam, geralmente, a equipe da região fazer o VT e a gente de São Paulo vai mais voltado para o factual. Tanto que, naquele dia, tenho quase certeza que a gente não fez VT. A gente fez entrada ao vivo na GloboNews e no SP1, gravando tudo que estava acontecendo para todas as redações usarem. No dia foi o Alckmin, o próprio Bolsonaro, não me lembro se alguns ministros, foram vários nomes conhecidos da política nacional. O fato curioso é que, no momento da agressão, a gente não estava trabalhando. Isso é um fato muito curioso. Fui eu, o Vitor Ferreira e o Marcelo assistente. Essa foi a nossa equipe. A gente saiu cedo de São Paulo, fizemos a entrada da GloboNews, depois a entrada do SP1. No decorrer da tarde, a gente ficou acompanhando as falas: Bolsonaro subiu lá, fez uma fala e a gente seguiu acompanhando. Só que, até então, não aconteceu nada demais, não aconteceu nada de anormal nas falas. A politicagem de sempre ficou nisso. Eu e o Vitor estávamos na espera da direção fechar um ao vivo com a gente para atualizar as informações. Como a direção não havia falado se a gente ia entrar ou não, a gente escolheu o lado de fora para fazer essa possível entrada ao vivo, que não estava definida de acontecer no final da tarde, depois que o Bolsonaro já havia ido embora. A gente ficou parado ali. Então, o que foi curioso? Normalmente as equipes são agredidas já gravando, quando estão prontas para entrar ou já ao vivo. Eu deixei a câmera abaixada, desligada, o microfone ficou em cima da mochila, e eu e o Vitor estávamos batendo um papo de vida. A gente tem até uma amizade fora da TV, então a gente ficou falando de filho, de filha, de outras coisas. E o Didino, que era nosso assistente, saiu de perto para tirar o carro que estava parado longe. A gente estava ali. Eu lembro que até levei minha máquina fotográfica, tirei foto do Vitor, tirei foto da movimentação. E chegou um sujeito. Depois a gente descobriu que ele é professor de escola pública, dá aula de educação física. Esse cara chegou. Tinha um monte de gente que já havia visto a gente, cumprimentado, brincado, aquela coisa de sempre. Um ou outro que resmungou alguma coisa, mas ninguém passou do ponto. E esse cara chegou falando que a Globo era lixo, a gente ficou quieto e fingiu que não ouviu, só que o sujeito não

parava. Normalmente, você não dava muita atenção e o cara sai. É o que eu fiz a vida inteira. O cara não parava. Começou a inventar *fake news*. Não lembro exatamente, mas ele falava uns absurdos e eu respondi com coerência. O Vitor ficou quieto no celular, tentando dar um jeito do agressor sair, mas ele continuou. Nessa hora tinha um grupo de policiais a uns 30 metros da gente. Uma hora ele falou assim: se eu pudesse eu matava vocês. Ele falou com essas palavras. Na hora que ele falou isso, o Vitor levantou a mão e já foi na direção da polícia. Já levantou os braços. Nisso que ele foi na direção da polícia, o cara foi vindo para perto de mim. Qual foi o meu vacilo? Eu desacreditei que o cara fosse me agredir. Se ele tivesse faca, qualquer coisa, poderia ter sido pior. Mas eu desacreditei. Então eu fiquei parado e ele foi chegando perto. Ele foi perdendo a paciência. Eu estava numa fase bem complicada, porque eu perdi o meu pai para a Covid. Um pai parceiro, que ia fazer 40 anos de casamento com minha mãe. Então eu já estava com tudo isso atravessado. Ele foi chegando perto de mim e me deu uma cabeçada: dei muita sorte, porque atingiu uma parte mole do nariz; se tivesse pegado um pouco para cima, poderia ter quebrado. Eu demorei a acreditar que tinha acontecido. Quando eu virei para baixo, estava pingando sangue do meu rosto. E eu pensei: não acredito que isso aconteceu. Ele se afastou, a polícia chegou na hora, a polícia viu que aconteceu, foi um flagrante, porque o Vitor estava voltando com a polícia no momento. Já começou a vir aquele monte de gente querendo ajudar e eu sem entender nada do que aconteceu. Um grupo de policiais me levou no banheiro para eu lavar o rosto e perguntou se eu queria que chamasse um médico. Mas aí que entra a grande bizarrice da história. O policial disse: vamos na delegacia. Eu fui em um carro com dois policiais, o cara foi na outra viatura com não sei quantos policiais, o Vitor e o Didino foram no carro da TV seguindo a gente. O que tinha que ser feito e, na hora, não percebi muito? Como foi um flagrante, eles deveriam ter me levado para delegacia e eles levaram para um batalhão ou para um posto da polícia, não me lembro. O cara ficou dando o depoimento dele. Na nossa impressão, os caras não estavam querendo levar adiante porque era feriado e tudo mais, ia dar um trabalho danado para seguir com isso. O policial tentou me convencer de uma forma sutil que não foi um flagrante. Eles viram que eu fui agredido, porque eles estavam vindo. O cara fez uma ameaça de morte com o Vitor. E aí, para amenizar a situação, eles quiseram argumentar que não. Que eles vieram, mas não viram a hora que aconteceu. Era uma mentira. E o que aconteceu? E o que aconteceu? A polícia deu carona para o cara que me agrediu, de volta para o Santuário. Eu só pensei: o que tá acontecendo aqui? O Vitor colocou no Twitter, e ele tem bastante seguidor, era do Profissão Repórter, do Fantástico, um cara conhecido. Meu celular não parava de vibrar, porque, no momento que ele postou essa situação, que a polícia deu a carona para o agressor, Marcelo Adnet retuitou, Felipe Andreoli, vários outros artistas, nomes

conhecidos da música, do humor, da política. E deu uma repercussão. A direção da TV, o jurídico, os repórteres, já foram atrás de contatos na polícia. Obviamente que eu fiz um B.O. no dia seguinte, na delegacia próxima da TV, e a coisa entrou nos trilhos para o jurídico da emissora acompanhar. Saiu no Jornal Nacional, teve a fala do Bonner, saiu em todas as mídias. A vida inteira eu estou na correria de música, nos meus trampos na TV, e eu fui ficar famoso porque um cara me deu uma cabeçada. Depois saiu no UOL. A TV quis segurar um pouco. A preocupação era que poderia transformar o cara em Herói. Eu estava com medo de ter uma repercussão negativa, porque tenho ideias progressistas, por muito tempo tive projetos culturais para levar pessoas para dar palestras para as comunidades, enfim, sempre me pronunciei, mas eu tomava muito cuidado para não misturar a TV com as minhas opiniões. E quando eu vi, foi o contrário: eu saía na rua para gravar e o pessoal das outras emissoras vinha conversar comigo, gente da TV que eu conhecia de vista passou a ter uma aproximação maior, foi um negócio completamente positivo nessa parte. O caso passou a correr no jurídico da TV, ainda está correndo. Não sei como vai ser, se o cara vai pagar cesta básica, se vai ter indenização, mas está correndo. Mas dei sorte, não quebrei nada. Passei a ficar mais atento. Às vezes você tá na rua ali gravando, chega um sujeito e você não sabe se ele ama a TV, se ele assiste a novela, se assiste o Big Brother, ou se o cara simplesmente quer ver a gente morto, entendeu? Sempre chega alguém, fica meio parado ali, e passei a ficar muito assustado. Teve o caso do Ronaldo de Souza que é um parceiro, “trocentos” anos de Globo, e tomou uma “correntada” na mão. Com seus 50 e poucos anos, o cara com a mão quebrada fazendo fisioterapia porque alguém falou que não era para gravar e ameaçou soltar um pitbull para atacar ele e o repórter Renato Biazzini. Tiveram que correr na rua, com o equipamento todo, para não ser ainda pior. Agora, acho que aliviou bastante. Eu fui com o Caco Barcellos, pelo Profissão Repórter, cobrir a apuração no hotel próximo à Alameda Santos. Eu fui cobrir a parte da apuração, então eu fiquei com o Caco gravando a votação e em seguida a gente foi para a Paulista, para acompanhar a festa. Não teve nada de esquisito, nenhum tipo de ação violenta, nada.

Gabriel Landim - Qual foi a pior época, quando se trata de violência?

Leandro Matozo - Na época que tiraram a Dilma, o pessoal da esquerda ficou cabreiro com a imprensa. Em 2013, o “bicho pegou”. Desde 2013, foi piorando, foi indo ladeira abaixo. Mas eu lembro que quando o pessoal da esquerda estava bravo, era um outro tipo de abordagem. As pessoas não queriam dar sonora, alguém vinha com uma faixa atrás, mas uma faixa de apoio à Dilma, alguém ia xingar a imprensa, e alguém chegava e dizia: “não, eles estão trabalhando”. Uma situação que eu tive um risco grande foi com um grupo radical anarquista que não tinha

frente política, que fazia uma manifestação chamada “morra Temer”. Eu fui no motolink sozinho, acompanhando o ato, que era pequeno, e fui questionado de onde eu era. Normalmente eu falava. Eles grudaram em mim, mas passou.

Gabriel Landim - Você caracteriza os últimos anos, sobretudo os de governo Bolsonaro, como os piores?

Leandro Matozo – Completamente. Não tem comparação. Foi completamente diferente a abordagem. Completamente. A gente está falando de o cara chegar e gritar na cara de uma repórter mulher, de agredir um repórter cinematográfico idoso, de bater com um tripé, de jogar a câmera no chão. Às vezes você senta em uma mesa de bar, você critica até quem recebeu seu voto, existe um diálogo. Nesse caso, não. Pessoas que tomavam vacina, passaram a falar que não iam se imunizar porque alguém falou que não é pra tomar. Você via um professor que era PT e outro que era PSDB discutir política. Discussão válida. Mas a gente chegou no nível que um cara chegava na TV, fazia chacota de gente morta e você não podia criticar, porque você ia ser agredido.

Gabriel Landim - Foi um episódio direcionado a você ou à emissora?

Leandro Matozo - É como se eu fosse um sujeito do mal por trabalhar na TV Globo, na cabeça do cara. Eu não sou um cara religioso, sou ateu desde moleque, mas fui lá no evento religioso, gravei com maior carinho do mundo, fiz as imagens bonitas do pessoal orando, completamente profissional, essa é minha postura. A raiva dele era o quê? O Bolsonaro foi no lugar e a emissora Globo seria a emissora, na cabeça dele, que ataca o Deus dele. Ele me agrediu, mas poderia agredir o Vitor, o Didino, quebrar a câmera. Ele me agrediu não pela minha pessoa, ele agrediu por ódio à emissora que fala do político de estimação dele. E não é que fala mal: relata a notícia do que tá acontecendo. Ele está falando que não é para colocar máscara, e está todo mundo falando que é para usar. A emissora está falando que ele induziu a não colocar, então não está mentindo em nada. Eu não sei como é que eu vou explicar para o meu filho e para minha filha o que aconteceu nesse período. Todos os órgãos, todos as empresas, todo mundo falando que era para ficar isolado em casa e o sujeito abraçando idosos na rua sem se vacinar. Eu não sei como vou explicar esse tipo de coisa.

Gabriel Landim - Como você lidou com o episódio em Aparecida e como você lida com essas situações, após o ocorrido?

Leandro Matozo - Não entendi o que aconteceu. Eu demorei a entender e a acreditar no que tinha acontecido, mas depois eu passei a ser um cara muito mais cauteloso, até quando alguém chega para conversar sobre algum assunto. Eu sempre fui um cara aberto, sempre conversando com todo mundo, sou filho de vendedor, de vendedora, desde criança sempre aberto a conversar. Passei a reduzir essa minha postura, sim. Eu passei a chegar no lugar, dar uma olhadinha pra ver o que tá “pegando”, se tem um fulano que tá olhando muito para o equipamento, se tá olhando muito para o microfone, se fez cara feia, se você dá um bom dia e o cara não sorri, então eu passei a ser muito mais cauteloso. Eu passo a prestar muita atenção. Por exemplo: vou gravar um projeto que a galera diz que é legal, eu procuro dar uma olhadinha no Facebook da pessoa para ver o que ela pensa. Esse episódio me transformou num sujeito desconfiado. E eu acho ruim isso, porque a gente é jornalista e a gente acompanha pessoas, histórias de pessoas, histórias de vida. O que uma “canetada” interfere na casa da dona Maria do outro lado da cidade. É isso que a gente tá acostumado, só que agora você tem que olhar muito mais desconfiado. Passei a ser um cara muito mais desconfiado, muito mais impaciente com certas coisas. Eu trabalhei muito minha cabeça, ultimamente, por causa disso. Às vezes, alguém da família fala um absurdo e eu acabo sendo mais ríspido. Excluí muita gente de rede social, porque eu tentei dialogar uma vez e não foi, tentei de novo e não foi, na terceira eu pensei: valeu, valeu, agora somos somente dois conhecidos. É ruim, eu acho. Mas um “ruim necessário”, porque passou a afetar minha saúde mental. Esses dias eu estou voltando à minha rotina, sempre alegre, mas eu fiquei um período completamente desconfiado, completamente. Teve um episódio até recente, para você ver como são as coisas: eu fui levar minha moto para arrumar na rua de trás. O mecânico era aparentemente bom. Eu cheguei, cumprimentei e já vi uma bandeira do Brasil na oficina; não era copa do mundo, então eu já pensei: motociclista com bandeira do Brasil, vou evitar me aprofundar muito. Ele falou alguma coisa de pandemia e eu contei o que aconteceu com meu pai; o cara se solidarizou. Em seguida, ele falou que não usou máscara nenhuma vez, mas eu tomei muito cuidado para o assunto não fugir disso. O cara me atende, mas eu não vou trocar redes sociais com ele. Isso complicou profissionalmente, mas também na vida pessoal.

Gabriel Landim - **Qual foi o impacto no processo de produção da Notícia? Vocês mudaram alguma atitude? A empresa fez alguma adaptação na rotina de vocês?**

Leandro Matozo - Uma coisa foi muito complicada: eu sou o cara que está ali, com a câmera no ombro, entrando em tudo, buscando a notícia, e a gente saiu de campo. A gente passou a fazer entradas ao vivo em cima de prédios, de dentro da emissora, então você perde até uma

certa credibilidade. “Vocês estão se escondendo? Vocês estão fugindo? Vocês são a verdade, mas estão fugindo?” É uma leitura que eu acredito que as pessoas fazem, até de forma subliminar. Essa foi a parte mais gritante. Mas você tem uma questão de segurança. Você chega com uma câmera, você e o repórter no lugar, você tem um tipo de recepção. Chegam você, o repórter e dois seguranças, você tem outro tipo de recepção. Você chegar no local com a canopla do microfone, com o logo da emissora no carro, você tem um tipo de abordagem. Mas se você chegar com o carro sem nada, é outra. É a maior emissora do continente, uma das maiores do mundo, e a marca está sendo escondida. O poder da marca. Claro que os fãs da Rede Globo, do Jornalismo da Globo, passaram a “gritar” e a defender nas redes. Mas passou a ser um lance louco: você chegava no lugar e você tinha um louco xingando. Em alguns lugares públicos que você vai gravar, você começa a perceber um tratamento melhor para emissora A ou B. Você vai usar um banheiro e dizem que está quebrado. Estou sendo injusto se eu falar que é em todo lugar, mas em alguns, começaram a fazer isso comigo. Se íamos a um posto de gasolina e era só dar um “joia” para gravar, agora dizem que “tem que ver direitinho”. Eu brinquei esses dias no Facebook que, quando eu nem pensava em estar na TV, eu vivia reduzindo o passo para alguém me entrevistar, e agora eu estou do lado de cá e um monte de gente fica negando dar sonora. Você tem um trabalho maior para conseguir três sonoras.

Gabriel Landim - Houve mudança nos carros? O carro blindado passou a ser usado para este fim? Retirou-se adesivos?

Leandro Matozo - O carro blindado é usado na madrugada, pelo pessoal que faz muito caso de roubo, de acidente, entra em alguns lugares inseguros. A questão da logomarca, após algumas reuniões, ficou decidido que o uso é opcional. Por mais que tenha um maluco na rua, você não vai sair e tomar uma pedrada, no outro dia de novo, e no outro dia de novo. É uma situação igual ao assalto: você pode sair a vida inteira na rua e não acontecer nada, e ser roubado quando está menos esperto. Então ficou opcional. Tem um ímã, que é o logo da emissora. Você vai gravar um evento Lollapalooza, não tem porquê ser escondido. Você vai gravar uma sonora com um economista, tudo bem. Agora você vai gravar no centro de São Paulo, algo neutro, factual, ninguém sabe o que você está indo fazer, aí a galera acaba optando por não usar o logotipo da emissora no carro. Microfone, eu lembro que no período de 2013, 2014 e 2015, na época do Movimento Passe Livre, tinha muito repórter entrando sem canopla, porque gera um comportamento de massa. Às vezes você pode estar com a canopla, um doido gritar alguma coisa e todo mundo avançar. Hoje em dia a galera está usando a canopla sempre, exceto nos atos a favor do governo [Bolsonaro]. Nesses casos, mandam muito produtor gravar. O

Globoplay fez muito material interessante para ser lançado: o jornalista se colocando como independente. Depois da eleição, eu acho que deu uma aliviada. Minha percepção.

APÊNDICE D – entrevista com Paulo Renato Soares

Transcrição da entrevista realizada virtualmente em 07 de fevereiro de 2023 com Paulo Renato Soares, repórter e apresentador da TV Globo no Rio de Janeiro.

Gabriel Landim - No cenário da violência e do cerceamento contra jornalistas, o caso dos Guardiões do Crivella foi o mais emblemático que você vivenciou?

Paulo Renato Soares - Gabriel, primeira coisa que eu queria dizer é que é admirável seu esforço, trabalhando, a gente sabe como é a vida corrida de repórter, e fazendo um mestrado. Parabéns por esse esforço, para você e para a universidade que tem você lá. Não gosto de ter certeza de nada, ninguém é dono da verdade, mas acredito que todo tipo de cerceamento à imprensa é uma violência, mas é um cerceamento também à opinião pública. A gente tem que partir dessa premissa. Quando alguém ataca a imprensa, está atacando também os próprios eleitores dele, no caso de políticos ou de gestores públicos, no caso de interesse público, e que seja de empresas privadas. Você tem uma violência contra a população da sua cidade, do seu estado, do seu país. Então, cercear a informação, cercear o trabalho da imprensa, na minha opinião, é você cercear informação às pessoas, à população. Então isso é inadmissível. Não há de se tolerar isso na democracia. Mas é muito comum. É muito comum você pedir informações e entrevistas a representantes do poder público, sejam eles com cargos eletivos ou não, e ter isso negado. Simplesmente não te dá aquela informação, não te dá aquela entrevista. Assim, ele não está negando para a gente. A gente vai lá no jornal e fala: “olha, o Ministério da Saúde não quis responder às nossas perguntas”. São perguntas de interesse público. Ele não quis dar satisfação do trabalho dele, que é público, para as pessoas que o elegem, que pagam o salário de todos as pessoas que têm cargos públicos. E você tem vários tipos de cerceamento. Você tem o cerceamento quando ele se nega a dar entrevista, quando ele se nega a responder uma lei de acesso à informação, que ele simplesmente se nega, e você tem o cúmulo do político colocando sigilo de 100 anos para não dar informação. E aí você tem um caso mais grave que é a violência contra o jornalista. Aí você tem esse cerceamento aliado à violência, ou o cerceamento baseado na violência, ou o cerceamento feito com violência, que a gente já experimentou isso várias vezes. Você vai a algumas manifestações políticas, e aqui eu posso falar de praticamente todas as nuances partidárias: eu já fui expulso, com menos ou mais violência, de várias manifestações políticas, à esquerda e à direita. Então eu fui expulso. Dependendo do partido é com um pouco de educação “Olha, que a gente quer que você vá embora”. Dependendo do partido é na base do pontapé. Já foi expulso da frente da casa de candidato à presidência, já sofri com esse cerceamento e com violência várias vezes. É verdade

que no caso dos Guardiões do Crivella, eu não sofri, porque era muito comum acontecer isso no horário da madrugada, que é quando mais as pessoas procuram a rede pública precisando de emergência, de socorro. E só para lembrar um pouco: essas pessoas contratadas, do poder público, recebendo salários com dinheiro público, estavam a serviço do prefeito para cercear o trabalho da imprensa. E não só. Cerceavam o trabalho da imprensa com violência, tentando atrapalhar com esbarrões e com xingamentos, mas também impediam as pessoas de falar com jornalistas, então eles também agiam com violência contra as próprias pessoas, contra os próprios eleitores deles. Então, é um cerceamento a todo mundo, à população também, e eu acho que aquilo é o cúmulo. Guardiões do Crivella foi o cúmulo, porque você usa o dinheiro público para impedir de as pessoas da comunidade obterem informações sobre o poder público. Eu acho que isso é feito, às vezes é muito feito, sem que você saiba, mas ali estava tudo. Então para mim, como repórter, foi muito bom contar aquela história de modo a exercer o meu ofício, mas também por poder dar uma resposta, não uma resposta do Jornalismo ou do jornalista àqueles que estavam cerceando o Jornalismo. Antes de tudo, era uma resposta que a gente dava ao poder público e a agentes públicos que estavam cerceando as pessoas. O interesse primeiro é o interesse de garantir informação às pessoas, e as pessoas não estavam tendo informação. Se você ia falar que tinha um problema de atendimento, eles falavam que não, entravam na frente. Chegaram a empurrar a repórter Natália, o Ben-Hur, então a gente tinha esse material gravado e o editor-chefe falou assim: “precisamos fazer isso” e aí eu falei “precisamos, mas precisamos registrar como se fosse ao vivo. Eu, lá, passando por isso”. Eu fiquei dois dias registrando. A gente precisava mostrar. E foi um trabalho de produção excelente, que identificou todo mundo; descobrimos grupos de WhatsApp, fichas de contratação dessas pessoas. Em uma democracia, cercear o direito à informação? Estamos em 2023, com redes sociais, em um momento que a gente combate notícias falsas o tempo todo. Essa é a nossa obrigação por ofício, mas como cidadãos que querem um país melhor. É a nossa luta agora: combater a notícia falsa. Então a gente precisa da informação oficial para poder combater a notícia falsa. Muitas vezes a gente faz a nossa parte investigativa, um trabalho de formiguinha, procurar no site e tudo mais, mas você precisa ter a informação oficial. Então é inadmissível, inconcebível numa democracia, que haja um cerceamento do direito da informação.

Gabriel Landim - Como vocês decidiram colocar no ar, considerando que o caso teria um critério noticioso?

Paulo Renato Soares - Desde a primeira vez que aconteceu, isso se impõe. É notícia desde a primeira vez que aconteceu. O repórter tenta entrevistar alguém na porta do hospital, tenta falar

alguma coisa do hospital e é atrapalhado, é notícia. E isso apareceu nos vivos, alguns repórteres diziam: “olha, tem um cidadão aqui atrapalhado”, e como foi sistemático, e isso se impôs, isso tinha que ser denunciado, tinha gente fazendo isso na porta do hospital, isso nasceu como notícia. Isso já é notícia desde o primeiro momento que aconteceu, principalmente porque era nos ao vivos. O que fomos descobrindo depois é que isso acontecia de maneira sistemática e organizada. Alguém falou: “olha, são sempre os mesmos, e por que eles fazem isso? Sempre os mesmos e nos mesmos hospitais?” E aí começou um trabalho de produção, a produção conseguiu fontes que deram informações de quem eram essas pessoas, como se fosse um trabalho investigativo para descobrir onde essas pessoas trabalhavam. E aí foi um trabalho de muita apuração, muita produção, pra conquistar a fonte. Conquistou até pessoas que trabalharam com isso e deixaram de fazer, então a produção foi muito perspicaz nos contatos, foi muito inteligente, foi muito eficiente, para poder montar essa estrutura toda. E quando já tinha esse trabalho todo, o editor chefe falou: “a gente tem que fazer uma matéria para denunciar isso”. E quando eu olhei, falei: “caramba, isso é um absurdo”; e tomei a decisão e falei: “preciso passar por isso também”. E você me pergunta: o Jornalismo como um personagem? Mas eu insisto com você: é o Jornalismo como personagem, mas antes de ser personagem, a população está sendo enganada, a população tá sendo cerceada. Então é o caso em que, sim, eu fui um personagem, eu fui um repórter que estava lá, naquele momento, e pude mostrar como é que eles faziam aquilo, pude mostrar naquele momento como é que eles fazem aquilo. Mas antes do jornalista ser personagem, o personagem ali é a informação, é a população do Rio. Então eu acho que é uma consequência de você querer mostrar aquilo de um jeito que comprove ainda mais como eles agiam. Eu tinha as imagens deles. Eu não tinha o primeiro plano do cara chegando daquele jeito que eu obtive, quando a gente decidiu fazer aquilo. Eu falei: “vamos para a porta do hospital, eu também vou fazer o meu trabalho e se ele chegarem, eu denuncio”, e foi o que aconteceu. Eu comecei a trabalhar de manhã para poder pegar isso e aconteceu. Então o personagem, para mim, ainda é para quem a gente trabalha, que é a população, que é o brasileiro, que a gente quer dar a informação para ele. Então para mim o primeiro personagem dessa história é opinião pública, ela precisa estar informada e ela estava sendo enganada.

Gabriel Landim - Então vocês estavam noticiando o direito à informação das pessoas?

Paulo Renato Soares - Eu acho que isso é um ataque à democracia, um atentado à democracia. Como assim, ele decide o que vai ser dito sobre aquilo? Ele impede as pessoas, impede os jornalistas de contar o que está acontecendo? Ele impede as pessoas de denunciar o que está acontecendo? Isso não é democracia.

Gabriel Landim - A impressão é que você parece usar o microfone como um instrumento para escancarar o cerceamento. É isso, em sua opinião?

Paulo Renato Soares - As pessoas diziam: “obrigado, lavou a nossa alma”. E eu entendo isso. É duro para esses repórteres. Eu não estou nesse horário normalmente. Mas, você acorda às 3h da manhã, 3h30 da manhã na sua casa, vai lá para a porta do hospital. E era pandemia. Você está querendo dar informação para as pessoas, você tá querendo cumprir o seu ofício. Quando você entra na faculdade, você pensa: “eu quero ser um agente social, eu quero trabalhar com isso”. E aí você é cerceado, às vezes você é agredido. O repórter chega lá na redação e eu entendo isso. Mas mesmo eles, estavam mais bravos em não poder fazer o trabalho deles e não pelo que eles estavam sofrendo. Sim, o cara não me deixa fazer o meu trabalho. Meu trabalho é informar e ele não está me deixando informar. A queixa desses repórteres é o absurdo de não poder fazer, não poder cumprir o seu papel, e isso não cabe na democracia. Tem que dizer, tem que ter tudo às claras. Sobre o microfone e a câmera, depende de quem tá do outro lado, se ele vai encarar o microfone e a câmera como o inimigo ou como algo que possa ajudá-lo a explicar, a dar informação, a explicar malfeitos, a tirar ideias erradas, a desfazer confusões. A gente cansa de ver matéria no Fantástico com o Giovane Grizotti, em que os caras saem correndo dele. Então, assim, depende de quem é abordado. Eu vou abordar um cara que ele sabe que ele tá fazendo errado, ele sabe que ele está ganhando dinheiro e não é para estar ali. Então, eu fui para cima dele mesmo, acho que é isso que aconteceu, porque eu sabia quem eram eles né, eu sabia o que eles estavam fazendo ali.

Gabriel Landim - E você tinha informação deles também?

Paulo Renato Soares - No celular. Como eu não tenho muita boa memória, eu apareço lendo quem é. E eu fico procurando “você não é o fulano?”. Pode parecer que eu queria afrontar os envolvidos, mas eu queria desmascará-los. Eu nunca tive essa intenção de afrontar, de desafiar, de querer colocá-los no lugar deles. Eu queria desmascará-los, e eu precisava ser firme com eles porque eu não sei nem com o tipo de gente que eu estava lidando. Então eu queria desmascarar e eu acho que eu consegui. Se eles se sentiram afrontados ou se a imagem pareceu que eu estava confrontando, tudo bem, é uma interpretação, é o que parece, eu não vou lutar contra o que pareça. Mas eu queria desmascarar, o cinegrafista também chegava com a câmera para cima deles. Eu disse: “Você vai mostrar seu rosto, agora mostra seu rosto, você não tá aqui o tempo todo? Agora você diz quem você é, o que que você faz, eu quero ver se você vai fazer isso agora”. A palavra pra gente era desmascarar. Porque se fosse afrontar por aprontar, eu não

ia procurar quem era. Não foi essa minha postura. Minha postura foi: “você não é o Marcos? você não é o Carlos? você não trabalha na secretaria tal? você não deveria estar não sei onde? você bate ponto aqui?” Então eu estava com todas as informações para desmascará-los e porque a gente sabia que a prefeitura estava por trás disso. O prefeito quase sofreu impeachment por causa disso, duas vezes. Quase. Mas se safou.

Gabriel Landim - Então, o que se percebe não é somente uma defesa do Jornalismo, mas sim da liberdade da imprensa e o direito de informação da população?

Paulo Renato Soares - Você está trazendo uma questão para mim que não apareceu em nenhum momento assim: “a gente vai lá defender o trabalho do jornalista”. Não apareceu isso em nenhuma discussão. Ninguém levantou essa questão durante as discussões que a gente teve sobre como fazer a matéria, nem na edição. O nosso problema era o dinheiro público para impedir a informação que deve ser pública. Cara, a gente está diante de um absurdo. Não podemos admitir isso como agentes sociais, como cidadãos. Vamos mostrar como é que eles fazem. Mostramos tudo, descobrimos tudo, só faltava a cereja do bolo que era pegar eles agindo do começo ao fim ali, entende? Porque a gente já tinha o registro deles fazendo isso com outros repórteres, mas a gente não tinha exatamente como eles se apresentavam, como eles chegavam, e eu pude gravar isso naquela hora. Eu acho que o que nos moveu é querermos a informação mais fidedigna, clara, transparente, que a gente pudesse conseguir. Checada, recheçada; antes de publicar, saber quem eram essas pessoas, não cometer injustiça com ninguém. Vamos lá de novo, vamos checar. Esse cara: é ele? Vamos ver se é ele. Se não é ele, onde ele está? Pega lá no Diário Oficial. Ele foi nomeado? Qual o CPF e o RG? Quem é? É esse aqui. De onde ele veio? Como é que ele faz? A gente tinha os grupos, que eles batiam ponto pelo grupo, e eles falavam “ô chefia, cheguei aqui ó, tô aqui”. Fotinha. É a mesma foto? É a mesma foto. Pega a foto dele no Facebook, pega a foto dele não sei onde. Ele trabalha onde? Então, assim, tem processo rolando, o Ministério Público entrou com tudo contra eles, então tá rolando também. Criminalmente, eles vão responder, porque tem crime também nisso. Desvio de função, falsidade ideológica, tem um monte de coisa.

Gabriel Landim - Quais os elementos que você utilizou para construir a matéria? Você tinha uma espécie de câmera de bastidores, que flagrava a ação a todo momento. Havia também o recurso de artes, que ajudavam a exibir as informações.

Paulo Renato Soares - Uma curiosidade: no dia do RJ2, quando chegou no meio [da reportagem] deu um problema na ilha e ela travou e acho que todo mundo ficou desesperado.

Nós ligamos para programação da TV Globo falando: “gente a matéria mais importante, talvez, do ano, travou, nós não conseguimos mostrar a matéria inteira, nós queremos mostrar essa matéria inteira de novo”, aí a programação disse assim “quanto tempo vocês precisam?”. Fizemos a conta que dissemos “precisamos de 20 minutos”, e o rapaz disse assim “vocês precisam de outro RJ né?”. “sim, outro RJ”. E a programação deu o ok: “vou cortar um pedaço da novela e vocês podem reexibir”.

Gabriel Landim - O curioso é que ela foi repetida no JN.

Paulo Renato Soares - A gente avisou o JN que estávamos fazendo isso; já havia uma expectativa de ter um material. A gente avisou a produção da rede, a gente trabalhou junto. Produção do local e produção da rede. Eles sabiam que existia esse material. Vendemos e eles quiseram. Jornal Nacional também quer, vai entrar nessa. Uma matéria muito importante por isso: um cerceamento à liberdade de imprensa, de informação. Mas você falou da reportagem: Nós usamos tudo que a gente tinha à nossa mão. A gente já tinha os registros do “ao vivo”, a gente precisava complementar aquilo com uma câmera, então a gente pediu para alguns cinegrafistas acompanharem as equipes do “ao vivo” de manhã para pegar, de longe, onde eles ficavam, o que eles faziam, até a gente pegar mais imagens deles para identificar melhor, para não cometer nenhum erro. A gente acompanhou com câmeras à distância. As câmeras ficavam longe para eles não perceberem. O cinegrafista que estava ao vivo, antes de entrar ao vivo, também ficava gravando sem eles perceberem. A gente começou a se preparar para a reportagem. A gente fez uma arte muito boa de identificação, de mostrar as fotinhas, os grupos de WhatsApp, sem cometer erro de mostrar alguém que não queria. A edição foi muito boa, o editor de imagem caprichou demais e o roteiro foi eu que fiz. Peguei tudo e fiz isso.

Gabriel Landim - Quanto tempo demorou essa produção?

Paulo Renato Soares - Para fazer a reportagem, eu entrei mais no final dessa produção. Eu conversava com eles, mas estava trabalhando em outras coisas. Eu acho que eu entrei nessa matéria mesmo, que eu fui para a rua gravar, fiquei uma semana.

Gabriel Landim - Quanto tempo de produção?

Paulo Renato Soares - Não sei. A produtora trabalhava na Ana Maria e ela estava emprestada. E eu falava pra ela: acho que isso aqui precisava mais disso. E ela mais tarde: então toma.

Gabriel Landim - Você acha que os ataques à imprensa têm sido noticiados o suficiente? Qual seria a maneira correta de noticiar? Isso deve ser noticiado?

Paulo Renato Soares - Eu acho que está sendo noticiado. A gente terminou um governo agora que fez muito isso, foi muito dito isso né: “não deu informação”. Se criou um Consórcio de Veículos de Imprensa porque você não tinha informação sobre os casos de Covid. E quando se criou o Consórcio, foi dito o porquê estava sendo criado: porque não tínhamos informação oficial. Então, está sendo dito o tempo todo. Eu acho que a primeira pessoa não é o Jornalismo e os jornalistas. É a informação para as pessoas. Então foi dito. Eu estava apresentando o JN, quando terminou o Consórcio. Eu li a nota: acabou agora, porque agora tem informação que é considerada de confiança, então agora não precisa mais do Consórcio; cada estado vai pegar na sua secretaria e vai ter. Eu li essa nota quando terminou o Consórcio. Então a gente vem dizendo e precisa ser dito. E isso é notícia. Se você não tem acesso à informação de interesse público, isto é notícia. Sempre foi. Acho que não há dúvida quanto a isso. Os praças (telejornais locais) geralmente têm tempo menor, não dá pra fazer uma matéria nova para dizer tudo, mas todo dia tem isso; o apresentador, a apresentadora, fala: “sobre esse caso, nós questionamos o governador, mas o governador não deu informação, a secretária fulana de tal não deu informação, o secretário preferiu não responder”. Você está dizendo. Eu acho que o sujeito não é o Jornalismo, eu não preciso dizer: “olha, nós jornalistas não estamos conseguindo dizer isso”. Eu não estou conseguindo a informação para você que está em casa, então não sou eu o sujeito, não sou eu a primeira pessoa, eu estou aqui como agente, sou intermediário entre as pessoas e o órgão público. O órgão público não está te dando essa informação. Esse é meu papel. Agora quando há agressão a um jornalista e quando a agressão a um jornalista é uma agressão também à informação, que ele está lá para obter informação e você agride porque não quer a informação, até porque isso é um crime, você tem que registrar; como aconteceu em Portugal, como aconteceu outras vezes aqui. O Erick Rianelli, há uns meses, foi agredido dentro do Tribunal de Justiça, e a gente deu: “o repórter, quando foi perguntar, foi agredido”. Até porque não estou lá como Paulo Renato, estou lá como repórter de uma empresa de comunicação que está em busca da informação para dar ao público, esse é o nosso papel. Então quando eles não deixam a gente cumprir o nosso papel, é isso que interessa, não é o jornalista. A não ser nesses casos que eu te disse: numa agressão a um jornalista, é preciso registrar isso, ainda mais se for de pessoas ligadas a órgãos públicos. Eu fiz uma matéria ontem, em que o secretário de educação foi perguntado pelo Ben-Hur, o Ben-Hur muito bem perguntou para ele sobre qual era o déficit de professores e ele não respondeu. Ele não respondeu, ele enrolou e não respondeu, então eu

registrei isso na matéria da noite; eu usei a entrevista do Ben-Hur e registrei, entende? “Ele não sabe”, “não quis dizer”, está lá registrado, acho que isso é importante.

Gabriel Landim - Quais os impactos dessa onda de violência e de cerceamento para o processo de produção da notícia nas ruas e dentro das redações? Principalmente para você, que está nos dois ambientes?

Paulo Renato Soares - Eu acho que isso já está diminuindo, tende a diminuir, acho que a gente está voltando a ter uma normalidade digamos assim. Mas a gente precisou tomar cuidado para fazer reportagem durante esse período todo. A gente precisou ficar mais atento, nós recebemos treinamento da empresa na época da eleição, os ânimos estavam acirrados então houve treinamento pra você se preparar para possíveis problemas na rua. Mas de maneira geral todo mundo ficou mais atento, você passa e a pessoa xinga, você não consegue evitar, você não evita que isso aconteça, não consegue impedir que isso aconteça, mas você pode tentar impedir que tome uma escalada, entende? Não reagir, não deixa escalar, se der para ir embora, vai embora, saia dali; então assim a gente ficou, nesse período de muita queixa com a imprensa. Vamos falar a verdade: entra no governo e está tudo bem, dali há três meses começam as matérias cobrando, a gente vira *persona* não grata; muda o governo, entra outro, a gente faz matéria que eles não gostam e a gente vira *persona* não grata; não agrada ninguém, então esse é um termômetro bom. Sem entrar em outras questões, estou falando do trabalho diário do jornalista, não estou falando de grandes questões políticas e movimentos: eu fui expulso de manifestações de todos os partidos, dos dois lados, alguns mais e outros menos educados, mas fui expulso de todos. Foi expulso mesmo, um a passo de porrada o outro naquele discurso “olha vai embora, não fica aqui não, entendeu, vai dar ruim”. Mas isso fez com que a gente tivesse cuidados ao produzir a reportagem na rua, principalmente.

APÊNDICE E – entrevista com Rogério Nery

Respostas enviadas por Rogério Nery via e-mail em 13 de fevereiro de 2023. Nery é chefe de produção da Mesa Rede e do JN, responsável pelo contato com as afiliadas da emissora. Diante da indisponibilidade de agenda de Nery, a entrevista por chamada de vídeo foi inviabilizada, optando-se pelo método de perguntas e respostas via e-mail.

Gabriel Landim - Qual ou quais os critérios para que uma agressão à imprensa ou cerceamento do trabalho das equipes vire notícia no JN? Quais os elementos em um episódio configuram esse valor-notícia?

Rogério Nery - Todo o ataque à imprensa é notícia. O trabalho da imprensa é pilar da democracia, por isso o interesse jornalístico. Interessa ao cidadão brasileiro, interessa ao jornalista. E é notícia nos mais variados níveis: nos TJs locais, nos sites de jornalismo do Grupo Globo, nos jornais de Rede da TV Globo, e no JN também. Dependendo da gravidade do ataque, de suas características, ele é denunciado em uma dessas plataformas. Por ataque à imprensa podemos estar falando em: ofensas, xingamentos verbais, desrespeito aos jornalistas, agressões físicas, assassinatos. Dependendo da característica do ataque, sua gravidade, ele pode ganhar mais destaque.

Gabriel Landim - Quais os elementos audiovisuais vocês prezam para a construção do material (artes, imagens etc)? O registro audiovisual do fato da agressão é primordial? (já que alguns casos foram veiculados em nota simples). A sonora do jornalista agredido é uma opção? (ouvi-lo como vítima).

Rogério Nery - De novo, cada caso é um caso. Os elementos importantes para dar a notícia são aqueles que melhor trazem informação ao cidadão que recebe a notícia. Um exemplo: se o ataque a um jornalista ocorreu numa passagem ao vivo, em que o jornalismo foi agredido, a imagem da agressão pode ser importante, para identificar o agressor. Mas se o ataque se deu numa conversa telefônica, o áudio pode ser usado, com apoio de arte. Em alguns casos, tudo o que se tem é a o relato, uma queixa na polícia, nenhum material audiovisual disponível. Então, ao registro em nota seca é importante, mesmo sem as imagens. Por isso, é difícil ter uma regra. Talvez a única regra seja a regra da melhor informação.

Gabriel Landim – Muitos materiais exibidos pelo JN foram institucionais, de reportagens que saíram em defesa do Jornalismo ou com premiações a profissionais da imprensa, e

ainda de bastidores do trabalho das equipes. Vocês perceberam que esse tipo de material seria uma maneira de esclarecer o trabalho da imprensa ao público, de aproximar esse público de nosso trabalho, e até mesmo de evitar episódios violentos (como uma forma de proteção)? Qual foi a estratégia, com estes materiais, principalmente de bastidores?

Rogério Nery - Aqui estamos falando de uma estratégia de comunicação institucional, mas acredito que o objetivo seja mostrar, com os bastidores, que o jornalista é um cidadão como qualquer outro. Com fragilidades, coragem, desafios, dúvidas, limitações, assim como qualquer pessoa. E mesmo assim, esse jornalista, que enfrenta todos os desafios que qualquer outro cidadão, se dedica à tarefa de informar pelo bem público.

Gabriel Landim - **Quais os impactos do crescimento dos episódios de violência no processo de produção da notícia dentro e fora das redações? O que mudou na rotina?**

Rogério Nery - Certamente, em alguns tipos de cobertura, as equipes tiveram que ter um cuidado redobrado, evitando a exposição a riscos impostos por grupos extremistas. Em alguns casos, procurando usar veículos sem identificação da emissora. Ou, muitas vezes, optando por usar produtores com celulares para captar imagens que antes seriam feitas por repórteres cinematográficos.